



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES – ÁREA II
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TAYNARA MIRELLE DO NASCIMENTO DE ARAÚJO

**NINHO CEARENSE: A AÇÃO PASTORAL NAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (FORTALEZA, 1960 – 1980)**

FORTALEZA

2021

TAYNARA MIRELLE DO NASCIMENTO DE ARAÚJO

NINHO CEARENSE: A AÇÃO PASTORAL NAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (FORTALEZA, 1960 – 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Araújo, Taynara Mirelle do Nascimento de.

Ninho Cearense: : a ação pastoral nas zonas de prostituição durante a ditadura civil-militar (Fortaleza, 1960 – 1980) / Taynara Mirelle do Nascimento de Araújo. – 2021.
235 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior.

1. Ninho Cearense. 2. prostituição. 3. ditadura civil-militar. I. Título.

CDD 900

TAYNARA MIRELLE DO NASCIMENTO DE ARAÚJO

NINHO CEARENSE: A AÇÃO PASTORAL NAS ZONAS DE PROSTITUIÇÃO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (FORTALEZA, 1960 – 1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social, da Universidade Federal Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre em História Social. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: 08/09/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Joana Maria Pedro

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Dedico este escrito à minha querida irmã Talita, por me ensinar a ler e me apresentar o universo dos livros. Por todo amor e admiração que sempre cultivamos uma pela outra. Por esse encontro de almas reafirmado ao longo da vida.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo à minha querida irmã, “a minha pessoa”. Te agradeço por todas as noites que dormimos de mãos dadas na infância, pelas confidências trocadas, pelas amizades partilhadas e por cuidar de mim desde sempre, de todas as formas possíveis, com tanto amor. Agradeço imensamente aos meus pais por serem incansáveis em amor e atenção. Ao meu amado pai agradeço por todo carinho e bom-humor de cada dia e por ter me ensinado lições tão valiosas com tanta simplicidade e calma. O seu amor e sua alegria sempre deixaram o meu coração mais quentinho e a vida um pouco mais leve e bonita. À minha amada mãe agradeço por ser essa mulher forte e destemida, por ter me ensinado que desistir, para nós mulheres, não é uma opção. Obrigada por embarcar em tantas empreitadas comigo, por me ensinar a lutar pela transformação da vida das pessoas e por todo o amor dedicado em forma de cuidado. Eu amo imensamente vocês três e tudo que construímos como família!

Ao Mário Martins, meu querido amigo e orientador, o meu mais sincero agradecimento. Obrigada por ter sempre acreditado em mim! Obrigada por ter embarcado nessa pesquisa comigo com tanta dedicação e atenção. Gratidão pela partilha de ideais e projetos, pelos ensinamentos e alegrias em cada viagem do COMTER, pela companhia nos perrengues do nosso querido PNV e pelas muitas conversas que tanto me fazem bem.

Agradeço de modo mais amplo a todos aqueles e aquelas que estiveram presentes e apoiando de diferentes formas o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço à colaboração de professores, entrevistados, bibliotecários, agentes pastorais, médicos e amigos que tornaram a pesquisa e escrita deste trabalho possível.

Agradeço imensamente às ex-agentes do Ninho Cearense e às militantes de outras pastorais e movimentos sociais pela disponibilidade e altivez de abrirem os seus lares e arquivos, cedendo entrevistas e documentos para a realização dessa pesquisa. Em especial à Rita Maria, que abriu o seu lar para mim e se tornou uma amiga, ao Sebastião Araújo, Miguel Brandão, Terezinha Albuquerque, Raimunda Zélia Carvalho, Maria Luísa Costa, José Vicente Filho, Leonardo Sampaio, Lúcia Sampaio, Roselita Lima e à tão querida Nildes de

Alencar, todos tão solícitos e entusiasmados em contar a história dessas mulheres e dessa pastoral.

Agradeço aos meus professores da graduação e do mestrado em História Social, em especial à querida amiga, companheira de luta e mestra Adelaide Gonçalves, à Kênia Rios, ao Jailson Pereira, ao Henrique Barbosa, ao Franck Ribard e à Ana Carla Sabino pelo empenho, dedicação e os tantos ensinamentos. Agradeço também aos professores e professoras do período escolar que me fizeram acreditar nos outros mundos possíveis, em especial ao Fabiano Sousa, à Renata Costa e à Candida Damasceno. Agradeço, especialmente, às professoras Adelaide Gonçalves, Ana Rita Duarte e Joana Maria Pedro, membras das bancas de qualificação e de defesa, pela disponibilidade e empenho em tornar esse trabalho algo a mais.

Agradeço aos meus muito amados amigos e amigas da turma de graduação. Ao Volgan, ao Raul e ao Lucas, os meus meninos, pelas muitas conversas e boas risadas juntos e pelo imenso afeto que nos cerca. À Lilian e à Bruna pelos muitos ensinamentos e por esse amor e admiração que temos umas pelas outras. Somando-se também às minhas queridas amigas e amigos do Centro Acadêmico Frei Tito de Alencar e de tantos outros espaços: Priscila, Amandinha, Luanna, Beatriz, Vyrna, Cláudio, Pedro, Elaine, Venâncio, Carlos Victor, Cleide, Lucas Assis, Willem, Ravena, Karla, Luciana, Jéssica Castro, Victor Emanuel, Ana Karine, Nívea e Jéssica Guedes. Gratidão por todos os aprendizados, pelos ideais partilhados, pela construção de projetos e mundos novos, pelas intermináveis conversas e pelos estudos lado a lado, enfim, por essa amizade tão bonita que construímos ao longo de todos esses anos. Agradeço também a minha querida turma de mestrado: um salve a “miséria e fragilidade humana”! Em especial ao querido Kalil, amado amigo de todas as horas, à Cynthia, pelas muitas conversas com preciosas dicas acadêmicas, e ao Carlão, um grande reencontro, um querido amigo.

Agradeço imensamente aos amigos e amigas da Diaconia e também a esta organização por todo crescimento como ser humano que vocês me proporcionaram. Especialmente, à minha grande amiga, Kezzia Cristina, que faz tudo ter mais sentido, ter mais afeto. Agradeço ao universo por ter te encontrado nessa vida! À Lúcia que tem os melhores conselhos e o abraço mais acolhedor.

À Waneska, Érica, Lito, Tato, Camila, Bruna e Mateus por seguirem comigo e por serem presença de afeto e paz. Um agradecimento especial à pastora Beth (*in memorian*), que deixou um mundo de amor e ensinamentos dentro de cada um de nós. Gratidão também às queridas amigas do “Luz de Luna”, grupo que surgiu dessa confluência de aprendizados e vivências de fé e feminismo. Às minhas queridas companheiras do Fórum Cearense de Mulheres por todos os aprendizados e lutas conjuntas. Vocês me dão força e esperança na possibilidade de que “dias MULHERES virão!” À companhia militante dos companheiros e companheiras da Associação de Pós-Graduandos da UFC (APG-UFC), nós fundamos juntos uma associação de luta pela pesquisa e educação pública e isso já é muita coisa!

Gratidão às minhas amigas e amigos tão, tão queridos do “Balbúrdia”. Em especial à Lidiane, ao Tiago e à Aninha que me fizeram família e partilham sonhos, afetos e ideias comigo, além de muitas comidas, viagens, abraços e risadas. Eu amo e admiro muito vocês! Às minhas geógrafas queridas, Rosinha e Carol, que me ajudaram com os mapas dessa dissertação e com as muitas caminhadas da vida, vocês são muito especiais para mim! Ao meu amigo Robinho, companheiro das aventuras na Psicanálise e que sempre alegra os nossos encontros com a sua poesia. Ao “meu casal”, Kezzia e Neném, amo vocês de uma forma tão profunda que não pode ser mensurada! Gratidão aos queridos e queridas da “República” que sempre me acolheram com muito afeto, cuidado e alegria: Zil, Drica e Régis. Ao querido Diego e à sua família maravilhosa por todo o carinho e cuidado. À querida Adaline e à sua família que sempre me acolheu com amor. À querida Louise por estar comigo e os meus em cada momento dessa caminhada. À amiga Karine Garcez que chegou na minha vida iluminando tudo. Gratidão ao querido Airton por todas as longas conversas e os bonitos momentos no Projeto Quatro Varas. Gratidão ao querido Marcos por todo o cuidado e carinho de sempre. Agradeço ao meu querido amigo Sárís pela grata presença, dos momentos mais delicados aos mais felizes, e pelo imenso afeto que permeia a nossa amizade.

Agradeço imensamente aos médicos e médicas do SUS que cuidam da minha saúde no Hospital Universitário Walter Cantídio com todo cuidado e atenção, a partir das equipes de Neurologia, Oftalmologia, Cirurgia Plástica,

Otorrinolaringologia, Fonoaudiologia, Odontologia, Ginecologia, Urologia e Fisioterapia Pélvica. Em especial ao meu querido neurologista, Dr. Paulo Ribeiro, que cuida de cada detalhe da minha saúde e conversa comigo sobre artes, ciência e política. Paulo, muito obrigada por tanto empenho, cuidado e carinho! Ao meu estimado fisioterapeuta, Daniel Gualberto, que está comigo em todos os momentos, sempre me puxando para o alto. Às Dras. Simony Lira e Brunna Carvalho que cuidam com tanto carinho e leveza de mim. Ao tão querido amigo e nutricionista Marcos Oliveira. Gratidão imensurável às minhas amigas e amigos médicos, Jônatas, Jayne, Pablo e Paizinha, que eu admiro e aperreio tanto e que são sempre tão solícitos, carinhosos e parceiros.

Gratidão aos pesquisadores e pesquisadoras do Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GPEHG) por todo o conhecimento compartilhado com tanta leveza em nossos estudos e debates. Aos queridos companheiros e companheiras do Fórum em Defesa do Ensino e dos Professores (as) de História (FDEPH). Aos queridos colegas e coordenadoras do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência de História (PIBID) pelos muitos aprendizados ligados à docência. Aos queridos companheiros e companheiras do Projeto Novo Vestibular (PNV) pelas trocas nesse projeto tão bonito de luta pela democratização do acesso ao ensino superior. Aos queridos e queridas do Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), pelos muitos aprendizados nas vivências de luta por direito à terra e à memória das comunidades impactadas pelos desmandos do agronegócio. Agradeço também aos meus queridos amigos e amigas do Plebeu Gabinete de Leitura, um espaço de esperança em meio aos livros e de defesa do saber que emancipa. Aos servidores da Universidade, em especial à Lilian, dona Joana e Paulo por todo o carinho e disponibilidade em ajudar. Ao “trio da xerox”, meus queridos Cris, Gil e Roberto, que sempre me presentearam com uma boa conversa e muitas risadas.

Meus agradecimentos se dirigem também à Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), por viabilizar esta pesquisa, mesmo nestes tempos de ataques à ciência, à pesquisa pública, às minorias sociais e à Democracia.

“Aos esfarrapados do mundo e aos
que neles se descobrem e, assim
descobrimo-se, com eles sofrem,
mas, sobretudo, com eles lutam. ”
Paulo Freire

RESUMO

A ditadura civil-militar, marcada pela defesa da "moral e dos bons costumes", construiu um complexo aparato repressivo orientado para regular os corpos dissidentes. Não só a militância de esquerda tinha seus passos seguidos e reprimidos, mas todo um setor de pessoas que se encontrava à margem desses ideais da "família tradicional brasileira" pregados pelos militares e pelo setor mais conservador da Igreja Católica. A prostituta era um desses sujeitos perseguidos, já que proclamada como degenerada, transgressora e subversiva. Sendo, portanto, reprimida de diversas formas por conta da sua sexualidade desviante do padrão de mulher "recatada e do lar". Essas mulheres encontraram no regime preconceito e opressão, assim como, encontraram acolhimento e defesa, mas também controle e disciplinamento, no seio progressista da Igreja. Sendo um desses núcleos do Cristianismo da Libertação, a pastoral "Ninho Cearense", que realizava um trabalho de formação e promoção de cidadania para as prostitutas no Ceará. Esta pesquisa, portanto, pretende compreender a relação entre as prostitutas e as agentes do Ninho, a influência dos ideais da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista nas ações deste movimento, e os conflitos do Ninho e de setores marginalizados com os agentes da repressão. A partir da análise das fichas de matrícula, dos prontuários de visita, das entrevistas temáticas e das publicações do Ninho Cearense, de reportagens em periódicos, de documentos governamentais e eclesiásticos, bem como de uma revisão bibliográfica da literatura existente.

Palavras-chave: Ninho Cearense; prostituição; ditadura civil-militar.

ABSTRACT

The civil-military dictatorship, marked by the defense of "morals and good behavior", built a complex repressive apparatus aimed at regulating dissident bodies. Not only the leftist militants had their steps followed and repressed, but a whole sector of people who were on the margins of these ideals of the "traditional Brazilian family" preached by the military and the most conservative sector of the Catholic Church. The prostitute was one of those persecuted people, since she was proclaimed as degenerate, transgressive and subversive, being, therefore, repressed in several ways due to her sexuality deviating from the "demure and home" woman pattern. These women found prejudice and oppression in the regime. As well, they found shelter and defense, but also control and disciplining, within the progressive nucleus of the Church. Being one of those nuclei of the Christianity of Liberation, the pastoral "Ninho Cearense", that carried out a work of formation and promotion of citizenship for prostitutes in Ceará. This research aims to understand the relationship between prostitutes and agents of the Ninho Cearense, the influence of the ideals of Liberation Theology and Feminist Theology in the actions of this Movement, and the conflicts of the Ninho Cearense and marginalized sectors with the agents of repression. Based on the analysis of registration forms, visit records, thematic interviews and Ninho Cearense publications, reports in periodicals, governmental and ecclesiastical documents, as well a bibliographic review of the existing literature.

Keywords: Ninho Cearense; prostitution; civil-military dictatorship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog...	49
Figura 2 - Tia Rita, um sorriso que crer em um mundo novo	86
Figura 3 - Poema de Dom Pedro Casaldáliga	91
Figura 4 - Carta de amigo brasileiro exilado no Chile	96
Figura 5 - Carta de amigo brasileiro exilado no Chile	97
Figura 6 - Convite para jejum internacional de solidariedade aos flagelados do Nordeste	112
Figura 7 - Rita de Araújo Marques mostrando foto de Bergson Gurjão no Araguaia	119
Figura 8 - No cruzeiro do cemitério de Xambioá, a tia de Bergson chora	121
Figura 9 - Trecho de ACE 110 364/78, Serviço Nacional de Informações ...	148
Figura 10 - Visita às mulheres - Arraial Moura Brasil	176
Figura 11 - Crianças - filhas de prostitutas - Arraial Moura Brasil	177
Figura 12 - Crianças do Arraial Moura Brasil - Filhas de Prostitutas – Fortaleza - CE	178
Figura 13 - Criança limpando a frente do quarto na zona de prostituição.....	179
Figura 14 - Ficha de Matrícula de Rosemeire Rodrigues Araújo	219
Figura 15 - Prontuário de Visita de Rosemeire Rodrigues Araújo	219
Figura 16 - Ficha de Matrícula de Maria Cleide Lopes da Silva	220
Figura 17 - Prontuário de Visitas de Maria Cleide Lopes da Silva	220
Figura 18 - Ficha de Matrícula de Edmunda Rosa da Silva	221
Figura 19 - Prontuário de Visita de Edmunda Rosa da Silva	221
Figura 20 - Rita de todos nós	222
Figura 21 - Tia Rita: da Aldeota ao Farol	223
Figura 22 - Tia Rita: da Aldeota ao Farol	223

Figura 23 - Famílias em busca de parentes mortos na guerrilha do Araguaia	224
Figura 24 - Prontuário de Visitas da Lúcia de Fátima de Castro Gomes	225
Figura 25 - Prontuário de Visitas da Maria Augusta Soares da Silva	226
Figura 26 - Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade ...	227
Figura 27 - Altar improvisado reúne as mulheres do Farol em missa	228
Figura 28 - Procissão encerra jejum de protesto contra fome	229
Figura 29 - Jejum contra a fome termina em procissão	230
Figura 30 - Ficha de Matrícula de Maria Augusta Soares da Silva	230
Figura 31 - Prontuário de Visitas de Maria Augusta Soares da Silva	231
Figura 32 - Prontuário de Visitas de Rita de Cássia Fernandes	231
Figura 33 - Prontuário de Visitas de Rita de Cássia Fernandes	232
Figura 34 - Prontuário de Visitas de Rita de Cássia Fernandes	232
Figura 35 - Regimento Interno do Movimento Feminino Pela Anistia – Núcleo Ceará	233
Figura 36 - Capa do livro <i>O Grito de Milhões de Escravas: a cumplicidade do silêncio</i>	234

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Núcleos do Ninho Cearense no município de Fortaleza – CE 70

Mapa 2 - Municípios do Ceará que possuíam núcleos do Ninho Cearense ..71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACB	Ação Católica Brasileira
ACO	Ação Católica Operária
ALN	Ação Libertadora Nacional
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIA	Agência Central de Informações (Central Intelligence Agency)
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
ESG	Escola Superior de Guerra
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
JAC	Juventude Agrária Católica
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MFPA	Movimento Feminino Pela Anistia
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
OBAN	Operação Bandeirante
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PMM	Pastoral da Mulher Marginalizada
TdL	Teologia da Libertação

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
2. <i>“ÉRAMOS PRESAS POR VADIAGEM”</i> : A PERSEGUIÇÃO ÀS PROSTITUTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.....	31
2.1 Os caminhos da Igreja Progressista e do “bispo das prostitutas” durante o regime autoritário	48
2.2 As disputas de narrativa sobre a prostituição e as ações do Ninho Cearense	61
3. <i>“TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL”</i> : A TRAJETÓRIA DE RITA DE ARAÚJO NO NINHO CEARENSE	78
3.1 Rita de Araújo Marques, a “Tia Rita”: articulação com diferentes sujeitos, dentro e fora do ambiente eclesial	84
3.2 A atuação do Ninho Cearense e a relação entre prostitutas e agentes nas zonas de prostituição	99
3.3 Os embates de prostitutas e agentes pastorais com o regime ditatorial	117
4. A RELAÇÃO DO NINHO CEARENSE COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES E DE ALFABETIZAÇÃO POPULAR	135
4.1 A articulação entre o Ninho Cearense e os Movimentos de Mulheres a partir da Teologia Feminista e do Feminismo de Segunda Onda	135
4.2 <i>“Eu ia para as comunidades, fazer a alfabetização nas comunidades com o método Paulo Freire”</i> : a alfabetização das prostitutas no Ninho Cearense	160
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
FONTES	213
APÊNDICE A - BIOGRAFIA DAS ENTREVISTADAS	217
ANEXO A - IMAGENS E DOCUMENTOS DA ÉPOCA	219

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Onde termina a justiça social e
começa a subversão?”

Dom Avelar Brandão Vilela¹

Nesses tempos de volta de governos de extrema direita na América Latina, com seus discursos autoritários anticiência, contra o conhecimento histórico, com a manipulação dos relatos e dossiês sobre os regimes de exceção que ocorreram nos seus respectivos países, com um certo saudosismo desse tempo e *modus operandi*, se fazem ainda mais necessárias as pesquisas historiográficas que tratam dessas questões, pontuando, por exemplo, o que de fato é um regime democrático e quando este é desvirtuado para implementação de uma experiência autoritária. Voltando-se mais especificamente para o caso brasileiro, é importante salientar a análise do historiador Marcus Dezemone (2014, p. 58) sobre esses discursos, onde ele reafirma um posicionamento claro, que diante do que aconteceu no Brasil, se tratava sim de um regime de exceção, de uma ditadura.

Um presidente que atendia a todas as prerrogativas constitucionais foi afastado pelo uso da força. A constituição brasileira de 1946 foi desrespeitada e a sucessão de Goulart foi feita de forma casuística, sem obedecer à linha sucessória prevista pela própria Carta Magna. Considerar esse movimento como legal mostra-se um equívoco que talvez só não seja maior do que considerá-lo democrático. A democracia não é apenas o regime da vontade da maioria; é o regime no qual a vontade da maioria é acatada, respeitando-se os direitos das minorias. Definitivamente isso não aconteceu em 1964 por maiores que possam ter sido os apoios recebidos pelos golpistas.

Segundo a análise do historiador Daniel Aarão Reis (2014, p. 128), “a ditadura no Brasil, até pelo longo período que durou, foi uma construção histórica. Impossível compreendê-la sem trazer à tona suas bases políticas e sociais – múltiplas e diferenciadas”. A partir das pesquisas sobre este período do cientista político René Dreifuss, é lançado o conceito de “golpe civil-militar”, atualizado por Reis como “ditadura civil-militar”, para designar o regime de exceção que ocorreu no país a partir do golpe de 31 de março de 1964, tendo

¹ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra**: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura. Companhia das Letras: São Paulo, 2001, p. 239.

em vista a participação e o apoio de setores empresariais, religiosos e políticos para a manutenção de uma ditadura tão longa e violenta. A tese de Dreifuss, lançada no início dos anos 1980, teve um caráter bastante inovador, ao pontuar que, na década de 1960, houve uma estratégia de desestabilização do governo de João Goulart pela ação de uma elite formada, principalmente, por empresários e banqueiros exercendo seu poder de classe. Tendo executado um verdadeiro “golpe de classe” com objetivos de restringir a organização da classe trabalhadora; consolidar o crescimento econômico num modelo de capitalismo tardio, dependente, “e promover o desenvolvimento de interesses multinacionais e associados na formação de um regime tecno empresarial, “protegido e apoiado pelas Forças Armadas” (BENEVIDES, 2003, p. 256). Dreifuss demonstra com sua extensa pesquisa que existiu não apenas a participação de “civis”, mas que existia um projeto de classe inscrito no golpe e na ditadura, através, por exemplo, das ações organizadas pelo complexo IPES/IBAD, que elaborou as principais diretrizes governamentais dos primeiros anos da ditadura (HOEVELER, 2014). Contudo, é importante deixar evidente que isso não quer dizer que por ter tido apoio de civis, tornava-se um regime democrático, como salienta o historiador Carlos Fico (2017, p. 34):

O que define a natureza dos eventos da história política não é a rede de apoios com que contam, mas os sujeitos históricos que os engendram. O golpe foi apoiado por muitos, mas a movimentação de tropas militares foi autorizada pelo governador Magalhães Pinto e, com a deliquescência do governo, o Congresso Nacional decretou a vacância do cargo de presidente da República: políticos, militares e parlamentares deram o golpe com o apoio, o entusiasmo ou para o gáudio ou desespero de muitos setores. Falar simplesmente em apoio é impreciso, pois há diferenças enormes entre a ação enfurecida de Carlos Lacerda armado e vestido com sua japona preta no Palácio Guanabara, ou a pressão das marchas das mulheres de classe média com seus rosários, o apoio institucional da Igreja Católica, o beneplácito da OAB, o clamor da imprensa ou a simples satisfação política dos que concordavam com o que viam e foram para as ruas festejar ou incendiar a UNE.

A partir, portanto, das reflexões de René Dreifuss e de Daniel Aarão Reis, levando-se em conta, contudo, as críticas de Carlos Fico, esta pesquisa utiliza-se do conceito de ditadura civil-militar para caracterizar o regime de exceção vivenciado por mais de duas décadas no país.

Outra importante discussão que se deve levantar, nesses momentos sombrios de avanço do discurso misógino, de retrocessos nos direitos das

mulheres e de dados alarmantes de feminicídio no país, é a respeito da relevância de se pesquisar e debater sobre relações de gênero e seu impacto no alargamento e aprofundamento dos estudos históricos e do próprio entendimento da disciplina História, colocando a História das Mulheres no centro da discussão, para discutir e denunciar essa sociedade misógina e patriarcal, como salientam as historiadoras Mari Buhle, Nancy Dye e Ann Gordon na reflexão a seguir:

Aprendemos que inscrever as mulheres na história implica necessariamente a redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto às atividades públicas e políticas. Não é exagerado dizer que por mais hesitante que sejam os princípios reais de hoje, tal metodologia implica não só em uma nova história das mulheres, mas em uma nova história (BUHLE; DYE, & GORDON, p.89).

É urgente se falar sobre as perseguidas que não têm seus nomes e histórias contadas e reivindicadas como mártires de um período ainda mais violento para as mulheres. Como um grande número de mulheres que não se enquadram nesse modelo de feminilidade submissa e que reivindicavam um regime democrático e/ou tão somente o direito a exercer sua profissão, como as prostitutas, mulheres duramente perseguidas, torturadas, mortas e invisibilizadas de forma sumária durante o regime, tanto por conta do gênero, quanto pela profissão e classe social a que pertenciam. Demonstra-se a necessidade mais que presente de se trazer à tona um debate interseccional trazendo as mulheres negras, pobres, marginalizadas e hipersexualizadas para o centro da análise, como propõe a filósofa Angela Davis (2016). A socióloga Sirma Bilge conceitua a interseccionalidade como

uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 apud HIRATA, 2014).

Sueli Carneiro aponta que algumas das pautas do feminismo hegemônico, como o direito ao trabalho, não fazem sentido para as mulheres pobres, negras, indígenas, que “trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (CARNEIRO, 2003). Maria Clara Cavalcanti (2020, p. 191, 193) pontua que as teóricas feministas decoloniais seguem apontando essa urgência de se considerar de forma inseparável, nas pesquisas, ações e políticas públicas, as questões de classe, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade e região, as quais foram durante muito tempo negligenciadas pelo movimento feminista legitimado, tanto acadêmica como politicamente, com um caráter majoritariamente branco e ocidental. Sendo, portanto, um dos objetivos do feminismo decolonial a busca por “valorizar e descobrir formas de interpretar o mundo que contribuam para a descolonização das ciências humanas, incluindo História”. Esses esforços para elencar, na produção de conhecimento, as populações subalternizadas como sujeitos históricos é, sem dúvida, um movimento fundamental para o caminho da descolonização do pensamento, na produção de, como preconizado por Boaventura de Souza, “epistemologias do Sul”. Entende-se, portanto, a construção da história como “um campo em disputa, que tenciona a luta política a partir das leituras do passado e projeta lugares sociais a partir das relações entre gênero, classe e raça” (CAVALCANTI, 2020, p. 204).

De acordo com as historiadoras Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, referências na pesquisa em história das mulheres no Brasil, faz-se contundente utilizar-se da categoria gênero numa pesquisa historiográfica, pois o

gênero dá ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das distinções baseadas no sexo, afastando o fantasma da naturalização; dá precisão à ideia de assimetria e de hierarquia nas relações entre homens e mulheres, incorporando a dimensão das relações de poder; dá relevo ao aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, de que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto essencial para descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la (SOIHET e PEDRO, 2007).

Assim como Soihet e Perrot, Joan Scott (1986) categoriza o conceito de gênero em sua obra como os atributos sociais relacionados aos sexos, como uma categoria analítica de ideias e ideais de feminilidade e masculinidade que sendo fluida, vai se adequando à época e à sociedade estudada. O gênero é construído socialmente como uma das primeiras formas de dar significado às relações de poder, a partir das diferenças que são percebidas entre os sexos: “[...] atribuídos aos sexos, isto é, socialmente construídos e culturalmente definidos, percebemos que deste processo decorre uma desigualdade de status entre estes” (NOREK, 2020, p. 28). Como afirma a historiadora Natalie Zemon Davis (1976, p. 90), o principal objetivo no estudo das relações de gênero é “descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. É importante que a História das Mulheres esteja não só nas notas de rodapé, nas entrelinhas, “ao lado de um grande homem”, mas sim na boca das pessoas, nos livros, nos filmes, no noticiário. Maria Cavalcanti (2020, p. 193) afirma que nesse cenário intelectual que se constitui historicamente a partir de referenciais eurocêntricos e masculinos, “onde a escrita da história legitimada e - principalmente - publicada, determina o poder de ser quem fala e é ouvido”, contar uma história a partir de outros referenciais, uma história inscrita no corpo, na alma e na mente das mulheres marginalizadas tem a força de uma revolução.

É o momento, portanto, de trazer à tona a relevância das mulheres não como o Outro da História, mas como sujeito de ação e de direitos, que fazem a sua história e lutam para transformar a sociedade. A hora é chegada de falar das mulheres fora dos padrões, das subversivas, das mulheres de “vida livre”, das agentes pastorais, das teólogas feministas, das marginalizadas, das putas, como sujeitos em foco. É o momento também de se aprofundar na discussão sobre sexualidade, sobre prostituição, mais especificamente, levando em conta os debates suscitados nessa sociedade do controle, onde as sexualidades desviantes eram encaradas como bestiais, desregradas, inimigas. A partir das questões lançadas por Michael Foucault em sua obra *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*, tenta-se compreender também neste trabalho,

por que o comportamento sexual, as atividades e os prazeres a ele relacionados, são objeto de uma preocupação moral? [...] de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi constituída como campo moral? Por que esse cuidado ético tão insistente, apesar de variável em suas formas e em sua intensidade? Por que essa "problematização"? (FOUCAULT, 1984, p. 15, 16).

É o momento, então, de se questionar a respeito dos padrões sexuais e ao que ou a quem estes servem, o que representam, a quem excluem.

*

* *

Uma introdução à pesquisa

A questão da moralidade foi um dos pilares do regime ditatorial, já que inserida na Doutrina de Segurança Nacional como base para segurança interna da nação, tanto quanto questões políticas e econômicas. Sarah Silva (2020, p. 59, 60) aponta que o pânico moral era utilizado como justificativa para os setores militares, que buscavam legitimar suas ações, utilizando-se desse argumento para espionar, perseguir, prender e torturar todos aqueles que fossem considerados perigosos para o regime.

Não só a militância de esquerda tinha seus passos seguidos e reprimidos, mas todo um setor que se encontrava à margem desses ideais da moral² e dos bons costumes pregados pelos militares e pelo setor mais conservador da Igreja Católica. Um desses sujeitos criminalizados era a prostituta, entendida como degenerada, transgressora e subversiva, sendo reprimida de diversas formas por conta da sua sexualidade desviante do padrão de mulher “recatada e do lar”, como se pode ver, dentre outros trabalhos, na tese de Renan Quinalha - *Contra*

² Entende-se nessa pesquisa por "moral" a conceituação defendida pelo filósofo Michael Foucault em sua obra *História da Sexualidade 2: O Uso dos Prazeres*, como: “um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.” (FOUCAULT, 1984, p. 26).

*a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*³
- sobre a perseguição às sexualidades desviantes durante o regime autoritário.

Então, diante do desamparo da população pobre e dessa perseguição aos que fugiam dos padrões morais impostos, surge, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, uma Igreja progressista de resistência, a partir das ações das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais Sociais e da Teologia da Libertação. Como é o caso da Diocese de Crateús, no Ceará, que a partir da figura de Dom Fragoso, fazia frente ao regime ditatorial. Tendo, a partir dessa corajosa militância, a oportunidade de chegar ao Brasil, em 1963, o movimento francês Ninho, formando diversos núcleos pelo país e, mais especificamente, no Ceará, o “Ninho Cearense”.

O trabalho do Ninho Cearense se inicia em Fortaleza com as prostitutas de diferentes zonas de prostituição, localizadas nas regiões em que se empreendeu o “desfavelamento” - política de segregação da população mais pobre - realizando um trabalho de amparo, proteção e formação com essas mulheres marginalizadas. Contudo, esse movimento da Igreja em direção aos empobrecidos e segregados não convencia o regime ditatorial, o qual não via com bons olhos o trabalho pastoral na zona, ou mesmo qualquer mobilização social dos pobres com a dita ameaça de dogmatização comunista, sofrendo, então, uma forte repressão e boicote dos agentes do regime.

Nesse contexto, tem-se como proposta central desta pesquisa compreender como se dava a ação do Ninho Cearense com as prostitutas nas zonas de prostituição de Fortaleza, assim como analisar o embate desses sujeitos com a ditadura civil-militar, entre as décadas de 1960 e 1980, usando como fontes: fichas de matrícula, prontuários de visita, entrevistas, publicações, correspondências, manifestos e reportagens. No trato metodológico, em específico, esta pesquisa analisa com maior profundidade as fichas de matrícula dos cursos ofertados pelo Ninho Cearense e os prontuários de visita às zonas de prostituição do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe. O objetivo foi o

³ QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2017.

de compreender a relação entre as prostitutas e as agentes do Ninho, a influência dos ideais da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista nas ações desse movimento, bem como, analisar como se davam os embates das prostitutas e das agentes pastorais do Ninho Cearense com os agentes do regime ditatorial.

A pesquisa está estruturada em três partes. No primeiro capítulo - **“Éramos presas por vadiagem”: a perseguição às prostitutas durante a ditadura civil-militar** – analisa-se a perseguição sofrida pelas prostitutas a partir dos agentes da ditadura civil-militar. Compreende-se nesse capítulo como as ações estatais de “desfavelamento” da área ao redor do Centro de Fortaleza estavam embasadas nesse ditame conservador e eugenista de separação da elite cearense dos males da pobreza e da prostituição. Analisa-se também como a esquerda em diferentes frentes, principalmente no trabalho pastoral, dentro de um campo progressista da Igreja Católica, agiu na luta contra a repressão a essas mulheres e por melhores condições de vida. Faz-se também uma breve análise a respeito dos diferentes posicionamentos da Igreja, da medicina e dos movimentos feministas sobre a prostituição que impactam o discurso e a ação do Ninho Cearense.

No segundo capítulo – **“Tia Rita: da Aldeota ao Farol”**: a trajetória de Rita de Araújo no Ninho Cearense – analisa-se a trajetória de vida e atuação social de Rita de Araújo Marques – “Tia Rita”, uma das fundadoras do Ninho Cearense, para se compreender mais de perto a atuação desse movimento nas zonas de prostituição do Arraial Moura Brasil, do Farol do Mucuripe e do Pirambu. Assim como, para entender a articulação que Rita de Araújo fazia entre diferentes movimentos sociais e o Ninho.

No terceiro capítulo - **A relação do Ninho Cearense com os movimentos de mulheres e de alfabetização popular** – analisa-se a articulação entre as agentes do Ninho Cearense e os diferentes coletivos de mulheres que ganhavam força na luta contra o regime ditatorial. Tendo como foco, compreender mais a fundo como se dava a relação entre o Ninho Cearense e o Movimento Feminino Pela Anistia, já que se tinha um intercâmbio muito fértil entre as militantes desses movimentos, inclusive com ações conjuntas. Assim

como, apresenta-se uma reflexão sobre a relação entre a Teologia Feminista e a expansão e atuação dos movimentos de mulheres, a partir da análise da atuação do Ninho Cearense com os demais movimentos de mulheres do estado. Compreende-se também, nesse capítulo, como a metodologia alfabetizadora de Paulo Freire era implementada nas CEB's e nas pastorais sociais, e mais especificamente no contexto das zonas de prostituição, não só como método voltado para a apreensão da palavra escrita, mas como método de organização, fortalecimento e mobilização comunitária.

Para essas análises e discussões, utilizou-se a documentação levantada pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade, os relatórios da Escola Superior de Guerra, os prontuários de visita e as fichas de matrícula do Ninho Cearense, as publicações da Pastoral da Mulher Marginalizada - *O Grito de Milhões de Escravas: A cumplicidade do silêncio* e o *Boletim Mulher Libertação*, duas obras de Paulo Freire - *Educação como Prática da Liberdade e Pedagogia do Oprimido*, documentos do Movimento Feminino Pela Anistia, matérias de diferentes periódicos, documentos da Igreja Católica, fotografias dos arquivos do Ninho Cearense e entrevistas temáticas com os ex-agentes pastorais Terezinha Albuquerque, Miguel Brandão, Nildes de Alencar, Raimunda Zélia Carvalho, Maria Lúcia Sampaio, Leonardo Sampaio, Sebastião Araújo, Maria Luísa Vaz Costa, José Vicente Filho e Roselita de Sousa Lima.

O ponto central para o desenvolvimento desta pesquisa foi a realização das entrevistas temáticas com as ex-agentes pastorais do Ninho Cearense e sua análise articulada com as demais fontes documentais. Como compreende o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 5), entende-se a memória como algo socialmente construído, assim como toda documentação. A memória individual grava, recalca, exclui, relembra. Este é, evidentemente, o resultado de um verdadeiro trabalho de organização, e isso constrói uma narrativa sobre o passado. Sendo possível, portanto, a comparação entre fonte oral e fonte escrita, já que para todo e qualquer tipo de fonte o historiador precisa apreender daquele relato sua intencionalidade e o que ele revela sobre o real. É de grande relevância nesta pesquisa o trabalho com a história oral, por esta, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltar “a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas

minoritárias e dominadas, se opõem à "memória oficial" (POLLAK, 1989, p. 3, 4). Pretende-se, então, fazer análise da memória reatualizada daquelas, ou sobre as, que tiveram uma atuação oposicionista ao regime ditatorial e que foram perseguidas por este. Não para declarar essas memórias como a verdade sobre os fatos, mas para analisar a construção das narrativas, para se entender sobre a compreensão reinventada dos preceitos, ações e reações dos sujeitos, muitas vezes, silenciados nesse período de acirrada perseguição e inúmeros conflitos.

O outro ponto central para o desenvolvimento da pesquisa foi a análise dos prontuários de visita do Ninho Cearense. Esses prontuários de visita eram documentos elaborados pelas agentes pastorais em suas visitas semanais às casas (ou quartos) das prostitutas atendidas pelo Ninho Cearense. Nesses prontuários, em sua maioria, tem-se a narrativa da história de vida da prostituta com aspectos gerais, como: nome completo, nascimento, escolaridade, filiação, idade, endereço, estado civil. E questões mais específicas, tais como: porque migrou para a capital; como virou prostituta; quantos filhos tem e se os cria; quantos abortos fez; se faz uso de alguma droga lícita ou ilícita; se tem um relacionamento estável; etc. Além de relatos do cotidiano na zona, a partir do início do acompanhamento. Portanto, esses relatos possibilitam uma rica análise da trajetória de vida dessas mulheres, das relações construídas dentro e fora das zonas de prostituição, assim como mostra como as agentes pastorais veem essas mulheres, interpretam e julgam suas histórias de vida e toda a caminhada que envolve ser mãe, pobre, migrante e prostituta durante um regime de excessão que presa pelo conservadorismo nos costumes. Salla e Borges afirmam que

De um ponto de vista da História Social, os prontuários permitem alcançar fragmentos das trajetórias anônimas, os dramas vividos pelos marginais anônimos (loucos, vadios, criminosos, prostitutas, crianças e adolescentes) e as estratégias de controle social que pesam sobre eles. (SALLA; BORGES, 2017, p. 122).

Outra questão importante a se pensar quanto aos prontuários é a construção dessa memória de mulheres, especificamente a partir de um relato de mulheres religiosas sobre o cotidiano de prostitutas no seu local de trabalho e moradia. Valderiza Menezes (2017, p. 5) aponta nesse quesito que as mulheres, em geral, não acham suas vidas interessantes, a menos que um homem ou uma figura de autoridade tenha feito parte dela ou a considere

relevante. Nesse sentido é que Perrot afirma que não é algo incomum a destruição ou autodestruição da memória feminina, onde “mulheres convencidas de sua insignificância destroem os seus papéis na intimidade dos quartos, dificultando a escrita de uma história concreta e singular”, a qual já é extremamente dificultada pela sociedade patriarcal que só valoriza registros de homens públicos no exercício de serviços entendidos por estes como nobres.

O trabalho está fundamentado no debate com uma série de estudiosas e estudiosos das Ciências Humanas. Tendo como principais nomes para se dialogar sobre o Cristianismo da Libertação, o filósofo Michael Lowy (2016), o teólogo Leonardo Boff (1981, 1986) e a historiadora Caroline Cubas (2014).. Têm-se um diálogo com as historiadoras Ana Rita Duarte (2011, 2012), Joana Maria Pedro (2011, 2012) e Cristina Wolff (2010) pertencentes ao LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História) com seus trabalhos ligados aos debates de gênero e ditaduras no Cone Sul. Fez-se também um diálogo com pesquisadoras dos estudos de gênero, feminismos e história das mulheres, tais como: Natalie Zemon Davis (1976), Sueli Carneiro (2003), Angela Davis (2016) e Michelle Perrot (2005, 2007). Já nas análises sobre prostituição e sexualidade, teve-se como mote central os estudos de Michel Foucault (1984), Margareth Rago (1985, 1991) e Valderiza Menezes (2012, 2020). Para se situar e posicionar no debate atual sobre a ditadura civil-militar no Brasil, fez-se um diálogo com os historiadores Paulo Bezerra (2010, 2019), Daniel Aarão Reis (2014) e o jurista Renan Quinalha (2017). Procurou-se também dialogar no debate sobre memória, construção de narrativas e história oral, principalmente, com Joel Candau (2011) e Michael Pollak (1989, 1992). Utilizou-se, como mote central sobre a relação entre a Teologia Feminista e os movimentos de mulheres no Brasil, os estudos de Maria Rosado-Nunes (2006), Érika Pinho (2012) e Ivone Gebara (2010, 2017). E para concluir, para se analisar o processo de alfabetização popular realizado pelo Ninho Cearense, fez-se um diálogo com Ernani Fiori (1992) e Paulo Freire (1993, 1996), o qual teve algumas obras utilizadas como fonte também.

A pesquisa buscou, então, trazer uma discussão sobre a perseguição às prostitutas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar, trazendo uma reflexão sobre o trabalho pastoral desenvolvido pelas agentes do Ninho

Cearense nas zonas de prostituição de Fortaleza, a partir dos ideais da Teologia da Libertação e da nascente Teologia Feminista. Essa análise a respeito da inserção do Cristianismo da Libertação na luta junto ao movimento feminista, contra a marginalização dos corpos femininos tidos como transgressores, abre um campo possível de estudos ligando diversas questões, como: a repressão às sexualidades e papéis de gênero desviantes, a atuação da Igreja Progressista no Brasil, a educação popular nas zonas de prostituição, as mobilizações a partir dos ideais dos feminismos latino-americanos. Portanto, é o início de um debate complexo, que envolve muitas frentes de discussão e análise e que antes de fechar questões, as abre para novas pesquisas, diálogos e aprofundamentos.

*

* *

Um pouco sobre o caminhar da pesquisa

Desde os últimos semestres da graduação em História, a pesquisadora que vos fala tinha interesse em pesquisar questões relacionadas a mulheres dissidentes, sexualidade feminina, desigualdade de gênero, violência patriarcal. Então, iniciou uma pesquisa sobre o tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual no final do século XIX no Brasil. Nesse momento, as “polacas”, as ditas “escravas brancas”, fizeram parte de muitas horas de leitura, de intensa pesquisa, entre literatura, tratados internacionais e relatos de viajantes. Apesar do grande empenho e interesse, essa pesquisa não pôde ser levada adiante. Porém, a sementinha estava plantada.

Essa volta para a perspectiva de gênero, de história das mulheres, das marginalizadas, está interligada com uma militância social, a partir das ações em organizações e coletivos, como a Diaconia e o Fórum Cearense de Mulheres, ao refletir, sistematizar e agir para a concretização de políticas públicas para a

diminuição da desigualdade entre os gêneros, para o fim da subalternização, violação de direitos e silenciamento das mulheres. E falar da história das mulheres, é justamente falar sobre silenciamento, apagamento da história. Problematizar as violações de direitos de mulheres marginalizadas em um país subdesenvolvido então, é justamente refletir como uma história eurocêntrica e patriarcal priorizou a memória gloriosa de homens de uma determinada classe social, lugar e cor. Pesquisar a história de mulheres negras e pobres do terceiro mundo é exatamente quebrar com essa lógica, é tentar pôr em prática as reflexões de Natalie Zemon Davis e Edward P. Thompson com a perspectiva historiográfica da história vista desde os de baixo.

O início desta atual pesquisa aconteceu numa tarde quente de Fortaleza, onde a professora Adelaide Gonçalves comentou sobre uma tal de Ninho, uma pastoral envolvida com as prostitutas, e o professor Mário Martins incentivou uma possibilidade de pesquisa nessa direção. A partir daí, o estudo foi se encaminhando dividido entre os arquivos do Centro de Pastoral Maria, Mãe da Igreja, da sala de História Eclesiástica do Ceará da Arquidiocese de Fortaleza, da Biblioteca Pública Estadual do Ceará e do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), assim como, entre as entrevistas com as ex-agentes do Ninho Cearense.

É importante neste ponto salientar que, após um breve início, esta pesquisa teve que se desenrolar durante a pandemia mundial de coronavírus, um desastre humanitário sem precedentes, vivenciado pelo Brasil de uma forma mais trágica ainda. A vida mudou de forma drástica e com ela a forma de pesquisar também. As instituições de pesquisa se fecharam, assim como as pessoas em suas casas. O acesso aos arquivos que não estavam digitalizados foi inviabilizado. As entrevistas passaram a se dar por telefone e não mais de modo presencial. A pesquisadora, que já tratava uma rara doença neuromuscular degenerativa, teve seu tratamento prejudicado e seu quadro de saúde agravado. Então, a pesquisa e a pesquisadora tiveram que se readaptar, se reinventar e mudar um tanto o ritmo e os rumos desta pesquisa.

2 “ÉRAMOS PRESAS POR VADIAGEM”: A PERSEGUIÇÃO ÀS PROSTITUTAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR

Entre as décadas de 1960 e 1970, vários países da América Latina sofreram golpes militares e viveram sob regimes ditatoriais. Em 1964, foi derrubado no Brasil o presidente João Goulart e instalada uma ditadura que duraria 21 anos. Assim como no Uruguai e no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976, militares apoiados pelos Estados Unidos derrubaram presidentes eleitos democraticamente e instalaram regimes de exceção com graves violações de direitos humanos e uma orientação política de direita. Esses países e seus regimes ditatoriais tinham muitos pontos de convergência, mas também pontos de divergência, não seguiam exatamente um mesmo modelo, como explica Cristina Wolff, separando esses países em blocos distintos a partir das diferenças político-econômica-sociais, para se compreender melhor como esses regimes se estruturaram de formas distintas:

Havia também diferenças políticas muito grandes. Uruguai, Chile e Argentina tinham regimes republicanos e relativamente democráticos, especialmente os dois primeiros, consolidados com altas taxas de alfabetização e participação política popular, pelo menos nas capitais e grandes cidades. No Chile, este processo culminou inclusive com o Governo Allende, de postura socialista, o primeiro da América do sul. Já no Paraguai, na Bolívia e no Brasil, o processo político era outro, marcado por uma participação bem menor da população, especialmente das populações rurais e com uma diferença de classes e também racial e étnica mais marcada entre indígenas e brancos, e entre negros e brancos. Estas diferenças raciais se concretizavam em exclusão econômica, social e política. Este conjunto de diferenças políticas e conjunturais pode ajudar a explicar o grande envolvimento, em termos massivos, com os movimentos de esquerda no Uruguai, Argentina e Chile, como também a consequente repressão que atingiu números estrondosos, como os trinta mil desaparecidos argentinos. E pode, igualmente, ajudar a entender as dificuldades das organizações de esquerda no Paraguai e no Brasil, que viveram as ditaduras mais longas, e na Bolívia, marcada pelas lutas sindicais dos mineiros e das donas-de-casa e por sucessivos golpes de estado (WOLFF, 2010, p. 139).

No Brasil, em 9 de abril de 1964, foi lançado o Ato Institucional nº1, onde se confirma a vitória do movimento militar que derrubou o governo democrático

de João Goulart com um discurso de salvação da Nação de um possível domínio comunista:

À NAÇÃO

[...]

Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas (BRASIL, 2014, p. 94, 95).

Percebe-se, nesse Ato Institucional, a base ideológica do golpe de Estado e o que viria a ser também o mote para as ações no regime de exceção: a Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina tinha como foco o combate ao inimigo interno (comunistas, estudantes, prostitutas, movimentos sociais) que na visão dos militares estavam tentando “bolchevizar o País”. Sendo suas ações em grande medida defendidas como medidas para “drenar o bolsão comunista” (DUARTE, 2011). É evidente, como afirma Quinalha (2017, p. 24, 25), que “as tentativas de enquadramento e normalização das sexualidades dissidentes remontam a períodos muito anteriores à formação do Estado brasileiro”, já que o discurso religioso, médico, legal e criminológico produz uma regulação específica das sexualidades em cada momento histórico. Contudo, é fundamental compreender o que há de específico em relação à violência usada em cada contexto histórico. Uma série de “dispositivos legais e contravencionais, tais como “ato obsceno em lugar público”, “vadiagem” ou violação à “moral e aos bons costumes”, foram mobilizados para perseguir as sexualidades desviantes”, durante a ditadura civil-militar, de forma mais intensa do que em outros períodos. Para além desses mecanismos jurídicos, “o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social”. Criou-

se a figura de um “inimigo interno” a partir de contornos políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, como também de questões morais.

Segundo o historiador Carlos Fico, a partir da análise da documentação da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), pode-se ver a permanente preocupação da ditadura em controlar publicações e exteriorizações contrárias à “moral e aos bons costumes”, proibidas “por estimularem a licença, insinuar o amor livre e ameaçar destruir os valores morais da sociedade brasileira”.⁴ Um dos documentos emblemáticos dessa corrida moral é o texto *Em Defesa da Moral e dos Bons Costumes*⁵, de autoria do Ministro da Justiça no governo do general Médici, Alfredo Buzaid. Publicado em 1970 pelo Departamento de Imprensa Nacional, este documento procurava justificar legalmente a censura como instrumento para barrar a ameaça comunista aos ideais da família tradicional brasileira.

Segundo o discurso da Escola Superior de Guerra⁶, as liberdades individuais e as novas formas da juventude se relacionar afetiva e sexualmente eram uma grande ameaça ao regime e ao modelo de sociedade pregado por este, havendo uma defesa aberta da ditadura ao sistema patriarcal.

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a

⁴ BRASIL. Decreto-lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970.

⁵ BUZOID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1970.

⁶ De acordo com as pesquisas de Lília Schwarcz e Heloisa Starling no livro “Brasil: uma biografia”, a Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949 pelo Alto-Comando das Forças Armadas. Este organismo tinha inspiração no National War College norte-americano e pretendia aproximar militares e empresários para um projeto de crescimento industrial do país. Contudo, a partir da década de 1950, a ESG dedicou-se a elaborar uma concepção de desenvolvimento e de segurança nacional adequada ao cenário da Guerra Fria, “orientada por uma noção de guerra interna que redirecionava o papel das forças militares para o controle da sociedade, propunha um modelo de desenvolvimento econômico para o país e enfatizava a importância da atividade de inteligência e informação para maior eficiência do Estado” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 440).

países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade (BRASIL/ESG, 1975b, p. 13).

Durante esse período, os ideólogos da ditadura ampliaram o raciocínio sobre os perigos da sexualidade livre, da homossexualidade e da prostituição, associando-as a um submundo dos tidos como degenerados, que para o regime também representavam uma ameaça à segurança nacional, já que entendidos como nocivos à família tradicional e aos bons costumes da nação, ligados aos grupos de esquerda, à subversão. Segundo Quinalha (2017, p. 44, 45), “a preocupação com a liberalização dos costumes não se subordinava à luta contra o comunismo”. Esta retratava, na verdade, uma postura reativa em relação às mudanças causadas pela revolução sexual em curso mundo afora, com famílias preocupadas com a exposição de seus filhos a revistas pornográficas nas bancas de jornais e a cenas eróticas nas telenovelas. “Mães, famílias, religiosos e outros cidadãos não agiam, necessariamente, por repulsa à ameaça comunista, mas antes por um sentimento quase atávico de autoproteção dos papéis sociais e dos valores tradicionais”. No Brasil, apesar do Estado autoritário, experimentavam-se novas tendências comportamentais vindas do exterior, principalmente, os novos padrões da juventude: “o clima de relaxamento sexual, a experimentação sensorial do corpo, a “revolta lírica” dos hippies, o cinema de Godard, a música dos Beatles, as canções de Bob Dylan e Janis Joplin e a crise na relação entre os gêneros e as gerações” (SETEMY, 2018, p. 179). Ousar na maneira de se vestir, de falar, de cantar e de se comportar tornaram-se armas no combate à ordem estabelecida. De acordo com as pesquisas de Naomi Wolf (2020, p. 196, 197), até a década de 1960, a pornografia era basicamente uma experiência masculina. Contudo, a partir de 1970, “a pornografia da beleza invadiu a arena cultural feminina. À medida que as mulheres foram ficando mais livres, a pornografia acompanhou”. A revista *Playboy* surgiu em 1958; a pílula anticoncepcional começou a ser vendida nos Estados Unidos em 1960; e a “maioria das mulheres europeias teve acesso ao aborto legal em 1975”.

De acordo com Setemy (2018, p. 175), a censura se constituiu, portanto, como um instrumento político legítimo perante setores da sociedade civil,

quando se tratava de defender os valores da família cristã. Ela salienta que embora a coerção à liberdade de expressão estivesse presente na sociedade brasileira independentemente da vigência de um regime autoritário, foi durante as duas décadas de regime que esta se estruturou, institucionalizando uma censura a publicações consideradas obscenas e que ameaçavam destruir não somente os valores morais da sociedade brasileira, mas também a segurança nacional. Segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade⁷, não só os homossexuais ou as pessoas que praticavam o amor livre sofriam perseguição dos agentes do Estado, mas também os artistas que falavam sobre essas realidades sofreram censuras e processos judiciais.

Um dos casos mais graves e dramáticos de censura durante esse período que merece registro foi a campanha contra as obras de Cassandra Rios, uma escritora cuja ficção sobre a lesbianidade nada agradou os cães de guarda da “moral e dos bons costumes”. Com uma produção literária prolífica e milhões de livros vendidos, ela teve 36 de suas obras censuradas durante a ditadura. Dezesesseis processos judiciais foram propostos contra o seu livro *Eudemônia*. As acusações iam sempre no sentido de que seus textos continham conteúdo imoral e aliciavam o leitor à homossexualidade. (BRASIL, 2014, p.304).

Com essa perseguição aberta a obras que não retratassem os ideais do regime, vê-se a manipulação das leis, para a concretização de uma verdadeira “caça às bruxas” contra os artistas e os intelectuais brasileiros. Como pode-se visualizar com o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo Presidente Médici e pelo Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, o qual previa “as autoridades públicas de mais instrumentos para a efetivação da censura com respaldo legal. Ao lado do Decreto n. 20.943 de 1946, este tornou-se a principal referência normativa para os órgãos censores durante a ditadura de 1964” (QUINALHA, 2017, p. 58):

⁷ De acordo com o site “Memórias da Ditadura” do governo federal, a Comissão Nacional da Verdade foi criada pela lei 12.528 em 2011, com o objetivo de “apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988”. Instituída em maio de 2012, quase trinta anos depois do fim da ditadura militar, veio investigar os crimes de agentes do Estado contra cidadãos que lutaram contra a repressão. Resultado de uma longa luta de familiares e grupos de defesa dos direitos humanos, tinha um prazo de dois anos para os trabalhos, que foi estendido para dois anos e meio. Em sua formação original, contou com sete membros: Cláudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso da Cunha, além de 14 assessores e uma vasta equipe de pesquisadores. O relatório da Comissão Nacional da Verdade foi entregue em 10 de dezembro de 2014, Dia Internacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/comissao-nacional-da-verdade/>

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

E mesmo a esquerda tinha um discurso conservador a respeito da revolução sexual⁸ iniciada no período, tratando-a como algo “pequeno-burguês” ou como uma pauta menor diante dos ideais da Revolução. Também tratava o movimento feminista de forma semelhante, taxando-o de divisionista. De acordo com a análise de Zuenir Ventura,

a esquerda – mesmo a radical, que sonhava com a Revolução geral – olhava para aquele movimento (que viria a contestar os modelos estabelecidos de relacionamento afetivo e sexual) com a impaciência de quem é interrompido em meio a uma atividade séria pela visão inoportuna de um ato obsceno. Manifestava um soberbo desdém ideológico pelas travessuras comportamentais da geração de Leila Diniz (SCHLATTER JUNIOR, 2011, p. 400).

⁸ Um dos marcos da revolução sexual pelo mundo da década de 1960 foi o lançamento da primeira pílula anticoncepcional oral nos Estados Unidos, em 18 de agosto de 1960, o Enovid-10. No Brasil a pílula chegaria em 1962, fazendo parte do plano de controle de natalidade do governo dirigido às camadas mais pobres da população. Com o uso da pílula caiu muito o índice de filhos por mulher de 6,3 em 1960 para 2,2 atualmente. E a partir deste momento se iniciou no mundo o advento da revolução sexual que teve seu auge com o movimento hippie e os movimentos feministas, mudando para sempre os velhos costumes, já que com o advento da pílula o casal podia manter relações sexuais só por prazer e a mulher passou a ter o poder de controlar a reprodução, podendo escolher ter filhos ou não, surgindo assim um novo modelo de comportamento sexual e cultural. Segundo a jornalista Fátima Mendes, “esse novo poder de controle da reprodução teve um impacto importante no modo de vida das mulheres na sociedade onde elas antes eram destinadas a serem apenas esposas e mães, abriram espaço para se introduzirem e se consolidarem no mercado de trabalho que antes era dominado pela maioria dos homens”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1960-primeira-p%C3%ADlula-anticoncepcional-chega-ao-mercado/a-611248>. Acessado em:

Segundo o estudo de Cristina Wolff (2010), a concepção sobre o papel das mulheres na militância, por parte dos líderes de movimentos de esquerda, não era tão libertária quanto se convém pensar, mas se encaixava bem no pensamento do período sobre as diferenças de gênero, enquadrando as mulheres no lugar de guardiãs dos cuidados e do afeto. Como se pode observar no livro *Guerra de Guerrilhas*⁹, em que Ernesto Che Guevara dedica um subcapítulo ao papel da mulher na guerrilha, onde afirma que seu principal papel é o de passar mensagens e armas pelas linhas inimigas, cozinhar, costurar e alfabetizar os camponeses, e

[...] na saúde, a mulher presta um papel importante como enfermeira, e até médica, com ternura infinitamente superior ao do rude companheiro de armas, ternura que tanto se aprecia nos momentos em que o homem está indefeso frente a si mesmo, sem nenhuma comodidade, sofrendo dores muito fortes e exposto aos muitos perigos de toda índole, próprios deste tipo de guerra (WOLFF, 2010, p. 151).

Assim como o ideal de mulher revolucionária ainda estava ligado ao ideal de mulher vigente relacionado ao afeto, à delicadeza e ao cuidado, o ideal desse homem novo que viria com a Revolução e estava sendo gestado na militância também estava embasado no modelo de homem viril, objetivo, ágil e forte, como a figura do comandante Che Guevara. Diante disso, não era considerado natural a militância das mulheres em grupos revolucionários, sendo “necessário que elas adotassem uma série de posturas ditas masculinas” para conseguir alçar cargos de liderança dentro do movimento. (BACK, 2011, p. 389).

E, mesmo no movimento feminista, tinha-se uma grande intervenção das lideranças masculinas nas suas ações e formulações, querendo voltar o debate somente para a questão da classe, entendida como algo mais importante para a Revolução do que a questão das opressões de gênero e de raça. Sendo o debate sobre sexualidade da mulher, lesbianismo, liberdade sobre o corpo ainda mais difícil e perpassado por diversos preconceitos. No documento *Sobre a Violência*, o grupo Ação Lésbico-Feminista deixa evidente suas posições diante da discriminação contra as mulheres lésbicas pelos diferentes setores da esquerda que estavam no movimento feminista e que se expandiam na década de 1980,

⁹ GUEVARA, Che. **A guerra de guerrilhas**. São Paulo: Edições Populares, 1982.

os quais não encaravam sua militância como algo importante para a luta pela emancipação humana.

Queremos propor que o movimento feminista não reproduza o discurso politiquês machista das lutas gerais contra as lutas específicas e que todas as questões referentes a todas as mulheres sejam igualmente prioritárias. Igualmente prioritárias, mesmo porque a mulher homossexual também é negra, a mulher homossexual também é mãe, a mulher homossexual também é dona de casa, a mulher homossexual também é prostituta, a mulher homossexual também é operária, a mulher homossexual também está na periferia e calar a respeito dessas múltiplas opressões também nos torna cúmplices da violência.¹⁰

Contudo, como salienta Wolff, a luta das mulheres e sua conquista de espaço, de direitos civis, já estava em curso, não podendo nem o autoritarismo da ditadura nem o conservadorismo e o preciosismo das esquerdas barrar completamente esse processo, como se pode ver no tom das afirmações do movimento feminista acima, que não aceita retroagir nas suas pautas e denuncia o “discurso machista politiquês das lutas gerais contra as lutas específicas”. A “revolução das mulheres já estava se fazendo, pela própria incorporação destas aos movimentos e organizações que lutavam contra as ditaduras” (WOLFF, 2010, p. 152). Como afirma Andujar, outros ideais feministas foram gestados ao longo dessas décadas ditatoriais.

Nas décadas de 60 e 70, frente ao ideal feminino mais expandido socialmente, ou seja, o da filha submissa, mãe amorosa e esposa dedicada, outros começavam a formar-se e abrir passagem. Guerrilheiras, feministas ou roqueiras; microscópicas minis saias ou largas túnicas multicoloridas, armas na bolsa ou microfone nas mãos, pílulas anticoncepcionais escondidas em lugares recônditos da gaveta mais segura da casa, davam conta de mulheres com horizontes diversos e experiências que, não sem contradições, iam constituindo outras formas de ser e de relacionar-se. Essas outras formas continuam uma vasta oposição aos valores, crenças e comportamentos associados à geração precedente, ao pôr em xeque a estrutura da família, o exercício da autoridade dentro e fora dela, o lugar das mulheres na sociedade e, com isso, as relações entre os sexos (ANDUJAR, 2010, p. 32, 33).

As pautas morais eram direcionadas à juventude e às mulheres, as quais os militares entendiam como guardiãs do lar e da moral da família tradicional. De

¹⁰GRUPO DE AÇÃO LÉSBICO-FEMINISTA. **Sobre a violência**. São Paulo, 1982.

acordo com essa visão tão restrita sobre as mulheres, os agentes do regime consideravam muito mais graves as ações de resistência destas do que dos homens, já que elas deveriam ser seres “dóceis”, “inocentes” e “obedientes”, prezando pelos valores do regime. De acordo com os estudos de Foucault sobre sexualidade em sociedades do controle, essa moral defendida pelo regime,

Trata-se de uma moral de homens: uma moral pensada, escrita, ensinada por homens e endereçada a homens, evidentemente livres. Consequentemente, moral viril onde as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar, quando as tem sob seu poder, e das quais, ao contrário, é preciso abster-se quando estão sob o poder de um outro (pai, marido, tutor). Aí está, sem dúvida, um dos pontos mais notáveis dessa reflexão moral: ela não tenta definir um campo de conduta e um domínio de regras válidas — segundo as modulações necessárias — para os dois sexos; ela é uma elaboração da conduta masculina feita do ponto de vista dos homens e para dar forma à sua conduta (FOUCAULT, 1984, p. 29).

A partir desses ideais, o regime intensifica a “caça às bruxas” às mulheres “desviantes”, como as prostitutas, as lésbicas, as feministas, e as militantes de organizações de esquerda. As prostitutas, especificamente, sofreram forte repressão do sistema autoritário baseado numa moralidade cristã ambígua, que ao mesmo tempo em que entende esses corpos como necessários para a coesão social, para a permanência da virgindade da moça da elite e da união monogâmica burguesa, também pune severamente seus agentes. As prisões de prostitutas e homossexuais eram algo rotineiro no regime embasado ainda na chamada “Lei da Vadiagem”¹¹ que remonta a outro período ditatorial no país, a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo Getúlio Vargas.

A legislação previa a punição por ociosidade de uma pessoa apta a trabalhar, sendo tipificadas as condutas de embriaguez (art. 62) e de ato ofensivo ao pudor (art. 61), que se relacionam muito bem ao enquadramento e à perseguição de prostitutas. Desde então, segundo Villela, “a vadiagem serviu, em muitos casos, como uma espécie de manto para encobrir o abuso de poder da polícia — representante do Estado — nas prisões efetuadas para

¹¹ Art. 59 da Lei das Contravenções Penais - Decreto Lei 3688/41. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11736424/artigo-59-do-decreto-lei-n-3688-de-03-de-outubro-de-1941>

averiguações. ” E serviu, principalmente, para enquadrar os corpos que não se encaixavam no modelo desenhado para homens e mulheres dentro do padrão de cidadão da Lei de Segurança Nacional. As prostitutas foram um dos segmentos da sociedade mais perseguido e reprimido na ditadura por esta legislação. Como o trabalho sexual nunca foi legalizado e nem expressamente proibido no Brasil, ele sempre existiu numa “zona cinzenta de normatividade permitindo uma arbitrariedade muito grande no tratamento que as forças policiais dispensavam para essa população”. Essa situação “se agravava com a estigmatização social e o preconceito cultural largamente difundido, que acabava conferindo legitimidade às violências que levavam a cabo os projetos de limpeza ou higienização” social (QUINALHA, 2017, p. 399).

Contudo, essas prisões e punições não ocorriam sem resistências, como se pode perceber em diferentes momentos de ação coletiva desses setores contra o autoritarismo do Estado. Como foi, o "Ato Público contra a Repressão Policial Arbitrária contra Homossexuais", realizado em 13 de junho de 1980, com a presença de mais de mil manifestantes em protesto às arbitrariedades da polícia paulista, sob o comando do Delegado da Seccional Centro de São Paulo, José Wilson Richetti. Os policiais operavam "prendendo indiscriminadamente todas as pessoas que, porventura, estiverem passando pelo local das 'batidas' (portando ou não documentos). Os alvos preferidos do delegado eram os homossexuais, os negros, travestis e prostitutas".¹²

Segundo Zanatta (1997, p. 208), a repercussão desse ato “é tal, que, após ouvir o depoimento de diversos detidos, principalmente das prostitutas - as mais agredidas fisicamente nas operações policiais”, são abertas denúncias públicas e um jurista entra com representação judicial contra o Delegado Richetti e o Secretário de Segurança.¹³ As perseguições e violências eram tantas que, mesmo após a ditadura, perduraram deixando marcas. Tanto que o I Encontro Nacional de Prostitutas no Brasil, em 1987, denunciava a violência policial contra as prostitutas nas principais capitais do país como o responsável pelo maior índice de agressões e desrespeito de direitos dentro do meio.

¹² Ato Público Contra a Violência Policial, jun. 1980, p.1.

¹³ LAMPIÃO DA ESQUINA, ano 3, n. 26. Rio de Janeiro, jul. 1980, p. 18.

Durante o regime, muitas prostitutas sofreram torturas, estupros, algumas foram até mesmo mortas, outras foram impedidas de trabalhar sofrendo perseguição e prisões constantes por conta da ação dos agentes do regime embasados nessa legislação sobre a “vadiagem”, como afirma Nanci Feijó, coordenadora da Associação Pernambucana de Profissionais do Sexo:

Éramos presas por vadiagem. Ia para a delegacia fazer faxina, levar palmatória e até lavar defunto. Levei muita carreira. Nem todas suportavam. Algumas morreram. Era uma época de comissário e de rádio patrulha. Todo mundo tinha medo da rua. Naquela época ninguém tinha como pedir socorro, como tem hoje.¹⁴

Sendo o mais emblemático desses casos de perseguição às prostitutas, o que ocorreu em Belém, quando, “[...] em 1971 a Marinha, a Aeronáutica e a Polícia Federal, em ação conjunta fecharam a zona de meretrício em Belém; cerca de duas mil mulheres dependiam da renda gerada no local para sobreviver” (FEIJO; PEREIRA, 2012, p. 42).

Durante o regime, era rotineira a desqualificação de pessoas que lutavam contra a ditadura baseada nas questões morais. Autoridades eclesiais eram acusadas de práticas sexuais ilícitas; intelectuais de terem relações sexuais fora do matrimônio; mulheres em geral de serem lésbicas ou prostitutas; e estudantes universitários de serem homossexuais e drogados, por exemplo. Tanto que, segundo Duarte (2011, p. 6),

Cartelas de anticoncepcionais foram usadas como provas de acusação contra moças presas no Congresso da União Nacional dos Estudantes, em Ibiúna (SP), em 1968. Construía-se, também assim, modelos de comportamento a partir do que se condenava ou estigmatizava.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo LEGH (Laboratório de Estudos de Gênero e História)¹⁵ e pela equipe da CNV (Comissão Nacional da

¹⁴ ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição da ditadura reivindicam anistia, **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2013. Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiacao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>.

¹⁵ Segundo o site oficial do LEGH, este foi transformado em Laboratório de Estudos de Gênero e História em maio de 2006 no departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do antigo Laboratório de História Social, tendo em vista que as temáticas de

Verdade), há muitos relatos de militantes que tiveram tratamento diferenciado nos órgãos de repressão por serem mulheres e militantes de esquerda. A tortura, os castigos infligidos, aconteciam no sentido de recolocá-las na posição de submissão e obediência, “natural de toda mulher”, no entendimento dos militares. Elas eram vistas como degeneradas e rotuladas como prostitutas, sendo, então, merecedoras de violações sexuais. A historiadora Olívia Rangel Joffily explica que, quando dirigida às mulheres, a tortura se diferenciava de duas formas:

Em primeiro lugar, o uso da tortura de cunho sexual, preferencialmente utilizada contra as mulheres, situação na qual [...] o prazer da dominação do torturador sobre sua vítima [...] é potencializado pelo gozo masculino em contato com o indivíduo do sexo oposto. Em segundo lugar, a tortura psicológica, envolvendo ameaças aos familiares mais próximos – filhos, maridos, irmãos, pais (JOFFILY, 2011, p. 224).

Como é o caso de Karen Keilt, que relatou para a CNV os abusos sofridos durante o período em que estava como presa política:

Começaram a me bater. Eles me colocaram no pau de arara. Eles me amarraram. Eles me deram batidas. Deram choque. Eles começaram dando choque no peito. No mamilo [...]. Eu desmaiei [...]. Eu comecei a sangrar. Da boca. Sangrava de tudo quanto era... da vagina, sangrava. Nariz, boca... E eu estava muito, muito mal [...]. Veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou. [...] Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual a de qualquer outra mulher. Ele era horrível [choro]. Oh God! [choro] (BRASIL, 2014, p. 404).

A partir do relato de Karen pode-se compreender melhor esse *modus operandi* do sistema sobre os corpos das mulheres, onde o estupro faz parte do momento da tortura para subjugar da forma mais marcante possível a partir de um ideal de retorno ao domínio masculino tão naturalizado pelos ideais conservadores do regime. Assim como Frantz Fanon analisa no clássico *Os Condenados da Terra*, a partir dos relatos e das vivências como psiquiatra na

pesquisa que estavam sendo feitas em sua maioria focalizavam as relações de gênero. Sendo hoje um dos laboratórios de estudo de gênero de maior prestígio e produção do país. Tendo este por objetivo principal “a produção do conhecimento historiográfico sobre as relações de gênero, entendendo este como uma categoria de análise e como categoria empírica que define a organização social da diferença sexual”. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/quemsomos/>.

guerra de independência da Argélia, onde o estupro das argelinas pelos soldados franceses em campo ou durante interrogatórios era tanto uma tática de domínio como de desmoralização e desarticulação da resistência. Percebe-se, então, a partir desses depoimentos e estudos o quanto a ditadura foi implacável com mulheres que lutavam pela sua independência e pela liberdade de outras nesse período tão sombrio da história do país. Como salienta o seguinte trecho do Relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Nesse espaço desempoderado, os perseguidos políticos tiveram seus corpos encaixados na condição de prisioneiras e prisioneiros. No exercício da violência, mulheres foram instaladas em locais de identidades femininas tidas como ilegítimas (prostituta, adúltera, esposa desviante de seu papel, mãe desvirtuada etc.), ao mesmo tempo que foram tratadas a partir de categorias construídas como masculinas: força e resistência físicas (BRASIL, 2014, p. 402).

Percebe-se também que essas perseguições contra as mulheres e sua organização na luta não foram visibilizadas como movimentos importantes de resistência dentro da história da esquerda, “[...] até hoje escrita em torno da trajetória dos grandes homens” (DUARTE, 2012, p. 101). Tanto que os seus relatos são escassos e não se tem uma projeção real da dimensão dessas ações e da perseguição sofrida.

Goldenberg defende a ideia de invisibilidade para discutir a forma pela qual se percebem as mulheres representadas na história da esquerda brasileira. Suas posições no interior das organizações políticas consideram-se secundárias ou inferiores às dos companheiros, “escondidas” ou apresentadas como “filhas de...”, “mulher de...”, coadjuvantes, enfim. A exclusão relaciona-se com o maior ou menor capital político das mulheres, antes de ingresso em partidos ou organizações de esquerda, em contraposição à imagem do “bom militante”, identificada com o comportamento eminentemente masculino de domínio do discurso para grandes plateias, à fala dura e impessoal, métodos de disputa agressiva e afastamento da vida pessoal e familiar como prova de abnegação à causa (DUARTE, 2012, p. 101).¹⁶

Outra ala da sociedade que teve grande impacto na perseguição dos ideais contrários ao pensamento conservador corrente, tendo nesse sentido colaborado com a perseguição às mulheres, foi a Igreja Católica. É, porém,

¹⁶ GOLDBENBERG, Mirian. Mulheres e Militantes, **Revista Estudos Feministas**. ano 5, n. 2, 1997.

necessário ressaltar que a Igreja se envolveu em diferentes posições com a ditadura civil-militar, não tendo somente um peso na implantação desta, mas também uma ação que vai mudando ao longo do regime, indo da inércia de um grande setor até seu protagonismo no campo progressista, num processo complexo, cheio de disputas, interesses conflituosos e ideais divergentes.

Primeiramente, com o apoio ao golpe de Estado deflagrado em 1964. A ala mais conservadora foi liderada pelo cardeal dom Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, por dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre, e por Monsenhor Sigaud, bispo de Diamantina, participantes do movimento Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP)¹⁷, certos de que somente a ação dos militares seria capaz de frear a expansão do comunismo e preservar a moralidade no país. Esta ala também temia o avanço das ideias progressistas da Teologia da Libertação, proclamadas no país por figuras como dom Hélder Câmara e pelo arcebispo de Aracaju, dom José Távora.

Segundo Andreia Setemy (2018, p.178), essa ala conservadora do clero se articulou, antes mesmo do golpe, junto com entidades de mulheres (conhecidas como “marchadeiras”) em atos em defesa de valores morais ameaçados pelo dito avanço do comunismo, representado na figura de João Goulart. Assim como, após o golpe, continuaram se articulando numa verdadeira “cruzada” em defesa da moral e dos bons costumes tendo em mente salvar a sociedade brasileira dos abusos introduzidos pelas novelas, filmes, músicas e

¹⁷ Segundo Setemy (2018, p. 177, 178), a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), era uma associação civil de âmbito nacional, composta apenas por homens, cujo objetivo era combater o comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de São Tomás de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade. Essa organização foi fundada em 1960 por Plínio Correia de Oliveira, ex-integrante da Ação Católica Brasileira (ACB), da qual se desligou em 1943, quando a organização começou a se envolver com questões sociais. Caracterizou-se como a mais radical organização católica de oposição ao governo João Goulart promovendo, entre os anos de 1961 e 1963, uma campanha nacional contra a “reforma agrária socialista e confiscatória” Com o golpe de 1964, a associação colocou-se imediatamente ao lado do regime ditatorial e em oposição aos setores progressistas da Igreja Católica, no intuito de fortalecer sua campanha em oposição à “comunização” do clero e da sociedade brasileira. Seguindo com uma linha de ação conservadora, em 1966, a TFP promoveu uma coleta de assinaturas para o documento: Apelo às Autoridades Cíveis e Eclesiásticas em Favor da Família Brasileira. Este documento argumentava contra um projeto de lei que havia sido enviado ao Congresso que previa a introdução do divórcio no país. Portanto, ao longo de todo esse período, a TFP desenvolveu constantes campanhas em defesa da família monogâmica e indissolúvel, da propriedade privada e do ataque ao comunismo, com uma pertinente defesa do regime de exceção.

publicações. Segundo Bezerra, a partir da análise da documentação do CDI/DPF, Dom Geraldo Sigaud, que era muito próximo aos militares, em 1971,

[...] fez uma conferência no Estado-Maior do Exército direcionada aos oficiais-generais, comandantes de unidades e oficiais superiores ligados ao setor de informações na qual buscou fazer uma análise do comportamento dos religiosos que estavam empenhados no combate ao “governo da revolução”. Dom Geraldo denunciou os principais líderes católicos que, segundo ele, estavam lutando pela derrubada da ordem estabelecida e pela implantação do marxismo, entre os quais dom Hélder, dom Waldyr Calheiros, dom David Picão, dom Cândido Padin e dom Antônio Fragoso. E, por fim, recomendou uma ação enérgica do governo contra as ações desses bispos “subversivos” (BEZERRA, 2010, p. 112).

Vê-se, portanto, a ligação concreta de membros do Clero não só com um pensamento conservador, mas com a repressão do regime, demonstrando assim o caráter também civil da ditadura e a importância da atuação da Igreja nesse processo. E, justamente, por conta desse conluio entre militares e setores do Clero é que se abateu sobre os agentes pastorais uma forte perseguição, com detenções arbitrárias e tortura, principalmente dos religiosos pertencentes à Ação Católica Brasileira (ACB)¹⁸ e ao Movimento de Educação de Base (MEB)¹⁹. Já os órgãos progressistas da Igreja, como a CNBB, tiveram dificuldade em elaborar uma declaração oficial contra o regime imediatamente após o golpe. Porém, em 1967, a ala mais progressista começa a retomar sua voz contra o regime autoritário, a partir da prisão dos monges beneditinos que tiveram participação no encontro clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo Michael Lowy, a alavancada desse movimento vem em 1970, quando

Dom Helder Câmara denunciou, pela primeira vez, o uso de tortura no Brasil, abertamente, e tornou-se imediatamente objeto de uma

¹⁸ De acordo com o site do CPDOC, a Ação Católica Brasileira (ACB) foi uma “associação civil católica criada em 1935 por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, em resposta às solicitações do papa Pio XI para que fossem fundadas em todo mundo associações leigas vinculadas à Igreja “com a finalidade de estabelecer o reino universal de Jesus Cristo”. Em 1966, as novas diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) determinaram seu desaparecimento. ” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-catolica-brasileira-acb>. Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁹ De acordo com o site do Movimento de Educação de Base, o MEB é um organismo fundado em 21 de março de 1961 e vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que realiza ações diretas de educação popular em diversas regiões do país em que os indicadores socioeconômicos revelam situação de extrema pobreza. Disponível em: <https://www.meb.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

campanha violenta por parte das autoridades brasileiras e da imprensa conformista, que o acusava de “caluniar nossa terra entre os estrangeiros”. O então governador de São Paulo, Abreu Sodré, chegou ao ponto de chamá-lo de “um Fidel Castro de batina” que “pertence à máquina de propaganda do Partido Comunista”[.].

No entanto, à medida que o ultraje da opinião católica internacional e brasileira foi aumentando, uma posição como essa já não era viável [...] Dom Agnelo Rossi foi “promovido” para uma alta posição em Roma e substituído por um novo bispo. Dom Paulo Evaristo Arns, conhecido por seu envolvimento em defesa dos direitos humanos e sua solidariedade com os religiosos presos. Pouco tempo depois, a CNBB elegeu um novo presidente, Dom Aloísio Lorscheider, que levou a Igreja a uma oposição cada vez mais aberta contra a ditadura militar. A mudança foi tão profunda que, durante a década de 1970, depois de a Esquerda clandestina haver sido eliminada, a Igreja surgiu, aos olhos da sociedade civil e dos próprios militares, como o adversário principal do estado autoritário (LOWY, 2016, p. 150,151).

De acordo com o historiador Paulo Bezerra, o documento mais contundente da CNBB de crítica ao autoritarismo e aos desmandos do regime militar foi o *Exigências Cristãs de uma Nova Ordem Política*, resultado da XV Assembleia Geral realizada em outubro de 1977, no qual se vê um posicionamento claro contra a Doutrina de Segurança Nacional.

É dever do Estado respeitar, defender e promover os direitos das pessoas, das famílias e das instituições. Toda ação exercida sobre elas pelo Estado deve fundar-se no direito que deriva de sua responsabilidade pelo bem comum. [...] A segurança é um elemento indispensável do bem comum, na medida em que garante externamente as justas prerrogativas da soberania nacional e a independência econômica do país contra interferências indébitas e garante internamente a tranquilidade pública, a sequência normal da vida da nação e o gozo dos direitos fundamentais das pessoas, das famílias e das instituições. [...] A segurança, como bem da nação, é incompatível com uma permanente insegurança do povo. Esta se configura em medidas arbitrárias de repressão, sem possibilidades de defesa, em internamentos compulsórios, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e inquéritos aviltantes, em atos de violência praticados pela valentia fácil do terrorismo clandestino e numa impunidade frequente e quase total.²⁰

Segundo os estudos de Sena e Moretti (2011, p. 367), eclesiásticos como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Aloísio Lorscheider e Dom Helder Câmara, pertencentes ao alto clero da Igreja Católica no Brasil, foram também ferrenhos

²⁰ CNBB. **Exigências cristãs de uma ordem política**. In: XV Assembleia Geral da CNBB.

Disponível em:

http://www.cnbb.org.br/ns/modules/mastop_publish/files/files_489c94e0a5922.pdf. Acesso em: 10 set. 2009.

sujeitos políticos na defesa dos direitos humanos, durante a ditadura, agindo tanto na denúncia do regime como na proteção de presos políticos, valendo-se da autoridade sacerdotal que possuíam. Porém, esses posicionamentos de denúncia das violações de direitos humanos praticadas pelo regime representavam um grande risco para esse clero mais progressista, já que poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. De acordo com o artigo 16 desta lei, constituía ato criminoso "divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas." Sendo a ação mais grave a de "manchar o nome" do regime perante a comunidade internacional, "provocar perturbação da ordem pública ou expuser a perigo o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil."²¹ Atitudes que muitos padres tomaram ao denunciar o autoritarismo e a violência da ditadura em cartas, entrevistas e falas em congressos no exterior.

Vê-se que, durante a ditadura civil-militar, houveram cisões dentro da Igreja Católica brasileira. Uma grande parcela da Igreja protagonizou a defesa e a promoção dos direitos humanos, enquanto uma parcela menor foi conivente desde antes do golpe e compactuou com as ações arbitrárias do regime de exceção, mesmo diante das graves denúncias de crimes contra a humanidade. Houve também uma parte da Igreja que apoiou o golpe por lutar contra o comunismo, mas que quando se deparou com as graves violações passou a denunciar o regime ditatorial outrora apoiado. A partir dos acirramentos dessas posições e do papel fundamental dessa parcela mais progressista na luta contra o regime, os rumos teológicos da Igreja tornaram-se cada vez mais um projeto em disputa.

2.1 Os caminhos da Igreja Progressista e do “Bispo das Prostitutas” durante o regime autoritário

“Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito

²¹ BRASIL. Decreto-lei nº 898, de 29 de setembro de 1969.

quem mancha suas mãos com o sangue de seu irmão. Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade – repito – a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso irmão, pela qual somos responsáveis, tanto individual quanto coletivamente. ” Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns²²

Com o avanço do campo progressista da Igreja, esta se torna um ponto de abrigo, de proteção para diferentes movimentos sociais que se colocaram na luta contra o regime, como se pode ver no discurso acima de Dom Paulo Evaristo Arns em defesa da liberdade e da preservação da vida, realizado durante o ato fúnebre ecumênico antes do sepultamento do jornalista Vladimir Herzog,²³ morto pelos agentes da ditadura civil-militar, em outubro de 1975. De acordo com as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2018, p. 472), a morte de Herzog fez reagir uma rede de denúncias contra a tortura, as prisões ilegais e os assassinatos executados pelos agentes do regime. Nessa ocasião, os campos progressistas das Igrejas Católica, Judaica e Protestante se uniram para articular um grande culto ecumênico de denúncia, protesto e despedida.

²² Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, no ato fúnebre ecumênico, antes do sepultamento do jornalista Vladimir Herzog, 1975. *In*: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório; v. 2: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

²³ De acordo com o site do Instituto Vladimir Herzog, Vladimir foi um jornalista de esquerda, diretor de jornalismo na TV Cultura, vitimado aos 38 anos pela ditadura, tornando-se uma personagem icônica no processo de redemocratização. “Sua prisão foi uma entre dezenas de detenções determinadas pela Operação Jacarta, conduzida pelo DOI-CODI com a intenção de destruir bases do Partido Comunista em órgãos de imprensa, sindicatos e outras entidades”. Especulam-se uma série de explicações para sua prisão, mas tem-se o consenso de que a sua morte não foi premeditada, mas fruto da desmedida violência na atuação dos torturadores. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/biografia/>. Acesso em: 29 set. 2020.

Figura 1 - Missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog



Fonte: Missa de sétimo dia pela morte do jornalista Vladimir Herzog, fotografia de Antônio Carlos Piccino, 31 de outubro de 1975. Estádio Conteúdo, São Paulo.

Como se pode notar pela fotografia acima, esse culto ecumênico se tornou um grande movimento de denúncia e promoveu uma comoção nacional sobre a questão da tortura executada pelo Estado autoritário. Cerca de 8 mil pessoas desafiaram o regime e compareceram ao culto ecumênico celebrado na catedral da Sé, em São Paulo, havendo nas escadarias e na praça em torno de 30 mil pessoas. O ritual foi concelebrado por cinco importantes lideranças religiosas do país: os rabinos Henry Sobel e Marcelo Rittner, dom Paulo Evaristo Arns, o arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara e o pastor presbiteriano Jaime Wright. Dom Hélder afirmou na ocasião que “hoje o chão da ditadura começou a tremer. É o começo do fim”. Entendendo esse momento como um marco de união das oposições, a partir de uma articulação desse campo ecumênico progressista com os sindicatos, partidos, movimento estudantil e movimentos sociais para o retorno ao espaço público numa aliança de combate à ditadura. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 473).

Celebrações como essas já vinham ocorrendo ao longo do período autoritário, principalmente com a morte sobre tortura de estudantes universitários ligados a organizações de esquerda, como no caso do assassinato do

secundarista Edson Luís de Lima Souto em uma manifestação de protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 1968. Mais de seiscentas pessoas compareceram à missa de sétimo dia, celebrada pelo vigário do Rio de Janeiro, dom José de Castro Pinto. “Com a igreja da Candelária cercada por centenas de fuzileiros e cavalarianos da Polícia Militar, quinze padres deram-se as mãos formando duas correntes para permitir a saída dos fiéis em segurança — “Inesquecível, padres”, gaguejou, emocionado, o crítico literário Otto Maria Carpeaux” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 461). Assim como, em março de 1973, o estudante Alexandre Vannucchi Leme, militante da ALN²⁴ e aluno de Geologia da Universidade de São Paulo (USP), foi sequestrado, torturado e morto no Codi-DOI de São Paulo aos 22 anos. Segundo Schwarcz e Starling (2018, p. 471) sua morte promoveu uma comoção nacional e devolveu o movimento estudantil às ruas. Cerca de três mil estudantes compareceram à missa em memória de Vannucchi, celebrada pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns, uma das principais lideranças religiosas na defesa dos direitos humanos no país. Apesar do aparato de guerra montado pela polícia em frente à catedral da Sé, “24 padres oficiaram com o cardeal Arns uma missa que emocionou o Brasil inteiro”. Onde, pouco antes da comunhão, surgiu no altar o compositor Sérgio Ricardo cantando, pela primeira vez, a canção “Calabouço”, a qual unia esses dois assassinatos: o de Alexandre Vannucchi Leme e o de Edson Luís de Lima Souto. Esses episódios demonstram como vinha se firmando uma articulação contra o regime autoritário entre os diferentes campos da esquerda e a Igreja progressista. Igreja esta que era vista pelo regime como um grande impedimento para execução dos seus projetos, já que tinha um poder de mobilização e respaldo social muito grande dentro e fora do país.

Segundo Bezerra (2010, p. 37), os bispos do Nordeste se destacavam desde 1950 como lideranças, tanto em ações em prol dos trabalhadores e camponeses na resolução de graves conflitos, como numa atitude crítica em

²⁴ De acordo com a socióloga Alzira Alves de Abreu, a Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma organização revolucionária criada em 1968 por três dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB): Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira e Virgílio Gomes da Silva. Esta organização defendia a necessidade da luta armada para derrubar a Ditadura Civil-Militar e para instalar um governo popular revolucionário. Ao lado do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), foi um dos principais grupos que, entre as décadas de 1960 e 1970, se dedicaram à guerrilha no país. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-libertadora-nacional-aln>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

relação ao regime de exceção vivido no país. Ressalta ainda a importância na construção desses novos postulados de fé e ação social dos religiosos: dom Hélder Câmara (Olinda/Recife - PE), dom Antônio Fragoso (Crateús - CE), dom José Távora (Aracajú - SE) e dom José Maria Pires (João Pessoa - PB). Assim como dos grupos leigos: Ação Católica Operária (ACO), Juventude Operária Católica (JOC)²⁵ e Juventude Agrária Católica (JAC)²⁶. Nasce, então, ao longo desse processo a “Igreja dos Pobres”, a partir de um intenso trabalho de base organizado através das CEB’s (Comunidades Eclesiais de Base)²⁷, das pastorais sociais e do MEB, seguindo e fazendo os ideais da Teologia da Libertação²⁸ no seio do povo.

²⁵ De acordo com o site do CPDOC, a Juventude Operária Católica (JOC) era uma “associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em 1948 como setor especializado da Associação Católica Brasileira (ACB) destinado à difusão dos ensinamentos e da doutrina da Igreja no meio operário. Vinculando-se à JOC internacional, a JOC brasileira adotou o método “ver, julgar e agir”, que consistia em analisar a realidade à luz da doutrina da Igreja, traçando em seguida linhas de ação. Sua principal atribuição seria formar líderes católicos capazes de assumir a direção da classe operária, na tentativa de evitar a influência comunista.” Ainda de acordo com o CPDOC, “a perseguição do governo militar freou uma atuação mais radical da JOC. Várias prisões foram efetuadas sob a alegação de que a mobilização operária era promovida por “elementos estranhos a esse meio”. ” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-operaria-catolica-joc>. Acesso em: 15 jan. 2020.

²⁶ Segundo a socióloga Mônica Almeida Kornis, a Juventude Agrária Católica (JAC) era uma “associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesiástica em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Tinha por objetivo difundir os ensinamentos da Igreja nas zonas rurais. Desapareceu a partir da crise da ACB, iniciada em 1966.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-agraria-catolica-jac>. Acesso em: 15 jan. 2020.

²⁷ De acordo com o site do CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), “as comunidades eclesiais de base (CEBs) são organismos da Igreja Católica que se caracterizam por: (a) celebração dominical realizada por leigos ou leigas; (b) ampla participação na tomada de decisões, geralmente por meio de assembleias; e (c) ligação entre a reflexão bíblica e a ação na sociedade. As CEBs nasceram numa conjuntura sociopolítica marcada pelo regime militar autoritário e pelo conseqüente fechamento dos canais de participação política. Reagindo contra ele em nome dos direitos humanos, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deu cobertura institucional às CEBs e às pastorais (Indigenista, da Terra, Operária, da Juventude), mais sujeitas à repressão policial militar. Assim, nos anos 1970 e no início da década seguinte muitos setores sociais encontraram nas CEBs seu espaço de atuação política, embora elas não deixassem de ser espaços propriamente religiosos.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/comunidades-ecclesiais-de-base-cebs>. Acesso em: 15 jan. 2020.

²⁸ Michel Lowy (2000) propõe em sua obra que esse movimento da Igreja em direção ao leigo, à libertação dos pobres, não seja chamado estritamente de Teologia da Libertação, já que a maioria dos religiosos engajados não eram teólogos. Portanto, Lowy considera mais adequado chamar esse movimento de “Cristianismo da Libertação”, por envolver diversos elementos em sua constituição para além de um debate ou prática teológica. Neste estudo, os dois termos serão usados para designar esse movimento amplo da Igreja Católica na América Latina e para além dela.

Outro setor que tinha uma ação contundente contra o regime e que se relacionava com os grupos já citados eram os dominicanos, de onde vem o cearense Frei Tito de Alencar, o qual foi duramente reprimido pelos agentes da ditadura por causa da sua militância política, como analisa Sena e Moretti (2011, p. 368).

Os dominicanos, em geral, e Frei Betto, em particular, não desvinculavam fé cristã de ação política; assim, auxiliavam os militantes a combater um governo ditador e violento. E por isso muitos religiosos foram presos e torturados pela polícia política. Frei Tito fez parte dessa estatística. Era diretor da Juventude Estudantil Católica (JEC) de Recife que, juntamente com a Juventude Universitária Católica (JUC) e outros movimentos, compôs os quadros da Ação Popular (AP) e participou também do famoso Congresso de Ibiúna, que reuniu grande número de estudantes e foi duramente reprimido em 1968. Nessa ocasião, levaram-no à OBAN (Operação Bandeirantes) para interrogatórios. Por não falar sobre sua atuação junto aos clandestinos e não denunciar ninguém, o frei foi preso e torturado, até sua extradição para o Chile. De lá partiu para a Europa, onde foi acolhido por dominicanos num convento em Paris; acabou se suicidando por não conseguir esquecer o que viveu nos porões da ditadura.

Um caso emblemático de perseguição sofrida por religiosos engajados nesse mesmo período foi o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto. O padre Antônio Neto era auxiliar direto de dom Helder Câmara, reconhecido internacionalmente como um símbolo da luta em defesa dos direitos humanos. Ele foi sequestrado, torturado e morto em Recife pelos agentes do regime ditatorial. “Era a primeira vez que no país se assassinava um padre por motivos políticos. Sendo que, a partir dessas inúmeras comprovações da prática da tortura pelos militares, inclusive contra membros do clero, levou um grupo de bispos a utilizar seus próprios canais de comunicação para fazer chegar à opinião pública internacional denúncias sobre a tortura no país. Ocorrendo, por exemplo, em 1970, na igreja Saint-Germain-de-Prés, em Paris, a exposição em seu altar-mor um Cristo algemado, com um tubo na boca e um magneto no topo da cruz. No alto, a esfera cortada pela inscrição “Ordem e Progresso”, numa clara alusão à bandeira do Brasil e ao seu regime sanguinário. (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 461).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) surgiram em 1970, exatamente nesse momento de reorganização do campo progressista no meio popular junto à Igreja para melhoria na qualidade de vida das pessoas mais carentes e na luta contra a ditadura. Tornaram-se núcleos irradiadores da Teologia da Libertação, sendo compostos por pequenos grupos de fiéis com agentes pastorais que realizavam leituras coletivas do Evangelho para despertar a consciência crítica daquela comunidade, estimulavam a participação de seus membros e buscavam construir uma ação efetiva pela mudança. Sendo que, em meados dos anos 1970, já existiam milhares de CEBs espalhadas nas cidades e na área rural que funcionavam como celeiros de formação de lideranças comunitárias. “Essas comunidades estavam na origem dos novos movimentos sociais que emergiram na cena pública do país ao longo dessa década — Movimento do Custo de Vida, Sociedade dos Amigos de Bairro, Associações de Favelas —, e foram essenciais para organizar a participação popular em atividades de pressão política” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 473).

Esses trabalhos de base das pessoas comprometidas com a linha social da Igreja foram monitorados pelos agentes de repressão, havendo muitas vezes perseguições e prisões, dessas pessoas, marcadas com o estigma de comunistas. No entanto, havia muita solidariedade dentro das pequenas comunidades, o que driblava as perseguições, a partir das resistências cotidianas. Pode-se tomar por exemplo o que ocorria em Sobral, no Ceará, com as prostitutas que se organizavam no Ninho Cearense. Quando os agentes dos órgãos de repressão chegavam à cidade, de pronto iam ao bordel. As prostitutas, porém, rapidamente avisavam à equipe do MEB, na tentativa de livrar seus integrantes dos interrogatórios ou até mesmo de prisões injustas, como a agente Valnê Alves rememora no trecho a seguir:

[...] elas, as meninas, avisavam a equipe que o perigo rondava por ali. Era assim, a gente recebia o aviso e diziam: olhe, tem que sair já, já. Aí a gente saía da cidade e ficava num lugar escondida, assim uns dias e depois voltava.²⁹

²⁹ ALVES, Maria Valnê. Entrevista realizada em 18 de dezembro de 2004. Sobral – CE. Arquivo pessoal de Viviane Prado Bezerra. In: BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nós não agir o**

Diante do desamparo da população pobre e dessa perseguição aos que fugiam dos padrões morais impostos, surge não só no Brasil, mas em toda a América Latina uma Igreja progressista de resistência a partir das ações das Comunidades Eclesiais de Base, das Pastorais Sociais e da Teologia da Libertação. Esta irá constituir a base teológica às experiências eclesiais emancipatórias já existentes, fortalecendo cada vez mais o meio popular e sua ânsia por justiça social, assim como afirma Leonardo Boff.

A Teologia da Libertação, em vista de seu interesse libertador e partindo da sua opção pelos pobres, deu prioridade à tendência dialética em relação à funcionalista, na análise da sociedade. É aí que ela percebe que a pobreza é produto de certo tipo de desenvolvimento desigual em que os benefícios vão para as minorias ricas e os encargos e malefícios para as maiorias empobrecidas. Assim, a pobreza aparece com sua face de opressão (no sentido político), de exploração (no sentido econômico), de injustiça (no sentido ético) e de pecado (no sentido teológico) (BOFF, 1986, p. 103).

Michael Löwy acrescenta que,

a ideia central da Teologia da Libertação, poderíamos nos referir à expressão consagrada pela Conferência dos Bispos Latino-Americanos de Puebla (1979): “a opção preferencial pelos pobres”. Mas é preciso acrescentar imediatamente que, para a nova teologia, esses pobres são os agentes de sua própria libertação e o sujeito de sua própria história – e não simplesmente, como na doutrina tradicional da Igreja, objeto da atenção caridosa (LOWY, 2016, p. 76).

A Teologia da Libertação surge no Brasil como um movimento de cristianismo libertário com uma mensagem de luta social por dignidade humana, amparada por setores do clero e por diversos movimentos religiosos leigos, como a ACB, a JUC³⁰, a JOC, as comissões pastorais, e as CEBs. Como citado por Löwy, esse movimento tinha como base de ação a opção preferencial pelos pobres, denunciando sua opressão e agindo como agente de libertação. Isso fez

puder num sabe que nois isisti nu mundo: MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 – 1980). Sobral: ECOA, 2014, p. 227.

³⁰ A Juventude Universitária Católica (JUC), segundo Mônica Kornis, foi uma “associação civil católica reconhecida nacionalmente pela hierarquia eclesial em julho de 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB)”. Tinha como objetivo principal a difusão dos ensinamentos da Igreja no meio universitário. Teve uma participação bem ativa na luta contra o autoritarismo da Ditadura, atuando junto aos diversos movimentos sociais e estudantis. “Desapareceu entre os anos de 1966 e 1968, quando a nova orientação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em relação aos movimentos leigos da Igreja provocou o esvaziamento da ACB”. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-universitaria-catolica-juc>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

com que a Igreja tivesse um importante papel nas comunidades mais marginalizadas, mobilizando a população para melhorias concretas em suas condições de vida, assim como uma liderança nos processos de luta contra o regime militar. Esse papel do Cristianismo da Libertação de luta contra as desigualdades e contra os regimes militares não se deu só no Brasil, mas em vários países da América Latina que viviam regimes de exceção, formando uma teia de pensamentos, organismos e ações.

O Cristianismo da Libertação no Nordeste brasileiro apresentava como uma grande frente o trabalho desenvolvido pela Diocese de Crateús, na liderança de Dom Frágoso, o qual orientava um precioso projeto de Igreja Libertária no interior do Ceará. Suas ações com as bases viraram referência na luta contra o latifúndio, a miséria, as injustiças e a intolerância. Mas sua prática de fé numa linguagem popular e visão revolucionária de Igreja dos oprimidos rendeu-lhe muitas perseguições e ameaças dos órgãos de repressão da ditadura, que puniu vários companheiros seus de batina e de vida com tortura e exílio. E muitos desses companheiros de fé e militância eram freiras ou leigas que trabalhavam nas pastorais sociais ou no MEB em Crateús e regiões próximas, como a Irmã Margarida que fez o relato a seguir para o sociólogo Jonas Cruz (2017, p.47, 48) sobre as perseguições sofridas na década de 1970 por conta de sua ligação com Dom Frágoso e as ações da Diocese.

Irmã Margarida - Nós morávamos em Palmácea, no forte (sic) da ditadura militar. A gente foi perseguida lá. Nós saíamos para as comunidades, quando chegava, muitas vezes.... Nós chegamos em casa e encontramos tudo tirado do guarda-roupa. Livro tirado dos armários. Tudo no chão, porque havia vizinho à nossa casa. Havia um casal. E depois nós soubemos que ele fazia parte do SNI. Ele com gente da política militar fazia isso. E depois nós soubemos que ele estava fazendo parte. Abriam as portas, quebravam as portas e entravam.

Jonas Cruz – Mas por que você acha que eles faziam isso?

Irmã Margarida – Porque nós chegamos em Palmácea em 71. E havia a polícia militar que comandava a frente de serviço. E lá a polícia militar dizia nas comunidades em que nós íamos, dizia que não era para receber a gente. Porque éramos comunistas, porque nós fomos levadas pelo bispo Dom Frágoso. E Dom Frágoso era tido como comunista na época.³¹

³¹ Entrevista realizada pelo sociólogo Jonas Cruz com a irmã Margarida, gravada em 19/05/2016.

Porém, mesmo diante das ações dos agentes da repressão, Dom Fragoso, assim como outros teólogos e agentes pastorais, dizia que era impossível calar-se diante do que se via, como nessa entrevista para o Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro:

Os camponeses devem descobrir que são homens como os outros. Devem libertar-se... devem organizar-se em sindicatos para que possam falar alto e exigir justiça. Ninguém abafará a coragem dos camponeses! Dizem que o nosso trabalho é comunizante. Quem diz isso está interessado na escravidão do camponês.... No dia que eu parar de lutar pela sua libertação, eu serei um traidor da minha consciência.³²

A partir dessa militância corajosa da Diocese de Crateús teve-se a oportunidade de chegar ao Brasil o movimento Ninho. De acordo com a socióloga Andreia Skackauskas (2018), o Ninho nasceu em 1937, na França, a partir do encontro entre o padre André Marie Talvas, da JOC (Juventude Operária Católica), e Germaine Champion, prostituta e alcoólatra que queria ajudar outras prostitutas. Então, eles começaram o Movimento abordando prostitutas que ficavam nas ruas. Posteriormente, foram criando “centros de acolhida”, a partir da década de 1940, em várias cidades da França.

Segundo a historiadora Jovelina Rocha (2017, p. 17), o Ninho teria como objetivo central “a promoção humana de prostitutas e mulheres traficadas para exploração sexual”, sendo, portanto, contrário a qualquer perspectiva de regulamentação da prostituição, por isso, ligado a Federação Abolicionista Internacional. Tendo como meta a luta pela abolição da prostituição, a luta contra qualquer tentativa legislativa, médico-institucional que visasse regulamentar essa atividade.

O Ninho se expande para o Brasil e forma no Ceará o Ninho Cearense e, em seguida, a Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM). Segundo o padre Helmut Teodoro Rohner (1987, p. 61) - um dos organizadores do Movimento no Brasil - o Ninho teve nomes diferentes ao longo do tempo em diversos lugares do Brasil, sendo um movimento articulado regionalmente e nacionalmente por

³² CRATEÚS: UMA CIDADE AGITADA COM UM BISPO MUITO CALMO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1968.

meio de encontros e correspondências. Ele afirma que até o fim da década de 1980, surgiram cerca de cinco nomes principais para designar esse conjunto de movimentos existentes no território nacional, sendo estes: 1. Pastoral da Mulher Marginalizada; 2. Pastoral da Mulher Só e Desamparada; 3. Pastoral da Mulher; 4. Movimento de Libertação da Mulher; e 5. Movimento de Promoção e Libertação da Mulher. Segundo Rocha (2017, p. 37), “as pontuadas diferenças, que atingiam níveis de metodologia de trabalho e até mesmo de nome, como é o caso de muitas pastorais do Nordeste, ainda conhecidas como “Ninho”, foram o motivo de nos Encontros da década de 1980 se debater a questão da necessidade de um organismo articulador dessas pastorais, sendo criado, então, o Secretariado Nacional na década de 1990.

De acordo com o estudo realizado pelo sociólogo Anjos Júnior (1983, p. 54, 55), no Farol do Mucuripe, entre o final da década de 1970 e início de 1980, o Ninho Cearense funcionava com o apoio da Diocese de Fortaleza e da Diocese de Crateús, atuando na forma das comunidades eclesiais de base. O movimento estava organizado no Farol, nesse período, “sob a coordenação de uma equipe voluntária formada por dez mulheres, não importando por princípio, se exercem ou não a prostituição, mas que moram na área da zona”. Essa equipe atuava como um conselho deliberativo, reunindo-se às quartas e aos sábados, promovendo encontros, eventos e palestras, assim como eleições para uma diretoria composta por sete membros com mandato de dois anos. Anjos salienta em sua análise que o Ninho buscava “o máximo de participação da prostituta, uma vez que ela tem direito a voz e a voto”. Ele afirma que,

Sendo o Mucuripe privado de quaisquer iniciativas assistenciais por parte dos poderes públicos, é compreensível que o Ninho tenha que se defrontar não só com problemas específicos da prostituta, mas também com os vários outros da comunidade como um todo. Ainda que sob inspiração filantrópica e religiosa, o Ninho não deixa de ser uma instituição mediadora entre os dois mundos, volta-se humanisticamente para a prostituta, não interferindo em sua atividade de trabalho (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 54, 55).

As observações e análises de Anjos demonstram que o Ninho Cearense tinha uma compreensão da necessidade de articulação das prostitutas entre si para uma organicidade na luta por melhores condições de vida, priorizando a sua fala e o seu entendimento sobre os problemas ao redor. É elencada também a problemática da precariedade em condições dignas de vida no Farol e como o

Ninho vinha agindo muitas vezes priorizando as atividades filantrópicas, por conta do empobrecimento e da marginalidade, considerada pelo autor uma atuação importante, mas não tão eficaz.

Segundo Dom Fragoso, o Brasil foi o primeiro país a adotar o “modelo” do Ninho. Em 1960, a partir de seus contatos com o padre francês André Marie Talvas, recebeu a visita de militantes francesas para ajudar na formulação de um movimento como o Ninho, só que adaptado à realidade local, com o intuito de promover cidadania e dignidade humana para as prostitutas nas zonas do baixo meretrício. Através disso, o Ninho foi, aos poucos, crescendo e se articulando pelo Nordeste e depois em outras regiões do país, a partir da linha pastoral de Dom Fragoso e de outros teólogos da Libertação e religiosos sonhadores com uma sociedade mais justa e humana, inclusive na zona. Já em 1974, a Igreja Católica assume essa responsabilidade do cuidado e assistência pastoral efetiva para as prostitutas e seus filhos e organiza, aos poucos, a Pastoral da Mulher Marginalizada. Como pode-se analisar no relato de Dom Fragoso na fonte a seguir:

Em 1950, fui participar do encontro jubilar da Juventude Operária Católica (JOC) em Bruxelas, na Bélgica. Passei por Paris e então me encontrei com o então jovem André Marie Talvas que fundara, com a benção de seu cardeal Arcebispo Emmanuel Suhard, um movimento ao qual depois chamará de NID (Ninho) [...] Deus colocou no seu caminho uma mulher trabalhada pela graça de Deus. Vinha marcada pela vida: participara do tráfico internacional de mulheres, desde Londres até Dakar. Ela ajudou o Padre Talvas a descobrir os primeiros passos. Os dois fundaram o NID (Ninho) cuja protetora é Nossa Senhora do Ninho [...]

Em 1957, já bispo, participei do encontro mundial da JOC em Roma. Passei outra vez por Paris. E perguntei ao Pe. Talvas: “Será que o senhor pode me mandar uma ou duas das Equipistas do Ninho, para São Luís do Maranhão?” Ele disse: “Vamos ver.” E, em 1960, ele me mandou. O Movimento se estendeu para as cidades do interior: Codó, Bacabal, Pedreiras. E para outros Estados: Belém do Pará, Teresina e Parnaíba, no Piauí; Fortaleza e Sobral, no Ceará; Recife, João Pessoa, Natal, Maceió e Salvador [...] Em 1964, fui nomeado bispo de Crateús. Chegando à diocese pensei também nas mulheres marginalizadas. Chamei o pároco de Crateús, Pe. José Maria Moreira do Bonfim, para saber se estava de acordo que umas duas ou três pessoas fossem à zona e fizessem um levantamento das mulheres: onde estavam, de onde vinham, sua idade, seus problemas, seus filhos, etc. Ele disse: “Não. Isso não se deve fazer. Esse ambiente não presta. Eu não permito que entrem na minha igreja.” Foi um choque pra mim. Como

eu era o bispo, ele tolerou que a pequena equipe fosse a zona e visitasse as mulheres.³³

Dom Fragoso teve um importante papel na concepção do Ninho e do seu trabalho com as prostitutas no Nordeste e, exatamente por conta disso, sofreu repressão da ditadura e da ala mais conservadora da Igreja. Terezinha Albuquerque, agente do Ninho Cearense, em entrevista, relembra essas perseguições.

Quem trouxe essa ideia do Ninho foi Dom Fragoso, de Crateús. [...] Tanto que uma das acusações que a Ditadura fazia pra ele é que ele era o “bispo das prostitutas”. [...] E ele no Crateús, ele ia nos prostíbulos. Assim como Dom Alúcio era acusado de ser o “bispo vermelho”, ele era acusado de ser o “bispo das prostitutas” [...] Ele dizia que via muito mais Jesus lá do que em outras partes.³⁴

Esse conflito de posições da Igreja também influenciou os andamentos da Pastoral, já que esta trabalhava com um campo marginalizado por alguns setores da Igreja e criminalizado pelo regime. Como Terezinha explica, o Ninho e a Pastoral da Mulher Marginalizada eram excluídos pela hierarquia da Igreja, por não compactuar com os objetivos traçados pela instituição para o trabalho nas zonas. Para o setor mais conservador, isto envolvia tirar as prostitutas desse emprego e ambiente para só a partir daí poder integrá-las à Igreja. Segundo o discurso perpetuado pelo Ninho, o seu grande objetivo era cooperar com as prostitutas para que elas pudessem decidir e agir sobre as suas próprias realidades, em um exercício de autonomia e não de simples tutela ou catecismo.

[...] ela era a mais marginalizada dentre as Pastorais da Arquidiocese, né. Porque eles cobravam muito assim números, vamos dizer, de mulheres que foram retiradas das ruas, da prostituição. E não era esse o objetivo nem do Ninho, nem da Pastoral.³⁵

³³ FRAGOSO, Dom Antônio B. *Mulher Marginalizada: Diabo ou Anjo? Em busca da Pastoral da Mulher Marginalizada*. In: D'ANS, Hugues (org.). **O grito de milhões de escravas: a cumplicidade do silêncio**. Vozes: Petrópolis, 1983.

³⁴ ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

³⁵ ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Para convencer a hierarquia clerical, muitas vezes conservadora, sobre a importância desse trabalho e influenciados pelos ideais da Teologia da Libertação de uma Igreja centrada preferencialmente nos pobres e na luta por justiça social, os membros do Ninho procuravam associar as prostitutas às trabalhadoras pobres e, assim, relacionar a prostituição à miséria, à exploração do capital. Nesse aspecto, o discurso da Pastoral era bem dicotômico, onde as prostitutas passavam de vilãs, mulheres desalmadas e grandes pecadoras, para o lado oposto: mulheres extremamente oprimidas pelo patriarcado, exploradas pelo sistema capitalista e julgadas pela moralidade burguesa. Fazia-se uma dessexualização simbólica da prostituta para se conseguir trazê-la ao seio da Igreja com maior aceitação, numa posição somente de vítima, de marginalizada e não de sujeito, de agente. Como pode-se ver nesta fala do padre D'Ans durante o 4º Congresso Internacional sobre as Crianças Maltratadas e Negligenciadas:

A quase totalidade das prostitutas [no Brasil] são “ex-empregadas domésticas”, “ex-boias-frias” ou “ex-balconistas”... provindas de famílias miseráveis onde elas não se sentem amadas. A pobreza produz uma série de carências: nutritivas, econômicas, afetivas, educacionais e de oportunidade social... A prostituta é a pobre por excelência, vítima de uma sociedade que a explora sexualmente, a condena e a marginaliza (D'ANS, 1983, p.149).

Este teor também esteve presente neste discurso de frei Barruel de Lagenest³⁶ proferido na ONU, em 1985, ao tratar da prostituição na América Latina, com foco no quadro de miséria vivenciada pelas prostitutas e seus familiares:

Enquanto havia na América Latina, em 1960, aproximadamente 6 milhões de prostitutas, o seu número deve ultrapassar atualmente [1985] os dez milhões. A primeira, mas não a única, das causas do aumento da prostituição feminina é, sem dúvida alguma, além do crescimento da população global, a pauperização das grandes massas. [...] A precariedade e a promiscuidade das habitações infra-humanas é seguramente uma das causas dessa situação. Em São Paulo os habitantes dos cortiços dispõem em média de três metros

³⁶ De acordo com a pesquisa de Valderiza Menezes (2017, p. 12), Jean Pierre Barruel de Lagenest foi um frade dominicano francês que pesquisou sobre a prostituição no Brasil. Frei Barruel tinha formação em Teologia, Filosofia, Psicanálise e Sociologia. Foi professor da PUC-SP e foi assessor da ONU para casos de exploração sexual. Faleceu em fevereiro de 2015.

quadrados por pessoa. “Fui violada quando tinha 13 anos por um vizinho de cortiço”, narra uma pequena prostituta de 17 anos. “Não tinha 14 anos quando a criança nasceu” [...] Às vezes menininhas são levadas à prostituição por suas próprias mães, nas ruas de Santiago, no Chile. [...] Foi até comprovada a organização de redes preparadas por profissionais do comércio de mulheres destinadas à exploração sexual das meninas menores de idade. Um documento elaborado pelo organismo “Terre des Hommes” (Terra dos Homens) e publicado em 1985 a respeito da prostituição no nordeste do Brasil afirma o seguinte: “50.000 meninas iniciam cada ano sua vida de prostitutas entre 12 e 14 anos, unicamente para não morrer de fome”.³⁷

Vê-se, portanto, que esse movimento da Igreja em direção aos marginalizados não convencia a todos, nem mesmo a uma parte da própria Igreja, muito menos aos agentes do regime ditatorial. Estes não viam com bons olhos o trabalho pastoral na zona ou qualquer organização, mobilização social dos pobres, por conta da dita ameaça de “dogmatização comunista”. E também rechaçavam qualquer trabalho com grupos marginais como os das prostitutas, as quais os agentes da ditadura entendiam como transgressoras da lei e da ordem.

2.2 As disputas de narrativa sobre a prostituição e as ações do Ninho Cearense

No século XIX, a prostituição era tratada pelo saber médico e jurídico como uma doença, uma perversão, um desvio social, a partir do viés regulacionista. Queria-se uma regulação da prostituição por meio de um sistema estatal de bordéis que se localizariam somente em bairros específicos. As prostitutas eram vistas como responsáveis pela proliferação de doenças, assim como pela transgressão dos bons costumes da sociedade. Essa corrente elaborou os Atos de Doenças Contagiosas na Grã-Bretanha, na metade do século XIX, os quais procuravam implementar um controle ginecológico obrigatório às prostitutas, já que entendiam seus corpos como fontes originárias de doenças. Então, em resposta a esses Atos, surge o movimento abolicionista, que considera essas leis discriminatórias às mulheres, por tratar os corpos das

³⁷ *In*: O lenocínio e a prostituição na América Latina. Relatório apresentado à Comissão dos Direitos Humanos da ONU, 1985.

prostitutas como contagiosos, enquanto protegiam os clientes. Esse movimento luta não só pelo fim dos Atos, mas principalmente pelo fim da prostituição.

O regulacionismo, ao associar a prostituição à proliferação de doenças venéreas, utilizou a sífilis para causar pânico social nas relações sexuais. Essa relação construída entre “prostituição e doenças venéreas se apoiava na memória discursiva que instituíra o casamento como o lugar do sexo legítimo”, o que acabava dividindo o sexo “em duas categorias interconectadas: a prostituição e o casamento. A primeira se configurava como sexualidade doentia e a segunda como “prazer comedido”, com função reprodutiva” (ROCHA, 2017, p. 51). O discurso médico sobre a prostituta não destruiu completamente a justificativa religiosa, o que se revela na permanência da associação da prostituta ao pecado. “A noção médica da higiene deu um novo sentido aos aspectos morais cristãos que tradicionalmente perpassavam o significado atribuído a prostituição” (RODRIGUES, 2008, p. 55).

De acordo com Salla e Borges (2017, p. 117), no Brasil, na passagem do século XIX para o XX, sob os impulsos higienizadores dos republicanos do período, criou-se um aparato institucional voltado aos desviantes com a construção de grandes hospitais e penitenciárias, para confinar aqueles que subvertiam a ordem. Estas instituições surgiram, claramente, destinadas a tirar do cenário urbano os mendigos, os delinquentes e as prostitutas. Estabeleceram-se institutos disciplinares para menores, colônias correccionais para vagabundos e asilos para mendigos, como instrumentos de controle desses indivíduos considerados desviantes. A partir do surgimento dessa política institucional de controle social, no início do século XX, inspirada no regulacionismo francês, tem-se uma forte onda de moralização e higienização social no país com esse intuito de remodelar as cidades, na intenção de afastar e esconder a miséria. Santiago (2002, p. 125. 126) afirma que as elites procuravam reservar espaços específicos de moradia, e tornar a área central de Fortaleza higienizada, expulsando os mendigos, os retirantes, os indigentes e as prostitutas. Em 1923, teve-se a criação de um fundo de caridade para a extinção da mendicância, a Liga das Senhoras Católicas, que estabeleceu a data de 17 de janeiro para esse fim, assim como sanções contra os reincidentes: "da referida data em diante, todo mendigo encontrado na rua a esmolar será, pela

primeira vez, mandado apresentar-se àquela instituição, na reincidência, conduzido à delegacia de polícia." Teve-se, portanto, um papel importante da Igreja e das instituições filantrópicas na montagem dessa segregação socioespacial.

A corrente abolicionista, que surge no final do século XIX, entendia a prostituição como exploração feminina, desassociando a prática de qualquer discussão sobre prostituição voluntária, concebendo-a na mesma perspectiva do tráfico de pessoas. Essa corrente emergiu, como já mencionado, como resistência às práticas policiais e médicas frente a prostituição, afirmando que a prostituição não era um mal necessário, já que causada por questões culturais e sociais. Sendo possível, portanto, a sua erradicação, desde que três instituições trabalhassem juntas: a Igreja, o Estado e a Família (ROCHA, 2017, p. 81).

Tinha-se também, no início do século XX, muitas discussões entre as feministas a respeito da prostituição nos debates, em que, por um lado, a prostituta era vista como a oprimida pela sociedade patriarcal e, por outro lado, vista como uma agente subversiva no interior dessa ordem social desigual. As primeiras compreendiam que essa sexualidade era usada para objetificar o corpo feminino. Já as demais entendiam a sexualidade como uma oportunidade para as mulheres se libertarem do domínio dos homens. Segundo Rocha (2017, p. 60), "a luta abolicionista é relevante para a História por ter como agentes as mulheres e, mais do que isso, mulheres que se identificavam como membros do movimento feminista". O Brasil adota o modelo abolicionista "desde 1942, quando entrou em vigor o atual e obsoleto Código Penal, encarando assim a prostituição como uma atividade a ser erradicada" (DIAS, 2017, p. 49). Nesse sistema, o peso da ilegalidade está, tecnicamente, no rufianismo, na "cafetinagem". Contudo, o que se vê ainda hoje é a proteção dos estabelecimentos de prostituição e de seus donos e a marginalização e criminalização da figura da prostituta.

Nesse embate científico, político e social sobre a problemática da prostituição, a Igreja adotava posicionamentos ambíguos: ora do lado dos regulacionistas, ora do lado dos abolicionistas. Contudo, através da CNBB, a Igreja Católica brasileira em 1976, afirmou-se oficialmente abolicionista.

Na década de 1970, o Ninho foi se aproximando cada vez mais da Teologia Feminista e do feminismo abolicionista, trazendo para a Igreja uma argumentação que fugia da questão moral e se vinculava mais às discussões em torno dos direitos humanos, do debate sobre gênero, patriarcado e misoginia. Já em 1974, tinha acontecido o “1º Encontro Nacional da Mulher Só e Desamparada”, no Rio de Janeiro, evento em que os trabalhos sociais da base da Igreja em todo o Brasil voltados para a temática da prostituição foram unificados (ROCHA, 2017, p. 43, 81). O Ninho, então, com esse posicionamento alinhado ao discurso feminista abolicionista, anunciava que a libertação das prostitutas viria através do trabalho de conscientização sobre a sua própria situação de opressão, a partir da orientação e do acompanhamento dos agentes pastorais a respeito do melhor caminho a seguir. Esse trabalho de orientação e amparo seguia a metodologia das comunidades eclesiais de base: o Ver, Julgar e Agir, visto por exemplo no discurso do padre D’Ans: “Não queremos trabalhar para as pessoas prostitutas, nem por elas; queremos trabalhar com elas, à luz da Palavra de Deus, refletindo sobre a estrutura sociopolítica, econômica e cultural que produz todos os empobrecidos e as prostitutas” (D’ANS, 1983, p.198).

Teve-se também nesse período no país uma onda de moralização e segregação especialmente destinada às práticas sexuais, à prostituição tanto do *trottoir* como, em menores proporções, à de luxo. O que ocasionou por exemplo, em Fortaleza, a remoção das prostitutas do Centro para uma área um pouco mais afastada, um lugar conhecido como “Curral das Éguas”, que levava esse nome pejorativamente simbolizando a prostituta montada pelos clientes, como comenta Pinho, que

em 1938, foi realizado o intento de localizar o baixo meretrício longe do Centro da cidade. O interventor Menezes Pimentel providenciou a remoção das prostitutas das ruas centrais de Fortaleza para uma área próxima ao Passeio Público, por trás da Estação Ferroviária Engenheiro João Felipe. Na quadra das ruas Senador Pompeu (lado nascente) e General Sampaio (lado poente), estava localizado o início da área, conhecido reduto de prostitutas e boêmios. O bairro conhecido como Arraial Moura Brasil passou a ser chamado pelo povo de “Curral das Éguas” (PINHO, 2012, p. 32).

As prostitutas foram removidas novamente, entre 1972 e 1974 para a área do Farol do Mucuripe, dentro de um regime ditatorial que prezava como já foi dito, pela moral e os bons costumes, num projeto que priorizava o desenvolvimento através da especulação imobiliária e o bem-estar das famílias abastadas da capital, que queriam afastar de sua área turística e de morada a “pobreza”, a “promiscuidade” e o “atraso”, como afirma Pinho:

a zona de prostituição localizada no bairro Arraial Moura Brasil, dividida nas áreas conhecidas como Curral das Éguas, Cinzas e Oitão Preto, resistiu por pouco mais de três décadas, até que os casebres da região foram desapropriados, visando à construção da avenida Presidente Castelo Branco, que foi inaugurada em 1973. A maior parte das mulheres que ali se localizavam foram então transferidas para os arredores do Farol do Mucuripe, onde já se estabelecia, desde o final da década de 1950, uma área de meretrício marcada pela proximidade do Cais do Porto (PINHO, 2012, p. 40).

Dantas (2011, p. 48, 49) analisa ainda que o fluxo de pobres, à beira-mar, suscitou a construção de favelas em espaço já ocupado por comunidades de pescadores, gerando a coabitação entre aqueles que residiam e os que trabalhavam nessas zonas. Consolidando assim áreas como a do Arraial Moura Brasil e a do Pirambu nas décadas de 1930 e 1940. Contudo, com a chegada das classes abastadas, esse quadro foi se modificando. Já que, muitas vezes, onde as classes dominantes se instalam, não ocorrem coabitações, mas sim expulsões. Com o avanço da especulação fundiária, essas expulsões ocorreram, primeiramente, na praia de Iracema e, posteriormente, na praia do Meireles, evidenciando essa estrutura de expulsão crescente dos indesejáveis das regiões mais centrais e valorizadas da cidade. Segundo Araújo e Costa (2016, p. 588, 589), o Pirambu e o Arraial Moura Brasil, em meados do século XX, eram considerados os bairros mais pobres de Fortaleza. Os moradores desses bairros sofriam tanto com o avanço das marés, como com o descaso do poder público, já que essas áreas não eram bem vistas e, portanto, abandonadas por quem governava a cidade. O Pirambu e o Arraial Moura Brasil eram bairros próximos e com características bem similares, sendo o Pirambu considerado um prolongamento do Arraial, tanto territorial como na ausência de infraestrutura e de direitos. Compreende-se, então, que Fortaleza se expandiu sobretudo pela necessidade dos migrantes que chegavam à capital em busca de melhores

condições de vida por conta da fome e falta de perspectivas durante os longos períodos de seca no interior do estado. Assim como, cresceu também devido às necessidades de uma classe mais abastada que buscava outras áreas para habitar, para se afastar dos locais habitados pelos corpos marginalizados.

Esse cotidiano de miséria, repressão, segregação e exclusão social do mundo da prostituição é retratado também nos relatos das agentes pastorais do Ninho Cearense nas fichas de matrícula e nos prontuários de visita das prostitutas atendidas pelos núcleos do movimento nessas regiões, como nos casos a seguir.

Ninho Cearense

Nome: Rosemeire Rodrigues Araújo

Função: Alfabetização Data Admissão: maio de 1972

Residência: Rua do Trilho Bairro: Arraial Moura Brasil³⁸

Rosimeire Rodrigues Araújo

D. nascimento: 07 de junho de 1942

Filiação: Pedro Ferreira de Araújo e Maria Rodrigues Araújo

Natural – Crato E. Civil – Solteira

No início de 1961 frequentou 5 dias as aulas de alfabetização (1º vez na escola). Tem um amigo de nome Paulo e 2 filhos, um faleceu, mas está criando duas meninas.

No desfavelamento foi para o Conj. Mal. Rondon, sofreu muito, arranhou outro menino para adotar/criar. Ele ficou na creche, melhorou. Paulo seu amigo teve uma piora, pois tinha problemas de tuberculose, voltou no médico, fez tratamento, diz que ficou bom. 19 casaram-se, estão vivendo bem, com os três filhos que adotou. O Paulo vende frutas na G. Rocha, tem sua casa no Rondon, já terminaram de pagar. Ela [fez] alguns cursos, inclusive, de Corte Profissional, fazem algumas roupas, não são muito bem feitas por falta de prática.

Continua morando no Rondon.³⁹

FICHA DE MATRÍCULA

1971

Nome: Maria Cleide Lopes da Silva

³⁸ Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

³⁹ Prontuário de visitas do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

Curso: Alfabetização Horário: 9 às 11 – Sábado

Data do Nascimento: 1946 Naturalidade: Quixadá – Ce

Filiação: José Lopes da Silva / Fca. Gonçalves de Almeida

Endereço: (Várzea Redonda – Quixadá) Senador Jaguaribe – 2º Beco

Grau de Instrução: nada Cor: Branca⁴⁰

OBSERVAÇÃO:

Pouca audição – não tem controle motor. Acha a mulher sem juízo, é possível se fizer um trato.

No começo do mês de junho isto é 3 [...] [ela] mesma começou a estudar numa escola do MOBREAL em Parangaba.

No desfavelamento foi para o Jardim Iracema, fui visitá-la.

Não tive mais notícias e também não pude visitá-la.⁴¹

Tem-se também o caso da prostituta Edmunda Rosa da Silva, moradora do Arraial Moura Brasil desde a década de 1960, deslocada arbitrariamente como as demais para outros bairros periféricos da cidade, primeiro para o Bom Jardim e depois para a zona do Farol do Mucuripe.

Edmunda Rosa da Silva

D. nas.: 21 de abril de 1951

Filiação: José Abidon da Silva, Maria Anatecia Gomes, Raimunda Nonata da Conceição

Solteira. Natural - Acaraú

Rua: Senador Jaguaribe, 480⁴²

Conheci Rosa desde 1967, no Arraial. Bebe muito, é agressiva, também muito revoltada. No desfavelamento, em 1972, foi morar no Bom Jardim, depois Farol. Agora está no Arraial, novamente bebendo muito. Temos muitos contatos nas visitas, às vezes refletimos c/ ela (quando não está embriagada). E quando está embriagada sempre faz cortes com gilete nos braços etc.

(1981) Mantemos muito contato nas visitas. Está com o José Maria, que era amigo da Rita de Cássia, sua amiga, a quase 3 meses diminui um pouco a bebida.

⁴⁰ Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

⁴¹ Prontuário de visitas do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

⁴² Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

06-01-82 – Visita não estava. 20-01 – estava bem, não bebeu.

27-01 – não encontramos.

23-02-82 – Estava bem. 05-05 – encontramos, não está bebendo muito, está trabalhando num bar.

1983 – 1984 - Mora no Arraial, está bebendo menos. No início de 1985 recebeu 4 facadas de um rapaz sem discussão nenhuma. Passou um mês no hospital. Melhorou, voltou para o mesmo quarto. Rita Mansueto ficou responsável por ela no hospital. As outras também deram sua participação com remédio, alimentação etc.⁴³

A partir dessas fontes é possível compreender melhor o cotidiano das prostitutas do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe, com destaque para quatro diferentes aspectos que permeiam a vida nas zonas de prostituição. O primeiro ponto seria a questão já citada do desfavelamento, da segregação espacial rotineira por que passam as prostitutas. Um segundo ponto seria a questão do alcoolismo, que é algo muito comum em todos os relatos, já que as prostitutas são expostas obrigatoriamente a um grande consumo de bebidas alcoólicas no seu local de trabalho, tendo que entreter os clientes no salão até estes consumirem bastante para o lucro da casa. O que ocasiona um problema extramuros do cabaré, já que a dependência química perpassa todo o cotidiano da prostituta, tornando-a mais vulnerável. Principalmente, nesse período e ambiente onde o acesso à saúde era algo extremamente escasso e precário.

O terceiro aspecto seria a questão do analfabetismo muito recorrente entre elas, mais um grande elemento de exclusão social. Uma ação contínua do Ninho Cearense e de outros organismos para a alfabetização dessa população mais marginalizada funcionava como um elemento de inclusão cidadã. Um quarto aspecto seria o da solidariedade e organização comunitária. Assim como Germanie, que iniciou com o padre Talvas um movimento de ajuda e amparo às prostitutas de sua região, aqui não só o Ninho Cearense fazia esse papel, mas, como pode-se ver, as próprias prostitutas já estabeleciam entre si essa rede de solidariedade e afeto mútuo tão importante para a sobrevivência em meio a tanta insalubridade, violência e ausência de direitos.

Pinho faz uma ressalva em sua dissertação a respeito das prostitutas do Farol do Mucuripe, para que elas sejam vistas como sujeitos de sua própria

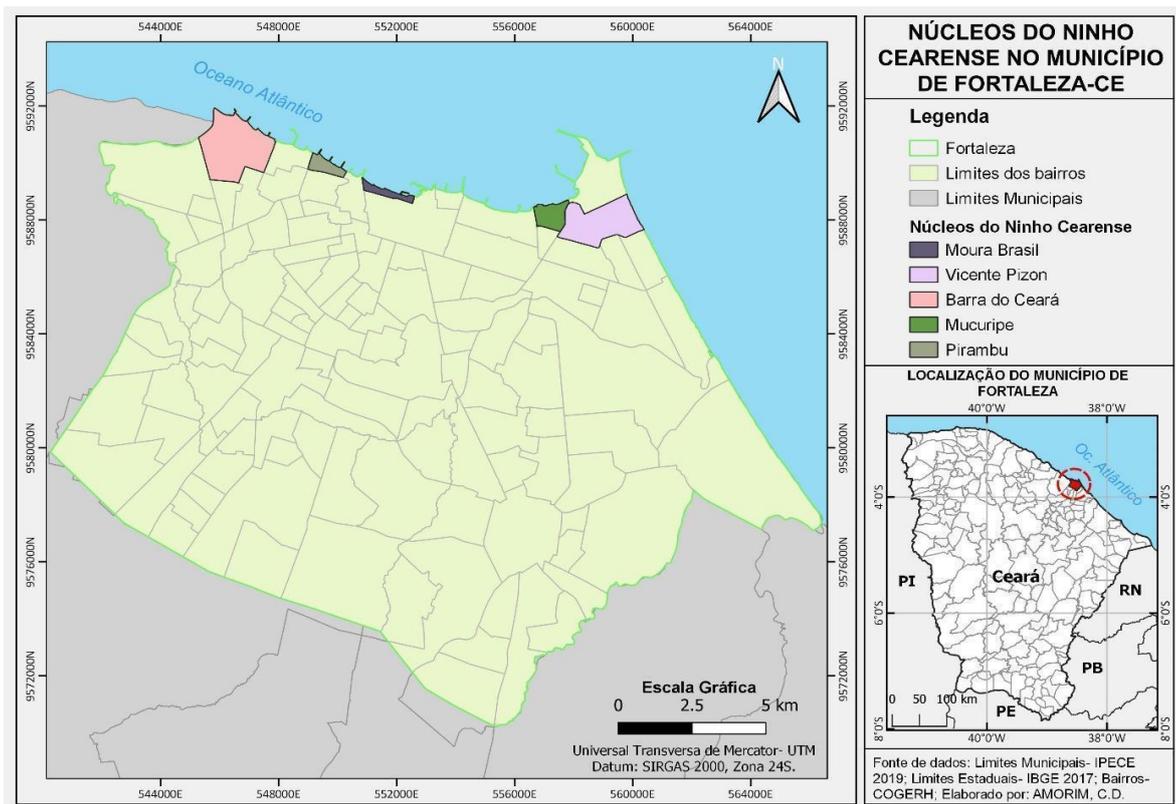
⁴³ Prontuário de visitas do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

história. A autora tenta sair do prisma de visão das prostitutas dessa região como apenas vítimas indefesas de um sistema opressor, demonstrando a complexidade de vivências, ações e pertencimento dessas mulheres. Sendo importante iniciar com essa reflexão ao tratar mais especificamente do cotidiano das prostitutas para se compreender de forma mais abrangente e profunda as relações perpetradas na zona e os sujeitos estabelecidos nesse espaço físico e simbólico.

Os papéis femininos por elas criados não se enquadrariam na descrição de mulheres liberadas ou feministas *avant la lettre*, em busca de emancipação. Também não se encaixariam na figura de vítimas de uma dominação masculina inelutável, exploradas por terem vivido a condição de prostituta. Entretanto, formulando maneiras próprias de ser mulher, dentro de uma configuração social específica, construíram para si o papel que reivindicam ao contar suas histórias: o de atrizes sociais e protagonistas de suas vidas. Em um contexto silenciador das subjetividades femininas, certamente as prostitutas que viveram na Fortaleza do tempo das pensões tiveram maior chance de expressão, através de suas falas, de seus corpos e de sua circulação no espaço social, se comparadas a muitas de suas contemporâneas [...] A despeito do estigma enfrentado, o ingresso no meretrício as ajudou a conquistar liberdade para anseios pessoais desaconselhados pela moral dominante (PINHO, 2012, p.227).

O trabalho do Ninho Cearense se inicia em Fortaleza justamente com essas prostitutas das zonas do Arraial Moura Brasil e do Farol do Mucuripe. Depois se estende também para a região do Pirambu que estava se organizando como comunidade. No mapa a seguir tem-se a demarcação atual dessas regiões. O bairro nomeado nas fontes como Arraial Moura Brasil, “Curral das Éguas” ou “Oitão Preto”, hoje é oficialmente reconhecido como Moura Brasil. A região da zona do Farol do Mucuripe corresponde hoje a dois bairros de Fortaleza: Mucuripe e Vincent Pinzon. E o Pirambu, entendido hoje como a região do “Grande Pirambu”, onde se tinha a atuação do Ninho, representa dois bairros também: Pirambu e Barra do Ceará.

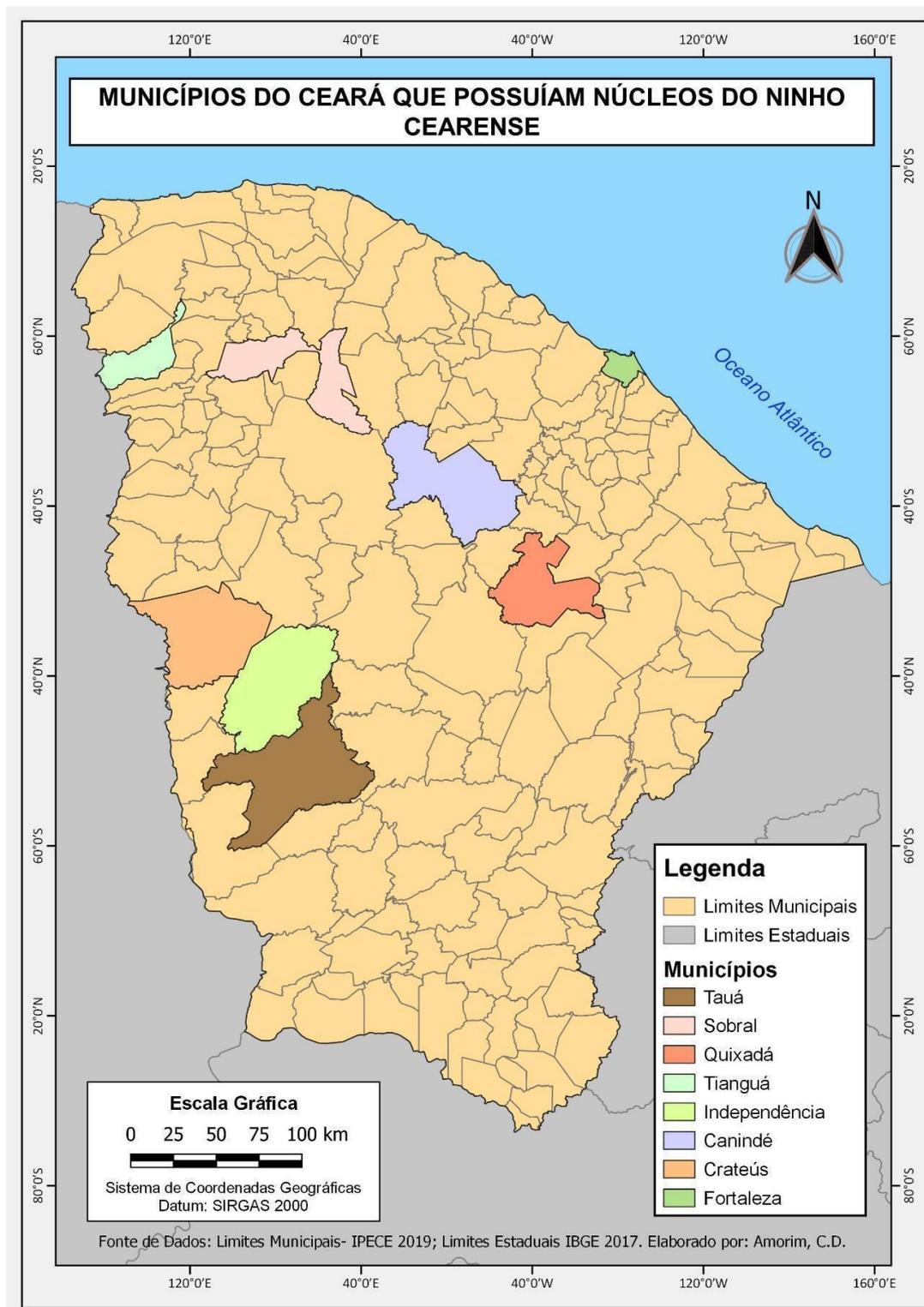
Mapa 1 - Núcleos do Ninho Cearense no município de Fortaleza – CE



Fonte: AMORIM, C.D. Núcleos do Ninho Cearense no município de Fortaleza – CE. Limites Municipais – IPECE 2019; Limites Estaduais – IBGE 2017; Bairros – COGERH.

Porém, os núcleos do Ninho Cearense não se restringem aos bairros periféricos de Fortaleza. O Ninho tinha núcleos em diversos municípios do Ceará, realizando trabalhos dentro das zonas nessas regiões. Pelo que se conseguiu mapear através das fontes orais e documentais, o Ninho estava presente em, pelo menos, oito municípios do estado: Crateús, Independência, Tauá, Quixadá, Canindé, Sobral, Tianguá e Fortaleza. Como pode ser visualizado no mapa a seguir.

Mapa 2 - Municípios do Ceará que possuíam núcleos do Ninho Cearense



Fonte: AMORIM, C.D. Municípios do Ceará que possuíam núcleos do Ninho Cearense. Limites Municipais – IPECE 2019; Limites Estaduais – IBGE 2017.

Segundo Terezinha Albuquerque, a ação do Ninho Cearense nessas regiões pobres e periféricas tratava-se de um trabalho de amparo, proteção e formação, voltado para as prostitutas e seus familiares, como explica no trecho a seguir.

[O objetivo do Ninho] era trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas. E sair da prostituição seria uma consequência disso. Mas não era esse trabalho como tem hoje em dia: “São pecadoras que estão ali e a gente tem que resgatar!” Não, nunca foi, nem do Ninho, nem da Pastoral. Então, elas não tinham muito apoio porque elas diziam: “Nós não queremos saber de estatísticas, nós queremos saber das pessoas!” E elas trabalhavam mesmo para rua, para o pessoal de prostituição, justamente indo nas delegacias para tirar as mulheres.... Trabalhavam com formações para a questão de o resgate da pessoa⁴⁴.

Vê-se na fala de Terezinha como os princípios do Ninho Cearense divergiam do pensamento e da ação comum à uma grande ala da Igreja, já que as agentes não viam as prostitutas somente como pecadoras. Assim como também não tinham intenção simplesmente de lhes tirar da prostituição, mas sim de fazer essas mulheres conseguirem condições materiais objetivas para terem mais autonomia na escolha de seus próprios destinos, já que, segundo sua fala, o objetivo do Ninho Cearense “era de trabalhar com as mulheres para resgatar a dignidade delas”.

Compreende-se, assim, através dos depoimentos e da documentação, que essas agentes estavam colocando em prática não somente os ideais emancipatórios da Teologia da Libertação com o trabalho de base, mas principalmente os ideais igualitários da Teologia Feminista que surge no período a partir da reivindicação das leigas por maior espaço de voz e ação dentro e fora do meio eclesial. De acordo com Sebastião de Araújo, ex-agente do Ninho e sobrinho de uma das fundadoras do Ninho Cearense, Rita de Araújo Marques, a atuação das agentes era de uma forma bem íntima, vivenciando de perto a vida na comunidade. Era uma atuação segundo a práxis marxista, que une teoria e prática em uma vivência diária com os conflitos e problemas do povo sendo resolvidos a partir da organização comunitária, da reivindicação de direitos junto

⁴⁴ ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

ao poder público e conjuntamente a outras organizações sociais. Isto pode ser observado na fala de Sebastião sobre a vivência bem próxima das agentes do Ninho com as prostitutas na comunidade.

Eu me lembro num dia que às 5 horas da tarde tinha uma prostituta doente e ela me disse “Vamos ali!” E eu fui no cabaré com ela. Quando ela chegava todo mundo dizia “Tia Rita tá chegando!”. Eles tinham uma atenção toda a ela. Mas se você encontrasse ela no meio da rua, não tinha diferença entre ela e o povo. Então, ela tinha acesso à criança. Ela já tinha essa visão de totalidade, que atendia ao idoso, à criança. Então, ela era uma presença. Eu acho que o grande mérito da tia Rita era ela ter se mudado para o Farol, porque ela era uma presença viva no Farol. E eu me lembro muito que ela conseguia doações para fazer bazar. Eu me lembro muito, eu cheguei a ver isso, algumas prostitutas comprando e vestindo dizendo “Olha, agora eu vou ter uma roupa de família!” A satisfação pura delas de dizer: “Olha que maravilha, eu ganhei uma roupa de família!”. E assim, as prostitutas chegavam a frequentar a casa dela. Eu lembro, às vezes, de almoço que tava a Marieta, a Rita e as prostitutas tudo na casa da tia Rita. Conversando assim de algum encontro do Movimento e foram lá para casa da tia Rita.⁴⁵

A saída de Tia Rita de sua casa para morar na zona do Farol do Mucuripe, diz muito sobre os ideais de uma parte da esquerda no período. Ideais protagonizados muitas vezes pelos partidos de esquerda das décadas de 1960 e 1970 no Brasil, que reivindicavam que sua militância vivesse junto com os marginalizados, com a classe trabalhadora, com os operários nas cidades e com os camponeses no interior. O objetivo era formar um verdadeiro militante revolucionário, embrião do novo homem e da nova mulher, como salienta a pesquisadora do LEGH, Mariana Joffily, em seu artigo “Os Nunca Más no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991)”. Esses ideais de um novo ser humano formado a partir da vivência da dor, do isolamento, da exploração dos mais pobres, foi amplamente partilhado pela Ação Popular (AP), campo de formação da esquerda religiosa,

Que, ao assumir a tese da guerra popular prolongada ligada à perspectiva maoísta, passou a enviar seus componentes para fábricas ou para regiões rurais. Considerando que para as mulheres seria mais fácil viver nas cidades, a maioria destas militantes deveria se engajar em fábricas como operárias. Já os homens deveriam ir para regiões rurais no interior do país. Em ambos os casos, a missão era tanto pessoal quanto política: proletarizar-se, tornar-se

⁴⁵ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

verdadeiramente proletário, viver na carne, na fome, nas mãos calejadas, a “experiência” de ser proletário (WOLFF, 2010, p. 141).

A agente pastoral Rita de Araújo seguiu essa linha de atuação que vinha tanto da esquerda partidária, como da esquerda do campo religioso progressista, encarnada nas Comunidades Eclesiais de Base.

[...] morou dois anos no Farol. Ela morava aqui na Silva Paulet [famosa rua de um bairro nobre da cidade] e ela se mudou, alugou uma casinha lá no farol, lá no Serviluz. E morou por dois anos lá, residência fixa.⁴⁶

Para se entender melhor o trabalho realizado pela militância da Pastoral, é importante analisar a sua carta de princípios, elaborada no I Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada. Essa carta com os objetivos gerais foi sistematizada e publicada pelo padre Lagnest, um dos fundadores do movimento, no livro que marcou a difusão do trabalho da Pastoral em todo o país: *O Grito de Milhões de Escravas: a cumplicidade do silêncio*⁴⁷. Tem-se nesse documento os seis objetivos gerais da Pastoral no período.

1- Considerar a prostituição sob o aspecto de pecado coletivo, devendo os agentes engajados nesta pastoral, como Igreja serva dos pobres, procurar “libertar” o ser humano desta situação deprimente;

2- Quanto à prostituta, inicialmente, mais que simplesmente afastá-la do meretrício, procurar valorizar a sua pessoa humana, conscientizando-a de sua dignidade de filha de Deus;

3- Proporcionar à prostituta a oportunidade de uma adequada educação libertadora face à situação física, psíquica e moralmente degradante que pesa sobre ela, a fim de que tenha condições de decidir, por si mesma, a abandonar a prostituição;

4- Tornar a prostituta consciente dos seus “direitos humanos”, quanto a isto, a prestação de serviços, embora indispensável, é apenas um meio;

5- A Pastoral deve visar a promoção da prostituta, global e coletivamente e não apenas individualmente, a fim de não reforçar a sua situação de marginalizada;

6- Ao mesmo tempo que procura promover a prostituta, a ação pastoral deve denunciar e inquietar a sociedade, que prostitui a mulher e depois a rejeita (D’ANS apud SKACKAUSKAS, 2014, p. 62, 63).

⁴⁶ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁴⁷ In: D’ANS, Hugues (org.). **O Grito de milhões de escravas: a cumplicidade do silêncio**. Petrópolis: Vozes, 1983.

Nesta carta pode-se observar primeiramente que o grande pilar da Pastoral era justamente o entendimento da prostituição como um “pecado coletivo”, o que era denunciado pelos teólogos da TdL como o pecado social que não é culpa de um indivíduo, mas responsabilidade de toda a sociedade, já que inserida nesse sistema exploratório, sendo os mais ricos e poderosos entendidos como coniventes e propagadores dessa opressão. Vê-se também como a Pastoral possuía um discurso que trazia como prioridade “proporcionar à prostituta a oportunidade de uma adequada educação libertadora”, embasada nas experiências das Comunidades Eclesiais de Base com o método do educador Paulo Freire. Vê-se no discurso da Pastoral uma procura latente para que as mulheres saiam da prostituição, ora com uma visão mais sobre a exploração decorrente desse trabalho, ora mais voltada a questão moralizante travestida na luta contra o estigma.

Pode-se ver em entrevistas com as agentes que o Ninho contava com o apoio de advogados para soltarem as prostitutas, já que a repressão policial era muito mais acirrada durante a ditadura. Elas também faziam um trabalho de amparo, junto a Pastoral Carcerária⁴⁸, com as mulheres pobres encarceradas, como no relato a seguir.

Elas tinham o apoio de advogados também. Às vezes tinha embate com a polícia. A polícia chegava com aquela violência característica dela e elas chegavam no enfrentamento, que não era desse jeito. A Rita fez por muito tempo um trabalho junto com a Pastoral Carcerária. Foi um trabalho que a Pastoral da Mulher Marginalizada fazia. Ela ia no presídio na ala feminina.⁴⁹

E complementa Sebastião também sobre a atuação de Tia Rita:

Eu me lembro que toda complicação que tivesse com a polícia que envolvesse as prostitutas, se elas fossem presas ou algo do tipo, eu

⁴⁸ Segundo o site da Pastoral Carcerária de Fortaleza, “a PCr, busca ser a presença de Cristo e de sua Igreja no mundo dos cárceres, caracterizado pela superlotação, condições insalubres e tortura sofrida pelas pessoas privadas de liberdade. Portanto, em seu trabalho de atendimento religioso às pessoas presas os/as agentes pastorais promovem um serviço de escuta e acolhimento, anunciam a Boa Nova, contribuem para o processo de iniciação à vida cristã e para a vivência dos sacramentos, e atuam no enfrentamento às violações de direitos humanos e da dignidade humana que ocorrem dentro do cárcere.” Disponível em: <https://carceraria.org.br/a-pastoral-carceraria> Acesso em: 15 jan. 2020.

⁴⁹ ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

lembro que o telefone de referência era o da casa dela. Eu lembro que aconteciam alguns telefonemas, eu cheguei a presenciar ela atendendo telefonema da Secretaria de Segurança, e exatamente dizendo que não tocasse nas prostitutas, no sentido de não ter atos de tortura. Eram denúncias de roubo, era de.... Você sabe como era, né. Aí, ela dizia: “Ninguém toque nas prostitutas até eu chegar aí! Elas têm que ser ouvidas!”⁵⁰

Como se percebe, a partir do relato acima, as prisões arbitrárias e as torturas faziam parte do cotidiano das prostitutas no período ditatorial, tendo então que as agentes da Pastoral junto com militantes de movimentos sociais aliados estarem sempre de prontidão para atender e denunciar esses casos. Essas ações policiais, de acordo com Renan Quinalha (2017), eram normalizadas pela imprensa como procedimentos toleráveis e compreensíveis na luta empreitada contra a vadiagem e a malandragem, corroborando assim com o discurso dos militares sobre a necessidade urgente de defesa da ordem e da moral.

A partir dessas primeiras explicações sobre as ações do Ninho Cearense, pode-se compreender que este era um movimento embasado nas práticas do Cristianismo da Libertação, a partir das ações das agentes orientando e apoiando as prostitutas atendidas num sentido de libertação pessoal e coletiva através do acesso à educação, à justiça, à possibilidade de autonomia financeira. Buscava-se ainda promover o acesso às políticas públicas essenciais para a comunidade através do fortalecimento de lideranças para a mobilização e ação comunitária. Todavia, pode-observar divergências, tanto em relação ao pensamento das agentes do Ninho no Ceará aos princípios nacionais da Pastoral (já que estes eram movimentos religiosos de âmbito nacional); como em relação à questão da saída da prostituta do meio prostitucional e o entendimento diverso sobre degeneração moral. Quando as agentes do Ceará apresentavam um discurso e metodologia mais ligados à emancipação dessas mulheres, sem ter um foco no aspecto moral da sua profissão, o seu discurso tinha uma linha mais voltada à promoção de autonomia do que de tutela, muito mais num sentido de cidadania, de acesso à direitos, do que num viés religioso,

⁵⁰ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal

moralizante e catequista como as ações desse movimento em outros estados nesse período.

3 “TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL”: A TRAJETÓRIA DE RITA DE ARAÚJO NO NINHO CEARENSE

O Ninho chegou ao Brasil em 1963, a partir da articulação de Dom Fragoso, bispo auxiliar de São Luís do Maranhão naquele momento, por meio da vinda de três militantes francesas - Edit Benoist, Tônia Micherda e Geneviève Noël. Segundo o padre Hugues D’Ans (1983, p. 128), “no Nordeste, havia tentativas isoladas e esporádicas de apoio a mulher só e desamparada” e a chegada dessas “quatro equipistas do Ninho fez dinamizar e unificar essa pastoral da mulher só e desamparada em 28 cidades do Norte e do Nordeste”. Uma dessas freiras era Geneviève Noël, que assume o nome aportuguesado de Genoveva Noel. Genoveva renovou o movimento, após andanças por vários estados do Nordeste levando a filosofia do Ninho e aprendendo com a experiência autêntica e importante das Comunidades Eclesiais de Base. Genoveva decidiu estabelecer residência no Ceará, no Centro de Fortaleza, formando um dos quadros mais importantes do Ninho no Brasil, o “Ninho Cearense”.

Suas imersões no Brasil começaram em 1963 com Dom Fragoso, o qual foi se consolidando junto à sua caminhada a partir das vivências da “Igreja em Saída” na Diocese de Crateús. Genoveva começa a formar os primeiros núcleos do Ninho em cidades interioranas do Nordeste, logo num momento de avanço das experiências de vivência popular e libertária do Cristianismo nesse meio, mas também de avanço de um discurso alarmista da direita e de setores ultraconservadores do Clero. Estes visualizavam nas vivências das CEB’s, das pastorais sociais, do MEB, e dos organismos de juventude dessa Igreja progressista um perigo para os dogmas da Igreja, para a conservação da família tradicional. Tanto que, a partir desse discurso e do acúmulo de outras forças, ocorre o golpe, levando o país a um período de 21 anos de ditadura civil-militar.

De acordo com a historiadora Caroline Cubas (2015, p.157), o papel assumido pelas freiras na resistência ao regime era, na maioria das vezes, velado, já que elas atuavam por meio de pastorais, “movimentos sociais, grupos de conscientização, acolhiam perseguidos, escondiam armas e materiais

considerados subversivos em seus colégios e conventos, entre outras práticas que, certamente, não seriam tornadas públicas”. Elas priorizavam resistir com o povo nas favelas da cidade e nas regiões mais afastadas do meio rural. Eram alfabetizadoras em movimentos como o MEB, animadoras das Comunidades Eclesiais de Base, conselheiras em movimentos de juventude como a JEC⁵¹ e a JOC.

Pode-se compreender, portanto, que existia um movimento bem amplo de missionárias da “Igreja em Saída”, que não se encontrava mais dentro dos conventos, mas dentro das favelas cooperando na organização das comunidades mais esquecidas pelo poder público, o qual colocava à margem os empobrecidos, os famélicos, os desvalidos. Maria Lúcia Sampaio e Leonardo Sampaio, animadores de uma CEB na periferia de Fortaleza, nesse período, ajudam a compreender esse momento da Igreja progressista na América Latina.

M.S. - Tinha-se igreja, paróquia com instalação litúrgicas e pastorais sacramentais, né. Então, a Igreja já tinha uma ligação, esses setores da Igreja já tinham uma ligação com a metodologia de Paulo Freire, né. Então, isso juntou-se com a proposta de Dom Aloísio, das Comunidades Inseridas. O que eram as Comunidades Inseridas? Eram os seminaristas não ficarem no seminário e irem para as comunidades. Então, eles moravam numa casa alugada, num espaço com o apoio da Arquidiocese.

L. S. – O que o Papa chama hoje de "Igreja em Saída”.

M.S. – Aí as igrejas saíam dos movimentos, é como se fosse uma revolução interna e ao mesmo tempo se tornava por um lado um escândalo nas casas religiosas. Porque as freiras começavam a tirar os seus hábitos, inclusive as irmãs de caridade que tiravam seus chapeuzão. Tirar aquilo ali, colocar um lençinho, e tirar o hábito tradicional e colocar um até de franciscano. Porque elas usavam um

⁵¹ De acordo com a socióloga Mônica Almeida Kornis, a Juventude Estudantil Católica (JEC) era uma associação civil católica fundada em 1950 como setor da Ação Católica Brasileira (ACB), encarregado de difundir os ensinamentos e a doutrina da Igreja junto aos estudantes de nível secundário. No início da década de 1960, acreditando na necessidade de mudanças estruturais na sociedade, a JEC procurou ter uma participação mais ativa, dedicando-se ao recrutamento de trabalhadores para os sindicatos e vinculando-se a movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB) e as Ligas Camponesas. Tendo por conta desse engajamento social uma acirrada oposição de vários membros da hierarquia eclesiástica, os quais defendiam que a ação evangélica da ACB devia ser basicamente espiritual. Após o golpe de 1964, os membros da JEC passaram a ser muito perseguidos pela repressão, assim como toda a ACB. Tendo em vista o acirramento do regime, a CNBB comandou uma reorganização do laicato, o que acabou conduzindo a ACB ao desaparecimento em 1966. No final desse ano, a JEC se desligou da hierarquia eclesiástica, recomendando que seus militantes prosseguissem individualmente sua missão. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-estudantil-catolica-jec>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

hábito que elas usavam tanto na favela como na celebração, em qualquer lugar. E tirar a meia, colocar a roupa aqui mais curta e chinelo, chinela japonesa, chinela alpercata. O que que era isso? O seminarista sem usar, eram roupas comuns, e elas de roupas comuns para isso causar uma identificação com o povo. Então, essa saída e a abertura dos seminários e das casas religiosas, dos conventos inseridos no meio do povo, eram uma identificação do povo que o Leonardo colocou assim: fazer com que o povo se descobrisse e se tornasse sujeito dessa história. Esse era um dos grandes objetivos.⁵²

Essas “Comunidades Inseridas” eram uma forma da Igreja se fazer povo, do eclesiado se fazer presente no chão da luta, saindo dos seminários e templos e indo caminhar com o povo nas periferias, na luta por moradia, por educação, por direitos. Contudo, obviamente, essa guinada da Igreja para os pobres gerou uma série de tensões, já que quebrava muitos protocolos e convenções, principalmente, em relação ao papel e a atuação das freiras que “começaram a tirar os seus hábitos”, vestindo-se com roupas comuns para, segundo Lúcia Sampaio, gerar “uma identificação com o povo”.⁵³ Elas não só quebravam esses protocolos, como os refaziam, para levar a Igreja para mais perto das lutas por igualdade e democracia.

Nas entrevistas que realizei com diversas agentes do Ninho, o papel de mobilização e formação da freira Genoveva Noel foi sempre destacado por estas, que encontravam na sua figura um lugar de autoridade e afeto, como se pode perceber nas falas de Maria Luísa Vaz Costa e de Raimunda Zélia Roberto de Carvalho que caminharam com Genoveva construindo o Ninho Cearense em diferentes cidades do Estado.

M.C. – O Movimento chegou aqui mais ou menos na década de 1960 e ele veio com uma francesa. Ela se instalou aqui. O nome dela era Genoveva. Agora eu não tô lembrando do sobrenome dela, é difícil de pronunciar. Mas a Genoveva chegou, ela veio, ela era uma missionária, e ela chegou aqui com a ideia e ela começou a primeira foi em São Luís. Depois de São Luís, ela foi para outros estados do Nordeste, ela foi para várias regiões do Brasil também. E o movimento acabou ficando mais centralizado aqui em Fortaleza.

T.A. - Mas ele iniciou em São Luís? Ou ele iniciou aqui?

⁵² SAMPAIO, Maria Lúcia de Vasconcelos. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁵³ Idem.

M. C. - Em São Luís com as missionárias que vieram lá da França, né. O primeiro estágio delas foi lá em São Luís, aí depois de São Luís é que elas vieram para Fortaleza. Eram duas missionárias: uma era a Geneveva e a outra era uma senhora. Eu num tô lembrada do nome dela, era muito difícil de pronunciar.⁵⁴

Como também relata Raimunda Zélia:

Eu trabalhei quando muito jovem na Diocese de Crateús. Aí lá já tinha esse projeto, esse movimento. O Movimento do Ninho vem da França, veio da França para cá. E aí a gente tinha a Geneveva, a Noely. E quando eu vim para cá, eu vim para trabalhar no Ninho. Eu tinha que escolher com o que eu queria me dedicar né, fazer alguma coisa, aí eu escolhi trabalhar no Ninho. Então, nós tínhamos [...]

Quando eu vim para cá tinha a Geneveva, tinha a Geneveva Noel que morava aqui na Tenente Benévolo, tinha a Dolores Borges, a Marieta, a Rita Ferreira, a Ana Angélica. Eu sei que eu fui trabalhar na equipe do Farol. Na equipe do Farol tinha Geneveva, Dolores, e eu entrei, ah e tinha a Tia Rita também. Daí eu fui trabalhar nessa, nessa, lá no bairro do Farol, no Farol, na zona de prostituição, né.

[...] A Geneviève Noël, que era o nome dela francês, Geneveva Noel, ela foi a fundadora aqui do movimento. Ela morava aqui na [rua] Tenente Benévolo, quase em frente ao Seminário da Prainha, do lado da Tenente Benévolo. Era uma pessoa muito dedicada, quando as pessoas vinham de Crateús, que ela morava só, se hospedavam com ela. Teve um período que houve lá umas prisões. A Luisinha Campos foi presa. O pessoal se hospedava lá, Dom Frágoso também.⁵⁵

A partir do relato de Maria Luísa, pode-se visualizar com mais clareza o caminho percorrido pelo Ninho no Nordeste, através dos passos da freira Geneveva: de São Luís para outras cidades como Crateús e Fortaleza. Percebe-se, então, a decisão estratégica de Geneveva de fixar residência em Fortaleza como uma forma de articular o movimento entre Crateús e a capital do Ceará, possibilitando esse espaço de trocas de experiências e saberes, de mobilização e intercâmbio dessa militância do Cristianismo da Libertação.

Nos relatos de Raimunda Zélia também pode-se analisar como a Diocese de Crateús era uma referência da Igreja progressista no Ceará. Um polo de formação de onde saíam muitas pessoas para realizar diferentes trabalhos no meio social em outras cidades do Estado. Onde também se intercambiavam e surgiam novos movimentos. Sua fala traz à tona não somente o seu percurso individual, mas o de muitas outras religiosas engajadas, como a freira Geneveva

⁵⁴ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁵⁵ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Noel. Assim como já traz também como pauta a questão da perseguição acirrada do regime ditatorial para com os agentes pastorais do Ninho e demais militantes dessa Igreja em Saída, onde o cotidiano de tensões, perseguições e prisões era previsto e sabido por todos.

De acordo com alguns relatos de ex-agentes, o Ninho Cearense tanto surge com a missionária Genoveva Noel como também vai acabando por conta do seu retorno à França. Ao que tudo indica, ela era uma figura central não só para o início do Ninho, mas também para sua renovação e permanência, como propõe Maria Luísa:

Teve um problema que eu acho que foi o fundamental para o declínio do Ninho. Foi o retorno da Genoveva, que era a pessoa que chegou aqui mesmo, que começou. Ela teve que voltar para a França por questões financeiras.

[...] Foi mais ou menos em 80, 78, 79. Por aí assim. Eu não lembro exatamente. Aí quando ela voltou, a equipe ficou assim um pouquinho baqueada. Porque ela tinha uma dedicação total ao movimento. [...] Aí começaram a ter problemas com a idade, com o cansaço mesmo, aí já ficou mais complicado esse trabalho ter seguimento, porque essas coisas que eu te falei né de suporte não tinha mais. Aí na década de 90, pronto, ficou pior, mais difícil.⁵⁶

Como comenta Maria Luísa, ao longo dos anos, o Ninho foi adquirindo “permissão” para agir em nome da Igreja. Contudo, não conseguiu o seu apoio financeiro de forma permanente para assegurar o andamento das atividades de forma contínua, o que também contribuiu para o encerramento das ações da Pastoral no Ceará. A renovação foi outro ponto muito destacado nas entrevistas como uma questão central para o fim da Pastoral. Os relatos trazem à tona que não se conseguiu ganhar a juventude católica para essa causa, que não se conseguiu renovar o quadro de militantes, e, então, o Ninho Cearense foi acabando aos poucos, com a velhice de algumas, com a saída de outras, como salienta Maria Luísa.

Eu acredito que não tenha mais aqui no Ceará. Quem centralizava esse movimento era a Marieta e a Tia Rita. A Tia Rita adoeceu, passou muito tempo acamada. E agora tem a Ritinha doente e a Marieta. É

⁵⁶ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

como se as pessoas fossem envelhecendo e não surgissem novas lideranças. Era uma dificuldade muito grande, eu vivi essa dificuldade.⁵⁷

E acrescenta Maria Lúcia Sampaio:

Eu acho que não tinha mais pessoas.... Porque no nosso meio a gente sabia que existia, porque a gente tinha amizade com a Rita e a Marieta por causa das pastorais que elas têm história. Elas lá enfrentaram muita coisa lá no Mucuripe, muito perigo, porque elas foram conviver mesmo na zona, né.⁵⁸

Contudo, entre o seu início e o seu fim, tem-se uma Pastoral bastante ativa e engajada com as causas do seu tempo, com a “Igreja em Saída”, com as mulheres que clamam pela sua libertação e pela das outras companheiras, que veem a exploração e a exclusão e querem agir sobre elas. A partir de ideais como os propagados por Paulo Freire, com o seu método de leitura da vida para a alfabetização, com base nos ideais de que o oprimido deve ser o agente de sua emancipação. Assim como, com os escritos, cursos e ações de Leonardo Boff, Ivone Gebara e Frei Betto, que proclamam, a partir das vivências com os movimentos de juventude e com as Comunidades Eclesiais de Base, a necessidade da Igreja sair de dentro dos templos, dos seminários, dos conventos, e de atuar junto aos leigos na construção de uma Igreja que contribua para a libertação do povo.

O Ninho Cearense figurava, exatamente nesse momento, como uma pastoral que congregava todas essas questões e inquietações e que estava engajada em diferentes movimentos, a partir da experiência de suas agentes, lutando numa mesma frente de libertação, como observa Maria Lúcia Costa a seguir.

Aí já tinha a Tia Rita que já era uma pessoa muito atuante na Paróquia da Piedade. Então, esse movimento contou com pessoas que já estavam no trabalho aqui, na mobilização, na luta pelas comunidades, né. Aí tinha também um monte de pessoas que eram ligadas com a luta dos ferroviários dos trabalhadores do campo, né. Então, é um movimento que ele tem muito a cara das lutas populares, do

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ SAMPAIO, Maria Lúcia de Vasconcelos. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

movimento dos trabalhadores e foi nesse ramo aí que começou o Ninho. Essa visão assim bem libertadora mesmo.⁵⁹

Essa Pastoral surge, portanto, dentro de um processo de avanço de uma Igreja progressista junto com movimentos sociais e partidos de esquerda, pensando a reforma agrária, a alfabetização da população mais carente, a libertação das mulheres, os movimentos por moradia digna e a luta pela anistia e pela volta da democracia no país.

3.1 Rita de Araújo Marques, a “Tia Rita”: articulação com diferentes sujeitos, dentro e fora do ambiente eclesial

“Mulher do mundo, sua caminhada é incansável, suas moradas são muitas”.⁶⁰

Rita Maria, filha caçula de Rita

De acordo com a historiadora Márcia dos Santos (2007, p. 56, 83), a história se define menos por um estudo do passado do que por uma reflexão cada vez mais dinâmica sobre as relações entre passado e presente. Busca-se uma compreensão de como o passado, aquele vivido e sobrevivido em documentos, monumentos, rastros e lugares de memória, é ressignificado no presente. Ao se pensar nessa relação dinâmica entre passado e presente na pesquisa histórica, chega-se a um elemento muito importante imbricado nessa reflexão: a memória.

Para Candau (2011), a história é filha da memória, podendo ou não legitimar o que a memória funda. A memória quando alçada como fonte para a história, exige do historiador um olhar sensível que a perceba não só como passado reatualizado, mas como ação que se dá no presente. A memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como

⁵⁹ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁶⁰ FERREIRA, Rita Maria Marques. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Fortaleza, 8 de jul. 1997. 1 cartão pessoal.

um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Portanto, precisa-se compreender primeiramente que, como observa o sociólogo Michael Pollak (1992, p. 2-5), a memória é construída e seletiva. Nem tudo fica gravado. E para além dessa questão do esquecimento, tem-se o dado essencial de que a memória sofre flutuações em função do momento em que está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. O autor conclui que, o que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização e isso constrói uma narrativa sobre o passado, portanto, a memória é um fenômeno construído.

E é justamente essa narrativa da memória que a História Oral trabalha, entendendo a memória como algo socialmente construído, assim como toda documentação. Sendo possível, portanto, a comparação entre fonte oral e fonte escrita, já que para todo e qualquer tipo de fonte, o historiador precisa apreender daquele relato sua intencionalidade e o que ele revela sobre o real.

A grande relevância de se trabalhar com a história oral, de acordo com a reflexão de Pollak, é que esta, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressalta “a importância das memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial” (POLLAK, 1989, p. 3, 4). Ao se trabalhar, portanto, nesta pesquisa com entrevistas temáticas, foi possível fazer essa análise da memória reatualizada dos, ou sobre os, que tiveram uma atuação oposicionista ao regime ditatorial através do trabalho com os marginalizados, mais especificamente com as mulheres das zonas de prostituição. Não para declarar essas memórias como a verdade sobre os fatos, mas para analisar a construção das narrativas, para se entender sobre a compreensão reinventada dos preceitos, ações e reações dos sujeitos muitas vezes silenciados nesse período de acirrada perseguição e inúmeros conflitos.

A memória relatada em todas as entrevistas realizadas sobre a atuação de Rita de Araújo Marques no Ninho Cearense e nos demais movimentos de que fez parte, traz uma imagem beatificada, heroicizada, desta mulher. Todos a tratam como “Tia Rita”, uma espécie de cuidadora de todos ao seu redor, em uma trajetória de cuidado e defesa que ia dos irmãos mais novos, filhas,

trabalhadores, militantes e guerrilheiros às prostitutas do Farol e do Pirambu. Apesar da maioria dos entrevistados constatarem que Rita não gostava de falar de si, ou de ser vista como liderança ou heroína, seus relatos trazem exatamente essa representação: a visão de uma mulher extraordinária, incansável.

É preciso fazer uma análise dessa imagem de heroína-mártir de Rita de Araújo mediante uma análise sobre como a história de vida e trajetória de militância dessa agente do Ninho Cearense pode trazer compreensões e reflexões sobre os projetos, ideais e ações da esquerda ligada a Teologia da Libertação. Nessa empreitada é possível compreender com maior profundidade como se dava o trabalho de uma agente do Ninho Cearense, vinda de uma família religiosa e de classe média, no meio prostitucional. Apreendendo a partir de suas falas na imprensa, dos seus poemas e cartas e dos prontuários de visita do Ninho, um pouco sobre a visão que se tinha sobre as prostitutas e essas comunidades periféricas, assim como visualizar um pouco do cotidiano dessas mulheres nas zonas.

Figura 2 - Tia Rita, um sorriso que crer em um mundo novo



Fonte: Tia Rita, um sorriso que crer em um mundo novo. O Povo, Caderno Nova Mulher, Fortaleza, 7 de março de 1981.

Rita de Araújo Marques, mais conhecida como “Tia Rita”, nasceu no dia 8 de julho de 1917, em São Mamede, uma pequena cidade da Paraíba, e faleceu no dia 22 de janeiro de 2015, aos 97 anos, em Fortaleza. Ainda pequena, Rita se muda para Tauá, no interior do Ceará, com o pai, João Firmino de Araújo, e o irmão, após o falecimento precoce de sua mãe, Maria Cândida de Araújo, em 1918. Rita se casa em 1939, aos 22 anos, com Jonas Marques, com quem tem três filhas, as “três Marias” – Maria Cândida, Maria Rosa e Rita Maria - e enviúva com apenas cinco anos de casamento, em 1944, aos 27 anos. Logo se muda para Russas e depois para Fortaleza, com as filhas ainda pequenas, para trabalhar como servidora pública nos Correios e Telégrafos, de onde só sai com a aposentadoria. Tia Rita, tendo enviuvado muito cedo, criou sozinha as filhas e um sobrinho, Sebastião Araújo, assim como deu abrigo para muitos que vinham do interior tentar a vida na capital. A imagem construída em torno de Tia Rita é de uma mulher forte, resistente e ativa, parafraseando a homenagem que seu sobrinho e escritor, Mariano Araújo, publicou no jornal O Povo no dia do seu aniversário de 80 anos, em 1998: “Nascida na Paraíba e criada em Tauá, possui a resistência dos fortes; é como uma vara de marmeleiro verde, que enverga, mas não quebra.”⁶¹

Rita de Araújo iniciou sua militância, tanto dentro como fora do universo eclesial, após a sua aposentadoria. Começou com a Legião de Maria fazendo visitas a hospitais. Logo em seguida, Tia Rita vê sua caminhada religiosa se transformar, ao ter um contato mais próximo com a Teologia da Libertação, iniciando aí a sua atuação no Ninho Cearense, na coordenação dos trabalhos no Farol do Mucuripe e no Pirambu, como explica seu sobrinho Sebastião Araújo:

T.A. – E a Tia Rita, ela era freira? O quê que ela era?

S.A. - Não. Ela ficou viúva muito jovem, e teve que criar três filhas pequenas. Ela era funcionária pública dos Correios e Telégrafos. E ela, na verdade, quando ela se aposentou, ela se dedicou aos movimentos sociais. Então ela começou com a Legião de Maria, quando ela viu que não era. Aí ela teve a oportunidade de conhecer os primórdios da Teologia da Libertação. E ela viu que o caminho era esse, que a Igreja

⁶¹ FREITAS, Mariano Araújo. Rita de todos nós. **O Povo**, Fortaleza, 1998.

tinha que estar a serviço da libertação do povo, da autonomia. Então, ela não abriu mão disso, e a vida dela toda foi pautada nisso.⁶²

De acordo com os depoimentos de familiares e amigos, o primeiro contato de Tia Rita com o Ninho Cearense, possivelmente, ocorreu por conta da sua proximidade com Dom Fragoso, padre Alfredinho e a Diocese de Crateús. Segundo a carta de sua filha Rita Maria, em homenagem ao seu aniversário, o “encontro com o Alfredinho foi um marco em sua vida. Foi outra etapa: é o ANTES e o DEPOIS. Sua vida se modificou”.⁶³ Essa parceria de vida e militância com padre Alfredinho e com Dom Fragoso é mencionada como algo fundamental para a militância, tão intensa e em campos tão diversos, de Tia Rita. Isto consta não só nessa carta, mas nas várias entrevistas realizadas com agentes do Ninho e pessoas de outras pastorais que acompanharam sua trajetória, como os relatos de José Vicente Freitas, mais conhecido como Zé Vicente, seu companheiro de músicas, poemas e fé, e de seu sobrinho e ex-agente do Ninho Cearense, Sebastião Araújo:

Eu me lembro muito bem que ela tinha uma ligação muito profunda, muito linda, com o padre Alfredinho, com a Irmandade, porque a Tia Rita ela apoiava onde tinha uma luta pela vida, uma luta pelo respeito à dignidade humana, ela sempre estava muito solidária. Ela apoiava mesmo, no sentido da presença, no sentido da palavra forte né, nas orações, era muito, muito, muito, e também nas nossas festas de comunidades. Tem foto de eu dançando com ela, imagens né que depois a gente pode ver. Mas nesse ponto eu sei que quando ela foi para Fortaleza certamente ela teve, ela teve uma presença solidária junto aos trabalhos com as vítimas, com as prostitutas lá no Farol. E a ligação dela com o Dom Fragoso claro, que Dom Fragoso foi quem trouxe aqui para a nossa região, aqui para o Ceará esse movimento Ninho né, como trouxe vários outros de Direitos Humanos, da comissão Pastoral da Terra. Esse aspecto das pastorais sociais, Dom Fragoso a qual em 2020 nós estamos celebrando 100 anos de nascimento como também do padre Alfredinho de 100 anos este ano de 2020, os dois eram do mesmo ano e eles queriam bem, tinham um carinho todo especial com nossa Tia Rita, viu.⁶⁴

E complementa Sebastião Araújo:

⁶² ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁶³ FERREIRA, Rita Maria Marques. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Fortaleza, 8 de jul. 1997. 1 cartão pessoal.

⁶⁴ FILHO, José Vicente. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Ela tinha uma ligação muito forte com Dom Fragoso. Ela ia muito a Crateús. Lá a atuação da Igreja era assim mais concreta.

[...] Era muito amiga do Dom Aloísio Lorscheider⁶⁵ que era uma pessoa muito atuante. Apoiava muito. Ela teve muita orientação do Dom Aluísio. Ela tem um bocado de livro do Frei Betto. Ela lia muito [...] Depois ela conheceu, não sei se alguém chegou a falar para você do padre Alfredinho. Padre Alfredinho era um suíço que veio morar em Crateús. Ele era uma pessoa realmente que para mim era um santo. E ele abrigava todo mundo, prostituta, qualquer pessoa... Frédy Kunz.⁶⁶

Pelos relatos acima, percebe-se a importância destes profetas do Cristianismo da Libertação na vida de Tia Rita. Zé Vicente vai trilhando na sua fala os caminhos que levaram Tia Rita a encontrar Dom Fragoso e padre Alfredinho, os quais, como ela, eram envolvidos em uma militância de fé e de vida em diferentes movimentos pelo Nordeste. A luta pelos direitos humanos, a partir de uma prática do Cristianismo dos pobres, levou a uma partilha não só de pensamentos, mas de projetos e ações, o que se encaminha para um trabalho conjunto tanto na Irmandade do Servo Sofredor como no Ninho Cearense.

Em relação ao padre suíço Fredy Kunz, popularmente conhecido como Pe. Alfredinho, ele era muito ligado à luta das marginalizadas, tendo uma atuação radical desde o momento em que chega em Crateús, em 1968, nas zonas de meretrício da região. Ele contava que certo dia foi chamado para atender à Antonieta, uma prostituta da região que estava muito doente de tuberculose e,

Vi então aparecer no seu rosto, como um reflexo da presença de Cristo, uma expressão de paz e alegria. Ela morreu quinze dias depois. Arrancaram a porta de seu casebre para pôr o corpo em cima. Um mês depois, combinado com o bispo, aluguei o casebre da finada, e fui viver

⁶⁵ De acordo com o site da Arquidiocese de Fortaleza, o Cardeal Presbítero do Título de São Pedro "in Montório", Dom Aloísio Léo Arlindo Lorscheider, nasceu em Linha Geraldo, no Rio Grande do Sul, em 08 de outubro de 1924 e faleceu no dia 23 de dezembro de 2007, em Porto Alegre. Em outubro de 1970, quando era Secretário-Geral da CNBB, Dom Aloísio foi preso durante uma ação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), o que contribuiu para alterar o posicionamento da Igreja Católica em relação à Ditadura no país. Foi presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) por duas vezes consecutivas (1971-1975 e 1975-1978). Em 1973, foi nomeado Arcebispo promovido à sede arquidiocesana de Fortaleza. Presidiu em 1979 o Encontro dos Bispos da América Latina em Puebla, no México. Em 1995, foi transferido para a Arquidiocese de Aparecida do Norte, tornando-se, assim, arcebispo emérito de Aparecida. Acesso em: <https://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/historia/bispos-e-arcebispos-anteriores/06-dom-aloisio-leo-arlindo-lorscheider-ofm-1973-a-1995/>.

⁶⁶ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

na zona. [...] E lá descobri um verdadeiro santuário de Deus! (MONTENEGRO, 2004, p. 121 apud Thomé, 1994, p. 154).

Foi um grande escândalo na região a atitude de Pe. Alfredinho em ir morar na zona, mas este teve total apoio de Dom Fragoso e seguiu com sua obra junto às empobrecidas e marginalizadas, passando a ser uma referência também para o Ninho. Já em 1983, padre Alfredinho funda na região um movimento, a Irmandade do Servo Sofredor. Compunham essa Irmandade pessoas de diferentes estados do Brasil e de outros cinco países – Canadá, Suíça, França, Itália e Espanha. A Irmandade tinha como missão primordial reunir os marginalizados da sociedade para a execução de ações comunitárias para melhoria de suas vidas e de suas comunidades. Tia Rita tinha uma participação ativa nesse movimento, fazendo parte das romarias que ocorriam em diferentes cidades do interior do Ceará, como se pode apreender a partir da seguinte entrevista, que cedeu ao jornal O Povo sobre a romaria.

Começa em Crateús a romaria dos sofredores

[...]

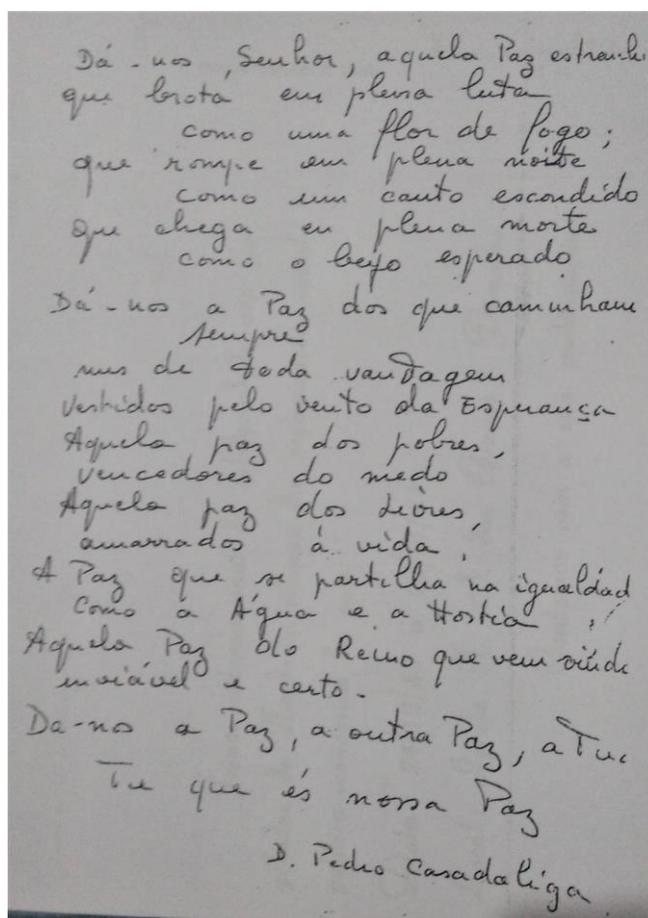
Embora o nome sugira sofrimento, Tia Rita, uma participante do movimento, explica que não há nada disso. “Nós procuramos espalhar alegria e esperança” – garante ela. A cada quatro anos, os servos sofredores reúnem-se para trocar experiências e celebrar a vida.

Dom Pedro Casaldáliga foi mais um desses profetas da Teologia da Libertação que marcaram a trajetória de Rita de Araújo. Casaldáliga foi um importante bispo católico espanhol, radicado no Brasil desde 1968, ativo na luta contra o regime ditatorial, o latifúndio e a miséria das massas, que organizou a luta pela democracia junto aos movimentos sociais, sendo conhecido internacionalmente pela defesa dos povos indígenas e por sua posição radical em favor dos pobres. Além de bispo e teólogo da TdL, Dom Pedro Casaldáliga também era escritor e poeta, sendo autor de várias obras sobre antropologia, sociologia e ecologia. Casaldáliga foi o primeiro bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, região com grande concentração fundiária e extrema pobreza, palco de muitos conflitos de terra. Onde ajudou a criar diversas comunidades eclesiais de base para o fortalecimento das comunidades

marginalizadas, onde viveu até seus dias finais – faleceu, recentemente, no dia 8 de agosto de 2020.

Por sua importância para o Cristianismo da Libertação e na trajetória de militância popular de Tia Rita, o seu poema a seguir, endereçado à esta e guardado com muito carinho até o fim de sua vida, é tido pelos seus familiares como um grande símbolo do relacionamento próximo entre Rita de Araújo e lideranças dessa Igreja progressista em ação contra o regime ditatorial.

Figura 3 - Poema de Dom Pedro Casaldáliga



Fonte: CASALDÁLIGA, Dom Pedro. [Poema]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. São Félix do Araguaia, dez. 1992. 1 cartão pessoal.

Dá- nos, Senhor, aquela Paz estranha
que brota em plena luta
Como uma flor de fogo;

Que rompe em plena noite
 Como um canto escondido
 Que chega em plena morte
 Como o beijo esperado.
 Dá-nos a Paz dos que caminham sempre
 Nos de toda vantagem
 Vestidos pelo vento da Esperança.
 Aquela Paz dos pobres,
 Vencedores do medo.
 Aquela Paz dos livres,
 Amarrados à vida.
 A Paz que se partilha na igualdade
 Como a Água e a Hóstia.
 Aquela Paz do Reino que vem vindo,
 Invisível e certo.
 Dá-nos a Paz, a outra Paz, a Tua
 Tu que és nossa Paz⁶⁷

Nesse poema, pode-se observar uma narrativa muito ligada aos ideais da Teologia da Libertação: paz, igualdade e liberdade para o povo, como objetos da construção do chamado “Reino de Justiça e Paz”. Os agentes da TdL utilizavam-se desta mística profética na sua atuação popular, mobilizando, através da arte e do sagrado, a luta por justiça social. Assim como, nos versos a seguir do poema de Tia Rita, onde se encontra uma mensagem de crítica social através da reflexão sobre as festas natalinas.

Fim de Ano na Cidade⁶⁸

Fim de ano na cidade, é Natal...
 Fim de ano? Natal?
 Será, minha gente, que podemos chamar de Natal
 A estes arranjos pré-fabricados,

⁶⁷ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. **[Correspondência]**. Destinatário: Rita de Araújo Marques. São Félix do Araguaia, dez. 1992. 1 cartão pessoal.

⁶⁸ Poema com as seguintes informações da autora: “Lido em um natal em 1976 – na casa da minha querida tia Iracema”. E constando a seguinte assinatura: “Tia Rita (Rita Marques)”.

Trazidos das lojas?
Natal de árvores coloridas?
De casas enfeitadas?
De lojas apinhadas de gente?
É gente que esbanja, que gasta,
Gente que compra, gente que vende,
Gente que espia,
Com olhos compridos,
Os presentes que os ricos
Aos seus filhos vão dar?

Gente sentida,
Ferida de dor...
Dor de angústia...
De fome...
De sede...
Dor do cansaço
Que vem
Da comida sem fim,
Pra vida ganhar.

Vida fanada, tristonha,
Sem cor,
Sem árvores, sem canto
Sem nada com que possa
Os filhos alegrar?
Será este um Natal?
Não!
Natal de verdade é aquele
Que a gente celebra
Pensando que é gente.

Gente que vê,
Que sente,
Que reza,
E vive a vida daquele que crê.

Aceita os embates que a vida oferece
Estende as mãos ao outro,
Contente.
Ajuda o irmão a viver como gente
Ensina o irmão
A crer com as mãos.⁶⁹

Como Dom Pedro Casaldáliga, para além de toda sua militância política, ou justamente por ela, Rita tinha uma sensibilidade artística bastante afluída e compunha poemas e músicas para as celebrações das CEB's, para as cantorias nos movimentos e para presentear e homenagear amigos e familiares. Seus poemas, como este, versavam sobre temáticas de justiça social, fé e amor, os quais eram pilares da sua caminhada. Como enfatiza Sebastião, um dos grandes parceiros na empreitada da poesia e das sonoridades de Tia Rita foi o músico e militante de fé e política José Vicente Freitas, o Zé Vicente. Nesse breve trecho da entrevista, Zé Vicente conta um pouco sobre o início dessa amizade em Crateús.

E em 1974 eu já comecei a visitar Crateús, porque a gente tinha uma equipe de trabalho de assistência e construção de casas para os desabrigados da enchente em Iguatu e a gente trocava experiências com grupo que também vivia no mesmo trabalho de assistência na mesma causa lá em Crateús. E depois eu comecei a participar dos encontros da Diocese de Crateús e foi nesses encontros que eu conheci a Tia Rita. Especificamente em 1976, num retiro onde o Frei Betto veio pregar nesse retiro, ele tinha saído da prisão, esse foi um retiro muito forte. E nesse período já conheci Tia Rita e a gente tinha um grupo de oração e reflexão muito bom, e eu me lembro que a Tia Rita dava todo apoio a esse grupo. E a gente se encontrava nos vários encontros, estudos, retiros e foi aí que eu conheci, depois ela também a gente se encontrava em Tauá, né e eu via, mesmo eu não tendo relação com o Ninho, que era esse movimento né, que era esse movimento internacional de apoio às vítimas da prostituição né. E aí eu conheci assim Tia Rita.⁷⁰

Nesse relato de Zé Vicente, percebe-se como era rica a articulação realizada entre os diversos movimentos dessa ala progressista da Igreja. Onde

⁶⁹ MARQUES, Rita de Araújo. **Fim de Ano na Cidade**. Poema. Fortaleza, Ceará, 1976.

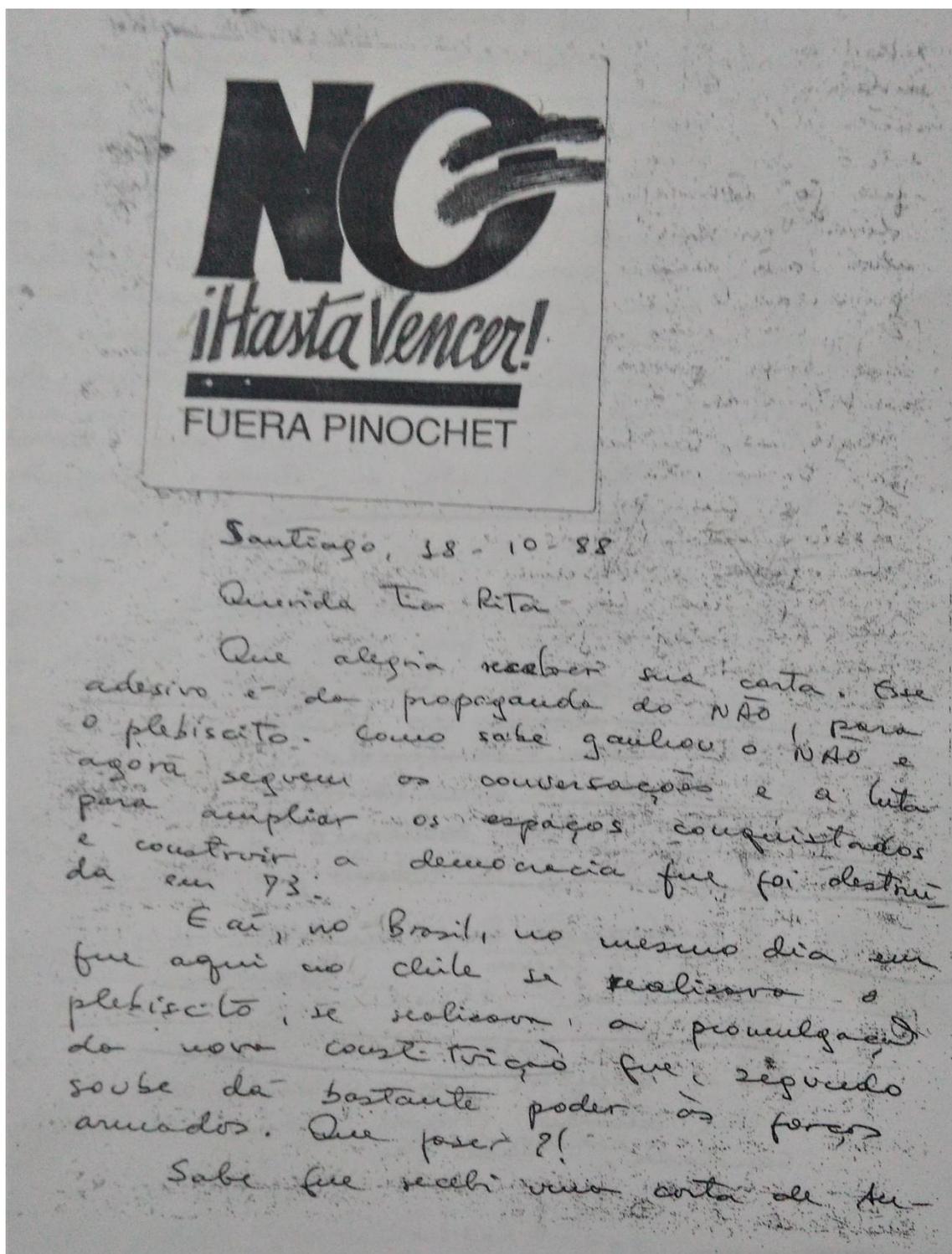
⁷⁰ FILHO, José Vicente. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

se tinha muita troca de saberes nos eventos realizados com expoentes da Teologia da Libertação e da luta contra a ditadura, como Frei Betto⁷¹ que esteve presente conduzindo esse retiro onde Zé Vicente conhece mais de perto Tia Rita. Pelo relato afetivo de Zé, eles partilharam saberes com Frei Betto que tinha recentemente “saído da prisão”, o que o tornava um denunciante dos horrores do regime, a partir não só dos seus escritos, mas de suas pregações e da sua experiência de vida nessas formações pelo Brasil.

Tia Rita, assim como muitos militantes do período, tinha ligação com militantes de outros países da América Latina que também enfrentavam regimes autoritários, já que durante as décadas de 1970 e 1980 houve vários golpes de Estado em países do Cone Sul, tendo sido instauradas ditaduras que agiam articuladas entre si. Um desses companheiros de luta é um brasileiro exilado no Chile que troca correspondências com Tia Rita ao longo da década de 1980.

⁷¹ Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo) é um frade dominicano, jornalista e escritor. Adepto da Teologia da Libertação, é militante de movimentos pastorais e sociais. Em 1962, foi escolhido como dirigente nacional da Juventude Estudantil Católica (JEC). Esteve preso por duas vezes sob a ditadura civil-militar: em 1964, por 15 dias; e entre 1969 e 1973, cumprindo quatro anos de pena em regime fechado. Após sair da prisão, até o final de 1970, trabalhou na Arquidiocese de Vitória (Espírito Santo) formando comunidades eclesiais de base. Na década de 1980 foi para São Paulo para trabalhar como assessor da Pastoral Operária na Região de São Bernardo do Campo. Foi coordenador de Mobilização Social do programa Fome Zero durante a gestão do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Recebeu vários prêmios por sua atuação em prol dos direitos humanos e a favor dos movimentos populares (ANDRADE, 2012).

Figura 4 - Carta de amigo brasileiro exilado no Chile



Fonte: Autor desconhecido. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques.

Santiago, Chile, 18 de out. 1988. 1 cartão pessoal.

Figura 5 - Carta de amigo brasileiro exilado no Chile

xitador nos dias e me colocava como
 endereço El Boquete - SOMOTILLO (Chil-
 andega) Nicaragua. Ela conta que já
 estão na casa nova. São 6 os parentes
 que já conseguiram casa. Diz Auxilia
 dona "eu vivi com a mudança ... já ti-
 nha me esquecido o que é o mínimo de
 privacidade. Bem sentimos calor agora
 com casa com altura normal e de telha".
 Que bom pensar que em fevereiro há essa
 possibilidade de ir à Nica. Temoz de certo.
 Alegro-me também com a notícia de que
 Dos Dors está sem pouco aos seus cuida-
 dos e que está trabalhando com você,
 assim está junto aos dois. Que Deus
 lhe ajude e ilumine neste serviço de
 acompanhamento e sustenta-lo. Alegro-
 me que esteja já em São e que aos
 poucos retome as atividades que tinha
 antes. Inês que isso vai ajudá-lo.
 E seu pai Din Rita, como está?
 E a Rosemaria do Negro, como foi? Alegro-
 me que tenha acontecido aí em São.
 E Jonas, já com 18 anos. Que Deus o
 guarde firme, solidário e sério como
 é. Alegro-me também por Patrícia e Ben-
 rife.
 Lembranças à Cândida que conheci
 durante o jejum no Pirambu.
 Como vai Alfredo?
 Desculpe essa carta meio corrida. Não
 fui dá-lo em tempo de responder.
 Um abraço grande com carinho e
 saudades. Dalete

Fonte: Autor desconhecido. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques.

Santiago, Chile, 18 de out. 1988. 1 cartão pessoal.

Adesivo com os dizeres: “NO !Hasta Vencer! FUERA PINOCHET!”

Santiago, 18-10-88

Querida Tia Rita

Que alegria receber sua carta. Esse adesivo é da propaganda do NÃO, para o plebiscito. Como sabe, ganhou o NÃO e agora seguem as conversações e a luta para ampliar os espaços conquistados e construir a democracia que foi destruída em 73.

E aí, no Brasil, no mesmo dia que foi aqui no Chile se realizava o plebiscito, se realizava a promulgação da nova Constituição que, segundo soube, dá bastante poder às forças armadas. Que fazer?

Sabe que recebi uma carta de Auxiliadora estes dias e me colocava como endereço El Bociete – SOMOTILLO (Chinandega), Nicarágua. Ela conta que já estão na casa nova. São 6 as famílias que já conseguiram casa. Diz Auxiliadora, “eu revivi com a mudança... já tinha me esquecido o que é o máximo de privacidade. Nem sentimos calor agora com casa com altura normal e de telha”. Que bom pensar que em fevereiro há essa possibilidade de ir à Nica. Tomara dê certo. Alegro-me também com a notícia de que Das Dores está aos seus cuidados e que Zoé trabalha com você, assim está junto às duas. Que Deus lhe ajude e ilumine esse serviço de acompanhá-la e sustentá-la. Alegro-me que esteja já em Tauá e que aos poucos retome as atividades que tinha antes. Creio que isso vai ajudá-la.

E seu pai Tia Rita, como está?

E a Romaria do Negro, como foi? Alegro-me que tenha acontecido aí em Tauá.

E Jonas, já com 18 anos. Que Deus o guarde, firme, solidário e sério como é. Alegro-me também com a Patrícia e o Henrique.

Lembranças a Cândida que conheci durante o jejum no Pirambu.

Como vai o Alfredinho?

Desculpa essa carta está meio corrida. Não queria demorar em responder.

Um abraço grande com cuidado e saudades.⁷²

Na carta, o interlocutor atualiza Tia Rita a respeito do resultado do plebiscito no Chile que corroborou com o movimento contra o regime autoritário de Pinochet e comenta sobre a promulgação da Constituição Cidadã, o que demonstra que as informações circulavam já rapidamente entre os países tanto pela mídia como pelos intercâmbios entre os militantes das diferentes regiões. O interlocutor também indaga a respeito de Pe. Alfredinho e demonstra conhecer

⁷² Autor desconhecido. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Santiago, Chile, 18 de out. 1988. 1 cartão pessoal.

a cidade de Tauá (muito ligada ao município de Crateús e à Dom Fragoso) e o bairro Pirambu, o que diz sobre a sua militância no estado, provavelmente na Diocese de Crateús e em Fortaleza, com ligações com o Ninho na região do Pirambu.

A partir destas articulações firmadas por Tia Rita com diferentes sujeitos dentro dessa grande chave de análise e atuação que é o Cristianismo da Libertação, compreende-se como se formou o discurso e ação comunitária desta agente pastoral e militante, e do quanto o Ninho Cearense herdou de toda essa rede de militantes e profetas que pensavam acima de tudo numa vivência coletiva e na transformação de toda a sociedade. As vivências de Tia Rita com Dom Fragoso e padre Alfredinho na Diocese de Crateús culminaram em uma parceria de vida e militância que transcendeu o Ninho Cearense e a Irmandade do Servo Sofredor, levando-a a experiências com outras dioceses e movimentos ligados ao Cristianismo da Libertação por todo o Brasil. A Diocese de Crateús foi esse portal para uma militância mais difusa com diversos expoentes dessa Igreja em Saída como Dom Pedro Casaldáliga e Frei Betto que tiveram uma grande atuação na luta contra o regime no campo e na cidade através dos organismos de esquerda e dessa Igreja progressista. Essa rica articulação realizada entre os diversos movimentos na luta pelos direitos humanos levou a uma partilha não só no campo das ideias, mas também das ações de resistência e construção de outras realidades que as experiências de Rita ajudam a elucidar.

3.2 A atuação do Ninho Cearense e a relação entre prostitutas e agentes nas zonas de prostituição

Rita de Araújo iniciou seu trabalho no Ninho por conta da sua ligação com Dom Fragoso e com Pe. Alfredinho que cooperaram para a chegada do Movimento no Ceará. Ela conta que sua opção de vida em serviço dos oprimidos vem a partir da mensagem propagada por Pe. Alfredinho: “Fizemos opção pelos pobres, é aqui que vivemos juntos no dia-a-dia, com paixão, descobrindo o servo-sofredor, de quem nos fala padre Alfredinho em seu livro *Ovelha de*

Urias.⁷³ Sua trajetória no Ninho Cearense vai em duas direções: a primeira nos trabalhos na região do Farol do Mucuripe; e a segunda com as mobilizações e diferentes empreitadas na região do Pirambu. Seu trabalho no Farol é entendido por todos como o seu momento de maior entrega a um movimento social, já que acabou indo morar nessa região para vivenciar na carne o sofrimento das marginalizadas, assim como para ser uma presença viva e ativa na vida destas e no trabalho comunitário para a melhoria das condições de vida no bairro em pleno regime ditatorial.

O sociólogo Carlos Anjos Júnior (1983, p. 56), que pesquisava sobre a atuação do Ninho no Farol neste período, afirma que, Tia Rita atuava junto às mulheres do Farol desde 1975. Por volta de 1982, deixou a diretoria do Ninho, pois já se sentia “velha e cansada” e queria dar oportunidade de atuação a outras pessoas, mas permanecia morando numa casa no Farol, onde passava alguns dias durante a semana. Ela afirmou ao pesquisador “ser importante para o encaminhamento de sua missão que as pessoas a vejam como um membro do bairro e não como uma mera visitante, obtendo com mais facilidade a confiança das mulheres da zona”. Como muitos militantes desse período, Tia Rita “fez uma séria opção de vida, dividindo os seus dias, a sua comodidade, a sua energia vital, entre a casinha azul do Farol e o apartamento bem montado da Aldeota, onde residia com sua filha solteira”, afirma a repórter do jornal *O Povo*.⁷⁴ Essa sua opção pela vivência cotidiana com as marginalizadas também se encontra nas falas dos grandes teólogos da Teologia da Libertação, como Gustavo Gutierrez (1980, p. 128) que afirma que a “situação das massas pobres e despojadas, marginalizadas e famintas do mundo, constitui uma exigência de maior radicalidade e coerência”, legitimando então uma ação mais radical quanto à miséria e à exploração, tanto por parte do eclesiado como dos leigos.

“Mas o que faz Tia Rita no Farol?”⁷⁵, indaga a repórter do jornal *O Povo* que queria trazer a história de Tia Rita para a sessão especial do jornal, para a homenagem pelo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Porém, Tia Rita

⁷³ TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. *O Povo*, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

⁷⁴ Idem

⁷⁵ TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. *O Povo*, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

não queria se colocar como protagonista dessa história: “Nenhuma palavra sobre si mesma deixa escapar. Não vê mérito nenhum na sua ação [...]. Não se interessa em tornar pública sua opção de vida. Quer resguardar-se. Sua doação é particular e objetiva. – Por que não as ‘meninas’? – propõe. ” Ela vê que outras personagens se encaixam melhor nesse papel. Que outras mulheres são as protagonistas dessa história: “as meninas”, como ela as chama, as prostitutas do Farol, mulheres de fibra que tem muito a compartilhar. Rita, então, responde a indagação da repórter sobre o que uma “mulher como ela” faz no Farol do Mucuripe, na zona mais conhecida da cidade:

Nada, eu apenas aprendo. Sou vista aqui como aquela que veio doar. Dou um testemunho de vida. Ajudo os que me procuram. Compartilho. Ouço as meninas e aprendo com elas as mais legítimas lições de vida, desprendimento e solidariedade. Por sua vez, elas sentem com o meu exemplo, que há um outro caminho, um outro mundo a seguir.⁷⁶

Tia Rita ratifica ao longo da entrevista qual é a sua visão a respeito das prostitutas e como a partir dessa visão vê o seu papel, e o papel das outras agentes do Ninho, nas comunidades do Farol do Mucuripe, do Arraial Moura Brasil e do Pirambu. Ela relata uma relação muito próxima entre as agentes e as prostitutas, um relacionamento permeado por partilhas e aprendizados, já que consideram “as ‘meninas’ como pessoas amigas que nos ajudam, testemunham amizade se preocupando conosco. Partilhamos. Agentes que deverão ser de sua libertação e razão da nossa presença na ‘zona’. Elas contam com o nosso apoio, amizade e respeito”⁷⁷. Essa compreensão sobre a prostituta permeava todo a Pastoral, como pode-se ver na fala do padre Teodoro Rohner (1987, p. 43): “Não concordamos com a opinião popular de que as prostitutas são doentes sexuais. Tão pouco concordamos com alguns psicólogos que as consideram via de regra, como doentes psíquicas”. O Ninho trazia um discurso no qual a prostituta não era entendida como doente ou degenerada. As agentes proclamavam que a exploração e o sofrimento vivenciados pelas prostitutas eram frutos de uma sociedade hipócrita, doente. Tinha-se uma fala geral na Pastoral, tanto nos depoimentos para a imprensa como nos documentos internos, de que as

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

mazelas enfrentadas por essas mulheres eram geradas pelo “pecado social”, de que a prostituição era imposta a elas por conta da pobreza, e que eram vítimas e não culpadas por sua situação, já que o “pecado social, no caso, não é pecado pessoal” (FRAGOSO apud ROHNER, 1987, p. 90).

Ao longo de sua entrevista, Raimunda Zélia também deixa transparecer essa visão sobre as prostitutas do Farol. Ela conta uma história de exemplo de virtude, de altruísmo, protagonizada por Mariana, uma das prostitutas que participavam do Ninho, com a qual ela constrói uma relação de amizade e confiança. O tom do seu relato se encaixa muito nessa visão do padre Teodoro Rohner, um dos animadores do Ninho no Brasil, demonstrando como o discurso da Pastoral quanto as prostitutas, e mais ainda a respeito da visão que se queria propagar sobre elas, era bem afinado entre os agentes pastorais:

As pessoas que vivem num ambiente muito duro mostram virtudes, ou às vezes, até mesmo um heroísmo que dificilmente é observado em outros ambientes. Quase todos que trabalham com as vítimas da prostituição sabem contar histórias emocionantes de amor desinteressado, de destemor e coragem, de capacidade de perdoar, etc. Essas histórias são muito preciosas para corrigir uma imagem muito distorcida das vítimas da prostituição (ROHNER, 1987, p. 45).

No relato de Zélia, percebe-se uma construção mnemônica heróica sobre a prostituta, assim como uma articulação desta com pautas feministas, como pode-se observar a seguir:

R.C. - Eu quero dar o testemunho de uma menina, Mariana, o nome dela. Uma pessoa assim que até hoje eu tenho admiração. Ela gostava muito do companheiro dela, queria muito bem, amava mesmo. E ele era uma pessoa assim até legal. A gente se comunicava com ele, ele era legal. Aí, o que foi que aconteceu: a esposa dele conseguiu encontrar lá o endereço lá do Farol, foi lá. E aí falou com ela. Aí perguntou e ela: “Ah, ave Maria, ele é maravilhoso...”, e falou lá. Aí ela: “Pois minha filha, dentro de casa, ele não dá nada para os filhos dele, não dá nada! ”. Você sabe o que foi que ela fez? Quando ele chegou e ela disse que a esposa dele tinha ido lá, disse que tava muito decepcionada com ele, que ele devia ter vergonha, que voltasse para casa, que cuidasse da esposa, que cuidasse dos filhos e nunca mais a procurasse. Acredita? Hoje, eu digo assim, quem faria isso, né. O pessoal não tá nem aí.

T.A. - Você ainda tem contato com ela?

R.C. – Não. Eu já tô com 72 anos, nunca mais a gente se viu, nunca mais não. Mas eu me lembro que uma vez eu saí na rua, aí encontrei com ela, ela deu aquele abraço, foi aquela coisa, né. E eu estava com uma prima, aí minha prima perguntou: “Zélia, quem é? ”. Eu digo: “Ave

Maria, é a Mariana, menina lá do Farol” – “Ave Maria, devia num ter me dito! ”. Preconceito, né que o pessoal tinha. “Pois minha filha, ela é respeitável, é uma das pessoas que eu mais respeito na minha vida”. Então, a minha experiência lá foi muito boa.⁷⁸

No relato acima, além da apresentação de Mariana, uma “menina lá do Farol”, como alguém de um caráter inabalável e um exemplo de sororidade, Raimunda Zélia expõe, a partir da fala de recriminação de sua prima, o quanto a sociedade não concorda com uma interação assim entre religiosas e prostitutas. Ao longo de outros relatos de Raimunda também pode-se ver essa relação de confiança e afeto que era construída entre as agentes do Ninho e as mulheres da zona e que era continuamente repreendida pelas pessoas de fora. Com o medo expresso continuamente de que as religiosas fossem confundidas com as prostitutas nesse ambiente ou que se deixassem levar pela intimidade, como se pode observar no trecho a seguir:

Tinha uma casa lá, parece que era Hamburgo o nome, que era uma casa de dois sobrados, enorme, que era uma das casas mais importantes de lá. E elas quando os marinheiros viam elas davam festa, sabia? Eu me lembro uma vez que elas me disseram: “Olha Dona Zélia (elas me chamavam de Dona Zélia), a senhora venha bem arrumada, porque amanhã vai ter festa aqui!”. E eu fui para essa festa, até o pessoal disseram: “Zélia, num vai não!”. Eu digo: “Eu vou, elas me chamaram com tanta delicadeza”. E eu fui sozinha, sem a Dolores, sem a irmã dela. E fui, participei, foi muito bom.⁷⁹

Tia Rita, nos seus relatos para a imprensa, como este, sempre imprime os ideais da Teologia da Libertação de forma muito natural, demonstrando que esse entendimento dos marginalizados como sujeitos de sua própria história e agentes de sua libertação eram o grande pilar teórico e prático dos movimentos da Igreja progressista. Era o entendimento geral da Pastoral de que o protagonismo era das prostitutas, que estas deveriam se ver e se portar como sujeitos, pelo menos a nível de discurso, como afirma o padre Teodoro d’Ans:

A luta das mulheres prostitutas é luta delas! São elas que devem se organizar. Elas são as protagonistas, isto é, as lutadoras de primeira

⁷⁸ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁷⁹ Idem.

linha. Ninguém liberta ninguém: liberta-se! Não podemos libertá-las contra elas mesmas. Elas têm o direito de conquistar um espaço eclesial na Igreja e um espaço político na sociedade (D'ANS, 1983, p. 129).

O sobrinho e ex-agente do Ninho, Sebastião Araújo, cita a reportagem do jornal O Povo ao falar da escolha de Rita de ir morar no Farol, o que demonstra que, apesar das preocupações de toda a família com essa decisão, tinha-se muita admiração por sua atuação social, tanto que receberam com alegria a publicização de seu gesto: “Tinha uma pessoa que coordenava o Caderno da Mulher, tinha uma atuação nesse ramo e foi entrevistar a Tia Rita, viram assim como era o dia dela no Farol. Ela morou dois anos no Farol”.⁸⁰ No relato da repórter, pode-se perceber tanto a admiração pelo ato tido como grandioso, como também uma clara diferenciação valorativa entre Tia Rita e as prostitutas. Rita é sempre colocada num patamar superior aos das prostitutas, apesar de suas tentativas de sair um pouco do foco principal. Também, dentro desse escopo, tem-se uma crítica ao poder público e as demais pessoas que se colocavam como compadecidas pela causa dos pobres, mas não entravam em ação expressa e concreta de socorro, como Tia Rita que, de acordo com a repórter, “faz sozinha o que era para ser feito por uma legião de voluntários, leigos, e religiosos, de pessoas que detêm o poder”⁸¹:

Tia Rita:

Da Aldeota ao Farol

Nesse universo humano desafiador, que mostra um ângulo só da ambiência rotineira de uma população, fomos encontrar a casinha azul-límpida da tia Rita. Localizada em plena zona do Farol.

Transpondo o umbral da portinhola, tudo ali respira ordem, zelo e despojamento, nada supérfluo, só o utilitário para o dia a dia. Tia Rita está atenta, é uma mulher sóbria, comedida nos gestos e no vestir.

[...] Nenhuma palavra sobre si mesma deixa escapar. Não vê mérito nenhum na sua ação. Nunca deu entrevista. Não se interessa. Não se interessa em tornar pública sua opção de vida. Quer resguardar-se. Sua doação é particular e objetiva. – “Por que não as “meninas”? – propõe. Elas sim mereciam ser ouvidas. As “meninas” são as moças

⁸⁰ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁸¹ TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. **O Povo**, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

que frequentam a “zona” do Farol. Chama, então, uma “menina” de aproximadamente quarenta anos que tomava, calada, um café na cozinha e conversamos com as três. Depois chegou outra, na mesma faixa etária. [...] Cada dia tia Rita revelava um pensamento seu que nos interessava. E aos poucos fomos quebrando sua resistência. Entre cafés e cafés, os papos até a boquinha da noite. Tudo girando sobre a situação do Farol, o destino das “meninas”, as causas da prostituição, o bairro abandonado por todos, as soluções e a desesperança que sobrava no fim de cada tarde, quando se enumerava os problemas mais prementes. Tudo urge por aquelas bandas. Mais parecia uma abelhinha trabalhando uma colmeia gigante ou uma gota de lágrima num oceano de tantas marés altas e tempestades. Ela faz sozinha o que era para ser feito por uma legião de voluntários, leigos, de religiosos, de pessoas que detêm o poder.

Amanhã é o dia internacional da Mulher. Esta vem sensibilizando uma comunidade inteira. Ela, viúva, mãe, avó, que contrariou a vontade de toda a sua família e amigos zelosos, e fez uma séria opção de vida, dividindo os seus dias, a sua comodidade, a sua energia vital, entre a casinha azul do Farol e o apartamento bem montado da Aldeota, onde residia com sua filha solteira.⁸²

Várias das entrevistas realizadas citam em algum ponto essa ação de Tia Rita “que contrariou a vontade de toda a sua família e amigos zelosos” indo morar na zona. Um(a)s problematizam como uma decisão precipitada, extremada. Outras falam com profunda admiração pelo seu gesto de entrega. Assim como, outras narrativas mesclam essas duas análises na rememoração desse episódio, como se encontra no relato a seguir de Maria Luísa Costa que foi voluntária com Rita e as demais agentes na região do Farol. O que mostra a existência de questões em disputa em meio a militância que estava sendo construída a partir desse viés da Igreja em Saída.

T.A. – Maria, me falaram que no Farol tinha uma casa do Ninho lá. O quê que se tinha nessa casa? Eram aulas que vocês davam? O que era que se realizava nessa casa?

M.C. - Ainda tem. Tinha curso de bordado, tinha curso de pintura, tinha curso de corte e costura. Tinha aula também de alfabetização, eu não trabalhei nesse projeto de alfabetização lá no Farol não. Mas a tia Rita, ela radicalizou e foi morar lá. Aí a família dela ficou meio em desespero, mas depois ela conseguiu harmonizar as coisas que ficou, passou um tempo lá, mas ela já estava com a saúde fragilizada. Aí foi pouco tempo que ela passou, foi só mesmo assim, foi mais um gesto de solidariedade mesmo do que uma experiência.⁸³

⁸² Idem

⁸³ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Maria Luísa entende que a atitude de Tia Rita foi muito radical, ao ir morar na zona de prostituição do Farol do Mucuripe e que isso gerou um grande mal-estar e preocupação familiar. Demonstrando que, apesar desse discurso fazer parte, amplamente, da visão de “modelo de militante”, isto não era visto com bons olhos pela Igreja e pela sociedade em geral, que preferia manter as divisões e, de certo modo, as hierarquias, mesmo com o trabalho pastoral nas comunidades. Prezava-se por um certo distanciamento, apesar de um discurso de um Evangelho para os pobres, já que a visão de se levar a libertação ainda se batia com visões mais avançadas de construção de caminhos de liberdade e emancipação. É nesse ponto que Maria Luísa classifica o gesto de Tia Rita mais como um “gesto de solidariedade”. A ânsia de muitos movimentos e partidos de esquerda por mudanças estruturais, a partir da experiência coletiva, da organização comunitária, materializada na ação de Tia Rita ao ir viver na zona do Farol, não foi compreendida nem mesmo no seio do Ninho, demonstrando uma não-linearidade de pensamento e ações entre os diferentes militantes dessa Pastoral. Cada um com suas vivências em diferentes movimentos e núcleos religiosos, os quais lutavam por formas muito diversas contra as injustiças sociais e pela volta do regime democrático.

A Pastoral tinha entre os seus agentes um público muito diverso de religiosos, em sua maioria composto por mulheres, que tinham diferentes visões sobre a prostituição, em específico a respeito da atuação pastoral mais adequada para a melhoria da qualidade de vida das mulheres da zona. Os agentes da Pastoral eram formados na comunidade cristã, organizados por uma frente de atuação e, por vezes, atuavam em mais de uma pastoral. A atuação de cada agente não dependia da sua formação profissional, já que todos eram levados a refletir e debater sobre a temática da prostituição juntos, a partir de textos base e de rodas de conversa, orientados por uma freira, padre ou mesmo outro agente pastoral. Inicialmente, o trabalho desses agentes era direcionado para as zonas de prostituição, para minimizar o estigma da prostituição dentro da própria comunidade, mas, com o tempo, esse trabalho foi se deslocando mais para uma perspectiva de garantia de direitos, de luta por acesso à creches, escolas e postos de saúde nas zonas, de luta contra a truculência dos agentes

do regime ditatorial durante as abordagens e prisões ilegais das prostitutas. Então, a partir desse redirecionamento dos trabalhos, mesmo que sob coordenação de um membro relevante na hierarquia da Igreja, esta Pastoral passou a ser mobilizada, organizada e difundida pela própria comunidade e, em sua maioria por mulheres, conectando-se a essa “nova forma de ser Igreja que a América Latina, e nela o Brasil, experimentava na segunda metade do século XX” (ROCHA, 2017, p. 76).

O Ninho Cearense tinha um importante papel de mobilização nas comunidades onde se localizavam as zonas de prostituição. Atuavam incentivando uma vivência coletiva de organização comunitária, de reivindicação de direitos e de atuação coletiva. Essa organização pode ser percebida nas mobilizações pelo fim das desigualdades sociais, da violência e da fome na cidade. Ações estas, protagonizadas pelas religiosas e pelos moradores do Pirambu em jejuns contra a fome e pela paz, assim como nos festejos natalinos organizados pelas prostitutas e pelas agentes do Ninho, com um discurso de integração das prostitutas, de seus familiares e da sua comunidade à dinâmica religiosa, driblando os preconceitos.

Esses aspectos podem ser observados a seguir nos prontuários de visita das mulheres que compunham o Ninho Cearense, nos quais se tem o relato de suas participações nas novenas de Natal, nos grupos de estudo e na coordenação do Movimento. Estas mulheres possuíam até mesmo a chave da igreja, onde se realizavam reuniões e formações do Ninho Cearense, demonstrando assim uma tentativa de integração entre Igreja e comunidade através do trabalho do Ninho.

Lúcia de Fátima de Castro Gomes

D. nasc.: 7 de dezembro de 1952

Filiação: Raimundo Ferreira Gomes e Maria Alice de Castro Gomes

E. Civil: Solteira

Natural: Maranguape Profissão: Doméstica

Travessa Adarias de Lima Quarta SPSP. 99192-80

1º contato: 16-09-81

Curso de crochê, teve bom aproveitamento, porém muito complicada, revoltada, criou problema c/ uma colega p/ Zélia que estava grávida, levando o caso ao delegado, daí a menina teve que ir ao hospital, criou problema c/ as outras, ficando até um conflito. Dia 25 tivemos dia de estudos na igreja e fizemos uma reflexão em torno do assunto.

Participou das novenas do Natal, teve uma em seu quarto, onde houve uma reflexão sobre moradia, participou também do Natal dia 22-12, e amiga secreta.

1º visita do ano dia 06-01-82, não há encontramos.⁸⁴

Continua agora em 81 com um pouco mais de responsabilidade, mais interessada pelas outras, na vida e no trabalho, continua com a chave.

(1981) [...] Teremos agora em J. Pessoa Encontro da Coordenação, convidamos para ela ir, disse que não pode, mas que não nos preocupássemos que dentro em breve participaria em tudo.

[...] (Maio) Passou uns dias sem ir para as aulas, agora voltou, matriculou-se para o curso de pintura, está aproveitando tanto na alfabetização como na pintura. Passou 3 dias sem ir, Francisca que ficou com a chave.

Resolveu voltar e participou com grande proveito do curso de crochê, fazendo na base de cinco trabalhos. No dia 25 de novembro participou de um grupo de estudos na Igreja. Nesse dia teve início o planejamento de 82 e sua continuidade no dia 1º de dezembro. Todas levaram refeição e almoçaram juntas.

Ela participou das novenas de Natal nas casas das meninas e o encerramento das novenas foi no dia 22/12/81, como também das trocas de presentes.⁸⁵

Vê-se, a partir deste prontuário, que havia um contato muito próximo entre as agentes do Ninho e as prostitutas. Para além dos encontros na Igreja e na casa do Farol, havia visitas em seus lares, nos quartos da zona, para se falar das complicações da vida e de suas possíveis resoluções, a partir da organização e luta coletiva por direitos. Como é o caso da novena de Natal realizada no quarto de Lúcia de Fátima com as agentes e demais prostitutas, para discutir sobre a questão do direito à moradia.

Por esta fonte, nota-se também que as prostitutas têm acesso a diversos cursos ofertados pela Pastoral. Primeiramente, a alfabetização com o método de Paulo Freire, já muito usado nas CEBs nesse período, daí se passava para os diferentes cursos profissionalizantes. Sendo estes todos cursos ligados à

⁸⁴ Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

⁸⁵ Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

confeção de roupas e acessórios (cursos de pintura, corte e costura, crochê, tapeçaria, bordado), o que demonstra o ideal de Mulher projetado pela Pastoral: dona de casa com uma profissão mais doméstica, como costureira, uma profissão que permitisse cuidar dos filhos e da casa, e também conseguir o sustento da família, sem ter que sair da residência. Não mulheres trabalhando à noite, em bordéis, nas ruas..., mas sim em casa com marido e filhos. Antes de mais nada, era a defesa de um ideal cristão e burguês de família. Onde mulheres e crianças estão, supostamente, protegidas dos perigos da rua, das armadilhas da noite.

O Ninho Cearense, apesar de já ter superado diversas barreiras do conservadorismo, ao trabalhar com prostitutas dentro das zonas de prostituição, ainda trazia um ideal patriarcal de família, de maternidade, de atributos de gênero, para o qual sinalizavam como um caminho de libertação para essas mulheres. Ideal esse muito alinhado ao de Rousseau, no qual tem-se muitas analogias entre a mãe e a freira, a casa e o convento, onde encontra-se uma verdadeira defesa do sacrifício e da reclusão para as mulheres, como condição para sua salvação. Segundo Badinter (1981, p. 223, 245), cria-se um novo aspecto mítico associado ao papel materno, onde a mãe é comparada a uma santa, em que se pensa que toda boa mãe é uma "santa mulher". "A padroeira natural dessa nova mãe é a Virgem Maria, cuja vida inteira testemunha seu devotamento ao filho". Então, pensa-se que se a prostituta se vincular a esse ideal devotado de mãe, ela poderá ser perdoada da sua vida mundana, poderá abdicar da culpa de "mulher sedutora", a partir da abnegação de sua própria existência para ser uma mãe e esposa exemplar. Como complementa Badinter, ao analisar esse ideal burguês de maternidade:

Mais provinciana do que parisiense, sua casa é um universo fechado em que ela reina soberana. O contraste entre as duas amigas, propositalmente estabelecido por Balzac, é a melhor ilustração possível de destinos femininos opostos: a mãe e a sedutora. Uma sonha ser mulher da moda que reina nos salões, a outra não tem outro reino senão sua casa e só pretende ser soberana de sua família (BADINTER, 1981, p. 217).

As mobilizações já citadas, lideradas pelas integrantes do Ninho Cearense, não movimentaram somente os seus bairros, mas fomentaram o

debate em parte da cidade, a partir das mobilizações nas paróquias e da divulgação na imprensa, com reportagens como estas:

Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade

A comunidade do Farol participou ativamente, de uma missa natalina, celebrada num altar improvisado, armado em frente à casa número 33 na avenida Zezé Diogo, às 16 horas de anteontem. Foi uma iniciativa do Ninho Cearense, órgão que reúne as mulheres do Farol, que conta com a Pastoral da Mulher Marginalizada, através de uma de suas coordenadoras – a Tia Rita. A missa encerrou uma programação festiva em comemoração ao Natal.⁸⁶

Altar improvisado reúne as mulheres do Farol em missa

Trata-se de uma iniciativa das próprias mulheres do Farol, que idealizaram também para dar maior colorido ao período natalino.

[...] A ideia surgiu no fim desse mês, quando as mulheres Maria do Crato, Cecília Moreira da Silva e outras que compõem o Ninho Cearense (órgão que congrega as mulheres do Farol) escolheram uma representante da Pastoral da Mulher Marginalizada, no caso a Tia Rita, para dar maior força a programação. Orientadas por Tia Rita há vários anos, lançaram-se ao programa que acabou alcançando o seu objetivo, que é o de proporcionar uma melhor integração entre as mulheres daquele bairro, conforme salientou Maria do Crato.

[...] Tia Rita, por sua vez, ressalta que a Pastoral da Mulher Marginalizada vem apoiando as iniciativas das mulheres do Farol, por verificar “que pobreza é uma só, sem discriminação”.⁸⁷

A reportagem enfatiza que o evento “trata-se de uma iniciativa das próprias mulheres do Farol”⁸⁸, reafirmando o protagonismo delas nesse processo. O repórter também salienta que as mulheres ligadas ao Ninho, prostitutas e demais moradoras, eram “orientadas por Tia Rita há vários anos” e com o apoio dela “lançaram-se ao programa que acabou alcançando o seu objetivo”⁸⁹, demonstrando a importância do Ninho na região, na pessoa de Rita, para propiciar a organização comunitária. O que se pode notar nas palavras de

⁸⁶ GUIMARÃES, João. Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade. **O Povo**, Fortaleza, 26 de dezembro de 1984, página 8.

⁸⁷ ALTAR IMPROVISADO REÚNE AS MULHERES DO FAROL EM MISSA. **O Povo**, Fortaleza, 26 de dezembro de 1984.

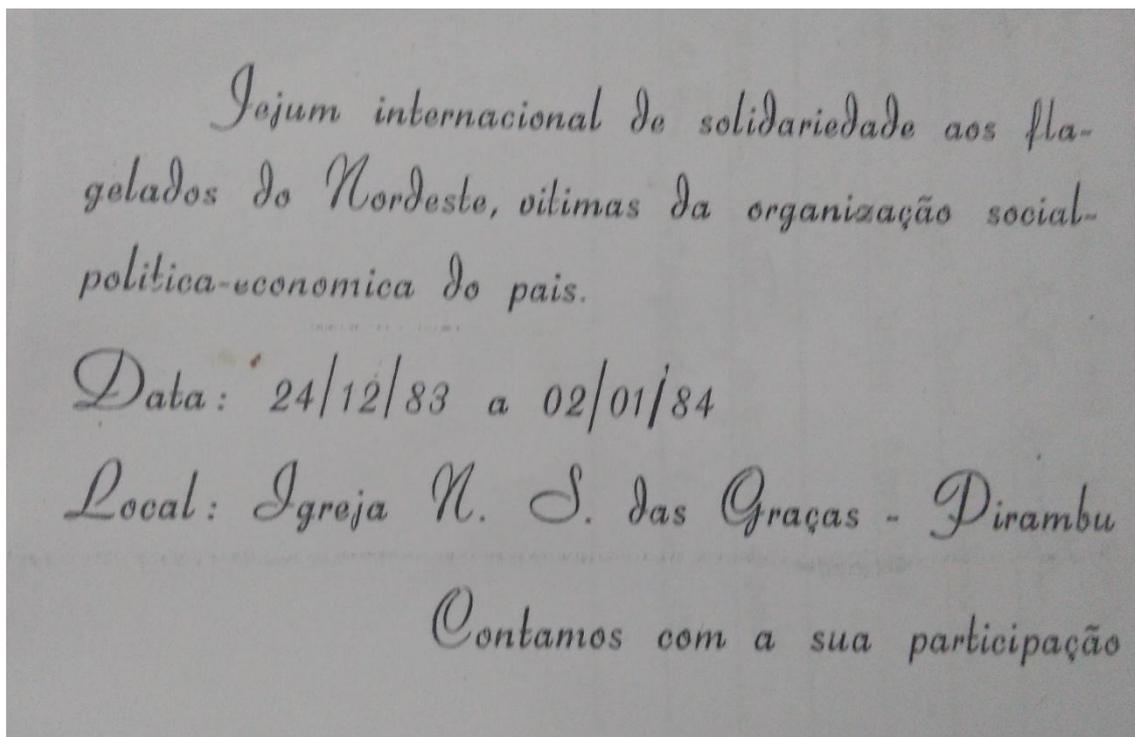
⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Idem.

Dom Fragoso (FRAGOSO, 1983, p. 105), como uma orientação geral do movimento: “Percebemos, então, que o caminho tinha de ser: elas mesmas se unirem, e unidas, procurarem uma saída libertadora coletiva. Foi uma intuição que se foi acendendo em nós, devagar, dentro da caminhada”.

Outra grande atividade de articulação popular puxada pelo Ninho junto com outras pastorais sociais e movimentos feministas do estado, como o Centro Popular da Mulher e a União das Mulheres Cearenses, foi uma procissão encerrando a semana de jejum em protesto contra a fome, a violência e a desigualdade social. O convite para o jejum, realizado entre os dias 24 de dezembro de 1983 e 2 de janeiro de 1984, o anuncia como um evento internacional em favor dos “flagelados do Nordeste, vítimas da organização social-política-econômica do país”. O jejum é proclamado como uma grandiosa mobilização que cruzava as fronteiras do país diante da calamidade da pobreza e da exclusão social em que o Nordeste brasileiro estava mergulhada. Era esta uma estratégia de intimidação do regime diante da possibilidade de denúncia internacional. Denúncias deste tipo ocorreram em vários momentos durante o regime militar por religiosos em suas idas ao exterior. Sendo isso, mais um motivo levantado pelos militares como justificativa para o aumento da repressão aos religiosos progressistas. Tendo muitos destes, com o acirramento do regime, sofrido espionagem, deportação, difamação, tortura e prisão por conta dessas denúncias e ações.

Figura 6 - Convite para jejum internacional de solidariedade aos flagelados do Nordeste



Fonte: Convite para jejum internacional de solidariedade aos flagelados do Nordeste. Arquivo pessoal de Rita de Araújo Marques.

Procissões com esse porte e viés eram ações pensadas pelas demais equipes do Ninho no Nordeste como atividades que corroboravam para uma melhor integração tanto das prostitutas como de seus territórios. Assim como, um momento de denúncia das mazelas e dos conflitos sociais. Eram ações contra a marginalização imposta pelo Estado, pela Igreja e pela sociedade às mulheres pobres, às prostitutas. Como aconselha o padre Teodoro Rohner (1987, p. 109), no livro de formação de novos agentes do Ninho, ao falar sobre a importância da integração entre os diferentes sujeitos marginalizados:

As mulheres da zona são mulheres marginalizadas, isto é, colocadas a margem pela sociedade (e pela Igreja). O contrário da marginalização é a integração. Por conseguinte, a paróquia, os grupos de senhores e as comunidades de base deveriam tentar integrar as vítimas da prostituição, integrar também o território da zona no território da paróquia (procissões que passem pela zona, novenas, vias-sacras, etc. também na zona).

Procissão encerra jejum de protesto contra fome

“A gente sabe que não vai resolver os problemas, mas o nosso objetivo foi questionar os responsáveis pela miséria do povo” – declarou Rita de Araújo, a Tia Rita, uma das participantes do grupo de jejum, acentuando que “a experiência foi muito gratificante”. Para ela, como para Antônia Batista Lopes, companheira de jejum, o movimento foi uma oportunidade de reflexão diante das injustiças sociais do país.

Chamando representantes das entidades que apoiaram o movimento – como o Centro Popular da Mulher e União das Mulheres Cearenses – padre Haroldo, ainda falou no papel da Igreja, como o espaço que o povo deve ocupar para levar suas lutas reivindicatórias.

“A gente sabe que não vai resolver os problemas, mas o nosso objetivo foi questionar os responsáveis pela miséria do povo”. Essa frase de crítica social diante de um movimento que muitos julgam sem efeitos, que abre a matéria acima do jornal O Povo, foi proferida por Tia Rita, uma das lideranças desse movimento que era mundial. Esse movimento buscava atrair, através do jejum (chamado em algumas fontes de greve de fome), a atenção dos governantes para a fome que se alastrava pelo estado por conta das secas, da má distribuição de terras, do desemprego e da exploração dos mais pobres. Várias dessas causas sociais, para a existência de tanta miséria, são pontuadas na matéria a seguir, que fala com mais profundidade dos objetivos e da organização desse movimento que estava ligado também ao trabalho do Ninho Cearense nos bairros Arraial Moura Brasil e Pirambu.

Jejum contra a fome termina em procissão

“Fome, consequência desse pecado”, foi o tema de ontem para reflexões no segundo dia de Jejum de Natal contra a Fome e o Desemprego que é realizado por católicos cearenses. Cerca de dez religiosos realizaram esse movimento no último dia 24 e pretendem permanecer sem comer até o dia 1º de janeiro quando uma procissão silenciosa se efetivará entre as igrejas do Patrocínio e de Nossa Senhora das Graças, onde se encontram os jejuadores.

[...] Objetivo do Jejum de Natal, entre outros, o de lutar pela reforma agrária diferenciada, radical e autêntica sob o controle do povo; sindicato livre, desatrelado do Ministério do Trabalho; emprego para todos e um salário justo; passe gratuito para os trabalhadores desempregados da periferia e congelamento dos preços dos alimentos de primeira necessidade.

Para o padre Alfredinho, que coordena e é um dos jejuadores, tendo participado do primeiro em São Paulo, o movimento tem apoio no exterior, e da Europa pediram mais informações para fazer divulgação, enquanto em São Francisco, nos Estados Unidos, mais de 300

pessoas realizaram jejum idêntico apoiando a ação que se desenvolve no Ceará.⁹⁰

Percebe-se nas falas de Pe. Alfredinho na reportagem, uma importante articulação entre movimentos da cidade e do campo nesse Jejum de Natal contra a Fome e o Desemprego através da análise das pautas defendidas. Demonstrando o quanto a Igreja progressista estava articulada e presente em diferentes espaços, lutando em muitas bandeiras e denunciando o “pecado social” da exploração e da desigualdade, visto inclusive no tema do Jejum - “Fome, consequência desse pecado” - conceito de pecado anunciado pelo teólogo peruano Gustavo Gutiérrez (2000)⁹¹ na sua obra seminal sobre a Teologia da Libertação, muito embasada nas experiências das CEB’s no Brasil, as quais este teve contato em viagens ao país. Padre Teodoro Rohner observa essa estreita ligação entre os objetivos das CEB’s e os do “Movimento de Libertação da Mulher”, percebendo o impacto dessas ações conjuntas na vida das mulheres mais marginalizadas:

As CEB’s e os Movimentos Populares atuam em primeiro lugar no meio dos pobres, no campo e nas periferias das grandes cidades. Precisamente destes meios vem a maioria das mulheres da vida. E elas vem de lá por conta das injustiças sociais ali existentes, contra as quais as CEB’s e os Movimentos Populares estão lutando. As CEB’s do meio rural tem como uma das suas metas principais a Reforma Agrária. A análise da realidade da prostituição, no nosso país, mostra que nada poderia com facilidade diminuir mais o número de moças que caem na prostituição do que uma reforma agrária bem feita. Uma outra meta principal das CEB’s e dos Movimentos Populares, do campo e da cidade, é a criação de uma sociedade na qual tenham emprego e salário justo para todos (ROHNER, 1987, p. 119).

Nessa análise do padre Teodoro, percebe-se tanto a potência dessa articulação entre os diversos movimentos, como a centralidade do debate sobre o êxodo rural e a necessidade da luta por reforma agrária. Nessa fala, mais uma vez, vê-se como as prostitutas eram entendidas como injustiçadas, vítimas do

⁹⁰ JEJUM CONTRA A FOME TERMINA EM PROCISSÃO. **O Povo**, Fortaleza, 26 de dezembro de 1983.

⁹¹ GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**. Perspectivas. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

“pecado social”, necessitadas do apoio não só da Igreja, mas dos diferentes movimentos sociais, para sua total emancipação. Dentro desse debate, traz-se à tona a necessidade da organização popular, onde os pobres verifiquem a semelhança entre os problemas que os afligem, para que todos também se reconheçam como sujeitos de direitos. Sendo, portanto, “a partir desta percepção combinada da dignidade humana do sujeito e de uma carência coletiva, reforçada pela dinâmica evangélica de viver os valores do Reino, que vão se desdobrando as práticas efetivas em favor das transformações sociais” (TEIXEIRA, 2006).

Vê-se nesse momento que se caminha, “desde Medellín e Puebla para uma Igreja com os pobres, para conviver com eles e partilhar. É a Igreja da comunhão e da participação” (BAZARRA, 1987, p. 43). Percebe-se, então, que as próprias CEB’s têm ligação com a articulação dessa Igreja do povo que se coloca nas comunidades, usando o método de Paulo Freire em suas rodas de reflexão para organizar a comunidade e lutar pela resolução dos problemas coletivamente, como relembra Lúcia Sampaio, leiga e militante social muito atuante na formação das CEB’s nas periferias de Fortaleza nesse período.

Então, as leituras, as formações e seguia-se um método que era o: Ver, Julgar e Agir. Esse método era utilizado em todos os encontros. Então, nisso se dava a ação, “a fé sem as obras é morta! ”. Isso rugia a partir daí, não tinha um encontro de reflexão bíblica que dali não surgisse uma ação. “O que que essa palavra está dizendo para você? ”. E a partir daí, surgia as dificuldades da comunidade e já saia sempre com uma ação fosse para limpar uma rua, fosse para... em mutirão, fosse para uma demanda. E aí as comunidades se organizando com as mulheres nas descobertas dos seus artesanatos, as mulheres se organizando com plantas medicinais, canteiros, hortas, economia solidária. Tudo isso vinha a partir daí, hortas solidárias, a questão de contas, de artesanatos, de crochê, bordado, de bodegas comunitárias, farmácia comunitária. Quer dizer, todas as questões da necessidade do povo eram junto com o povo que se organizava, todas essas questões. Isso fazia as pessoas terem uma reflexão paralela a questão do capital e como resolver seus problemas. Se era fome, então o que que vamos fazer, né? Se era doença, o que vamos fazer, qual o nosso trabalho? Se era a questão do analfabetismo, aí vinha a questão da alfabetização. Para tudo que surgia tinha que se encontrar uma solução. Foi nesse período também que paralelo a isso, quando esses católicos também, porque aqui a prevalência era de católicos, mas em muitos lugares surgia junto de outras igrejas que militavam por uma causa. Aí foi daí que começou a surgir também, por uma necessidade, as CEB’s como Igreja, mas tinha uma necessidade política de

organizar, aí foi quando começou a surgir as associações de moradores para reivindicar os direitos, né.⁹²

Por meio dessa reflexão de Lúcia, podemos sintetizar como se dava a ação das agentes de diferentes pastorais com a comunidade. A partir do mote bíblico de que “a fé sem as obras é morta”, tinha-se como base de cada encontro comunitário que de lá se deveria necessariamente sair com ações concretas para a melhoria da comunidade. Eram momentos de reflexão, aprendizados e partilhas que tinham como alvo reivindicações e ações para o real alcance da cidadania para todos os envolvidos. Essas ações mobilizavam principalmente as mulheres das comunidades que agiam como agentes de transformação social, como observa Lúcia ao declarar que as atividades desempenhadas após essas rodas giravam em torno das “comunidades se organizando com as mulheres nas descobertas dos seus artesanatos, as mulheres se organizando com plantas medicinais, canteiros, hortas, economia solidária”. E em relação ao Ninho Cearense, esses cursos, visitas e rodas de discussão, organizadas por suas agentes pastorais, geravam a mobilização das prostitutas para lutar tanto por melhorias para toda a comunidade que vivia ao redor da zona, como para a melhoria do seu próprio cotidiano dentro da zona de prostituição. A luta por uma vida sem miséria e violência, por uma existência com mais dignidade em um contexto de vigília e perseguição ditatorial.

3.3 Os embates de prostitutas e agentes pastorais com o regime ditatorial

Na luta direta contra o regime ditatorial, Rita de Araújo cooperou com os militantes do PCdoB que lutaram na Guerrilha do Araguaia⁹³, especificamente

⁹² SAMPAIO, Maria Lúcia de Vasconcelos. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

⁹³ De acordo com as historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2018, p. 462), a Guerrilha do Araguaia foi criada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo como objetivo central fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Teve a participação de cerca de cem guerrilheiros, inclusive alguns camponeses, e acabou num grande massacre. As Forças Armadas deslocaram para a região do Bico do Papagaio, sudoeste do Pará, entre 1972 e 1974,

com o companheiro de luta e amigo pessoal Bergson Gurjão, que foi assassinado durante o conflito. Foi diversas vezes para a região do Araguaia com os familiares dos diversos companheiros que tombaram na luta, no intuito de elucidar os crimes, resgatar os corpos e preservar o seu direito à memória. Suas experiências foram narradas em muitas entrevistas e matérias de jornal, assim como nas correspondências de sua filha caçula, Rita Maria Marques Ferreira, como se pode analisar a seguir, onde se tenta construir uma imagem de uma mulher que não para, de uma personagem com muita coragem e desprendimento revolucionário. Ideais promulgados pela esquerda nesse período para a formação do chamado “homem novo”, uma idealização de grupo com valores coletivos, com pessoas desprendidas das coisas, de si e dos seus.

Chegou 1964, atuou com coragem contra a repressão, sem pensar muito, arriscou a segurança da família na angústia de ajudar pessoas procuradas, perseguidas, gritou, lutou muitas vezes em silêncio, participou, amou, sofreu, perdoou...

[...]

Se lembra quando foi a primeira vez ao Araguaia? Preparou a viagem um tempão, só o William sabia. Viajou vários dias e só soubemos quando já estava lá, pedia e ele obedecia. Era a busca, quis conhecer de perto, conversar com as pessoas que haviam convivido com o Bergson, talvez ter a certeza que realmente ele tinha morrido. Muitas vezes chorou e muitas vezes teve esperanças...⁹⁴

Essa narrativa sobre Rita constrói uma espécie de heroína, o que pode ser observado também na entrevista com o seu sobrinho, Sebastião Araújo, nesse trecho onde ele salienta o pioneirismo de sua atitude de ir até o Araguaia e elogia sua imensa coragem:

A tia Rita foi uma das primeiras pessoas que visitou o Araguaia depois daquilo lá. Ela foi bater lá. Ela visitou os camponeses. Ela foi ver como era a vida dos meninos lá. Porque o Bergson Gurgel era muito ligado a ela, o que morreu na Guerrilha do Araguaia. Era muito amigo. E aí, então ela foi lá, ela passou quase um mês lá, visitando os camponeses,

em torno de 4 mil homens e, em outubro de 1973, Brasília emitiu a ordem de não fazer prisioneiros no local, ou seja, que todos os capturados fossem executados.

⁹⁴ FERREIRA, Rita Maria Marques. [Correspondência]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Fortaleza, 8 de jul. 1997. 1 cartão pessoal.

resgatando a história, fazendo parte da história, lá. Ela foi duas vezes para a região do Araguaia. Ela não tinha medo de nada.⁹⁵

Constitui-se, mais uma vez, a imagem de uma mulher sem medo, justamente ao se narrar sobre um período repleto de medos, tensões, suspeitas, perseguições e mortes. Talvez, porque essa imagem de militantes sem medo traga um símbolo maior de resistência aguerrida e de esperança compartilhada, diante de tantos anos de enfrentamento a um regime autoritário e violento que perseguia e findava tantas organizações de resistência.

⁹⁵ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Figura 7 - Rita de Araújo Marques mostrando foto de Bergson Gurjão no Araguaia



Fonte: Arquivo pessoal de Rita de Araújo Marques. Fotografia.

Essa construção de sua imagem como heroína destemida também se dá pela mídia, onde se tem em diversas reportagens a narrativa emocionante de sua trajetória na busca por informações, por respostas. Como na reportagem a seguir, de outubro de 1980, onde pode-se compreender melhor o caráter dessas visitas ao Araguaia, que Tia Rita fazia com outros parentes de guerrilheiros. Bem ao centro da reportagem tem-se essa foto de Rita segurando a foto de Bergson, o que traz a ideia de uma busca incansável movida a sentimentos e ideais compartilhados. O narrador relata nessa reportagem que desde o ano de “78 que eles fazem uma caravana de pessoas interessadas no paradeiro das pessoas

que atuaram na Guerrilha do Araguaia”⁹⁶, demonstrando que se tratava de uma busca coletiva constante e organizada, que já durava muitos anos, dois anos só com as idas ao local.

Uma busca na qual deparavam-se com as ameaças, o medo e o silêncio, como quando “faziam um apelo para que os moradores da área procurem ajudá-los a achar os parentes” e acabam recebendo a “informação de que os camponeses já estariam sendo intimidados para não prestar nenhuma ajuda”⁹⁷. Mas, ao mesmo tempo, é uma busca que conta com o apoio de muitas entidades civis e com a ala progressista da Igreja dando peso e legitimidade às ações, onde se tem, por exemplo, “o apoio do bispo, dom Alano Penna” para “a realização de um ato religioso em Marabá”⁹⁸.

Famílias em busca de parentes mortos na guerrilha do Araguaia⁹⁹

Recebidos pelos representantes da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos e Comitê de Anistia, chegaram a Belém, ontem às 22:15 horas, familiares de mortos e desaparecidos na guerrilha do Araguaia em 1972.

Tendo à frente Iramaya Benjamin, do Comitê Brasileiro pela Anistia, e Abigail Paranhos, vieram 15 familiares de desaparecidos, inclusive pessoas procedentes do Ceará. Helena Pessoa dos Santos, Cirene Moroni Barroso, **Rita de Araújo Marques**, Júlio César Pereira Marques, Diva Soares Santana e Alzira Grabois, são mães, pais, irmãos e esposas de alguns dos 59 desaparecidos.

Desde 78 que eles fazem uma caravana de pessoas interessadas no paradeiro das pessoas que atuaram na Guerrilha do Araguaia, misturadas a camponeses residentes na área. Como o governo não fornece nenhuma informação a respeito, as famílias resolveram juntar-se para tentar saber a verdade. [...]

Na reportagem a seguir, se tem como imagem principal a foto de Tia Rita chorando pelo que ocorreu com Bergson após o que o repórter narra como “a revelação mais importante sobre os destinos dos guerrilheiros, de que o corpo de um deles – o de Bergson Gurjão Farias, o Jorge – está enterrado até hoje no

⁹⁶ Famílias em busca de parentes mortos na guerrilha do Araguaia. **O Liberal**, Belém, 23 de outubro de 1980.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

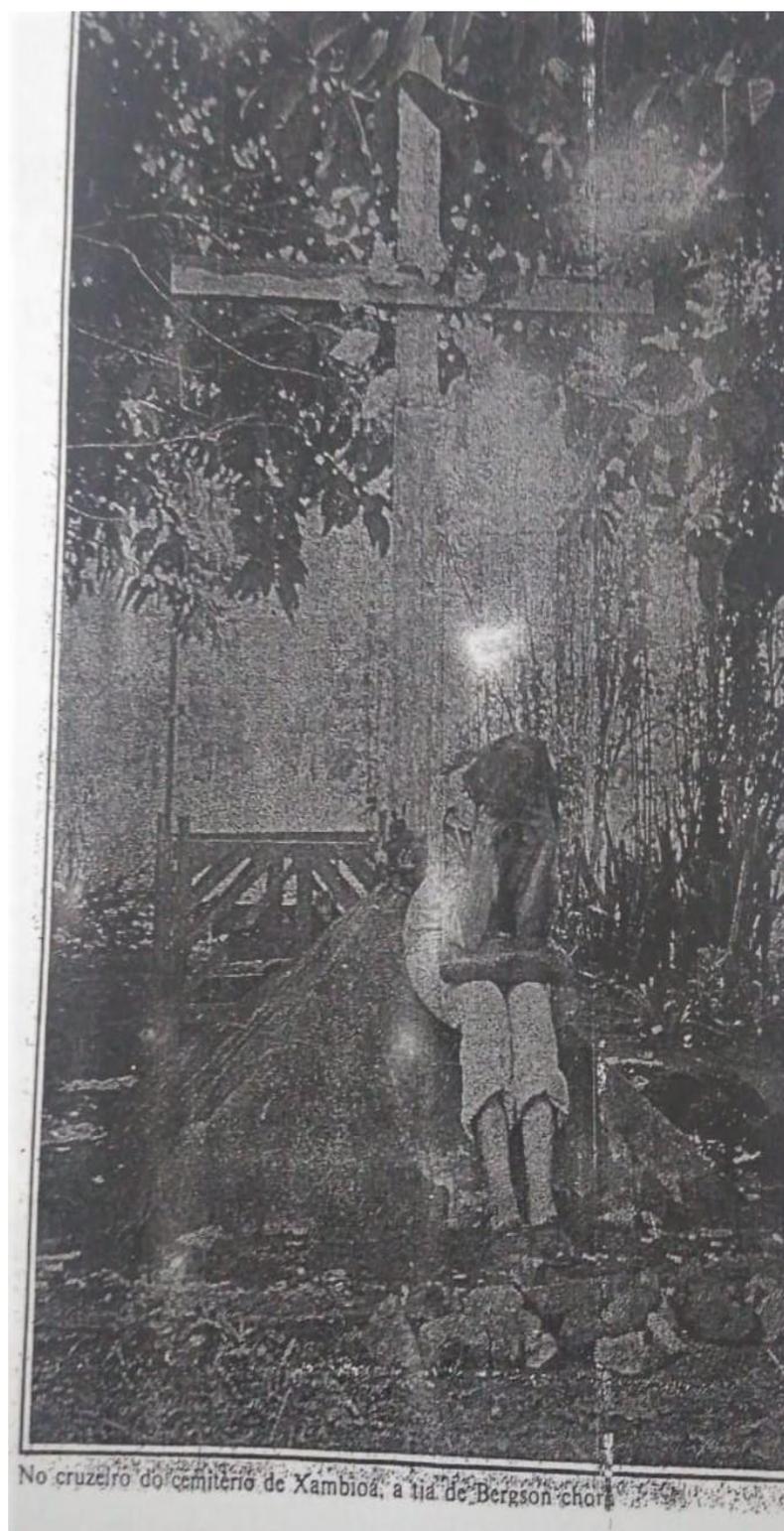
⁹⁹ Idem.

cemitério de Xambioá”¹⁰⁰. O jornalista traz para o centro da reportagem a dor de uma parente/amiga que perdeu seu ente querido no conflito e que não teve chance nem de saber como e onde morreu exatamente, de velar seu corpo, de enterrá-lo, de passar pelo luto. O narrador traz a dor de Tia Rita tentando expressar a tristeza e a impotência de todos que se viam diante de um Estado opressor que não permitia a seus opositores velar seus mortos, que não permitia o direito à memória. Um Estado que violentou não só seus entes, mas que continua com a repressão à fala, à divulgação das informações, que obriga ao silêncio e que está na espreita para fazer novas vítimas, como se expressa no relato de uma das moradoras da região com medo de represálias: “A gente nunca sabe com quem está falando e tudo pode acontecer”¹⁰¹.

¹⁰⁰ Guerrilha do Araguaia: Na trilha dos guerrilheiros. **Resistência.**

¹⁰¹ Guerrilha do Araguaia: Na trilha dos guerrilheiros. **Resistência.**

Figura 8 - No cruzeiro do cemitério de Xambioá, a tia de Bergson chora



Legenda da foto: No cruzeiro do cemitério de Xambioá, a tia de Bergson chora.

Fonte: No cruzeiro do cemitério de Xambioá, a tia de Bergson chora. **Resistência.**
Fotografia.

Rita teve também uma ligação com a Pastoral Carcerária e começou a participar do Movimento Feminino pela Anistia fazendo visitas aos presos políticos, promovendo cursos diversos para estes, como o de confecção de carteiras de couro, e participando ativamente das mobilizações políticas na luta pelo fim da ditadura e pela anistia. Como comenta seu sobrinho Sebastião Araújo no trecho a seguir:

A Tia Rita quando fazia a visita aos presos políticos fazia um curso de artesanato em couro. Eu aprendi a fazer algumas coisas em couro com ela. O pirógrafo que ela emprestou para o presídio tá comigo. O pirógrafo que eles faziam as carteiras, eu herdei o pirógrafo. Está na minha casa hoje o pirógrafo. Então, quando teve a Anistia, ela visitava muito o Genoíno¹⁰², o Genoíno tava na cadeia naquela época. O Benedito Bezerril, em todo julgamento de preso político, ela tava com ele. Passava era a noite inteira.¹⁰³

Rita, Nildes de Alencar, Raimunda Zélia e Marieta foram, tanto agentes do Ninho Cearense como integrantes do Movimento Feminino Pela Anistia, o que sugere que havia um grande intercâmbio entre esses movimentos de mulheres, no Ceará, na luta pela democracia e pela emancipação dos marginalizados. Nildes de Alencar, ex-agente do Ninho e presidente do MFPA no Ceará, comenta essa participação:

T.A. - Quem fazia parte do MFPA que fazia parte do Ninho também?

N.A. – Tinha a tia Rita, tinha eu, tinha essa criatura que foi desde o começo do Ninho, a Marieta. Agora deve tá bem velhinha.¹⁰⁴

¹⁰² José Genoíno Neto, cearense de Quixeramobim, nasceu no dia 3 de maio de 1946. Iniciou sua militância política em 1967 no movimento estudantil, quando cursava as faculdades de Filosofia e Direito na Universidade Federal do Ceará. Em 1968, participou do XXX Congresso da entidade, realizado em Ibiúna/SP, onde foi preso por agentes do DEOPS/SP junto com centenas de estudantes. Por conta do Ato Institucional nº 5, se viu obrigado a abandonar os estudos e mudar-se para São Paulo vivendo clandestinamente, agora envolvido com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a luta armada. Em 1970 passou a integrar a Guerrilha do Araguaia, servindo a este propósito até 1972, quando foi capturado pela repressão. Foi julgado e condenado em São Paulo pela Auditoria da Justiça Militar, cumpriu pena de cinco anos, passando por diversos cárceres do país. Após a soltura, retomou sua militância e seguiu engajado em movimentos sociais e com o processo de redemocratização. Fez carreira política desde o início da década de 1980, no Partido dos Trabalhadores (PT), ocupando diversos cargos públicos até o ano de 2013. (MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. José Genoíno Neto. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/entrevistados/jose-genoino-neto/>. Acesso em: 8 set. 2021).

¹⁰³ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹⁰⁴ LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Tia Rita, por ter morado no Farol, presenciou muito da violência policial, da perseguição do regime tanto às prostitutas e aos demais empobrecidos e marginais, como também às pessoas de diferentes movimentos sociais e partidos políticos que lutavam contra o autoritarismo e a extrema violência dos militares. O sociólogo Carlos Anjos Júnior (1983, p. 35), observa que, “na zona do Farol, o destacamento policial age sobre as prostitutas de maneira indiscriminada, procurando em seus mínimos deslizes, um motivo para espancá-las e confiná-las às grades”. E em muitas ocasiões, quando nem as madames nem o Ninho conseguiam intervir, a prostituta era coagida a prestar serviços sexuais gratuitos para um policial a fim de obter a soltura da prisão. O que mostra esse lado tão sombrio do regime, com cotidianas violências sexuais praticadas pelos agentes desse Estado autoritário contra as mulheres empobrecidas. Nos relatos de Tia Rita sobre as madrugadas no Farol, pode-se notar tanto esse cotidiano de extrema violência e chantagem, como também o medo da população em denunciar o autoritarismo vigente.

Vivemos apesar da presença da polícia no Farol ostensiva, dos ais e gritos de dor que nos atravessam a alma na madrugada a fora. Pessoas desmaiam em suas casas. Brecham e escutam, são ladrões! Espancados, arrastados, esfolados. Ninguém se atreve a ir ver. Testemunhar. O medo tolhe. E como!¹⁰⁵

Tia Rita também utilizava os jornais para denunciar a corrupção policial e a diferenciação de tratamento entre ricos e pobres, entre os que detinham o poder sobre os espaços e as pessoas, e os seus subordinados, as prostitutas. Segundo suas observações e análise: “se a polícia encontra menores exploradas em casa de prostituição – a Madame paga multa – por que não paga pena? Quando uma das moças, vítimas da prostituição, é encontrada embriagada, fica presa até três dias, mesmo se não faz desordem. Por quê?”¹⁰⁶. Tia Rita denuncia nessa entrevista que a polícia, ao lidar com a prostituição, viola ainda mais os direitos das prostitutas, resguardando apenas os direitos dos cafetões e

¹⁰⁵ TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. **O Povo**, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

¹⁰⁶ Idem.

cafetinas e dos clientes. Ela e outros agentes do Ninho denunciavam, inclusive, como a prostituição e a perseguição às prostitutas faziam parte de uma mesma rede de empresários e agentes do regime, os quais obtiveram muito lucro com esses dois fenômenos. Como analisa Faria (2013, p. 124), o sistema judiciário e a “política criminal teve seu papel fundamental no projeto de opressão à prostituição, ao estabelecer crimes ligados diretamente a essa prática e ao legitimar a ação policial contra mulheres com um comportamento fora dos padrões”.

Segundo Quinalha (2017, p. 170, 171), a repressão policial nas ruas foi a face mais visível da constante violência que se abateu contra as prostitutas. Zonas de prostituição foram constantemente assediadas por batidas policiais seguidas das mais variadas formas de violação de direitos humanos. As polícias, que logo integraram o complexo de aparatos repressivos da ditadura militarizada contra os subversivos “políticos”, passaram a regular também o direito à rua para os corpos sexualmente divergentes. Ao lado da espionagem, da censura e da propaganda, essa polícia política se constituiu como um dos pilares da atuação estatal. Ela “foi investida de atribuições cada vez mais abrangentes e de caráter militarizado na proteção da vaga ideia de segurança nacional contra os “inimigos internos”, cujos contornos eram definidos convenientemente em termos políticos e também morais”. Assim, a integração das polícias neste complexo de segurança ordenado para a perseguição de dissidentes significou uma carta branca para a permanência e intensificação dos abusos com essa clientela já tradicional do sistema penal nas periferias urbanas e nas zonas rurais mais isoladas.

As prostitutas, normalmente, não ficavam presas por longos períodos, o mais comum eram as prisões de curta duração. Elas ficavam, por dias, incomunicáveis, em condições precárias, sofrendo todo tipo de abuso físico, sexual e psicológico. Sendo o principal objetivo desses órgãos repressivos, a execução de um verdadeiro saneamento moral, de uma higienização social. Essas ações implicavam o “disciplinamento das sexualidades dissidentes, sua normalização a partir dos valores conservadores irradiados pelo regime autoritário e a expulsão dos homossexuais e prostitutas dos espaços públicos” (QUINALHA, 2017, p. 174).

Quinalha relata também que, dias após uma passeata em São Paulo, em dezembro de 1979, diante da escalada crescente de agressões contra as prostitutas, realizou-se uma reunião no Teatro Ruth Escobar com prostitutas, homossexuais, feministas, deputados da oposição e estudantes para discutir formas de apoio às prostitutas. Uma delas deu um relato sobre as dificuldades enfrentadas e suas reivindicações que foram trazidas numa reportagem do jornal *Lampião da Esquina*.

Queremos condições para vender direito nosso corpo, sem perseguição da polícia. Tem aqui uma que já foi presa quatro vezes nesta semana. A gente trata bem a freguesia, mas a polícia vem e estraga tudo. Depois que a gente se movimentou, a polícia não deixa nem encostar ali no nosso canto, com respeito. Ninguém dá valor pra prostituta. Homem passa, mexe e xinga. Todo mundo mexe. Queremos ganhar nosso dinheiro sossegada, sem polícia espancando e deixando a gente nua na rua. Não deviam ter esse direito de enfiar a gente no xadrez, em sala forte. Eles marcam a gente e ficam prendendo sem parar. Levam para inspeção, mas acabam deixando presa dez dias. Já vi muitas abortando na cadeia. Lá a gente não recebe nem um café, só água fria no corpo. Queremos ganhar nosso dinheiro, porque temos filhos para criar, diária no hotel e restaurante para pagar. Mas eles não querem nem saber. (“A vida é fácil?”. *Lampião da Esquina*, n. 21, fevereiro de 1980, p. 2).

Nesse depoimento, a prostituta traz um relato detalhado do cotidiano nas zonas de prostituição com a perseguição acirrada dos agentes do regime, lançando denúncias de prisões arbitrárias, espancamento, abortamento forçado, fome e desamparo. Trazem à tona esse dia a dia de violências de todos os lados, tanto do lado dos clientes como dos policiais, não tendo como se proteger, vendo os seus corpos sendo violados e seus filhos expostos à miséria, sem nenhum direito resguardado. Em um outro relato, de uma prostituta conhecida como Flávia, numa nova reportagem do *Lampião da Esquina*, tem-se a denúncia contundente de estupros sumários realizados pelos policiais com prostitutas presas, como única forma destas conseguirem a liberdade, como o que Tia Rita já vinha denunciando na zona do Farol.

às vezes o policial exige que a gente faça sexo pra soltar a gente. Com a polícia, com o carcereiro, com o ... O carcereiro é quem solta, então eu tive que fazer muito programa pra ele me soltar. Aliás, não foi programa, foi assim um meio-programa, um meio termo de sexo. Muitas vezes, levam a gente pras quebradas, e depois soltam. Não só eu: várias amigas vão juntas. E tem quatro policiais, geralmente. Eles escolhem quatro travestis, soltam as outras, fazem festa e tchau. (“Dois travestis, uma advogada: três depoimentos vivos sobre o sufoco”. *Lampião*, n. 19, dezembro de 1979, pp 5-7).

Por isso, as denúncias sobre a segregação e a repressão sofridas pelas prostitutas eram também apresentadas nos encontros do Ninho Cearense. Como no encontro anual que aconteceu em abril de 1980, no Centro de Expansão Educacional, no Crato. O encontro contou com a presença de 43 participantes vindas das cidades de Crateús, Independência, Nova Russas, Ubajara, Canindé, Fortaleza, Campos Sales e Crato. O relatório produzido no evento faz um levantamento das dificuldades existentes nas zonas representadas no encontro. Destaco aqui algumas das denúncias apontadas pelas participantes do encontro a respeito da marginalização e perseguição vivenciada pelas prostitutas da zona do Farol do Mucuripe, já que sinaliza tanto para o preconceito que sofriam em relação aos moradores em geral da região, como pela extrema violência e suborno policial de que eram vítimas.

- No Farol, as famílias fizeram um abaixo-assinado para que a zona seja removida para longe do bairro.

- Cada dona de casa no Farol paga à polícia 100,00 por semana; no entanto, os soldados agredem as mulheres por qualquer motivo, as mulheres dão parte ao delegado que não age (ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 57 - 59).

Ao longo dos artigos do livro do Ninho, *O grito de milhões de escravas: a cumplicidade do silêncio*, pode-se ver como essa questão era amplamente debatida na Pastoral, já que se tem a denúncia de diferentes agentes, tanto em relação à perseguição contra as prostitutas, como quanto à corrupção da polícia e dos políticos em relação ao lenocínio. Tais como:

No confinamento (e também no *trottoir*) a violência é institucionalizada. As batidas policiais são frequentes e selvagens. Os clientes, pessoas desequilibradas, descarregam toda agressividade sobre as meninas (IDE apud D'ANS, 1983, p. 80).

A sociedade fabrica marginais, os condena e organiza a repressão contra elas! Percebi que é tão forte isso que, se uma mulher da vida desejar sair da escravidão de sua condição em busca de um casamento normal, de uma profissão, de ganhar o pão com o seu suor honesto, não vai encontrar caminho, porque a polícia não deixa (FRAGOSO, apud D'ANS, 1983, p.104).

O costume tanto dos clientes como do gigolô e da polícia é de ferir a menina no rosto com gilete, navalha ou garrafa quebrada para que ela

seja marcada para sempre como prostituta (IDE apud D'ANS, 1983, p. 83).

No ínfimo degrau do lenocínio (exploração da prostituição alheia). Encontramos as madames e donas de casas ou de cabarés. Nos escalões mais acima e no tráfico das mulheres estão os homens que mandam. Há ainda quem proteja e explore uma determinada mulher ou um grupinho de mulheres (gigolô ou cafetão). Quem pode proteger alguém dentro de um sistema machista, é claro que é o homem" (ROHNER, 1987, p. 51).

Não é raro que investigadores abram casas de prostituição sob o nome de sua amiga para usufruírem dum comércio ilegal. Ou então que delegados de polícia sejam acionários de motéis (D'ANS, 1983, p. 68).

O dinheiro apenas passa pelas mãos das meninas e vai se depositar (através desses exploradores menores) nos cofres dos donos de motéis, de indústrias da pornografia (editoras, empresas de cinema, casas de stripper-tease...), casas de jogos de azar e das mais variadas empresas de exploração da mulher. Trata-se de fortes grupos econômicos nacionais e internacionais. O meio prostitucional é o resultado da hipócrita sociedade prostituidora, das corruptas autoridades prostituidoras, da pouco evangélica igreja prostituidora (IDE apud D'ANS, 1983, p. 84).

Em seguida, tem-se o depoimento muito contundente de Dom Fragoso contando como se aproximou e se convenceu da necessidade da luta por essa causa, argumentos que já demonstram a visão basililar da Pastoral sobre o fenômeno da prostituição e, principalmente, sobre as prostitutas.

A partir do choque que o Espírito de Deus produziu na minha consciência, comecei a me interessar pela situação concreta das mulheres. E pude perceber duas coisas: 1) que a sociedade fabrica prostitutas, as considera um mal necessário, as explora e as condena depois; 2) que a sociedade está organizada como uma espécie de pirâmide. Nos pontos mais altos estão aqueles que têm o dinheiro, a cultura, a tecnologia, os meios de produção, o poder de decidir, o poder das Igrejas. Esse grupo só pôde chegar a essa situação, a esse status, porque organizou a sociedade para com o suor dos outros que estão na base, ir cada vez mais firmando os seus privilégios (FRAGOSO apud D'ANS, 1983, p. 103).

A fala de Dom Fragoso é de denúncia social diante da marginalização e repressão das prostitutas. Ele, assim como os outros clérigos que integravam o Ninho, analisa que a perseguição às prostitutas é fruto de uma sociedade esquizofrênica, que lança as mulheres pobres a executarem um determinado trabalho e ao mesmo tempo as condena por este, usando a moral vigente contra estas. Sendo que este trabalho só traz lucros reais para os homens que se encontram no topo dessa "pirâmide" social.

Vê-se nessa análise de Dom Fragoso uma potente denúncia a sociedade misógina e patriarcal que explora e violenta as mulheres. Assim como, uma crítica à sociedade capitalista, onde a classe dominante se faz como defensora da moral e da família, ao passo que está unicamente defendendo o seu poderio, os seus privilégios.

Esta visão sobre a prostituta ia de encontro ao entendimento social e acadêmico vigente, já que para o Ninho a prostituta era uma vítima dessa sociedade que oprime e marginaliza as mulheres pobres, enquanto que para o saber médico-jurídico ela era entendida como uma degenerada, como um corpo criminoso. Margareth Rago observa que as prostitutas eram, para esses setores, um exemplo de degradação e de um modelo anti-higiênico de ser mulher. Sendo criadas algumas políticas públicas para combater e conter a prostituição, e mais precisamente, a figura da prostituta. “Assim como a masturbação, a prostituição é classificada pelo saber médico e criminológico como ‘vício’, ‘fermento corrosivo lançado no grêmio social’, que tende a alastrar-se e a corromper todo o corpo social” (RAGO, 1997, p. 85).

De acordo com os relatos, as agentes do Ninho executavam, com Tia Rita na linha de frente com alguns advogados ligados aos movimentos sociais, um trabalho de defesa das prostitutas nas delegacias, já que nesse período as prisões de prostitutas enquadradas, arbitrariamente, na Lei da Vadiagem eram extremamente comuns. Estas eram ações cotidianas dos agentes da repressão, inclusive com muitas denúncias de diversos tipos de tortura, em alguns casos levando a morte de prostitutas. Segundo Anjos Júnior (1983, p. 35-37), a Delegacia de Costumes e Diversões, muito atuante nesse período, dispunha de uma seção de Repressão ao Lenocínio, onde se tinha um volumoso acervo de controle, contendo fichas, em cinco modelos diferentes, de prostitutas e de casas de prostituição. E embora os dispositivos legais não estivessem voltados contra a prostituta, conforme consta nos artigos 408 e 410 do Decreto 4.405 de 17/04/28 do Regulamento Policial, a perseguição era direcionada exclusivamente para esta. “Aos olhos da polícia, a prostituta, “mulher estragada”, deve ser

ostensivamente registrada e controlada, ao passo que o proxeneta anda bem relacionado com a polícia, “nada havendo em seu desabono”.¹⁰⁷

Anjos denuncia ainda que, apesar da proibição ao lenocínio na legislação brasileira, a Receita Estadual tinha participação nos lucros dos cabarés do Farol, visto que os cabarés pagavam taxas de funcionamento. “As concessões são regulamentadas pela Secretaria da Fazenda através do Decreto 13,567 de 07/12/79”, em que os cabarés pagam 1.220 cruzeiros para funcionar, 270 cruzeiros para vender bebidas; e a taxa de 74 cruzeiros como petição ao DAR (Divisão de Arrecadação Regional), sendo o alvará renovado anualmente. Segundo Sebastião Araújo, “a tia Rita, na realidade, ela era uma presença real no Pirambu”¹⁰⁸ denunciando a truculência do aparato estatal. No seu relato ele conta que,

toda complicação que tivesse com a polícia que envolvesse as prostitutas, se elas fossem presas ou algo do tipo, eu lembro que o telefone de referência era o da casa dela. Eu lembro que aconteciam alguns telefonemas, eu cheguei a presenciar ela atendendo telefonema da Secretaria de Segurança, naquela época era o general Bezerra. E ela exatamente dizendo que não tocasse nas prostitutas, no sentido de não ter nenhum ato assim de tortura. Eram denúncias de roubo, era de... Você sabe como era, né. Aí ela dizia: “Ninguém toque nas prostitutas até eu chegar aí! Ela tem que ser ouvida!”

[...] Ela, ela, ela era uma pessoa forte. Ela tinha acesso direto ao Secretário de Segurança Pública. Ela era uma pessoa que ela era muito atuante, que militava desde a época da ditadura militar, né.¹⁰⁹

Tia Rita tinha uma grande influência e articulação em diversos setores, tanto nos movimentos sociais como em órgãos do Estado, como mostra a referência à relação estreita que tinha com o Secretário de Segurança Pública. Sua fala e presença tinha uma certa autoridade na capital, por conta dessas influências e de sua obstinada atuação em defesa das minorias sociais. Uma figura de autoridade e respeito, mas que também foi muito perseguida, o que demonstra que ninguém estava a salvo durante o regime militar, por mais influência e visibilidade que tivesse. Obviamente, os trâmites em relação às

¹⁰⁷ ANJOS JÚNIOR, 1983, p. 37.

¹⁰⁸ ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹⁰⁹ Idem.

mulheres pobres e faveladas eram outros, as quais não tinham tanto poder de barganha como Tia Rita e muitas outras militantes sociais. São repressões diferentes, mas todas extremamente violentas e injustificáveis.

Como dito anteriormente, não foram somente as prostitutas as perseguidas, as agentes do Ninho também foram alvo da ação violenta do regime. Como explica Maria Luísa Costa: “logo no momento da abertura, no começo de 1980, por aí, ficou mais tenso, porque já tava o movimento pelas diretas, né. Aí teve mais confronto mesmo”. E aconteciam “as caminhadas, as manifestações na rua, a polícia batendo em todo mundo, era isso aí. Elas estavam nesse meio aí, o pessoal do Ninho era um pessoal que tinha uma visão muito libertadora”¹¹⁰. Portanto, tendo em vista essa participação bem ativa das agentes na periferia, em demais movimentos sociais e em manifestações, ocorreram vários casos de espionagem e violência contra elas, como o apedrejamento da casa de Tia Rita relatado por Maria Luísa:

Eu presenciei muita preocupação da Tia Rita, a casa dela uma vez foi apedrejada, ela foi seguida.

[...] Aqui na rua Henrique Rabelo, no bairro Joaquim Távora, que a gente chama Piedade. Então, a casa dela foi apedrejada de noite, aí nunca se soube quem foi o autor daquilo. Mas ela tinha muitas apreensões, sabe assim com a segurança dela.¹¹¹

Ações como essa, de apedrejamento da casa de opositores ao regime, tornaram-se corriqueiras, em meados da década de 1970, como o ocorrido com a casa do líder camponês Manoel da Conceição que amanheceu depredada no ano de 1980. Entre 1976 e 1981, os setores militares envolvidos com a burocracia da violência saíram da sombra dos quartéis e protagonizaram uma escalada terrorista que incluiu atentados a bomba contra jornais, livrarias, universidades e instituições identificadas com a oposição, e ainda sequestros e espancamentos de opositores. Já que se iniciava o processo de abertura lenta e gradual do regime, abertura esta que esses setores não concordavam que ocorresse, pois desmontaria suas operações. Então, estes setores iniciaram

¹¹⁰ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹¹¹ Idem.

uma série de atos terroristas como estes, com o intuito de parar o processo de abertura e de incriminar os grupos de esquerda, como explica Schwarcz e Starling (2018, p. 481):

Entre os meses de agosto e setembro de 1976, bombas foram detonadas ou encontradas e desativadas a tempo nas sedes da CNBB, OAB e ABI — além da que explodiu na casa do empresário Roberto Marinho, proprietário do jornal *O Globo* e da TV Globo, a mais poderosa rede de televisão do país e forte aliada do governo Geisel. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, d. Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, foi sequestrado — abandonaram-no, nu e amarrado, no meio da rua, em Jacarepaguá, no subúrbio carioca. Nos primeiros oito meses de 1980, já no governo do general Figueiredo, registraram-se 46 atentados terroristas. Bancas de jornais que vendiam publicações da imprensa alternativa foram explodidas durante a madrugada, o jurista Dalmo Dallari sofreu um sequestro em São Paulo, uma bomba foi desovada no quarto de hotel onde estava hospedado Brizola, e a casa do líder camponês Manuel da Conceição amanheceu depredada. No dia 27 de agosto, véspera do primeiro aniversário da Lei da Anistia, três bombas foram detonadas em menos de doze horas, no centro do Rio: a primeira destruiu a oficina onde era impresso o jornal *Tribuna da Luta Operária*; a segunda, na Câmara Municipal, deixou seis pessoas feridas; a terceira explodiu na sede do Conselho Federal da OAB, mutilando o servente José Ribamar e matando a secretária da entidade, Lyda Monteiro da Silva.

Os movimentos ligados à Teologia da Libertação, tida pelo regime como doutrina comunista e subversiva da Igreja, eram confrontados como grandes inimigos da ditadura, na mesma medida, por exemplo, que os grupos que reivindicavam a luta armada. Os militares viam nessa Igreja progressista um perigoso oponente, já que esta agiria mobilizando as massas, a partir de ideais de igualdade e emancipação humana, diante dos desmandos dos donos do poder. Portanto, os militares faziam um verdadeiro monitoramento das várias pastorais sociais e CEB's, com medidas severas de proibição de organização baseados na Lei de Segurança Nacional, prendendo arbitrariamente padres, freiras e leigos, e desarticulando os movimentos. Como já visto acima, o Ninho não escapa dessa perseguição. Tanto suas lideranças nacionais, como agentes locais, sofriam perseguições e calúnias, e tinham suas vidas monitoradas de perto. Agiam, portanto, com muita cautela, já prevendo retaliações do regime, como declara Maria Luísa:

M.C. - Quem era perseguido mesmo eram os líderes [...] a Tia Rita, a Marieta, a Ritinha aqui sofreu. Sofreu ameaça, sofreu muitas apreensões, né. Eu me lembro delas muito preocupadas se reunindo

na Igreja Coração de Jesus e preocupadas porque tinha gente investigando a vida delas, tinha umas ligações anônimas.

T.A. - Tinham uns agentes investigando elas, por elas serem do Ninho?

M.C. – Sim, porque esse movimento era um movimento muito ligado à Teologia da Libertação, ligado às CEB's, aí já era um movimento mal visto pelo poder, né. Eles não gostavam muito dessa ideia de CEB's, porque as CEB's questionavam, né, o que é chamado poder. Dom Fragoso mesmo, que era um dos participantes, ele foi muito perseguido.¹¹²

E como explicita também Terezinha Casimiro, agente do Ninho durante a ditadura civil-militar e hoje presidente estadual do CEBI:

T.C. – E de uma forma ou de outra eram mal vistas as pessoas da Teologia da Libertação [...] assim pela Ditadura.

T.A. - Sim, pela ditadura. Mas, e pela Igreja aqui? Ela era conservadora ou mais ligada à Teologia da Libertação?

T.C. – Não, ela era mais ligada, porque era o período de Dom Aloísio Lorscheider, e ele era da linha da Teologia da Libertação.¹¹³

A Igreja Progressista era entendida pela ditadura como uma grande inimiga do regime e da própria Igreja, já que questionava as hierarquias, as injustiças sociais e o governo autoritário. E com o Ninho Cearense não foi diferente. Quanto mais ações e mobilizações as agentes faziam nas zonas de prostituição e mesmo fora delas, a pastoral era mais perseguida pelo regime militar e pelos setores mais conservadores da Igreja Católica. A partir da trajetória de vida e atuação social de Rita de Araújo Marques, a “Tia Rita”, analisada ao longo deste capítulo pode-se compreender mais de perto tanto a atuação do Ninho nas diferentes zonas de prostituição da cidade, como se dava essas perseguições. Elas eram direcionadas em primeiro lugar aos sujeitos mais marginalizados desses ambientes, as prostitutas, por meio de ações extremamente violentas, orquestradas pelos agentes do Estado. Mas vinha também com força contra as agentes do movimento, principalmente para aquelas envolvidas em outras frentes de luta, já monitoradas e até mesmo

¹¹² Idem.

¹¹³ ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

fichadas como subversivas. O que demonstra que assim como a luta por democracia e igualdade social estava organizada e articulada nos diversos espaços, assim também estavam os mecanismos de repressão.

A partir desse mote, pretende-se analisar, no próximo capítulo, exatamente essa articulação entre as agentes do Ninho Cearense e os diferentes coletivos e movimentos sociais que atuavam tanto na capital como no interior do estado, que ganhavam força nesse momento na luta contra o regime ditatorial. Faz-se, portanto, primeiramente, uma reflexão sobre a relação entre a Teologia Feminista e a expansão e atuação dos movimentos de mulheres, a partir da análise da atuação do Ninho Cearense com os demais movimentos de mulheres do estado. Tendo como foco, a compreensão mais a fundo de como se dava a relação entre o Ninho Cearense com o Movimento Feminino Pela Anistia - MFPA, já que se tinha um intercâmbio muito fértil entre as militantes destes movimentos. Assim como, analisa-se como a metodologia alfabetizadora de Paulo Freire era implementada nas pastorais sociais, e mais especificamente no Ninho, no contexto das zonas de prostituição, não só como método voltado para a apreensão da palavra escrita, mas como método de organização, fortalecimento e mobilização comunitária.

4 A RELAÇÃO DO NINHO CEARENSE COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES E DE ALFABETIZAÇÃO POPULAR

O Ninho tendo surgido no Brasil em meio ao avanço do Cristianismo da Libertação na América Latina, a partir da Teologia da Libertação e da nascente Teologia Feminista, tem em suas bases reflexões sobre a emancipação popular através da educação, que educa a partir dos valores vivenciados em comunidade e liberta especialmente mulheres dos grilhões da pobreza e das amarras do patriarcado. O Ninho Cearense se lança nesse momento de reboiço de ideais sobre o papel das mulheres e dos trabalhadores em geral como os principais agentes de transformação social, embarcando na mobilização comunitária nas zonas de prostituição na luta não só contra a exclusão eclesial das prostitutas e de seus filhos do seio da Igreja, mas de forma mais profunda na luta contra o regime autoritário fincado na desigualdade social e de gênero, na violência contra os corpos dissidentes e na alienação das massas.

4.1 A Articulação entre o Ninho Cearense e os Movimentos de Mulheres a partir da Teologia Feminista e do Feminismo de Segunda Onda

Um principal aspecto que diferencia o Ninho Cearense do Ninho francês diz respeito ao fato do método de abordagem das prostitutas no Brasil ter sido aliado às metodologias da Teologia da Libertação e da Teologia Feminista¹¹⁴ que

¹¹⁴Segundo Tobardo, a Teologia Feminista pode ser dividida em três fases. O ano de 1854 é entendido como o marco fundante do movimento com a realização da Primeira Convenção Americana pelos Direitos da Mulher, na Philadelphia, surgindo desse encontro o projeto da Woman 's Bible que será concluída e publicada no ano de 1895. De acordo com Taborda, preside a interpretação bíblica da Woman 's Bible um pressuposto hermenêutico básico: sendo a Bíblia a expressão de uma sociedade e cultura patriarcais, é preciso despatriarcalizar sua interpretação." (TABORDA, 1990, p. 329). Como continuação desse movimento tem-se na Grã-Bretanha, em 1911, a fundação da "Aliança Internacional Joana d'Arc ", que tinha como objetivo a igualdade ampla para as mulheres. Tendo como lema: "Pedi a Deus: Ela vos ouvirá!". Já nesse lema se podia compreender a radicalidade do movimento, usando o pronome pessoal feminino para Deus com o objetivo de desconstruir sua imagem masculina. Abrindo, assim, um precioso debate acerca da relativização de um gênero para Deus, o qual deveria ser representante de todos os gêneros. A segunda fase desse movimento se inicia em 1950 com a discussão em torno da ordenação de mulheres. Sendo o resultado bastante positivo dentro das principais denominações protestantes, que entre 1956 e 1965 admitem a ordenação de mulheres. Já a

já floresciam no período em toda a América Latina. A Teologia Feminista chega denunciando a ideia patriarcal do “Deus-Pai-Todo Poderoso”, que tanto serviu para subjugar as mulheres, assim como traz para a Teologia da Libertação um ideal de igualdade e justiça entre os povos, entre os gêneros. Como afirma a teóloga feminista, Ivone Gebara:

Minha tese é que a teologia feminista introduz uma ruptura nas maneiras de pensar o mundo e de acolher a herança cristã. Essa ruptura significa a acolhida das mulheres na pluralidade de suas identidades, assim como de outros grupos marginalizados no direito de viver e reinterpretar a tradição cristã de outra maneira. No fundo, o que chamamos de Tradição cristã é um conjunto de tradições e de interpretações que compartilham alguns pontos. A pretensão a uma unidade universalista da Tradição não resiste a uma análise histórica do passado e do presente. Da mesma forma, ela aparece mais como uma espécie de poder universal religioso sobre os povos conquistados pelo catolicismo condicionado a visões políticas colonialistas (GEBARA, 2017, p. 38, 39).

As teólogas feministas atrelam a extensão e o poderio do patriarcado no mundo ao campo religioso, no qual este tem domínio do discurso e das práticas, colocando sempre a mulher como o Outro, como o mal, a desordem. Como Beauvoir deixa explícito no trecho a seguir sobre o imaginário a respeito da mulher em diferentes religiões e doutrinas:

Organizando a opressão da mulher, os legisladores têm medo dela. Das virtudes ambivalentes de que ela se revestia retém-se principalmente o aspecto nefasto: de sagrada, ela se torna impura. Eva entregue a Adão para ser sua companheira perde o gênero humano; quando querem vingá-la dos homens, os deuses pagãos inventam a mulher e é a primeira dessas criaturas, Pandora, que desencadeia todos os males de que sofre a humanidade. O Outro é a passividade em face da atividade, a diversidade que quebra a unidade, a matéria oposta à forma, a desordem que resiste à ordem. A mulher é, assim, votada ao Mal. "Há um princípio bom que criou a ordem, a luz, o homem; e um princípio mau que criou o caos, as trevas e a mulher", diz Pitágoras.

As leis de Manu definem-na como um ser vil que convém manter escravizado. O Levítico assimila-a aos animais de carga que o patriarca possui. As leis de Sólon não lhe conferem nenhum direito. O código romano coloca-a sob tutela e proclama-lhe a "imbecilidade". O

terceira fase desse movimento surge entre as décadas de 1960 e 1970, sendo agora de fato o nascimento dessa Teologia Feminista que se tem até os dias atuais e que floresceu no Brasil a partir das experiências das Comunidades Eclesiais de Base e das Pastorais Sociais agindo juntamente com a Teologia da Libertação.

direito canônico considera-a a "porta do Diabo". O Corão trata-a com o mais absoluto desprezo (BEAUVOIR, 1960, p.116).

A mulher é entendida como “votada ao Mal”, como o ser que usa os seus ditos poderes de sedução para tentar os homens. Segundo os princípios dessas religiões monoteístas, “a carne é maldita”, o corpo é desprezível, e a mulher como a grande representante destes é “a mais temível tentação do demônio”. Isso nos leva à uma melhor compreensão de como as prostitutas e as mulheres livres devem ser perseguidas dentro desses ideais, já que representantes desta “Eva”, dessa “Pandora” que manipula e desencaminha a humanidade através dos “prazeres da carne”. Nesses trechos, Beauvoir deixa claro como os ideais misóginos do patriarcado são a base fundante de diferentes religiões e crenças de forma generalizada, proclamando um dito “legado maldito” do feminino para toda a humanidade.

Na perspectiva do Cristianismo, Jean-Marie Aubert (1975) observa que o Gênesis 2 foi "o prato principal de todos os apetites antifeministas e um dos textos fundadores do sexismo cristão". Já que nesse trecho da escritura sagrada a mulher perde seu papel de igual, estabelecido em Gênesis 1, e passa a ser o Outro, o ser criado a partir do masculino e para satisfazer os seus desejos, lhe devendo submissão. E apesar dos avanços com a Teologia Feminista, em relação à participação efetiva das mulheres nos ambientes eclesiásticos, vê-se ainda um papel subalternizado que coaduna com esses ideais patriarcais do início da narrativa cristã, como é o caso do cânon 230 do Código de Direito Canônico¹¹⁵, em vigor desde 1983, o qual afirma que o ministério litúrgico pode apenas ser exercido por homens. Tendo sido também vedada, pelo Papa João Paulo II, a participação das mulheres até mesmo na função de ajudante da missa, trazendo como argumento a declaração de Paulo VI, em 1975, e a própria Bíblia.

O exemplo - registrado na Sagrada Escritura - de Cristo, que escolheu os seus Apóstolos só de entre os homens; a prática constante da Igreja, que imitou Cristo ao escolher só homens; e o seu magistério vivo, o qual coerentemente estabeleceu que a exclusão das mulheres

¹¹⁵ CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO. Disponível em: www.vatican.va.

do sacerdócio está em harmonia com o plano de Deus para a sua Igreja.¹¹⁶

Ivone Gebara (2017, p. 299) afirma a existência de dois pontos específicos dessa Teologia Feminista que brotam dos movimentos de mulheres de fé na América Latina, os quais são: a Teologia Feminista latina se desenvolve à margem das instituições religiosas; e a maioria das teólogas feministas latino-americanas alia sua produção intelectual a uma militância nos movimentos sociais. Sobre esses aspectos, o teólogo Francisco Taborda (1990, p. 337) salienta que a América Latina assume essa contribuição inovadora sobre a Teologia Feminista europeia na medida em que dá centralidade à leitura popular da Bíblia "na ótica da mulher" e às vivências das mulheres do meio popular. Trazendo uma "originalidade na interpretação, feita na suspeita (bem fundada) de que a Bíblia tem sido tradicionalmente lida em perspectiva androcêntrica".

Contribuindo com esse ponto levantado por Gebara e Taborda, Silva (2019, p. 65) reivindica que uma perspectiva eurocêntrica da Teologia Feminista "não serve para abarcar e explicar as experiências específicas de mulheres situadas nas margens do sistema capitalista, marcadas pela realidade da colonização, da escravização e da dominação europeias, a exemplo das latino-americanas". Por isso a necessidade dessa Teologia gestada pelas mulheres tratando de suas realidades no seio dos países subdesenvolvidos. Essa articulação das mulheres de fé na América Latina estava totalmente ligada a uma organização dos movimentos feministas e da esquerda em geral que lutava pela democracia nesse período, como analisa Ana Maria Veiga:

No momento em que todas as argentinas foram forçadas a se recolher e se calar, começaram a deslanchar as manifestações feministas brasileiras, impulsionadas pelo ano internacional da mulher (1975), suas discussões e festividades na Bolívia, que vivia anos de intensa repressão, bem como no Chile, Uruguai e Paraguai, o ano de 1975 não ficou tão marcado quanto o de 1985, que encerrou a Década da Mulher e coincidiu com o final de várias ditaduras, numa conjuntura de abertura política, transição para a democracia e lutas sociais de

¹¹⁶ Declaração de Paulo VI, citado por João Paulo II na carta apostólica *Ordinatio Sacerdotalis*, de 22 de maio de 1994. Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/documents/hfj_pii_apl_22051994_ordinatio-sacerdotalis_po.html. Acesso em 15/06/2012.

vários setores populares – os chamados novos movimentos sociais” (VEIGA, 2009, p. 44).

Segundo Costa (2009, p. 184), um exemplo da força e ampliação dessa articulação de mulheres foi a realização do Encontro Nacional de Mulheres, em março de 1979, no Rio de Janeiro, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, com a participação de cerca de 400 mulheres representantes de grupos feministas de vários estados. Em seu “Documento Final”, o encontro pontua a base de ação dos movimentos de mulheres nesse período, seus objetivos, seus pensamentos, sua práxis.

1. a luta pela libertação da mulher brasileira está indissoluvelmente ligada às lutas gerais por liberdades democráticas e por uma anistia ampla, geral e irrestrita e vem somar força com os movimentos que lutam contra qualquer tipo de opressão;
2. a tática atual dos movimentos de mulheres implica na luta pela unidade destes movimentos, unidade esta que pressupõe a diversidade dos grupos e organizações, e a superação de particularidades de cada um através da adoção de bandeiras de luta comum...
3. o movimento feminista deve ser aberto a todas as mulheres, independentemente da condição social, racial, credo religioso e posição político-partidária; implica na aproximação com associações de classe, de bairro, clube de mães e donas de casa, etc. e incentivo à organização de mulheres em locais de trabalho e moradia; significa trabalhar sobre os problemas que se colocam especificamente para a realidade de cada grupo, assumindo as bandeiras gerais do movimento; estímulo à criação e ampliação de uma imprensa feminina.¹¹⁷

De acordo com a pesquisa de doutoramento de Maristela Carvalho (2008), o Cristianismo da Libertação foi essencial na medida em que possibilitou às mulheres produzirem sua própria teologia. As teólogas feministas conseguiram ter suas primeiras publicações nas obras coordenadas por membros da Teologia da Libertação nesse período. E já na década de 1970, elas começaram a realizar eventos voltados para mulheres cristãs na América Latina. Desenvolvendo nesses espaços “uma reflexão crítica sobre a importância da teologia da libertação para a luta das mulheres” (CRUZ, 2017, p. 39). A socióloga Neiva Furlin (2011, p. 149) complementa que “os documentos tanto de Medellín

¹¹⁷ CENTRO DA MULHER BRASILEIRA, 1979, p. 4-5.

quanto de Puebla foram marcos decisivos para emergência de um novo sujeito teológico”, já que nesses documentos, “as mulheres retomaram e reformularam as principais opções, contribuindo para que a Igreja descobrisse o seu rosto humano, que foi obscurecido historicamente por uma visão clerical masculina”.

O movimento de mulheres que formou a Teologia Feminista no Brasil tinha como proposições, portanto, uma crítica aos conteúdos tradicionais da fé: o monoteísmo; a imagem masculina da divindade; a figura submissa e virginal de Maria; as interpretações sexistas dos textos sagrados; assim como a ideia de uma verdade religiosa absoluta, a existência de um só caminho e método de existência possível que leve a redenção (ROSADO, 2001, p. 84). A Teologia Feminista é encarada, então, como uma teologia engajada, já que não tem a falsa pretensão de ser neutra como a teologia clássica, tendo, portanto, os seus pés fincados nos ideais emancipatórios para todos e todas. Esta visa “a conscientização de homens e mulheres da opressão sexista, androcêntrica [...] A partir desse engajamento, obriga a teologia a abandonar sua pseudo-objetividade e a tornar-se partidária da marginalizada” (TABORDA, 1990, p. 332).

Nesse período, as mulheres leigas começavam a ter realmente espaço de voz e ação e não somente de um serviço submisso aos ditames das lideranças religiosas masculinas. As agentes das Pastorais e das Comunidades Eclesiais de Base reinventaram a Teologia da Libertação através de sua prática de fé ligada mais profundamente à emancipação das mulheres social e politicamente marginalizadas, tanto dentro como fora do ambiente eclesial. Formando-se assim as bases para o desenvolvimento da Teologia Feminista no país, como se pode perceber na fala de Vitória e de Rute, participantes do Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) no período, e posteriormente de um grupo de leitura feminista da Bíblia, o grupo Agar¹¹⁸, quando rememoram os embates do período.

¹¹⁸ De acordo com a pesquisa do sociólogo Jonas Cruz (2017, p. 15), o Agar é um grupo de teologia feminista ligado ao Centro de Estudos Bíblicos (CEBI), uma organização ecumênica. O Agar foi criado em 1999, em Fortaleza – Ceará, por mulheres que já integravam o CEBI e também por estudantes de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza – Seminário da Prainha. O grupo reúne-se bimestralmente para realizar debates sobre questões relacionadas às mulheres, aprofundar a reflexão teológica feminista e planejar eventos próprios ou em parceria com outras organizações feministas, além de organizar um grupo de estudo semanal sobre teologia feminista.

Vitória – A classe é mais importante, oprimida. Esse é o mote, o horizonte e fazer outras coisas está fragilizando. E o entendimento da gente, a partir das nossas teóricas como a Ivone, e outras, é de que, pelo contrário, quanto mais a gente aprofunda a questão da mulher, e vai vendo as contradições dentro do próprio movimento popular, movimento de esquerda, de reprodução dos esquemas de exploração, a gente vai tomando consciência, se libertando e contribuindo para que o movimento maior como um todo se liberte também, mas enquanto não contemplar isso... E essa é uma crítica que a Ivone faz à teologia da libertação, de não contemplar a questão específica da luta das mulheres.¹¹⁹

Rute - [...] a gente precisa ir se libertando de todas as formas de opressão, que eu acho essa a crítica que as mulheres fazem, a crítica à teologia da libertação. Pobre... É muito diferente você ser pobre homem e ser pobre mulher, entre ser pobre branco e ser pobre negro, entende? Entre ser pobre hétero e ser pobre homossexual. Então, essas diferenças que a teologia da libertação não via.¹²⁰

As religiosas entrevistadas exprimem muito bem as questões que estavam em voga naquele momento nos campos progressistas da Igreja, as quais eram o crescimento de um entendimento mais aprofundado sobre as questões ligadas à desigualdade de gênero, com uma reflexão crescente da necessidade de um movimento interseccional, que conseguisse encampar lutas mais amplas, tendo em vista as diversas opressões vivenciadas, principalmente, pelas mulheres negras e periféricas, as quais compunham o grande corpo desta Igreja popular.

Ao analisar o VI Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, realizado em Salvador, no ano de 1984 com prostitutas e agentes de diversas regiões do país, padre Rohner não só faz um diagnóstico da desigualdade social e da discriminação no Brasil, como através de suas palavras pode-se compreender o discurso libertário muito ligado à Teologia Feminista reivindicado pela Pastoral, onde se tem um enfoque na luta das mulheres marginalizadas.

A sociedade e a Igreja sob influência das teorias marxistas ou sem elas, descobriram sempre mais claramente os mecanismos de opressão e marginalização do sistema capitalista. Nos ombros das mulheres na zona pesam a marginalização social de todos os pobres,

¹¹⁹ Entrevista realizada com Vitória, gravada em 27/12/2016 (CRUZ, 2017, p.53).

¹²⁰ Entrevista realizada com Rute, gravada em 31/01/2017 (CRUZ, 2017, p.53).

a marginalização política dos sem título eleitoral, a marginalização cultural dos sem-escola, a marginalização profissional dos sem-profissão, a marginalização fundiária dos sem-terra obrigados a fugir para a cidade, a discriminação de todas as mulheres de uma sociedade machista, e na maioria dos casos também a discriminação racial que marginaliza todos os negros e índios. A Igreja tinha costume de reforçar uma ou outra destas discriminações e de acrescentar a sua própria: a marginalização moral e religiosa. O povo e a Igreja tomaram consciência de todos esses tipos de opressão e iniciaram a sua luta pela libertação. Surgiram numerosas organizações civis e eclesiais para realizar a união e a organização de todos os oprimidos e para dar os primeiros passos rumo a uma nova sociedade e uma nova Igreja. No VI Encontro Nacional da Pastoral da Mulher Marginalizada, realizado em julho de 1984 em Salvador, na Bahia, se podia constatar que em diversos lugares no Norte e no Sul do País as mulheres da zona se integram sem embaraço em quase todos os movimentos de base (ROHNER, 1987, p. 82, 83).

Esse movimento de mulheres de fé ajudou nos avanços das ações dos grupos feministas no Brasil, evitando uma repressão mais forte a estes, a partir de seu discurso mais conciliatório, apesar de sua práxis já bastante libertária. Essa articulação entre o Feminismo de Segunda Onda¹²¹ e a Teologia Feminista trouxe um fortalecimento ao movimento de mulheres como um todo no Brasil, assim como à luta contra o regime ditatorial, como explica Gabriela Marque:

Convém então destacar que em 1975, sob o patrocínio da Cúria Metropolitana e da ONU, reuniram-se grupos de mulheres no evento que se intitulou “Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista”, realizado na Câmara Municipal de São Paulo. Este contexto certamente tornou a crítica feminista à Igreja Católica no Brasil bem menos contundente, pois a igreja fazia um tipo de ponte entre as feministas e o chamado movimento de mulheres. Não podemos esquecer que toda essa movimentação estava sob a égide da repressão e que os movimentos sociais não tinham condições de agir livremente para conquistar seus ideais; entendemos, portanto, como fundamental para o feminismo a “proteção” exercida pela igreja naquele momento (MARQUES, 2011, p. 200).

¹²¹ De acordo com a análise da pedagoga e ativista Schuma Schumacher e da economista Hildete Pereira de Melo no artigo *A segunda onda feminista no Brasil* sobre o Feminismo de Segunda Onda, “a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e instituiu os anos de 1975 a 1985 como a Década da Mulher em todo o mundo. Da consigna *Diferentes, mas não Desiguais*, travaram-se lutas concretas em prol da construção de uma sociedade igualitária. Foi nesse contexto de crise da democracia, mas também de construção de novos modelos sociais, que emergiu o feminismo organizado dos anos 1970. A nova onda feminista [feminismo de segunda onda], se por um lado lutou contra a ditadura militar, por outro lutou também contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer. O primeiro grupo de que se tem notícia foi organizado em São Paulo em 1972, formado sobretudo por professoras universitárias, algumas recém-chegadas dos EUA e Europa, onde o movimento de mulheres tinha explodido com muita força. Do ponto de vista da ação concreta, nos anos 1970 e 80 o movimento feminista no Brasil esteve marcado pela luta em prol da redemocratização e por direitos de cidadania e igualdade.”

De acordo com Alvarez (1990), o machismo difundido na sociedade brasileira, e em toda a América Latina, era sancionado pelo Estado e santificado pela Igreja, visto que as ditaduras militares difundidas nessa região se baseavam na manipulação de valores familiares e no reforço dos papéis de gênero.

Os homens que encenaram o golpe de direita brasileiro de abril de 1964, por exemplo, recorreram às mulheres e ao simbolismo da família para amenizar e justificar sua apreensão ilegal do poder do Estado. Apelando para o compromisso “inato” das mulheres com a família, a moralidade e a ordem social, a Direita Brasileira ordenou às “mulheres do Brasil” que se organizassem contra o governo democraticamente eleito de João Goulart (ALVAREZ, 1990, p. 5).

Como já pontuado, a ideia de moralidade e o ideal de família urbana burguesa eram chaves importantes para o funcionamento do regime ditatorial, fato que só reafirmava o local designado para a mulher nessa sociedade. Tinha-se uma dupla moral sexual com a valorização da castidade e do casamento, mantendo-se a diferenciação de papéis entre homens e mulheres, onde estes tinham acesso ao mundo exterior, a vida pública, e estas ao ambiente doméstico, guardando-se para o seu marido e protegendo sua família do fantasma do comunismo e do amor livre. (NOREK, 2020, p. 29, 30).

As agentes do Ninho Cearense, driblando, portanto, esse ideal de mulher do lar, reafirmado pelo regime, e partindo de uma Teologia Feminista em construção, envolveram-se com diferentes movimentos sociais em diversos territórios lutando por direitos e pela democracia dentro desse grave período de autoritarismo e perseguição. Nildes Alencar Lima, que tinha uma ação no Ninho Cearense voltada para as crianças do Farol do Mucuripe, em Fortaleza, era uma dessas mulheres que teve participação ativa também em outro movimento, no caso o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará, onde foi presidente em todo o período que durou o movimento no Estado. Nildes nasceu no dia 21 de fevereiro de 1934, no município cearense de Lavras da Mangabeira. É uma experiente educadora, seguidora de Piaget e de Paulo Freire, formada pela Escola Normal e, posteriormente, na graduação em Pedagogia. Foi presidente do MFPA entre os anos de 1975 e 1979 e secretária estadual de Educação nos anos de 1988 e 1989.

Nildes conta que seu engajamento no Ninho vinha justamente como uma tarefa do MFPA em virtude da articulação com outros movimentos, já que este,

como explica Nildes, “propunha a gente fazer uma penetração em todas as organizações, ocupar os espaços que existiam, camufladas ou não, a gente iria ter acesso a eles. Onde você estivesse, você partiria”¹²².

Integrando tanto o Ninho como o MFPA, Tia Rita convidou Nildes para conhecer o Ninho Cearense. A intenção era que esta ajudasse a levar a mensagem da anistia para a periferia. Nildes, então, decidiu participar das ações do Ninho no Farol do Mucuripe, engajando-se definitivamente no Movimento. Como relata na entrevista a seguir, contando inclusive um pouco do seu percurso a partir da Ação Católica e dos seus organismos de engajamento da juventude.

Quando eu venho para a JIC, que ela é independente, que começa o Movimento da Anistia... O Movimento da Anistia se propunha a gente fazer uma penetração em todas as organizações, ocupar os espaços que existiam, camufladas ou não, a gente iria ter acesso a eles. Onde você estivesse, você partiria. Então, o grupo da anistia era engajado, que já vinha engajado com o Bispo de Crateús, que era Dom Fragoso. Assim, Dom Aluísio Lorcheider nos deu apoio, antes foi Dom Delgado, mas ele foi embora e ficou Dom Aluísio. E eu como da Ação Católica, da JIC, e toda a Ação Católica estava sem funcionar, e eu na Anistia procurei ver onde era que tinha movimento nas bases da sociedade que eu pudesse participar. A Tia Rita, veja bem, era do Ninho, e uma personalidade empolgadíssima, porque Dom Fragoso, Dom Pedro Casaldáliga e outros que tinham lá nos mundos das matas do Pará, do Amazonas, do Mato Grosso por acolá, elas tinham esses conhecimentos que eu não tinha. A Tia Rita teve um irmão ou era sobrinho-padre, e me disse “vamos para o Ninho, vai ter uma reunião, e leva a mensagem da anistia na periferia, em todo canto”. Aí foi que eu fui.

T.A. – Você já era do Movimento Feminino pela Anistia?

N.A. – Já, eu já estava no movimento da anistia. Nós começamos em 1974. Não, nós começamos em 1975. O Tito morreu em 74, a JIC estava, não só a JIC, mas outros movimentos estavam se apagando. Aí começa o movimento da anistia. Dona Terezinha Zerbini vem pra cá em maio de 1975, aí começa o Movimento da Anistia.¹²³

Nildes foi uma das agentes responsáveis por levar o movimento da anistia para a periferia. Quando estava procurando “onde era que tinha movimento nas bases da sociedade” que pudesse participar para levar o debate da redemocratização, “a mensagem da anistia na periferia, em todo canto”, encontrou o Ninho através da companheira de militância Rita de Araújo.

¹²² LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹²³ Idem

Tentando levar esse debate, essa luta para todos os espaços, tirando dos bolsões da intelectualidade e tentando se aproximar da população mais marginalizada que sofria de diferentes formas os efeitos da ditadura. Nildes passou a militar nesses dois movimentos após o encerramento das atividades dos diferentes organismos da Ação Católica da qual fazia parte, por conta da repressão. Visualizando, nesses dois movimentos tão diversos, uma forma de continuar lutando pela democracia e contra a desigualdade social.

Nildes participou da fundação do MFPA no Ceará e foi posicionada como presidente do Movimento, a partir de uma estratégia para evitar uma perseguição maior para este. Já que, segundo a análise do MFPA, a sua imagem como religiosa injustiçada pelas ações do regime atreladas a morte de Frei Tito¹²⁴, seu irmão caçula, traria mais credibilidade para a imagem que se tentava passar de um movimento “inocente”, de mulheres que reivindicavam direitos para os seus parentes presos ou exilados, lutando pela anistia geral e irrestrita. Essa era mais uma das estratégias para a construção de um movimento forte e bem articulado que lutasse concretamente para a volta do regime democrático, mesmo em meio à uma repressão brutal.

Nildes comenta que Terezinha Zerbini, a fundadora do MFPA em São Paulo, afirmou na reunião de fundação do movimento no Ceará “que precisava formar um grupo de coordenação. Mas era necessário que as pessoas que ficassem nessa coordenação não fossem muito visadas pela ditadura”. O Movimento utilizava essa estratégia, como aquela semelhante utilizada pelas Mães da Praça de Maio¹²⁵ na Argentina, tanto para despistar os agentes do

¹²⁴ Nildes era irmã do frade dominicano Tito de Alencar Lima, mais conhecido como Frei Tito, que se suicidou em 1974 aos 29 anos, na França, em consequência das torturas sofridas no Presídio Tiradentes e na sede da Operação Bandeirantes (OBAN), após ser fichado por sua participação no 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, em 1968.

¹²⁵ As Mães da Praça de Maio iniciaram suas ações em 1977, em Buenos Aires, denunciando as prisões, torturas e os desaparecimentos durante a ditadura argentina, de 1976 a 1983. Na Praça de Maio, centro do poder estatal argentino onde se localiza a Casa Rosada, 14 mulheres decidiram iniciar o que seria um dos principais símbolos de sua luta em busca dos desaparecidos: a marcha em círculos pela Praça de Maio. Vestindo lenços brancos na cabeça, que simbolizavam as fraldas de seus filhos perdidos, todas as quintas-feiras, exatamente às 15h30min, as Mães da Praça de Maio circulavam no sentido anti-horário na busca pelos seus filhos desaparecidos. Atualmente, o grupo se dividiu na Associação Mães da Praça de Maio e nas Mães da Praça de Maio – Linha Fundadora por motivações políticas. Em mais de 40 anos de luta, essas mulheres conseguiram localizar 122 netos apropriados pelo governo e apoiadores do regime. Acesso em: <<https://www.politize.com.br/ditadura-argentina-maes-praca-maio/>>.

regime, como para gerar uma comoção popular para o tema. O grupo tinha estratégias legais também para evitar a repressão, como a orientação de que o grupo tivesse o mais rápido possível “uma visibilidade institucional que todo mundo soubesse, para não dizer que era um movimento de boicote, subversivo”¹²⁶. O que demonstra também como o regime fazia uma repressão brutal e generalizada a qualquer movimento de contestação da ordem vigente, tendo as militantes que se precaver de todas as formas possíveis. Tanto que, assim que o movimento foi fundado no Ceará, rapidamente elaborou-se o seu regimento, o qual já o caracteriza como um movimento sem “finalidade política, religiosa, ideológica ou lucrativa”. Por conta da perseguição era necessário deixar explícito em seus documentos oficiais, que o movimento não tinha um cunho “político” ou “ideológico”, ou seja, que não representavam então um sério risco à ordem vigente. (DUARTE, 2012).

De acordo com Silva (2020, p. 54), o Relatório Especial de Informações-REI, produzido pelo Centro de Informações do Exército, em 1983, traz a demonstração desse cerco que os militares já impunham aos coletivos feministas, desde o final da década de 1970. Nos apontamentos trazidos pelo documento, é possível notar que se pretendia compreender quais eram as demandas mais relevantes levantadas pelos feminismos de Segunda Onda. Tinha-se, contudo, uma expectativa por parte dos militares de que esses coletivos feministas estavam sendo usados pelas esquerdas como uma verdadeira “cortina de fumaça”, conforme a narrativa a seguir, que ao mesmo tempo que repara no seu crescimento e importância, o considera somente fruto da ação dos partidos de esquerda como fachada para as suas atuações clandestinas: “Nossa intenção, ao elaborar o presente Relatório Especial de Informações é ressaltar o crescimento e a influência do Movimento Feminista, junto à sociedade, e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas”¹²⁷.

Apesar das muitas precauções, o Movimento Feminino Pela Anistia cearense foi um destes coletivos monitorado e perseguido, assim como os

¹²⁶ LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹²⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

demais núcleos pelo Brasil. A perseguição sofrida pelo MFPA deu-se tanto pelo seu monitoramento de perto pelos agentes do regime como em ações diretas de perseguição dos seus membros. Dentre uma série de outros documentos do Serviço Nacional de Informações - SNI¹²⁸ sobre o MFPA, há esse específico do Núcleo do Ceará, onde se pode compreender como esse monitoramento se dava através de infiltrados do regime que avaliavam que se tratava de mais um dos movimentos “responsáveis por atividades contestatórias na capital”¹²⁹.

¹²⁸ De acordo com a historiadora Sarah Silva (2020, p. 11), o SNI foi um importante mecanismo de controle e vigilância, utilizado pelos militares para conseguir informações e produzir documentos incriminatórios sobre as esquerdas, os grupos feministas e qualquer pessoa ou coletivo que ameaçasse a manutenção do regime ditatorial.

¹²⁹ Trecho de ACE 110 364/78, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional - Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

Figura 9 - Trecho de ACE 110 364/78, Serviço Nacional de Informações

CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE FORTALEZA

INFORMAÇÃO Nº 038/116/AFZ/78

DATA : 03 FEV 1978

ASSUNTO : MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA - NÚCLEO DO CEARÁ

REFERÊNCIA : - - -

DIFUSÃO : AC/SNI

ANEXOS : A. Cópia de "Carta-Aberta"
B. Relação de nomes

2
110364

S. N. I.
AGÊNCIA CENTRAL
002616 00.2.70
PROTOCOLO

1. No dia 03 JAN 78, o Movimento Feminino Pela Anistia - Núcleo do Ceará - MFPA/CE realizou no Instituto Educacional Alencar, de propriedade de sua presidente, NILDES ALENCAR LIMA, um coquetel de confraternização reunindo componentes do próprio movimento, estudantes, políticos do MDB, elementos do clero, do jornal "MUTIRÃO", da Sociedade Cearense de Defesa do Meio Ambiente - SOCEMA e representantes de outras entidades que compõem o "GRUPÃO", responsáveis pela prática de atividades contestatórias nesta capital (assunto objeto da Infão 369/116/AFZ/77).

2. No decorrer do citado coquetel, foram feitos pronunciamentos acerca do trabalho desenvolvido pelo MFPA/CE, dentre os quais se destacaram:

a. NILDES ALENCAR LIMA (Presidente do MFPA/CE) enalteceu as lutas travadas pela entidade no sentido de conseguir a anistia dos "presos políticos", o livre ingresso ao país dos banidos e exilados pela Revolução e a nacionalidade para os filhos dos exilados.

b. IRANILDO PEREIRA DE OLIVEIRA (Secretário do Diretório do MDB/CE) e FRANCISCO BIANCHI DE ANDRADE (Vereador pelo MDB) externaram manifestações de apoio integral ao MFPA, prontificando-se a colaborar com o mesmo.

c. MARIA LUIZA FONTENELE DE ALMEIDA, uma das líderes do "GRUPÃO", exortou a união de todos na luta pelas liberdades democráticas e por uma imprensa mais livre.

Fonte: Trecho de ACE 110 364/78, Serviço Nacional de Informações. Fundo SNI. Arquivo Nacional - Coordenação Regional no Distrito Federal (AN-COREG).

Pode-se perceber, ao longo da narrativa desse documento, que se trata de um relato geral para uma análise mais voltada para as figuras presentes na reunião e suas colocações, no intuito explícito de incriminação dos sujeitos. A fala de Nildes é a primeira a ser apresentada, sendo apontada como a presidente do MFPA no Ceará, portanto, a figura que poderia responder criminalmente de

forma mais fácil por este. Nildes conta um pouco sobre a extensão dessa perseguição no trecho a seguir da entrevista, em que relata ter sido seguida pela polícia diversas vezes quando saía de reuniões do MFPA.

Poderia ser perigoso. Até porque na verdade, na verdade, eu era presidente e eles sabiam. Porque eles tinham todo o nosso mapa. Então, se eu vinha para cá, para a [rua] Manuel Jacaré, a reunião terminava às 10 horas da noite. O carro da polícia ia atrás do meu. Era o carro da polícia civil.¹³⁰

Nildes relata que desde a adolescência participava dos movimentos de juventude integrantes da Ação Católica, possuindo uma formação na Igreja toda voltada para o campo progressista da organização comunitária, da mobilização da juventude, a partir da sua atuação na JEC e na JIC. O que faz compreender o que a levou a fazer parte de movimentos perseguidos pelo regime, como o Ninho Cearense e o MFPA, pois teve toda uma trajetória de organização e trabalho com a juventude da Igreja que já pensava em transformação social e em uma outra forma de ser Igreja.

Inclusive, a Ação Católica também sofreu uma grande repressão do regime, tendo que encerrar suas atividades e acabar com os seus organismos de juventude. Nildes explica que a Ação Católica era dividida em diferentes organismos: “a, e, i, o, u, eram quatro: JAC, JEC, JIC¹³¹, JOC, JUC”¹³². A Ação Católica Brasileira (ACB), a partir da década de 1950, passa a ser denominada de Ação Católica Especializada (ACE), atuando em ambientes com inserção juvenil, formando assim a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC). Ela assim modifica toda sua estrutura de atuação, saindo de uma “catequese

¹³⁰ LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹³¹ A Juventude Independente Católica (JIC), de acordo com o site do CPDOC, era uma associação civil católica oficialmente reconhecida em 1950 como setor especializado da Ação Católica Brasileira (ACB). Destinava-se à formação religiosa e social dos jovens não vinculados ao meio operário, estudantil e agrário, era entendida como a associação dos profissionais. Na realidade, a JIC confundiu-se com a Juventude Independente Católica Feminina (JICF), visto que o movimento masculino nunca chegou a vingar. Desapareceu a partir da crise da ACB, iniciada em 1966. Disponível em: <http://fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/juventude-independente-catolica>. Acesso em: 20 de nov. 2019.

¹³² Idem.

especializada” do leigo que formava uma elite religiosa para espalhar o evangelho entre as massas, para ser um organismo de juventudes formado por leigos e eclesiastas para uma ação com um caráter muito mais divergente de intervenção social (MAIA & SALES, 2018, p. 165). Utilizando como método de formação o “ver-julgar-agir”, que correspondia ao aprendizado da realidade histórica em que se vive, à reflexão crítica sobre essa mesma realidade e à ação sobre ela (DULLO apud MAIA & SALES, 2018, p. 174). Sofreu, portanto, uma forte perseguição justamente por esse seu caráter de organização da juventude para reflexão e ação social. Então, por conta do acirramento dessa perseguição, a Ação Católica teve que encerrar suas atividades, já “que não tinha como funcionar do jeito que era pra ser.” Fez-se, então, um Congresso, e foi decidido, segundo Nildes, que “se era para fazer um trabalho de Ação Católica pálido, da militância que devia ser na igreja, era melhor que todo mundo seguisse a sua vida”.¹³³

O MFPA e o Ninho Cearense eram movimentos cuja “maioria delas era ligada à Igreja Católica e em termos políticos”¹³⁴, de mulheres como Nildes, que já tinha uma trajetória nesses órgãos juvenis da Igreja progressista e nas CEB’s. Tendo contato tanto com movimentos feministas quanto com a Teologia Feminista que trazia para o centro da palavra e da ação a luta pela igualdade entre os gêneros dentro e fora dos muros da Igreja. Sendo o MFPA um exemplo emblemático dessa articulação entre os movimentos, tendo este importante papel na mobilização pela anistia no país, assim como na organização de mulheres de diferentes setores da sociedade para a luta pela democracia, como muitas agentes do Ninho Cearense. O MFPA foi fundado em São Paulo, em 1975, por iniciativa de Therezinha de Godoy Zerbini, advogada e casada com o general Euryale Zerbini, ele próprio um militar legalista que resistiu ao golpe de 1964 e foi forçado à reserva. “Os núcleos do MFPA se espalharam pelo Brasil, receberam apoio do PMDB e da Igreja Católica, e animaram os exilados a se agregarem em torno de uma bandeira comum — em 1979, existiam por volta de

¹³³ Idem.

¹³⁴ SAMPAIO, Maria Lúcia de Vasconcelos. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

trinta comitês pela anistia em funcionamento no exterior” (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 479). Sendo a sua primeira ação a elaboração do seguinte manifesto:

Nós, mulheres brasileiras, assumimos nossas responsabilidades de cidadãs no quadro político nacional.

Através da história, provamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça.

Eis porque nós nos antecipamos aos destinos da nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção.

Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a ideia da necessidade da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação [...] (DUARTE, 2011, p. 245).¹³⁵

Vê-se nesse manifesto uma clara tentativa de conciliação pelo discurso da “mãe, a guardiã do lar” para uma ação mais ousada por dentro dos mecanismos do próprio sistema de repressão, já que partindo dos seus modelos pré-estabelecidos. As mulheres desses movimentos passaram então a “atuar utilizando, consciente ou inconscientemente, as representações tradicionais de uma ideologia centrada na família, com objetivo de interferir na dinâmica ditatorial”, como explica a historiadora Ana Rita Duarte (2011, p. 234). Elas jogavam com o gênero utilizando-se do mito da “virgindade política” como estratégia de defesa e de ação camuflada. Segundo Duarte, como mecanismo de proteção e amparo legal o MFPA faz o seu estatuto no modelo do Estatuto das “marchadeiras”, grupo conservador de mulheres já citado anteriormente. O Estatuto do MFPA traz, portanto, como objetivos do Movimento:

A). Defender e dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos nos seus direitos de homem e de cidadania, assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos subscrita pelo nosso país e lutar pela anistia ampla e geral, visando à pacificação da família brasileira;

B). Promover a elevação cultural, social e cívica da mulher, através de cursos, palestras e atuação no desenvolvimento de sua consciência social e cívica, alertando-a e orientando-a para a compreensão de suas responsabilidades perante a sociedade e integração da família na comunhão social, sempre dentro dos ideais democráticos¹³⁶.

¹³⁵ Manifesto da Mulher Brasileira / s/data. Arquivo Therezinha Zerbini.

¹³⁶ Movimento Feminino pela Anistia. **Estatutos do Movimento Feminino pela Anistia.**

De acordo com a análise da historiadora Joana Maria Pedro (2010, p.126), apesar do MFPA não se afirmar como feminista, este foi responsável pela identificação de algumas mulheres com o feminismo. A aproximação que elas tiveram com os presos e as presas políticas, as lutas contra o regime e o contato com o exterior, denunciando as torturas, “é narrado por algumas delas como o momento em que perceberam a especificidade de ser mulher, de atuar como mulher no espaço público e, portanto, a constatação de sua identificação com o feminismo.”

O Ceará foi o terceiro estado onde o MFPA foi fundado, sendo que as militantes cearenses já se articulavam desde antes da fundação com a Therezinha Zerbini e as demais companheiras de São Paulo, participando, portanto, de sua idealização, como fica claro no depoimento a seguir de Rosa da Fonseca, ex-militante do MFPA.

A gente começou a ideia de organizar o movimento da anistia. Teve em 75 o Congresso Internacional das Mulheres. Foi no México, o Ano Internacional da Mulher. A Wânia Cysne foi daqui, a Therezinha Zerbini lá de São Paulo. E a Therezinha Zerbini já lançou a ideia no Congresso Internacional da Mulher, criou um núcleo em São Paulo. Em seguida, eu acho que foi Belo Horizonte e aqui foi o terceiro. E a partir daí, se constitui o que a gente chama de núcleo da anistia que era justamente o pessoal que se reunia, digamos assim, clandestinamente. Era eu, a Maria Luíza, a Socorro Saldanha, a Raimunda Zélia, a Cristina, minha irmã, a Ercília Borges... (...). Aí, pronto. A gente traçou toda uma estratégia de como deveríamos fazer, foi essa ideia de procurar os familiares dos presos políticos, a ideia de procurar a Nildes, que era irmã do Frei Tito.¹³⁷

O MPFA era muito forte e engajado no Ceará, sendo uma grande parte do grupo composta por agentes de pastorais sociais. De acordo com Duarte (2012, p. 175, 176), essa relação do Movimento com a Igreja no Ceará era facilitada tanto por conta da presença no Movimento de agentes de várias pastorais, como pela presença de Dom Aloísio Lorscheider que estava no período à frente da Arquidiocese de Fortaleza, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam). Sendo, portanto, um dos expoentes da Igreja Progressista no Brasil, sua

¹³⁷ FONSECA, Rosa Maria Ferreira da, 57 anos. Depoimento, junho de 2006, Fortaleza. Entrevistadora: Ana Rita Fonteles Duarte. IN: DUARTE, Ana Rita F. **Jogos da memória: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. Fortaleza: INESP, UFC, 2012, p. 131.

presença nas ações do MFPA facilitava os trâmites das famílias de presos políticos junto às autoridades do Estado, dando mais legitimidade às suas ações.

Apesar de algumas integrantes do MFPA e do Ninho não se auto afirmarem feministas nesse período, estes movimentos tinham articulações com os movimentos feministas da cidade. Tinha-se uma ação feminista voltada para a luta das mulheres, mas ainda uma compreensão um tanto confusa sobre o feminismo por parte de muitas agentes do Ninho e companheiras do MFPA, principalmente as ligadas a essa caminhada pastoral, como se pode notar nesse relato de Nildes Alencar:

Eu era pouco política, assim, de conhecimentos mais profundos, olhava pra aquele grupo, via um horror de mulher, me sentia bem, porque eu era mulher estava me sentindo agindo né. Não era feminista, mas eu toda vida defendi as causas femininas. Lia muito romance, romance pornográfico também, de Simone de Beauvoir, ela não era pornográfica, mas era uma mulher definida né. Assim, ela tinha o marido dela e tudo, mas tinha uma visão espetacular. Eu a admirava.¹³⁸

Nildes demonstra que tinha uma admiração pelo feminismo, tendo contato tanto com movimentos de mulheres como com leituras feministas, mas que tinha um certo “acanhamento” por achar que não tinha um conhecimento profundo sobre o tema e por achá-lo como que algo a frente do seu tempo, como algo muito desafiador. É importante compreender que, ser taxada de feminista nesse período, ainda era entendido em muitos meios como uma ofensa, como algo que manchava a honra, já que se tinha um debate chulo em muitos meios de comunicação, os quais faziam chacota das feministas como mulheres com inveja dos homens ou que queriam ser homens. Assim como eram feitas campanhas difamatórias por parte da imprensa e dos meios mais conservadores, com um entendimento de que eram mulheres promíscuas, de sexualidade livre, como Rachel Soihet analisa no seu artigo *Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários*¹³⁹.

¹³⁸ LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹³⁹ SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas** [online], v.13, n.3, 2005, p.591-612. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>.

Nesse estudo, Rachel observa que mesmo jornais da esquerda, como O Pasquim, utilizavam-se da ridicularização como arma “contra as mulheres que lutavam por direitos ou que assumiam atitudes consideradas inadequadas ao modelo tradicional de feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros”. A historiadora Larissa Silva (2019, p. 24) corrobora com essa análise, ao afirmar que essas representações das mulheres veiculadas na imprensa como “masculinizadas, solteironas e mal-amadas, tanto quanto instrumentos de desqualificação, se constituíam em sintomas de um real medo, compartilhado e alimentado principalmente pelos homens, de relações sociais invertidas, subvertidas, desreguladas”.

Ainda se vivia um conflito geracional e de valores, já que em meio a muitas mudanças em todo o mundo em relação aos padrões de ser homem e ser mulher, a América Latina encontrava-se mergulhada em regimes antidemocráticos de extrema-direita, onde se professava ainda mais a subalternidade das mulheres e o seu enclausuramento no lar. Onde se tinha uma mentalidade ainda muito maniqueísta sobre o ser mulher, a partir de estereótipos como: “a mulher ou é a moça virgem, ou a mãe sacrificada, ou a tentadora atraente. Em outras palavras: a mulher infantilizada (virgem), a mulher idealizada (mãe), a mulher demonizada (prostituta)” (QUALLS-CORBETT, 1990, p. 314).

Assim como Nildes, diversas militantes religiosas da América Latina, como afirma Cruz (2017, p.31), não aceitavam o termo feminismo, não por serem contra os ideais do feminismo, mas por considerá-lo como um termo próprio de um movimento oriundo da burguesia, da Europa e dos Estados Unidos. Isto se dava em decorrência da “teologia feminista na América Latina ter surgido dando grande ênfase à mulher pobre e à sua atuação política”. Segundo Furlin (2011), deve-se falar, portanto, em teologias feministas, já que a teologia feminista católica é um movimento de grande extensão, inclusive com várias correntes e discordâncias entre si. Os movimentos citados se enquadravam enquanto movimentos de mulheres, com alguns se dizendo feministas e outros não, e muitos desses movimentos estavam embasadas nos debates das diversas correntes da Teologia Feminista que florescia nesse momento junto à TdL e à Segunda Onda do feminismo no país.

O Ninho flertava, mas não se apropriava de todas as vertentes do discurso feminista, tendo discordância nas questões relacionadas à liberdade sexual, principalmente com questões associadas ao universo da prostituição. (PISCITELLI, 2001; ROCHA, 2017). A Pastoral dava maior importância ao discurso feminista sobre desigualdade de gênero, misoginia, opressão das mulheres com viés mais economicista sobre as causas da prostituição do que para os debates sobre sexualidade. Durante os encontros nacionais das décadas de 1970 e 1980, a temática das diferenças entre homens e mulheres, a percepção da opressão dessas últimas e a própria condenação do machismo constituíram pontos centrais de discussão e ação. “Compreendia-se que a mulher era reduzida à mercadoria, mas a decorrência do ato de se prostituir tinha causa econômica, e a possibilidade do sexo feminino ser comprado era, pois, um agravante” (ROCHA, 2017, p. 88).

Contudo, como lança a reflexão a historiadora Larissa Silva (2019, p. 32), saber se Nildes ou se as demais agentes do Ninho se autodeclaravam feministas e transitavam “em diferentes espaços sociais afirmando tal identidade num período em que declarar-se feminista era ser marcada negativamente, se constitui num detalhe sem dúvida importante, mas não determinante para os fins deste esforço de reflexão”. O mais importante é atentar para o fato de que essas mulheres ocupavam “espaços num contexto em que as fronteiras do gênero — tensionadas — nutriam certo pavor justamente pelo trânsito e pelo movimento” delas se reunindo e lutando por emancipação, para elas e para todos os desfavorecidos e marginalizados. Já que, de acordo com Margareth Rago, “mesmo que não se definam como feministas, [...] as mulheres não deixam de ter um olhar e experiências de gênero bastante diferenciadas das masculinas, seja pela educação que receberam, seja pelos códigos da moralidade” que regem a vida em sociedade (RAGO apud FARIA, 2013, p.14).

No Brasil, a “família tradicional” foi alvo de muitas críticas pela juventude, que compreendia esse molde de família como um reduto de hipocrisia e opressão das mulheres. Tendo essa crítica adquirido o contorno de enfrentamento ao caráter conservador do regime militar. Sendo, portanto, a maioria das mulheres envolvidas com as demandas feministas, também militantes na luta contra a ditadura, “fato que lhes solicitou o esforço de administrar as tensões oriundas da participação simultânea nessas duas frentes

de luta” (PEDRO, SANTOS & RIAL, 2012, p. 237). Tanto o Ninho como o MFPA tinham agentes que se colocavam nessa denúncia da sociedade hipócrita e misógina e, portanto, na defesa radical das mulheres, as quais ajudaram a formar grupos feministas expressivos no Ceará, como a União de Mulheres Cearenses - UMC. Nildes salienta que nesse movimento “tinha quem se dizia feminista”, explicitamente, como a “Angélica. Tinha umas posições maravilhosas, a Angélica. A Maria Luiza sempre teve. A Rosa era mais política, mas é feminista, a Rosa”¹⁴⁰. E explica que,

o pessoal do PC do B e do PCB, eles já traziam das raízes partidárias a posição feminista da mulher. Isso aí elas tinham muito bem, uma posição feminista. Não era a nossa discussão, mas assim... E eu não, era mais como educadora, via as coisas mais assim, ficava mais nessa periferia do trabalho e a minha posição sempre foi uma posição mais de igreja, sabe. Tanto que eu dizia assim: “Eu quero dizer para vocês que muitas coisas eu não comungo, eu não aceito. Mas se é para a gente caminhar, se meu irmão fosse vivo, eu queria que ele estivesse solto, eu queria a liberdade dele, como quero a liberdade de todo mundo. Então, eu faço esse trabalho por esta causa.”¹⁴¹

Nesse trecho, Nildes observa que os partidos políticos de esquerda já começavam a aprofundar suas discussões sobre gênero, sobre a opressão das mulheres, o que leva a pensar que já se tinha, em meados da década de 1970, ultrapassado, ou se estava caminhando para isso, a dita “divisão” que denunciavam o feminismo de gerar dentro da luta pela emancipação. O movimento de mulheres, portanto, já estava conseguindo se colocar em vários setores da sociedade, inclusive nos partidos e nas organizações de esquerda que anteriormente o perseguiram, como Costa (2010, p. 175) explica em sua pesquisa ao analisar esse contexto global dos movimentos de esquerda:

Os anos 1960 foram marcados internacionalmente por uma intensa onda contestadora. Foram os movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietnã, as lutas antirracistas e a rebelião ao “american way of life” nos Estados Unidos. O movimento estudantil que varria vários países da Europa questionando as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a desilusão pós socialismo e a crítica ao stalinismo, o movimento hippie etc. É dentro desse contexto que ressurgem o movimento feminista internacional. Ressurgem no sentido de renascer após algumas décadas de desmobilização depois da

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Idem.

conquista do direito de voto e de um conjunto de direitos civis na maioria dos países chamados ocidentais. Ressurge a partir da consciência de que a mudança pura e simples das leis não é suficiente para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais.

Nildes expõe também que se tinha tanto consensos como dissensos dentro desse movimento de mulheres que começava a se firmar, e que as companheiras de uma corrente mais religiosa tinham diversas ressalvas quanto ao rumo do discurso e das ações feministas, apesar do grande apoio e mesmo militância nessa causa dentro e fora dos muros da Igreja. Nildes comenta que dentro do MFPA “não tinha feminista, nesse movimento de tirar a roupa, num sei mais o que era né, tinha umas coisas exageradas. Mas se pensava nos direitos humanos, e, nos direitos humanos, na questão da mulher”.

Ela pontua que se refletia sobre a “questão da mulher na saúde, a questão da mulher na maternidade, na gravidez, no aborto, na agressão, na violência”. E que a partir daí, começaram a se questionar como MFPA – Núcleo Ceará: “O que é que a gente ia fazer depois da Anistia? ”. E a resposta foi: “Dar continuidade aqui! ”. Nildes explica que, após muitas discussões e debates, “pensou-se de formar um conselho da mulher, porque não tinha nada, não tinha uma organização institucional. Tinha um movimento assim como eu lhe disse, como o Ninho, né”. A partir desses debates e com a articulação com outros movimentos, formou-se a União de Mulheres Cearenses (UMC), que é considerada a primeira organização feminista do Estado, fundada no dia 8 de março de 1979, após o encerramento do MFPA com a vinda da Anistia. A UMC é considerada a primeira entidade feminista do Estado, reunindo mais de 1.600 mulheres associadas já em meados da década de 1980 (SILVA, 2020, p. 13).

Segundo Sarah Silva (2020, p. 28), a União de Mulheres Cearense iniciou como consequência do que estava sendo discutido pelas feministas no Brasil, a partir do surgimento do feminismo de “Segunda Onda”, que teve como marco o ano de 1975, Ano da Mulher da ONU, por conta dos eventos que fizeram com que as ideias feministas realmente circulassem por todas as regiões do país. No artigo 3º de seu Estatuto, a UMC tem como objetivo a ampla participação de mulheres nos diversos setores da sociedade, como forma de garantir o debate e

a atuação feminista nas diferentes instituições através de uma ampla representatividade.

Contribuir com a participação efetiva da mulher em instituições de representação social tais como: conselhos de moradores, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito à organização e administração da vida pública e sociedade civil (Estatuto da UMC, 1982).

Assim como o Ninho e o MFPA, por conta de sua atuação e grande articulação, a UMC também foi vigiada e perseguida pelos órgãos do regime militar. Tendo sido o seu primeiro grande evento, o I Congresso da Mulher Cearense, realizado em março de 1982, monitorado pelos militares, que chegaram a produzir um relatório sobre toda a programação do evento, demonstrando um elevado nível de infiltração e, principalmente, de interesse dos agentes nas organizações feministas (SILVA, 2020, p. 59).

Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSÉ MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES", com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4 (quatro) temas: "Mulher, Família e Sexo"; "Mulher e Comunidade"; "Mulher e Sociedade"; "Mulher e Trabalho", distribuídos a igual número de grupos, constando cada um de 30 (trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas.¹⁴²

Nildes conta que esse movimento consolidou o debate feminista que já se vinha traçando dentro de organizações e partidos de esquerda e cooperou para a institucionalização de algumas pautas feministas, como a luta pelo fim da violência contra a mulher, com a criação da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) no Estado, em 05 de dezembro de 1986, pelo Decreto 18.267. No trecho a seguir da entrevista, Nildes conta um pouco sobre como se deu essa

¹⁴² ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

organização, com alguns embates e rompimentos, mas também com uma importante aliança entre muitos setores da esquerda.

A União das Mulheres foi evoluindo como organização, como uma instituição de peso, de peso mesmo para valer. Aí fomos elaborando os documentos para formar a filosofia do trabalho do que seria uma organização feminina. O termo feminino ou feminista eu não lembro de se discutir muito. Mas a definição da independência, da autonomia, do grupo não ter um atrelamento a um dono, assim é de governo ou não é... O grupo existia, a União das Mulheres continuava firme e a gente lá também firme, depois é que foi debandando. Daquele grupo das mulheres lá da União das Mulheres se definiu o Conselho das Mulheres institucionalizado pelo governo estadual do Ceará. Aí foi quando houve o rompimento. O grupo da União das Mulheres não aceitou, mas a gente, o outro lado aceitou. Aí nós começamos, aí entrou a Nazaré, entrou a Fátima Dourado no Conselho da Mulher. Maria Dias que era deputada, que foi quem conseguiu formar os estatutos. Aí foi o primeiro conselho institucionalizado da mulher cearense. Foi instituído por esse grupo. A presidente que ficou lá foi a Fátima Dourado, Darciane foi a primeira presidente e depois Fátima Dourado. Veja bem como a história da organização feminina se dá num histórico desde o Ninho, do Movimento Feminino pela Anistia e vai se desmembrando. A partir daí, aí vem a Delegacia da Mulher que não tinha. Isso não só aqui no Ceará. Essa organização, esse movimento vinha no Brasil todinho.

A partir da fala de Nildes, pode-se compreender, de forma mais abrangente, as tonalidades, as diferenças dos feminismos que se apresentavam no estado com rachas e recomposições de frentes de luta. Observa-se também a importância do Ninho Cearense e do MFPA para a continuidade e ampliação da luta feminista no Ceará. Esse crescimento dos movimentos feministas e o aumento de seu alcance para formulação de políticas públicas para as mulheres, como é o caso da União de Mulheres Cearenses, no esforço da implantação de delegacias especializadas para o atendimento das mulheres vítimas de violência, é algo notável em todo o país. Já que ocorreu, durante as décadas de 1970 e 1980, o que Rosenberg (2013, p. 343) conceituou como a “institucionalização do feminismo em suas vertentes militante e acadêmica”. Teve-se a profissionalização de antigos e novos grupos feministas, que passaram a adotar um modelo de organização mais formal, como ONG’s feministas, e “ampliaram seu leque temático para além das pautas consensuais que haviam garantido suas alianças com outros grupos de oposição à ditadura militar”, com pautas como: direitos sexuais e reprodutivos, luta antirracista e visibilidade lésbica.

Muitos grupos, assim como o Ninho Cearense, ampliaram suas atividades, incluindo, ao lado da “conscientização” e da organização das mulheres, a prestação de serviços essenciais. Essa articulação entre os feminismos plurais que vinham se formando, ampliou não somente os grupos, mas sua capacidade de intervenção social concreta e diversa contra o jugo do patriarcado e da ditadura. Como reflete a historiadora Caroline Cubas (2014, p.35), ao falar sobre a experiência de resistência ao regime militar pelas freiras católicas: “Resistir é verbo. É ação. Como tal, pode ser conjugado das mais diferentes maneiras”. Portanto, essas mulheres leigas, militantes partidárias, agentes de pastoral social e feministas diversas, resistiram ao seu modo, construindo uma outra forma de ver e pensar a mulher a partir da luta pela emancipação e pela democracia.

4.2 “Eu ia para as comunidades, fazer a alfabetização nas comunidades com o método Paulo Freire”¹⁴³: a alfabetização das prostitutas no Ninho Cearense

As comunidades eclesiais de base tinham sua prática fincada nas reflexões da Teologia da Libertação, a qual proclamava um evangelho que tivesse como alvo prioritário a libertação do povo da exploração e da miséria. Esse viés teológico se operacionalizava no cotidiano das comunidades através do método VER-JULGAR-AGIR desenvolvido por Paulo Freire.

O professor Ernani Fiori (1970, p. 15) classifica o método pedagógico de Paulo Freire como um “método de conscientização” onde se “procura dar ao homem a oportunidade de redescobrir-se através da retomada reflexiva do próprio processo em que ele vai se descobrindo, manifestando e configurando”. Salientando ainda que, esse sempre é um processo coletivo, que “ninguém se conscientiza separadamente dos demais”. A consciência se constitui como consciência do mundo”. Ele explica que a importância dessa conscientização coletiva está no processo de rompimento do regime de dominação de consciências, de alienação da massa de trabalhadores, onde a classe dominante

¹⁴³ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

mantém o monopólio da palavra, o monopólio do conhecimento erudito, utilizando-o para invisibilizar e dominar. Portanto, a alfabetização não só é o principal instrumento para o entendimento e a denúncia da opressão pela qual se é submetido, como também um meio concreto para se construir uma melhor organização para a luta por direitos, por cidadania.

Freire faz nesse ponto não só uma proposição de um método educativo, mas também a denúncia de um outro, que ele chama de “método bancário”, o qual teria como base uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação. Uma educação que corroborava com o regime autoritário, já que pregava o silêncio, a obediência, uma educação para o dito “homem-objeto”. É a partir dessa denúncia que Freire inicia a reflexão de duas de suas obras mais conhecidas: *Educação como prática da liberdade* e *Pedagogia do oprimido*. Nesses escritos, Paulo Freire defende uma educação para a liberdade, uma educação para o homem-sujeito, a qual ele nomeia como “Pedagogia do Oprimido”, a “pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação”. Onde, para o povo oprimido sair da posição de ser alienado, de objeto, e tomar a posição de sujeito, de agente de sua transformação, teria que começar criticamente a saber-se oprimidos (FREIRE, 1970, p. 45). E Fiori (1970, p. 7) completa afirmando que essa prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica.

Desta maneira, esse modelo educacional traz para o centro do processo de ensino-aprendizagem o diálogo entre educador e educando sobre como agir a partir da realidade que lhes cerca. Nesse processo dialógico, “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. Parte-se da análise de que ambos são sujeitos ativos na construção dos saberes e na apreensão da cultura letrada. A partir dessa práxis, Paulo Freire defende que a educação é uma troca coletiva de saberes, vivências e instrumentais, onde se compreende que “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1970, p. 79).

Como esse método entende que a alfabetização deve partir das relações das pessoas com o mundo que lhes cerca, a prática alfabetizadora se centra no aqui e agora desses sujeitos. As ditas “palavras geradoras”, que serão utilizadas para a apreensão da leitura e da escrita, vêm à tona ao longo dos debates em grupo e relatam os vários aspectos da vida de cada um, já que dizem da situação em que se encontram imersos. Portanto, a partir da compreensão de onde estão inseridos e de qual o seu papel nessa engrenagem é que se tem as ferramentas para mover-se, para pensar e articular saídas. Onde se constrói um debate a partir das dificuldades cotidianas, individuais ou coletivas, não no sentido de visualizar uma situação fatalista e intransponível, mas como uma situação desafiadora, que ao mesmo tempo que os limita também os mobiliza para ação coletiva, para a organização e mobilização comunitária, para a alteração da realidade conflitante, miserável e injusta.

As comunidades eclesiais de base e as pastorais sociais utilizaram esse modelo de alfabetização e reflexão coletiva para parametrizar suas ações nas comunidades, a partir do entendimento coletivo da importância urgente de alfabetização dos sujeitos mais marginalizados como um dos principais instrumentos de conscientização para a transformação dessas comunidades. Nildes de Alencar, educadora, agente do Ninho Cearense e presidente do MFPA na época, faz uma síntese de como se dava essa organização da Igreja progressista, no caso da Ação Católica, para a alfabetização de jovens e adultos a partir de métodos propagados por Paulo Freire e pela teoria de Piaget:

O nascedouro foi a Ação Católica, a consciência né. A Ação Católica como experiência, e como teoria seria o Piaget. Ele defende que você ensina o aluno a estudar. Você não dá aula, a gente estuda com. O que a aula é, fundamentalmente falando, é um estudo coletivo. Para ser um estudo coletivo, ela tem uma pedagogia que tem um jeito de fazer esse estudo junto. É aí que entra Paulo Freire, é o estudar com. É você sair daqueles princípios da escola tradicional, que o aluno é um pote vazio e você joga dentro o saber. Não é assim. Ele traz a sua sabedoria, ele tem as suas experiências. Ele pode não ter os instrumentos da linguagem, nem oral nem escrita né, ele não tem esses instrumentais. Mas são esses instrumentais que a gente vai ensinar.¹⁴⁴

¹⁴⁴ LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Nildes relata que a Ação Católica e o MEB foram muito perseguidos durante a ditadura por conta de seu trabalho de organização comunitária e alfabetização serem entendidos muitas vezes como divulgação de ideais comunistas. Freire também denuncia, em 1965, durante seu exílio no Chile, em sua obra *Educação como Prática da Liberdade*, essa perseguição acirrada sofrida pelos grupos e indivíduos que estavam pensando e concretizando um modelo educacional libertário no país.

Nunca pensou, contudo, o Autor, ingenuamente, que a defesa e a prática de uma educação assim, que respeitasse no homem a sua ontológica vocação de ser sujeito, pudesse ser aceita por aquelas forças, cujo interesse básico estava na alienação do homem e da sociedade brasileira. Na manutenção desta alienação. Daí que coerentemente se arregimentassem — usando todas as armas contra qualquer tentativa de aclaramento das consciências, vista sempre como séria ameaça a seus privilégios. É bem verdade que, ao fazerem isto, ontem, hoje e amanhã, ali ou em qualquer parte, estas forças distorcem sempre a realidade e insistem em aparecer como defensoras do Homem, de sua dignidade, de sua liberdade, apontando os esforços de verdadeira libertação como “perigosa subversão”, como “massificação”, como “lavagem cerebral” — tudo isso produto de demônios, inimigos do homem e da civilização ocidental cristã (FREIRE, 1967, p. 36).

Freire salienta que o golpe militar foi também um golpe contra a alfabetização do povo, já que denuncia que se tinha uma grande massa de analfabetos e que o governo militar desfez importantes articulações e projetos educacionais de sucesso, elaborados no governo de João Goulart. Ele denuncia, com pesar, que “deveríamos ter, em 1964, funcionando mais de vinte mil Círculos de Cultura em todo o País” (FREIRE, 1967, p. 120), o que não pôde ser concretizado, por conta do desmonte realizado pelo regime ditatorial.

Nildes, ao longo da entrevista, salienta que, mesmo com essa grande repressão, as ações do MEB permaneceram ativas e bem articuladas, por um certo período, que “estava em todos, ou eu acho que em quase todos os municípios do Ceará tinha as escolas radiofônicas. Era à noite, você assistia, você adorava. Eles iam para aula, eles se letravam”. Porém, conclui como Freire que, “vem a ditadura de 1964, aí ele se desmonta todinho”¹⁴⁵:

No período da ditadura, ela foi terrivelmente perseguida, né. E desarticulada também, né. Mas o MEB era um centro cultural,

¹⁴⁵ Idem.

radiofônico de alfabetização, alfabetização de adultos, de cursos. Que teve um trabalho de base profundo em todo o Nordeste. Eu não sei no Sul, eu não posso dizer, porque não sei, mas no Nordeste, sobretudo né em Recife para cá né, teve uma cadeia imensa. E era tudo com Paulo Freire, porque era ele lá que coordenava o trabalho radiofônico, porque eles tinham todo esse trabalho. O que acontecia eram escolas que alfabetizavam, era uma escola de alfabetização. Alfabetizar um adulto é fazê-lo ler, fazer leitura da sua vida, da sua realidade, não era só ler, não era só isso. Por trás dos conceitos tradicionais de ensiná-los a ler com profundidade, com compreensão, interpretando, comparando com a realidade da experiência que o adulto vive. Eram adultos, era analfabetismo demais. Era tudo analfabeto, né. Era 45% de analfabetos no Brasil. E quando foi que eles votaram? Eu não estou bem lembrada não, mas os analfabetos não votavam até 1960, se eu não me engano. Eles não votavam, não tinham direitos, né, de escolher. Era uma marginalização, não era só de pobreza, de miséria não. Era uma marginalização política, que já era uma coisa muito prejudicial. E o MEB, ele vem contribuir por toda essa questão da conscientização. A palavra-chave era essa. Conscientizar: conhecer a realidade. A palavra-chave tanto para o MEB, como para os cristãos da Igreja Católica.¹⁴⁶

Nildes afirma que o principal nesse aprendizado era a conscientização, que a “palavra-chave era essa. Conscientizar: conhecer a realidade”.¹⁴⁷ Ela demonstra em sua fala que o movimento não tinha apenas uma preocupação com o analfabetismo em si, mas com as consequências dele para a vida em sociedade, por conta da marginalização que não saber ler e escrever gera em vários aspectos da vida, como na questão da empregabilidade. Ela salienta que, essa “marginalização, não era só de pobreza, de miséria não. Era uma marginalização política, que já era uma coisa muito prejudicial”.¹⁴⁸ Talvez justamente por conta desse discurso é que o regime ditatorial perseguia esse movimento, pois via que ele queria mobilizar essa porcentagem expressiva da sociedade, para compreender com profundidade não só o que se passava ao seu redor, mas como os agentes do poder agiam para reprimi-los e aliená-los.

A grande questão é que esses movimentos estavam no meio da periferia, dos trabalhadores, da mão de obra barata. O Ninho estava em Fortaleza no Farol do Mucuripe, no Arraial Moura Brasil e no Pirambu, conscientizando e organizando essas comunidades para ações contra a exploração e a falta de assistência, exigindo uma vida digna para todos. Esse discurso e ações eram

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

muito perigosas na visão do empresariado brasileiro que tanto contribuiu para o golpe e para a permanência do regime ditatorial por mais de duas décadas no país (SCHWARCZ & STARLING, 2018). Já que se a massa de trabalhadores estivesse estudando e se organizando, iria cada vez mais requisitar direitos via mobilizações e sindicatos. Vendo a força e a importância que tinham, estando organizados, esses trabalhadores e trabalhadoras não aceitariam mais os salários de fome que lhes eram impostos.

É importante, portanto, destacar o peso da participação de um setor expressivo do empresariado brasileiro no momento do golpe e durante toda a ditadura, para se compreender como esse regime autoritário se sustentou por tanto tempo no país. A participação civil em sua forma mais ativa e contundente para a permanência desse regime foi justamente a do empresariado que estava desde as suas bases de formação e que lucrava muito com esse projeto de sociedade. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling observam que, desde as eleições de 1962, já se tinha um alerta sobre a articulação de um golpe no país, por conta do envolvimento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) articulado com a Agência Central de Informações (Central Intelligence Agency, CIA) norte-americana no financiamento das campanhas. “O Ibad despejou uma avalanche de dinheiro para o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e seiscentos a deputados estaduais, além de oito candidatos a governadores — uma ilegalidade sem tamanho, de acordo com a lei eleitoral em vigor”. Esses recursos provinham de empresas multinacionais ou associadas ao capital estrangeiro, e de fontes governamentais dos Estados Unidos. Todo esse recurso tinha como interesse a construção de uma frente parlamentar oposicionista no Congresso para emperrar o governo e abrir caminho para o golpe. Contudo, essa aliança entre empresários e militares não se restringiu ao momento do golpe ou ao projeto conservador de sociedade e de economia articulado na ditadura, mas adentrou também o campo da repressão com a formação da Operação Bandeirante (OBAN), em 1969. A OBAN era um organismo misto, formado por oficiais das três Forças e por policiais civis e militares. Realizava a coleta de informações, os interrogatórios e as operações de combate. A OBAN foi financiada por empresários paulistas e executivos de empresas multinacionais,

como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Supergel, Copersucar, através de um sistema fixo de contribuições (SCHWARCZ & STARLING, 2018, p. 460).

As ações do Ninho e do MEB se articulavam na contramão desse movimento golpista militar-empresarial que lutava contra a conscientização e a organização das massas. Suas ações estavam vinculadas e baseadas nos discursos que viam desde o Concílio Vaticano II e da Segunda e Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana em Medellín e em Puebla, respectivamente, sobre a questão do pecado social e da necessidade de uma fé ativa diante das injustiças para a construção de um reino de justiça e paz, como era apregoado. Em trechos do documento final de Puebla, observa-se uma denúncia clara ao sistema capitalista, à pobreza e à exploração das massas: “esta situação de pobreza adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor, que nos questiona e interpela”.¹⁴⁹ Onde elenca-se também os rostos da injustiça social:

- Feições de crianças, golpeadas pela pobreza ainda antes de nascer, impedidas que estão de realizar-se, por causa de deficiências mentais e corporais irreparáveis...; crianças abandonadas e muitas vezes exploradas de nossas cidades, resultado da pobreza e da desorganização moral da família;

- Feições de jovens, desorientados por não encontrarem seu lugar na sociedade e frustrados, sobretudo nas zonas rurais e urbanas marginalizadas, por falta de oportunidades de capacitação e de ocupação.

- Feições de marginalizados e amontoados das cidades, sofrendo o duplo impacto da carência dos bens materiais e da ostentação da riqueza de outros setores sociais.¹⁵⁰

O próprio papa João Paulo II, mesmo possuindo uma postura controversa quanto à abertura da Igreja, apoiou o Concílio Vaticano II, fazendo um discurso de denúncia da existência de “um conflito estrutural grave” na sociedade, fruto

¹⁴⁹ PUEBLA (Texto oficial da CNBB): **A Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Petrópolis, Vozes, 1982.

¹⁵⁰ Idem.

da “crescente riqueza de alguns poucos” que “corre paralela com a crescente miséria das massas”.¹⁵¹

Diante desse entendimento da Igreja Progressista sobre a urgência da alfabetização no meio popular, o Ninho Cearense formou um núcleo de agentes alfabetizadoras para os cursos ofertados nas zonas de prostituição. Uma dessas educadoras foi Raimunda Zélia Roberto de Carvalho, nascida no dia 20 de outubro de 1947, em Fortaleza, professora aposentada e ex-militante do MFPA e do Ninho Cearense. Tendo operado nessas duas organizações junto às companheiras Rita de Araújo Marques e Nildes de Alencar Lima. Foi também militante do PCdoB e hoje compõe no estado o movimento Crítica Radical.

Sua atuação no Ninho Cearense se desenvolveu na região do Farol do Mucuripe. Atuou na alfabetização de dezenas de prostitutas nesse território, assim como alfabetizou muitos adultos em Crateús e em cidades vizinhas no interior do Estado, a partir da sua atuação nas comunidades eclesiais de base da região. Raimunda explica que pelas escolas, CEB's e Ninho, em todo lugar onde alfabetizou pessoas, utilizou os princípios educativos de Paulo Freire. Em sua entrevista cita várias vezes um livro de Freire que marcou muito sua trajetória como educadora, como pode-se vê no trecho a seguir.

R.C. - Eu trabalhava nas comunidades, como eu te falei. Eu ia para as comunidades, fazer a alfabetização nas comunidades com o método Paulo Freire.

T.A. – Quais eram os livros do Paulo Freire que vocês usavam nesse período?

R.C. – Educação como Prática da Liberdade.

T.A. - E aí foi o método Paulo Freire que você usou no Ninho?

R.C. – No Ninho, em todo canto que eu fui. Até nas escolas onde eu trabalhei. Quando depois, eu fiz o concurso, eu trabalhava na Nildes, né, eu ensinava na quarta série. Aí depois fiz o concurso no Estado, fui trabalhar bem longe, mas depois voltei. E em todo canto que eu trabalhei, eu adotei a metodologia de Paulo Freire. Claro que eu tinha que usar, a metodologia que eu tô dizendo, eu tinha que usar os conceitos, as coisas que eu tinha que passar para os alunos.

¹⁵¹ João Paulo II, Discurso Inaugural, III, 4, n. 1209. In: GUTIERREZ, Gustavo. **Pobres e Liberação em Puebla**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980, p. 25.

T.A. – E lá no Ninho, vocês tinham algum lugar para essa alfabetização?

R.C. – Não, a gente ia na casa das mulheres. A gente ia na casa delas, onde elas estavam, a gente ensinava lá.¹⁵²

Em seu relato, Raimunda Zélia deixa evidente que nesses ambientes não se tinha um local de ensino propriamente dito, não se tinha uma escola ou algo do tipo. Mesmo assim, havia uma prática valiosa de ensino-aprendizagem. Um ensino nas casas das prostitutas, nos quartos de aluguel, permeado por cafés e cuidados com as crianças. Raimunda conta sobre trocas de saberes não no “templo do saber”, mas “na casa das mulheres”. Trazendo uma clara mensagem de que para uma verdadeira transformação social, os movimentos de esquerda têm que estar onde o povo está. Um discurso bem semelhante ao de sua companheira de pastoral e de militância, Rita de Araújo, que foi viver na zona do Farol. Em suas práticas materializou o ideal difundido pelos diversos campos da esquerda no período: a vivência radical com os marginalizados.

Outra alfabetizadora do Ninho Cearense, que comenta acerca desse envolvimento com o método educacional de Paulo Freire, é Maria Luísa que, assim como Zélia, faz um relato de como os ensinamentos do educador lhe guiaram em toda sua trajetória educacional.

Eu tinha o conhecimento da teoria do Paulo Freire, que foi a mesma teoria que foi usada no MOBREAL na década de 60. Aí eu usei essa teoria de Paulo Freire, usei os conhecimentos que eu tinha também mais recente. E eu consegui também com grande alegria até hoje, que eu acho que foi a coisa mais relevante que eu fiz na minha vida. Ao final, tinham mulheres lá que estavam sabendo ler bem direitinho. Tinha uma senhora lá, que ela tinha muita alegria, ela ficou muito orgulhosa quando ela conseguia ler as cartas que ela recebia da família dela que morava noutro município. E ela sempre mandava alguém ler as cartas. Eu mesma li muitas vezes cartas dela. Depois, ela já tava lendo as cartas, ela mesma lendo e escrevendo. E ela tinha um botequim, e ela fazia as contas do que ela vendia, do que ela tinha ganho, apurado, aprendeu bem direitinho. Aprendeu o principal, o básico, né, porque a proposta da gente não era avançar muito. A gente

¹⁵² CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

queria que elas aprendessem a ler, a escrever, e a fazer as contas, né, somar, dividir, multiplicar, era só isso mesmo.¹⁵³

Com o relato acima de Maria Luísa, pode-se compreender que o foco do ensino no Ninho era o aprendizado para a vida cotidiana. O instrumental para que essas mulheres tivessem mais autonomia para acessarem direitos e para desenvolverem seus próprios projetos, tanto no campo profissional como no íntimo. Como ressalta Maria Luísa, ao falar da experiência da educanda que aprendeu a gerir financeiramente o seu negócio, já que “ela tinha um botequim, e ela fazia as contas do que ela vendia, do que ela tinha ganho, apurado, aprendeu bem direitinho”.¹⁵⁴ Como também, teve a oportunidade de se comunicar de uma melhor forma com a sua família, já que passou a “ler as cartas que ela recebia da família dela que morava noutro município. E ela sempre mandava alguém ler as cartas. Eu mesma li muitas vezes cartas dela. Depois, ela já tava lendo as cartas, ela mesma lendo e escrevendo”.¹⁵⁵

Esses relatos e vivências de Maria Luísa com a alfabetização nas zonas, estão presentes também nas orientações gerais da obra de Paulo Freire. Como é o caso desse relato de um analfabeto paulista, para quem conhecer é interferir na realidade conhecida, é agir na mudança de sua própria vida e na dos demais, como na teoria dialógica da ação defendida por Freire, onde os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em colaboração: “Quero aprender a ler e a escrever para mudar o mundo” (FREIRE, 1967, p. 112). Freire reflete que quando esses sujeitos começam a apreender esses instrumentais e compreender sua posição no mundo, não sentem mais vergonha de quem são ou do que fazem, mas enxergam a importância de suas ações, dos seus trabalhos, como a fala de um sapateiro que lhe disse em certa ocasião no processo de alfabetização: “Faço sapatos, e descobro agora que tenho o mesmo valor do doutor que faz livros”. Assim como, lhe afirmou um camponês que, com as reflexões realizadas sobre cultura, descobrira-se uma “pessoa culta”: “Sei agora que sou culto”. E ao ser indagado, por que se sabia, agora, culto,

¹⁵³ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

respondeu com a mesma ênfase: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo” (FREIRE, 1967, p. 109). Freire e as agentes do Ninho tinham como base de sua prática educacional no meio popular o entendimento de que a educação deveria ser mais um instrumental, para que os sujeitos marginalizados se reconhecessem como sujeitos de direitos, deixando de ser objeto, massa de manobra dos donos do poder, para a condição de agentes de sua própria libertação, para assumir sua “vocação ontológica e histórica de Ser Mais” (FREIRE, 1970, p. 59).

O processo de formação das agentes do Ninho, para proporcionarem a realização dos cursos e dos momentos de reflexão, das visitas nos quartos das prostitutas e da articulação comunitária, era uma formação para o desempenho da autonomia, tanto das agentes como das prostitutas. Baseava-se nos ensinamentos de Paulo Freire, já que partia da experiência de cada uma com o trabalho pastoral e a única exigência prévia é que fossem pessoas abertas às questões complexas do cotidiano das pessoas marginalizadas e que tivessem uma perspectiva de trabalho coletivo e uma certa habilidade com grupos.

O presente curso básico, que é fruto de uma bastante longa experiência, apresenta a proposta de um esquema simples de um tal encontro-curso-treinamento. O esquema apresentado tem seus limites evidentes, mas tem também uma grande vantagem: o coordenador ou coordenadora do curso pode ser qualquer pessoa que tenha costume de trabalhar com grupos. Deve entender algo da pastoral da mulher marginalizada, mas não precisa ser um especialista no assunto. O cursinho não se compõe de palestras, mas estudos. O coordenador ou a coordenadora não apresenta o seu próprio saber, mas junta o saber de todos os participantes.

Para facilitar e simplificar tudo para o coordenador ou a coordenadora, nos referimos sempre a um único subsídio, e excelente livro: *O Grito de Milhões de Escravas* (Editora Vozes, 1983). (ROHNER, 1987, p. 7, 8).

Como pode-se observar no trecho a seguir, no treinamento de novos agentes utilizava-se como base o livro *O Grito de Milhões de Escravas*¹⁵⁶, anteriormente mencionado. Este livro tem como mote central, além de reflexões dos fundadores e demais agentes do Ninho sobre a prostituição no Brasil e o

¹⁵⁶ D'ANS, Hugues (org.). **O grito de milhões de escravas:** a cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.

trabalho pastoral, um compilado de cartas de prostitutas com suas histórias, anseios e dores, as quais corroboram para a imagem que a pastoral tenta retratar das prostitutas: moças pobres atravessadas pela violência, pela miséria e pela exclusão social. Como esta carta, em que uma prostituta conta sobre diversos aspectos difíceis na sua trajetória, focando nas violências enfrentadas nas zonas de prostituição e denunciando os preconceitos e a marginalização social.

9.

<< AQUI NÃO DÁ PRA SE VIVER >>

[...]

Aqui não dá pra se viver. Perdi um amigo matado a tiros, vi uma mulher se matar a tiros, vi mulher se jogar debaixo de um carro... A zona leva a um desespero muito grande, a uma amargura muito profunda. Se não tem o apoio de ninguém, a mulher é levada ao desespero, à loucura, a fazer muita coisa errada (matar, roubar, fugir) que não dá sossego para o resto da vida.

Aqui não tem com quem desabafar, com quem falar. Não temos apoio de ninguém, somos perseguidas pela polícia, pelos homens, por todos, principalmente pela sociedade que nos agride e nos machuca. A mesma sociedade que joga a gente nessa vida, vira as costas e condena (D'ANS, 1983, p. 40, 41).

Esse compilado de cartas presente na publicação-guia do Ninho demonstra a centralidade dada pelo movimento às falas e vivências das prostitutas para um entendimento fidedigno sobre o meio prostitucional e para uma inserção e ação concreta na zona. Contudo, esta não é a única finalidade desses relatos, já que, como analisa a historiadora Valderiza Menezes, um dos grandes objetivos de compilações como estas de religiosos é a identificação das prostitutas como “madalenas arrependidas”, com o intuito de apontar a prostituição como um problema a ser enfrentado por toda a sociedade para sua real abolição. Tinha-se, portanto, um discurso um tanto dúbio, que ao mesmo tempo que entendia a prostituta como sujeita e agente de sua própria transformação, também queria apresentá-la como sofredora passiva necessitando de ajuda para sair do universo prostitucional.

O treinamento das agentes do Ninho apresentava uma série de ações possíveis nas zonas de prostituição para um bom desempenho do movimento junto às prostitutas, tais como:

Visitas, conversas amigas, lazer comunitário e criativo; cursos profissionalizantes, creches para os filhos; reuniões e encontros com reflexões sobre a vida e a Bíblia; celebrações; articulação com outros movimentos libertadores; luta pelo reconhecimento de sua dignidade e de seus direitos (ROHNER, 1987, p. 67, 68).

Estas ações podem ser analisadas tanto nas entrevistas das ex-agentes, como nos prontuários de visita e nas fichas de matrícula, já que contam um pouco do cotidiano das prostitutas e sobre as atividades do Ninho nas zonas, além do impacto deste na vida dessas mulheres. A partir da análise desses documentos, pode-se compreender melhor como se dava a atuação do Ninho Cearense no nível educacional, pois para além de detalhes sobre a vida das prostitutas e demais moradoras do Farol, tem-se observações sobre o desempenho e a assiduidade nos cursos, principalmente na alfabetização, dada a relevância de se saber ler, escrever e fazer cálculos para as tarefas da vida cotidiana. Tem-se também um ponto que é sempre tocado nos prontuários, que é a questão não diretamente da profissão de prostituta, mas do alcoolismo, o qual é visto pelas agentes como algo intimamente ligado a esse setor e a miséria e falta de perspectiva. Tem-se um controle moral velado, mas permanente, nos discursos e ações das agentes, que acabam muitas vezes dando mais centralidade a questões como uso de drogas e insalubridade do ambiente, do que a falta de acesso à direitos básicos e a extrema violência vivenciada na zona.

Estes aspectos deixam latente que, apesar de uma ação embasada numa concepção mais libertária do Cristianismo, ainda era uma ação de conformação a um certo padrão idealizado pela Igreja para as mulheres. Como se percebe nos dois relatos a seguir, onde tem-se no primeiro um elogio ao bom desempenho de Rita de Cássia: “Leitura – Não estava bem lembrada, recordou um pouco, já sabe ler com menos dificuldade”. Porém com a seguinte ressalva - “Gosta de matemática, é assídua e pontual, no dia em que não está bebendo” - onde encontra-se uma análise de que o alcoolismo é um empecilho para a sua continuidade e bom desempenho, no mesmo grau que o desfavelamento, a mudança forçada de território - “Não continuou, houve em 1972 o desfavelamento, passou uns meses fora, depois voltou para o M. do Moinho” - que interrompe todo o ciclo de aprendizagem e engajamento comunitário das

prostitutas, além de afetar os demais aspectos de suas vidas. Análise esta que vai sendo pontuada ao longo de todo o relato:

Rita de Cássia Fernandes

D. nas. 11 de abril de 1947

Filiação: Francisco João de Lima e Maria Conceição Nunes Menezes

Natural – São José dos Alcântaras

Começou Tapeçaria fez amostra.

Leitura – Não estava bem lembrada, recordou um pouco, já sabe ler com menos dificuldade. Gosta de matemática, é assídua e pontual no dia em que não está bebendo.

Conheci desde 1966 (fev.)

Matriculou-se a 1º vez na escola em 1970, para o curso de pintura de 15 às 17hs.

Não continuou, houve em 1972 o desfavelamento, passou uns meses fora, depois voltou para o M. do Moinho, continuamos com as visitas, dias estava boa. 2 a 3 semanas ficava bebendo.

[...]

Tapeçaria

Só fez começar, vai uma semana, outra bebe, em 1978 faltou muito, só mantivemos contatos. Em 79 continuamos visitando, em Maio matriculou-se para o curso de Corte Profissional que teve início no dia 7 de junho, participou ativamente, bom entrosamento entre as colegas, diminui aos poucos a bebida, terminou o curso Profissional, e logo depois fizeram outro de Corte e Costura Infantil, aproveitou bastante, mesmo tendo passado 15 dias bebendo, melhorou, pois nas visitas refletíamos muito, descobrindo c/ ela o valor do trabalho, sentimos que ajudou.

Tem muito cuidado com o material e c/ a Igreja, fica responsável de abrir a Igreja, tem cuidado com a chave, conversa com as outras, dizendo como ela era e como é hoje. Só que até agora não se decidiu a sair, só conhece até a P. J. de Alencar, se prende muito ao mundo dela, não tem muita higiene, não se arruma como deve, sofre muito do homem com quem vive, o quarto que mora não dá condição e é muito sujo.

1980 – Com ela, e com algumas tem um trauma muito grande, que ainda não reviveu e vai revelando através dos acontecimentos.

Paga pelo quarto 30,00 reais por dia, faz comida em casa.

Fez operação de Mioma em setembro, Fátima lhe deu toda assistência tanto no hospital como na convalescência da operação. Passou 4 meses sem beber, no final de Dez. bebeu, não como bebia, pois passava de 15 dias afora.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

Este relato abre um leque de discussões sobre as oportunidades, ou falta delas, na vida das mulheres pobres desse período na capital, sobre o que contribui para a sua marginalização social. Existe uma série de fatores que impedem as mulheres pobres de ascenderem socialmente, de acessarem o ensino básico, por exemplo, mesmo que este seja público ou gratuito, como a falta de creches e a sua tripla jornada de trabalho. Em muitos momentos, os setores mais elitizados da sociedade vêm com falas moralizantes de que as pessoas marginalizadas não estudam por falta de interesse, mas nesse pequeno recorte dessa fonte já se pode ver uma outra perspectiva. Rita de Cássia é apresentada como alguém que gosta de estudar, que “gosta de matemática” e que é “assídua e pontual”, apesar da miséria e da marginalização.

Quando a agente pastoral pontua que a partir da intervenção das agentes é que Rita de Cássia vai descobrindo “o valor do trabalho”, chega-se a uma compreensão mais ampla da complexidade dessa relação entre religiosas de uma determinada classe social e as prostitutas, mulheres pobres e periféricas. A agente pastoral demonstra não compreender que as pessoas pobres sabem sim o valor do trabalho, já que isso significa para elas ter pelo menos o mínimo para sobreviver. A questão é que não há possibilidade de se ter em alto valor trabalhos precarizados, onde sempre são exploradas e violentadas, ganhando um verdadeiro salário de fome. Onde não se encontra perspectiva para sair da miséria, para mudar a trajetória de suas vidas.

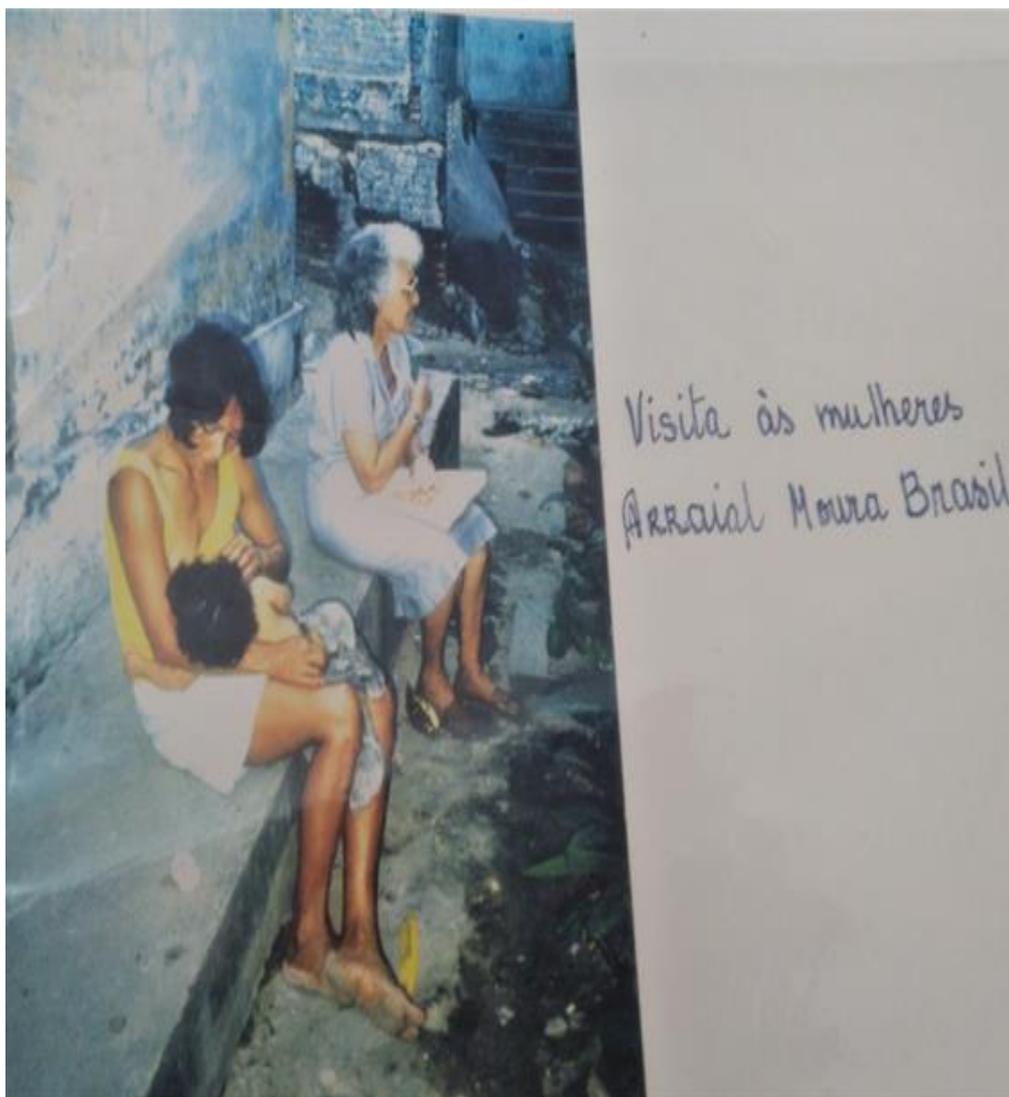
Há uma barreira moral e social que se impõe entre agentes e prostitutas. Nos relatos das agentes nesses prontuários pode-se observar uma visão moralizante sobre o estilo de vida das prostitutas, assim como a reprodução de preconceitos gerais contra os pobres, caracterizados como pessoas sem higiene, com moradias sujas e vidas desregradas. Visão também embasada nos saberes médicos, ainda propagados nesse período, sobre os perigos das prostitutas como agentes de insalubridade e foco de transmissão de doenças. De acordo com Rachel Soihet (2013, p. 232), esses posicionamentos se davam também por uma incompatibilidade de alteração de discursos e mentalidades no

mesmo ritmo das mudanças na vida das mulheres. Apesar da notável conquista de novos direitos de participação política, não se tinha ainda uma real “reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens”, já que para as “mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância”.

Outro aspecto tocado pela fonte acima é o alto custo para se viver, mesmo de forma precária, dentro da zona de prostituição, com diárias exorbitantes de quartos mal equipados, além dos valores inflacionados dos gêneros de primeira necessidade, como já pontuado pelo sociólogo Anjos Júnior no capítulo anterior. A partir dos relatos, percebe-se que apesar de tanto trabalho, submetendo-se a todo tipo de violência, as prostitutas do Farol e do Arraial estão sempre endividadas e passando por muitas privações junto com seus filhos. Volta-se aí, o pertinente debate, já elencado anteriormente, sobre quem realmente fica com os lucros da prostituição: os cafetões, os policiais, os políticos e os traficantes, não as prostitutas.

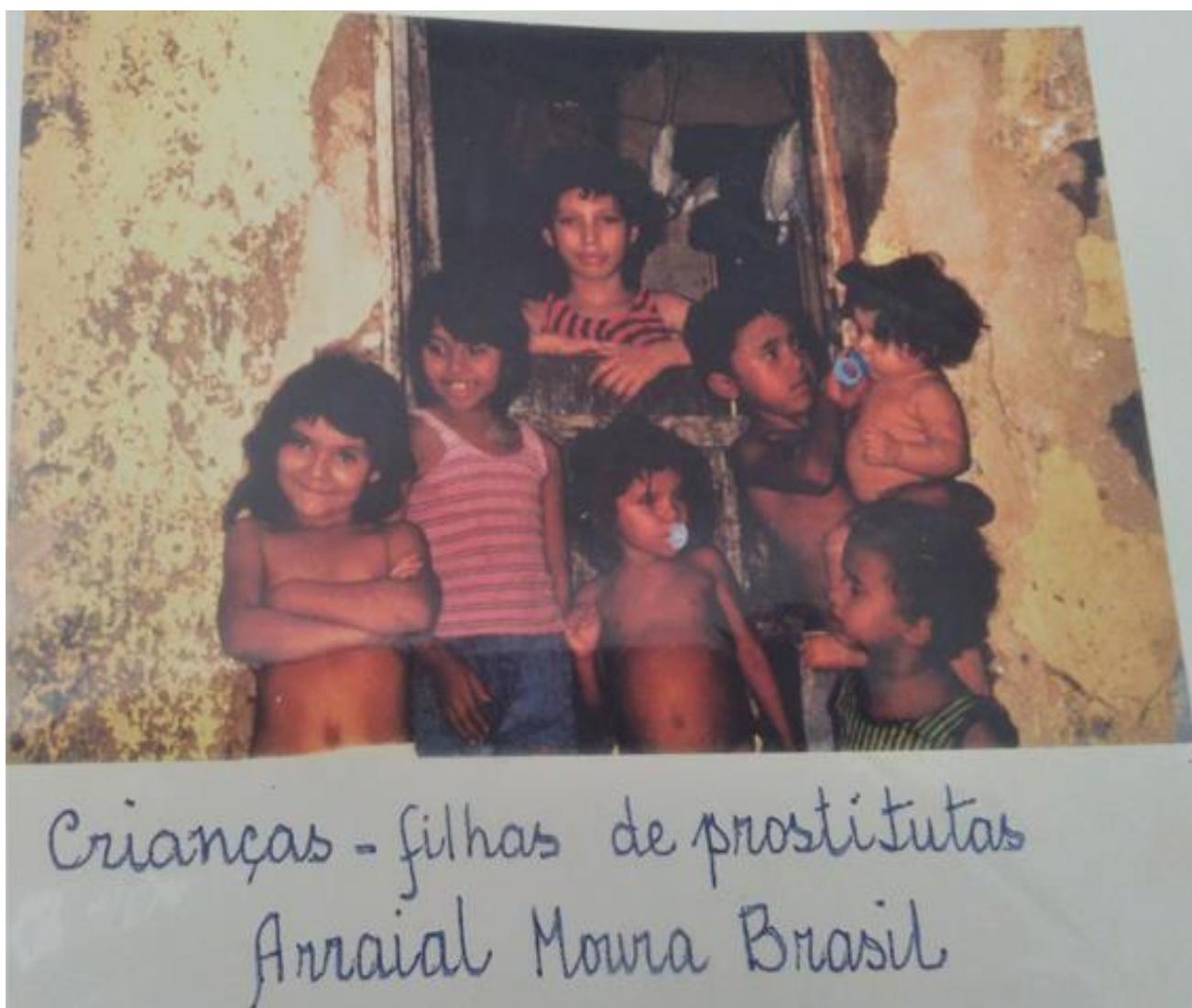
Antes de se passar para a análise do próximo prontuário, é pertinente analisar como os registros fotográficos feitos pelas agentes pastorais dos filhos e das casas das prostitutas serviam para documentar esses relatos de miséria, de lugares insalubres, de crianças e mães sem assistência do governo. Esses álbuns de fotos, feitos pelas agentes com tanto capricho, mostravam o que o governo tentava esconder através dos vários processos de desfavelamento, como já mencionado anteriormente. Servindo, inclusive, para compor esse discurso abolicionista predominante na Pastoral, em que se fazia a denúncia das violências e ausências de direitos nas zonas de prostituição reivindicando o fim desta para a real libertação dessas mulheres e de seus filhos.

Figura 10 - Visita às mulheres - Arraial Moura Brasil



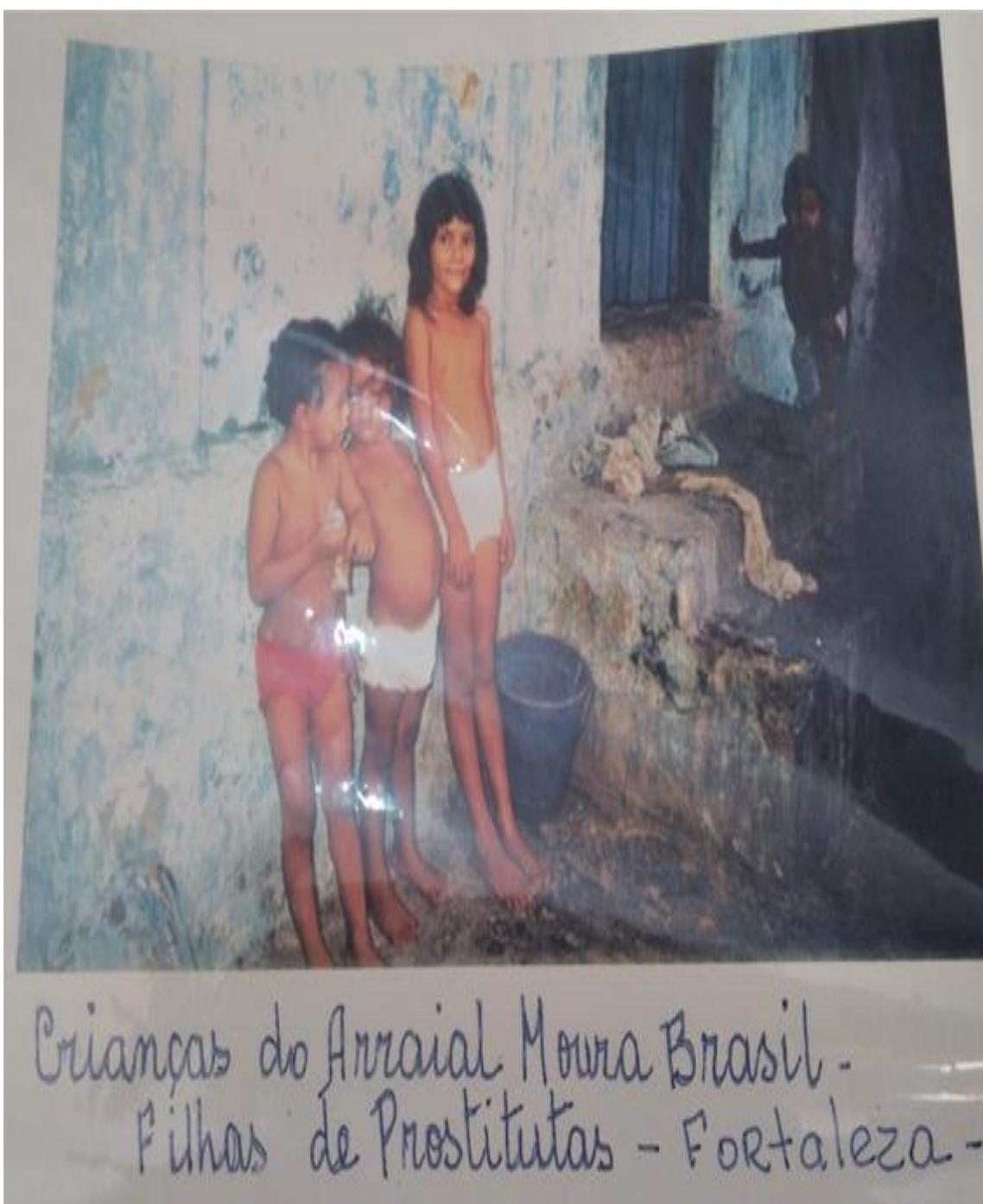
Fonte: NINHO CEARENSE. **Visita às mulheres - Arraial Moura Brasil.** Fotografia.

Figura 11 - Crianças - filhas de prostitutas - Arraial Moura Brasil



Fonte: NINHO CEARENSE. **Crianças - filhas de prostitutas - Arraial Moura Brasil.**
Fotografia.

Figura 12 - Crianças do Arraial Moura Brasil - Filhas de Prostitutas – Fortaleza - CE



Fonte: NINHO CEARENSE. **Crianças do Arraial Moura Brasil - Filhas de Prostitutas – Fortaleza - CE.** Fotografia.

Figura 13 - Criança limpando a frente do quarto na zona de prostituição



Fonte: NINHO CEARENSE. **Criança limpando a frente do quarto na zona de prostituição.**
Fotografia.

Essas fotografias revelam um cotidiano de extrema pobreza vivenciado na zona do Arraial Moura Brasil, onde as crianças têm sua infância transpassada pela ausência de direitos, pelo cuidado com a casa e com os irmãos menores,

com a falta de acesso a creches ou escolas na região. A figura 11 traz entre elas uma de criança de colo sendo acalentada por outro menino, o que traz à tona essa questão do cuidado dos pequenos por crianças mais velhas e não apenas pelas suas mães. Isto era recriminado pelas agentes pastorais em alguns prontuários e por isso foi capturado de prontidão nas fotografias da zona. Já na figura 13, tem-se a imagem de uma criança varrendo a entrada de sua casa como uma sequência da figura 12 onde esta mesma criança faz pose para a foto com outras crianças em meio a sujeira da calçada. Essa sequência de fotos carrega justamente a imagem que as agentes querem retratar sobre a zona de prostituição, em um discurso que, em alguns momentos, flerta com um certo pânico moral de proteção da infância, no qual julga-se mais as escolhas das mães do que a ausência de políticas públicas. Os becos onde se encontram os quartos das prostitutas tem um parco sistema de esgoto, o que, provavelmente, levava as agentes pastorais a afirmarem em vários prontuários que as casas das prostitutas eram sujas, que elas não tinham uma boa higiene pessoal e doméstica. Tinha-se uma visão dúbia sobre essa situação. Ao mesmo tempo em que se tinha um discurso mais oficial da Pastoral e das esquerdas de denúncia a respeito da responsabilidade do Estado quanto a insalubridade das moradias, o qual não garantia o direito à água potável e sistema de esgoto de qualidade para toda a população, e que para além disso perseguia essas mulheres retendo, inclusive, parte dos seus ganhos com o trabalho na prostituição ou as deixando presas por alguns dias, impedindo-as de trabalhar, o que deixava ainda mais sua família numa situação de miséria. Tinha-se também essa análise observada em muitos prontuários de uma visão julgadora sobre o cotidiano dessas mulheres, a qual tirava a questão de uma análise social e trazia para um lugar de responsabilização pessoal, jogando o peso da insalubridade e da miséria nos ombros das mulheres das zonas.

Voltando agora para a análise dos prontuários, como no primeiro, o segundo documento traz a problemática do alcoolismo para o desempenho educacional também de Maria Augusta, assim como a questão do alto custo de vida na zona. As despesas altíssimas levam os ganhos embora, deixando as prostitutas sem o sustento básico para os seus filhos. Esse documento também traz um relato sobre a possibilidade de participação delas nos diversos cursos

oferecidos, o que nos faz compreender como a questão educacional no seu nível mais amplo estava sendo pensada e realizada pelo Ninho, já que alcançava diversos aspectos das necessidades da vida e da coletividade num processo de ensino-aprendizagem.

Ficha de Matrícula

Setor: Ninho Cearense

Nome: Maria Augusta Soares da Silva

Função: Alfabetização

Data de Admissão: 03 – 05 - 76

Residência: Rua Jaguaribe, 314

Bairro: A. M. Brasil¹⁵⁸

Continua agora em 81 com um pouco mais de responsabilidade, mais interessada pelas outras, na vida e no trabalho, continua com a chave.

(1981) Só que em janeiro passou 2 semanas bebendo, hoje é 11 de fevereiro e faz 1 semana que bebe, no sábado dia 09, disse que ia parar, não aguentava mais, estamos na véspera do Carnaval. Teremos agora em J. Pessoa Encontro da Coordenação, convidamos para ela ir, disse que não pode, mas que não nos preocupássemos que dentro em breve participaria em tudo.

O quarto que mora subiu, agora paga 40,00 p/ dia. Continua fazendo comida em casa e também paga 30,00 p/ mês só por uma lâmpada que tem no seu quarto (Abril). Participou do passeio na P. 31 de Março.

(Maio) Passou uns dias sem ir para as aulas, agora voltou, matriculou-se para o curso de pintura, está aproveitando tanto na alfabetização como na pintura. Passou 3 dias sem ir, Francisca que ficou com a chave.

Resolveu voltar e participou com grande proveito do curso de crochê, fazendo na base de cinco trabalhos. No dia 25 de novembro participou de um grupo de estudos na Igreja. Nesse dia teve início o planejamento de 82 e sua continuidade no dia 1º de dezembro. Todas levaram refeição e almoçaram juntas.

Ela participou das novenas de Natal nas casas das meninas e o encerramento das novenas foi no dia 22/12/81, como também das trocas de presentes.¹⁵⁹

Uma questão pertinente é que nesses prontuários se pode observar que Maria Augusta e Rita de Cássia estavam diretamente envolvidas na coordenação dos projetos educacionais do Ninho. Eram responsáveis por abrir

¹⁵⁸ Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

¹⁵⁹ Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

os espaços, pensar as atividades e participar dos encontros regionais e estaduais, tanto quanto as agentes pastorais, num exercício permanente de autonomia e engajamento.

Diante dessa perspectiva feminista de educação como prática libertária para as mulheres, Maria Luísa Costa foi utilizando seus conhecimentos para alfabetizar adultos, tanto em programas como o MOBRAL¹⁶⁰, como no Ninho Cearense, organizando junto com o vigário da paróquia de Canindé o setor de educação da Pastoral nesta região. Esse setor de educação, para além do projeto de alfabetização, trazia diversos cursos profissionalizantes para prostitutas com o objetivo de possibilitar outras oportunidades de trabalho para as mulheres da zona. Já que a Pastoral tinha um discurso sobre a prostituição como uma realidade imposta às mulheres pobres, essa ação de ofertar cursos e, em alguns momentos, até mesmo empregos em outros setores estava totalmente coerente com a visão apregoada.

Portanto, a Pastoral via na educação uma das grandes chaves para a emancipação das prostitutas e de seus filhos, compreendendo que para uma efetiva organização comunitária, as mulheres tinham que estar a par dos seus direitos, tinham que possuir os instrumentais para decodificar a realidade que as cercava, para uma luta efetiva por melhores condições de vida para elas e para sua comunidade como um todo.

M.C. - Aí foi o que eu gostei mais do movimento lá em Canindé que a gente começou, o trabalho foi muito bom, porque a gente estava com o apoio da Paróquia. Então, lá o vigário era o Frei Lucas, era um alemão, e ele investiu muito em material, em recursos, então a gente fez várias coisas lá de trabalho, de curso de corte e costura... Aí eu trabalhei na alfabetização. Eu tinha uma formação nessa área e também, eu trabalhei muito no MOBRAL, o antigo MOBREAL. Então, eu tinha essa prática já, esse saber que tinha que eu me dei muito bem lá em Canindé. [...]

¹⁶⁰ De acordo com o Portal de Estudos do Brasil Republicano *Que República é essa?* do Arquivo Nacional, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi fundado em dezembro de 1967, pela Lei nº 5.379. Vinculado ao ministério da educação, ele tinha por objetivo ocupar os espaços de alfabetização e educação de adultos anteriormente preenchidos por programas ligados aos movimentos sociais ou ao governo anterior de João Goulart. O MOBREAL se propunha a alfabetizar 11.4 milhões de adultos até o ano de 1971, no entanto, a fundação começou a funcionar de fato somente em setembro de 1970, com recursos oriundos da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>. Acesso em: 20 nov. 2019.

T.A. – E em Canindé como eram essas turmas de alfabetização?

M.C. - Em Canindé era bom demais, porque, como eu te falei, além de juntar a questão geográfica, tinha também a questão do apoio. A gente formou com durabilidade, eu consegui formar uma equipe pra ser a equipe de visitar né, fazer trabalho com as meninas. Nós éramos quatro pessoas. E aí tinha que trabalhar pelas habilidades. Eu tinha habilidade, prática, né de ensino, tinha uma outra lá que tinha prática em corte e costura, foi trabalhar com curso de corte e costura. Outra, gostava mais de criança, foi fazer um trabalho com crianças, filhos das mulheres. E assim a gente atuou, foi um trabalho excelente.¹⁶¹

Assim como Maria Luísa comenta acima a respeito do apoio recebido pelas agentes da Paróquia de Canindé, Raimunda Zélia também ressalta que, apesar da Pastoral não ter apoio de empresas e do Estado para realização de seus cursos e das demais ações, elas tinham total apoio da Diocese de Crateús:

T.A. - Tu lembra se tinha algum patrocínio da Igreja ou de alguma empresa?

R.C. – Não, de empresa nenhuma. Mas tinha da Diocese de Crateús, tinha todo o apoio de Dom Frágoso e de toda a Diocese. Ah, tinha do Padre Alfredinho também. Fred Kunz, padre Alfredinho, veio e morou na casa das prostitutas, sabia? Essa experiência, ave Maria, eu estou aqui arrepiada.¹⁶²

Essa militância conjunta da Diocese de Crateús com o Ninho trouxe muitos problemas para Dom Frágoso, sendo um dos grandes escândalos para a cidade de Crateús, a escolha radical do Padre Alfredinho, como relata acima Raimunda Zélia, de ir morar na zona de prostituição da cidade. Antônio Montenegro (2004, p. 107) aponta que esse foi um dos fatos que tornou a Diocese “muito conhecida, mesmo não estando localizada em algum centro urbano de maior destaque”. A articulação de grupos políticos, e mesmo de parcela da sociedade civil, descontentes com a linha pastoral que a Diocese de Crateús assumiu, “divulgando amplamente na imprensa suas críticas, denunciando-a como comunista e traidora dos ideais cristãos”. Isto foi registrado, por exemplo, na moção escrita pelo vereador Nonato Bomfim, então presidente da Câmara, publicada pelo Jornal do Brasil (Rio de Janeiro, 20 de maio de 1969)

¹⁶¹ COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹⁶² CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

com trechos com acusações difamatórias contra Dom Fragoso, tornando-o *persona non grata* na região:

Dom Antônio Batista Fragoso disse que “Cuba deve ser um exemplo para a América Latina” e convidou o povo de Crateús “a transformar a diocese numa pequena ilha de Cuba”. Disse numa conferência em Sobral que “quisera ter a coragem de Che Guevara para lutar pelos oprimidos”. Considerou a Revolução de março uma “revoluçõzinha aspeada”. Afirmou em uma conferência em Teresina que Crateús é uma terra de analfabetos, onde não se lê jornais nem se toma conhecimento do que ocorre no resto do Brasil. Disse num programa de televisão em São Paulo que o marxismo é aceitável como método. Tem concitado o povo a “não ter medo do Exército, da polícia e do DOPS”.¹⁶³

Esse trecho da moção deixa bem explícito que a principal acusação das autoridades da cidade contra Dom Fragoso era justamente por conta de sua suposta ligação com regimes e ideais comunistas, algo abominável para os poderosos da época que viam na organização popular uma pungente ameaça aos seus interesses. Assim como Dom Fragoso, o padre Alfredinho e as agentes do Ninho também foram caluniadas numa série de publicações que colocavam honra destes em dúvida por conta de suas ações na zona, como na carta a seguir do Monsenhor Bonfim, escrita no dia 28 de agosto de 1970:

O Senhor já deu fé da onda de imoralidade que se levanta nessa cidade? O meretrício cresce assustadoramente e os clubes de elite fazem restrições nos seus quadros. Não será responsável por isso O NINHO, mal colocado? Não causará escândalo um padre morar no meio do meretrício, sem apresentar um trabalho que justifique tal atitude? Não serão responsáveis pelo relaxamento da moralidade na cidade as lições das freiras? Não trará menoscabo à moral o comportamento nos encontros zonais e diocesano? Se o senhor não sabe, saiba que tem havido escândalo que as paredes não puderam abafar sua divulgação. Não ponho em dúvida a virtude de ninguém, mas não entendo que isso não escandaliza.¹⁶⁴

O Monsenhor Bomfim acusa o Ninho Cearense de provocar o aumento da prostituição na região, com a seguinte indagação: “Não será responsável por isso O NINHO, mal colocado?”¹⁶⁵. E continua as suas acusações contra as

¹⁶³ MONTENEGRO, Antônio. Arquiteto da Memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 309- 334.

¹⁶⁴ FAZENDO NOSSA HISTÓRIA, Caderno 15, p. 13, 14, Diocese de Crateús, 1997.

¹⁶⁵ Idem.

agentes: “Não serão responsáveis pelo relaxamento da moralidade na cidade as lições das freiras? ”¹⁶⁶, colocando-as como agentes transgressoras da moral, que estavam trazendo uma má influência para um meio já entendido como corrompido. Onde não satisfeito, acusa também os encontros regionais do Ninho Cearense de trazerem “menoscabos à moral”. Em seguida, prossegue com o tom inquisitorial agora diretamente contra o padre Alfredinho: “Não causará escândalo um padre morar no meio do meretrício, sem apresentar um trabalho que justifique tal atitude? ”¹⁶⁷, duvidando da simbologia da sua escolha preferencial pelos marginalizados. A partir dessas colocações, pode-se compreender mais a fundo como os setores conservadores da Igreja e da elite local colaboraram com a perseguição e repressão das pastorais e movimentos sociais de forma muito afirmativa e rotineira. Tinha-se realmente uma polarização de discursos e de práticas muito bem demarcada dentro do seio eclesial, principalmente no Nordeste. Tinha-se uma Igreja em disputa.

Raimunda Zélia relata sobre as perseguições sofridas na ditadura, comentando inclusive sobre o seu impacto no acesso aos acervos do período para as novas gerações. Muitos militantes, como ela, tiveram que se desfazer de todas as lembranças, de todos os documentos do período ligados às suas militâncias, por conta das frequentes prisões impetradas pelos agentes da ditadura. Não só tinham que queimar, rasgar ou enterrar suas memórias e seus livros, como tinham que se esconder, mudar de endereço, de nome, de trabalho, mudar suas trajetórias de vida por causa do acirramento do regime autoritário. Como explica Raimunda sobre não ter nada para rememorar sua militância nos diversos movimentos dos quais participou, ao longo de sua juventude, por ter tido que queimar tudo por conta do perigo iminente de prisão.

T.A. – Raimunda, você tem algum panfleto, algum documento, alguma revista do Ninho ou algo do tipo ou foto?

R.C. – [...] Teve um problema, agora que eu me lembro. Nessa época, a Zélia Ivone de Paiva tinha chegado aqui em Fortaleza, porque morava no interior, né. E eu me lembro uma vez que eu tinha saído para encontrar com o Jorge e com a Rosa, a Rosa dirigindo, aí quando eu cheguei em casa, aqui em casa, tinha um telefonema do Gilmar, ex-marido da Maria Luiza. E aí tinha um telefonema do Gilmar dizendo

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

que tinha recebido um telefone da Diocese que a polícia estava me procurando. Eu me arrependo tanto disso meu Deus! Aí a Rosinha ia dormir aqui, aí foi direto para casa, não ficou mais. E eu, abestada, fui no meu quarto, pensando que essa polícia ia vir, peguei tudo que eu tinha, cartas de Dom Frágoso... a documentação todinha e queimei. Tu acredita? Ai como eu me arrependo! Queimei tudo e a porcaria da polícia nem veio. Aí quando foi no outro dia eu saí, né, e o pessoal tava na praça José de Alencar lá, fazendo uma manifestação. Quando me viram: “Zélia, pelo amor de Deus, o que é que tu tá fazendo na rua? “. Eu disse: “Minha filha, eu vim, a polícia num veio”. Aí, “Corre, corre, vai pra casa!”. Aí me mandaram ficar lá na casa da Tia Rita, que era lá na Piedade. Eu passei uns dois dias, aí eu “Menina, sabe de uma coisa? Eu vou voltar para minha rotina! “. Então, essa confusão fez eu fazer a besteira de rasgar tudo o que eu tinha.¹⁶⁸

O setor da Educação, através dos sindicatos docentes e das organizações estudantis, se aliou ao Cristianismo da Libertação nas suas diversas ações de denúncia e combate à ditadura. Sofrendo, portanto, uma perseguição acirrada do regime, assim como as CEB’s e as agentes das pastorais sociais, como Raimunda Zélia. Como observa a historiadora Edvanir Silveira (2011, p. 1) ao pesquisar o impacto das ações do Centro Estudantal em várias cidades do interior do Estado. Com esse “clima geral de efervescência cultural formou-se uma geração de estudantes imersos no nacionalismo e na preocupação com os problemas nacionais”. Na Terceira Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Puebla, no México, em 1979, foram feitas muitas denúncias sobre essas perseguições, tanto que no documento final da Conferência se tem uma denúncia contundente a esses atos perpetrados por diversos governos do Cone Sul, onde se tinha, nesse período, sangrentos regimes ditatoriais.

Somam-se a isso as angústias produzidas pelo abuso de poder, típicas dos regimes de força. Angústias causadas pela repressão sistemática ou seletiva, acompanhada de delação, de invasão de privacidade, de pressão e exageradas, de torturas, e exílios. Angústia de numerosas famílias pelo desaparecimento de seus entes queridos, dos quais não conseguem ter a menor notícia. Insegurança total por detenções sem ter ordem judicial. Angústia ante uma justiça submissa ou manietada. A Igreja, como afirmam os Sumos Pontífices, por força de um autêntico compromisso evangélico, deve fazer ouvir a sua voz, denunciando e condenando essas situações, sobretudo, quando os governos ou responsáveis se confessam cristãos.¹⁶⁹

¹⁶⁸ CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

¹⁶⁹ PUEBLA (Texto oficial da CNBB): **A evangelização no presente e no futuro da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1982, n. 42.

Segundo o teólogo Gustavo Gutiérrez (GUTIERREZ, 1980. p. 79), esse compromisso para o qual Puebla convida a toda a Igreja a assumir, seguindo os passos da Conferência de Medellín, por ser exigente, difícil e contra os donos do poder, levou-a a sofrer diversos ataques, tensões e conflitos dentro e fora do ambiente eclesial. Acusaram-na por diversas vezes de um perigoso desvio ideológico marxista, já que ela propõe a opção preferencial pelos pobres, a escolha pelo mais fraco. Propõe abrir mão dos poderes e dos poderosos, tão vinculados e enraizados ainda nessa estrutura secular da Igreja. Como se pode observar no relatório com as conclusões de Puebla, a Igreja renasce nesse momento fazendo não apenas denúncias sobre a exploração e as injustiças, como também propondo saídas para as questões levantadas.

Via-se, por exemplo, que para o alicerce de uma democracia real, os pobres precisavam ter “uma plena participação social e política”. E complementava que esses empobrecidos são “principalmente nossos indígenas, camponeses, operários, (...) e especialmente, a mulher desses setores sociais, por sua condição duplamente oprimida e marginalizada”.¹⁷⁰ A Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, finalmente, coloca no centro desse debate a mulher. O que demonstra que o debate da Teologia Feminista na década de 1970 já estava tomando corpo e influenciando o debate eclesial, talvez tanto quanto agia no meio leigo das CEB's, onde as mulheres sempre foram maioria.

¹⁷⁰ CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979. p. 225, item 840.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Se nada ficar destas páginas, algo,
pelo menos, esperamos que
permaneça: nossa confiança no povo.
Nossa fé nos homens e na criação de
um mundo em que seja menos difícil
amar”.¹⁷¹
Paulo Freire

Para além de qualquer discussão sobre o regime militar e a resistência da Igreja progressista, esta pesquisa teve como mote uma análise sobre as mulheres marginalizadas, a partir de como os outros sujeitos as viam no mundo e como essas vozes revelavam as suas vivências. As prostitutas habitantes de regiões periféricas como o Farol do Mucuripe, o Arraial Moura Brasil e o Pirambu tiveram suas vidas contadas por agentes pastorais em prontuários de visitas e em entrevistas temáticas, a partir do símbolo do sofrimento, da miséria, do desrespeito, da violência e da repressão do regime, apesar de um discurso que, em muitos momentos, as colocava como mulheres fortes que, por meio das vivências com o Ninho Cearense, estavam se organizando em comunidade e modificando as suas trajetórias, se emancipando, mobilizando ações. As prostitutas foram apresentadas nesses prontuários muito mais como vítimas do que como sujeitos. Isto para a mobilização de um discurso religioso salvacionista que ao mesmo tempo em que prezava pela luta por mais qualidade de vida e cidadania para estas mulheres, também trazia um teor moralizante de necessidade de mudança de profissão, de estado civil e de comportamento, para poder adentrar no rol dos sujeitos emancipados.

Esta pesquisa também trouxe como mote central a compreensão da trajetória militante das agentes pastorais do Ninho para o entendimento do seu discurso e ação na capital. Compreendendo que a história dessas agentes traz à tona não só a história do Ninho, mas, principalmente, a história de militância de muitas mulheres que lutaram contra o regime ditatorial e foram continuamente invisibilizadas pelo relato oficial que prioriza o enaltecimento de militantes

¹⁷¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48^o Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (1970), p. 213.

universitários e líderes partidários, em sua maioria homens, para contar sobre a resistência ao regime.

Viu-se, então, com o caminhar da pesquisa, a relevância de se pautar a história das mulheres, concebendo-as não como o Outro da História, mas como sujeitos de ação e de direitos, que fazem a sua história e lutam pela transformação da sociedade. Rebeca Ávila (2009, p. 150) pontua que, por “muito tempo, as mulheres foram objeto de um relato histórico que as relegou ao silêncio e à invisibilidade”. Silêncio no sentido da falta de discursos autênticos e da falta de fontes que retratassem a existência cotidiana e particular da vida real. A invisibilidade invadiu, principalmente, as mulheres comuns, como as prostitutas pobres, que deixaram poucos vestígios materiais que pudessem ser considerados fontes históricas. Os vestígios dessas mulheres foram apagados, foram desprezados, assim como muitas destas. Por isso o foco em falar das mulheres comuns, das fora dos padrões, das subversivas, das mulheres de “vida livre”, das agentes pastorais, das teólogas feministas, das marginalizadas e das putas, como sujeitos. Já que este é, finalmente, um momento de se ter um outro olhar para as mulheres e sua história. Um olhar, inclusive, que não as trate como vítimas em todo o tempo, mas que traga a realidade com mais complexidade, entendendo as mulheres nem como fatalmente vítimas, nem como heroínas, mas como participantes da história e não somente como um dos seus objetos (DAVIS; FARGE, 1990, p. 13).

A trajetória de Rita de Araújo, a Tia Rita, traz uma noção mais ampla de como era a atuação das mulheres no campo do Cristianismo da Libertação, o qual abria espaço para as leigas, a partir do surgimento de um determinado viés da Teologia Feminista, uma teologia de mulheres marcada pelo chão da luta na América Latina, assolada pelos regimes autoritários. Sua atuação contundente, dentro e fora dos muros da Igreja, mostra como as leigas tiveram um importante papel na articulação entre os movimentos sociais e partidos políticos e os organismos progressistas da Igreja, em empreitadas contra a política de morte e exclusão da ditadura.

A partir da caminhada de vida e militância de Nildes de Alencar, pôde-se compreender de uma forma mais profunda como se deu a articulação entre as agentes do Ninho Cearense e os diferentes coletivos de mulheres, por meio da análise da relação entre o Ninho e o Movimento Feminino Pela Anistia, liderado

por Nildes. Tomou-se como base a análise do impacto dessa nascente Teologia Feminista nos discursos e nas ações das militantes cristãs em seus coletivos, assim como do avanço do feminismo de segunda onda para a expansão da atuação dos movimentos de mulheres no Ceará. Onde se pode observar uma unidade desses movimentos diversos de mulheres na luta, tendo uma mobilização conjunta entre leigas, grupos feministas e mulheres organizadas em partidos de esquerda na atuação pela causa da igualdade de direitos e pela democracia.

Assim como, as ações das agentes Maria Luísa e Raimunda Zélia revelaram como se dava o modelo de alfabetização popular implementado por diferentes movimentos do campo e da cidade, muitos destes ligados à Igreja, numa tentativa de educar para emancipar as classes menos favorecidas, para estas encamparem uma luta conjunta contra os desmandos do governo militar e das elites locais sobre cada aspecto de suas vidas, numa tentativa de conscientização e emancipação coletiva. Tendo estas militantes, por conta destas ações de educação popular, sofrido diversas formas de controle e repressão dos agentes do regime que se introduziam nas reuniões dos movimentos para monitorar mais de perto essas atividades, ditas como subversivas, para boicotá-las e tirar suas lideranças de circulação, seja com prisão, com tortura ou com o exílio.

Compreendeu-se, então, que esse movimento da Igreja em direção aos marginalizados não convencia a todos, nem mesmo a uma parte da própria Igreja, muito menos aos agentes do regime ditatorial. Estes não viam com bons olhos qualquer mobilização social dos pobres, por conta da dita ameaça de “dogmatização comunista”. Assim como rechaçaram qualquer trabalho com grupos marginais como o das prostitutas, as quais eram vistas como transgressoras da lei e da ordem. As agentes do Ninho e as prostitutas atendidas relataram diversos episódios de monitoramento e de repressão violenta por parte dos agentes do regime de forma cotidiana e não-velada, inclusive, com o apoio dos setores mais conservadores da Igreja.

A partir destas reflexões sobre as ações do Ninho Cearense, pode-se compreender que este era um movimento embasado nas práticas do Cristianismo da Libertação, a partir das ações das agentes pastorais orientando

e apoiando as prostitutas atendidas, num sentido de emancipação pessoal e coletiva através do acesso à educação, à justiça e à possibilidade de autonomia financeira. Assim como, o acesso às políticas públicas essenciais para a comunidade por meio do fortalecimento de lideranças para a mobilização comunitária. Pôde-se ver também divergências em relação às diferentes agentes do Ninho quanto aos princípios norteadores da Pastoral, como quanto à questão da saída da prostituta do meio prostitucional. Por um lado, tinha-se o posicionamento de determinadas agentes e núcleos do Ninho que denunciavam a degeneração moral de todos os envolvidos no meio prostitucional, tendo isto como argumento final para a saída dessas mulheres da prostituição. Por outro lado, haviam agentes que tinham um outro entendimento sobre essa questão, uma reflexão mais voltada para um sentido de cidadania, do que sob um viés religioso, moralizante e catequista. Pregando a emancipação dessas mulheres como uma emancipação coletiva, por meio da mobilização comunitária por direitos, por participação nas decisões com impacto na vida de todos, não meramente condicionada à saída da prostituição.

O Ninho Cearense foi, portanto, um movimento bastante ativo e engajado com as causas do seu tempo, com a “Igreja em Saída”, com mulheres que clamavam pela sua libertação e pela das outras companheiras, enxergando sua exploração e exclusão e agindo coletivamente sobre elas. A partir de ideais como os propagados por Paulo Freire, com o seu método de leitura da vida para a alfabetização e conscientização das classes mais empobrecidas, com o entendimento de que o oprimido deve ser o agente de sua emancipação. Assim como, os escritos, cursos e ações de Leonardo Boff, Ivone Gebara e Frei Betto, que proclamavam, a partir das vivências com os movimentos de juventude e com as Comunidades Eclesiais de Base, a necessidade de a Igreja sair de dentro dos templos, dos seminários, dos conventos, e de atuar junto aos leigos e às leigas na construção de uma Igreja que contribuísse para a libertação do povo de tanta miséria e opressão.

A pesquisa buscou, portanto, trazer uma discussão sobre a perseguição às prostitutas pelos agentes do Estado durante a ditadura civil-militar, apresentando uma reflexão sobre o trabalho pastoral desenvolvido pelas agentes do Ninho Cearense nas zonas de prostituição de Fortaleza, a partir dos

ideais da Teologia da Libertação e da nascente Teologia Feminista. Essa análise, a respeito da inserção do Cristianismo da Libertação na luta junto ao movimento feminista contra a marginalização dos corpos das mulheres, abre um campo possível de estudos ligando diversas questões, tais como: a repressão às sexualidades e papéis de gênero desviantes, a atuação da Igreja Progressista no Brasil, a educação popular nas zonas de prostituição, e as mobilizações a partir dos ideais dos feminismos latino-americanos. Portanto, é apenas o início de um debate complexo que envolve muitas frentes de discussão e análise e que, antes de fechar questões, as abre para novas pesquisas, relações e aprofundamentos.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: História dentro da História. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, Flávio Lyra. Ação popular e Assembleia popular: continuidades e descontinuidades. **Revista de Teologia e Ciências da Religião**, UNICAP/PE n. 1, v.1, 2012.

ARAÚJO, R. V; COSTA, M. C. L. Da migração sertaneja ao surgimento das favelas: a formação socioespacial e vulnerabilidade em Fortaleza, Ceará. **Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial 3, p. 585 - 598, fev. 2016.

ÁVILA, Rebeca Contrera. Resenha do livro Minha História das Mulheres de Michelle Perrot. **História Social**, n. 16, primeiro semestre de 2009.

BACELAR, Jeferson Afonso. **A família da prostituta**. São Paulo: Ática, 1992.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: uso e mau uso dos arquivos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BACK, Lilian. Gênero, sacrifício e moral nos grupos de esquerda armada (Brasil e Argentina dos anos 1960 aos 1980). *In*: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1981.

BAMBIRRA, Natércia V.; LISBOA, Teresa Kleba. “Enegrecendo o feminismo”: a opção decolonial e a interseccionalidade traçando outros horizontes teóricos. **Revista Ártemis**, v. 27, p. 270-284, ISSN: 1807 – 8214, jan./jun. 2019.

BAUER, Carolina S. & NICOLAZZI, Fernando F. O historiador e o falsário: usos públicos do passado e alguns marcos da cultura histórica contemporânea. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 60, p. 807-835, set/dez 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752016000300009>. Acesso em: 26 set. 2019.

BAZARRA, Carlos. **O que é a Teologia da Libertação?** Edições Paulinas: São Paulo, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960b.

BENEDETTI, Luiz Roberto. **Templo, praça, coração: a articulação do campo religioso católico.** São Paulo: Humanitas publicações; FFLCH; USP-CER, 2000.

BENEDETTI, Marcos Renato; FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel. **Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição.** Porto Alegre: Dacasa, 2000.

BENEVIDES, Maria Victoria. 64, um golpe de classe? sobre um livro de René Dreifuss). **Lua Nova**, n. 58, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/XkRWTDbpfYrhQY9BKdqyqVN/?format=pdf&lang=pt>.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **cadernos pagu** n. 53, 2018. ISSN 1809-4449.

BETTO, Frei. **Batismo de sangue: Guerrilha e morte de Carlos Marighella.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BETTO, Frei. **Fidel e a religião: conversas com Frei Betto.** São Paulo: Fontanar, 2016.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **A visão da comunidade de informações sobre a atuação dos bispos católicos na ditadura militar brasileira (1970-1980).** Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGHIS, 2010.

BEZERRA, Paulo César Gomes. **Liberdade vigiada**: as relações entre a ditadura militar brasileira e o governo francês: do golpe à anistia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2019.

BEZERRA, Viviane Prado. **Porque se nós não agir o poder num sabe que nós isisti nu mundo**: MEB e o Dia do Senhor em Sobral (1960 – 1980). Sobral: ECOA, 2014.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 (1944).

BOFF, Leonardo. **E a Igreja se fez Povo**: eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **Igreja, Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, p. 859-888, set./dez. 2020.

BUHLE, Mari; DYE, Nancy & GORDON, Ann D. The problem of Women's History. **Urbanna**, p. 89, 1976.

BUSCEMI, Maria Soave. **Eu, terra do meio**: corpo de mulher e leitura popular da Bíblia. Nhanduti: São Bernardo do Campo, 2007.

BUTLER, Judith P. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Tradução de Verônica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismos e subversão da identidade. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CAMPOS, Andrea Almeida. A cultura do estupro como método perverso de controle nas sociedades patriarcais. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVI, n. 183, ago. 2016, mensal. Dossiê: Feminismo, machismo e a cultura do estupro.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (org.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CARVALHO, Maristela Moreira de. **Da rebelião nas fronteiras à conquista do campo**: a teologia feminista na Concilium, Revista Internacional de Teologia (1985 - 1996). Florianópolis, 2008. 344 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

CAVALCANTI, Maria Clara Martins. Gênero e a escrita da história: reflexões sobre feminismo, raça e crítica à colonialidade. **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 191-207, 2020.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polit.** n. 25, Curitiba, nov. 2005. On-line version ISSN 1678-9873. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000200008>. Acesso em: 18 set. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de ditadura militar. *In: PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Schelb (org.). Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: ed. Mulheres, 2010.

CUBAS, Caroline Jacques. **Do hábito ao ato**: vida religiosa feminina ativa no Brasil (1960-1985). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, SC, 2014.

CUBAS, Caroline Jacques. Freiras em movimentos de resistência às ditaduras militares na América Latina. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, n. 18, p. 139-161, jan./jul. 2015.

CRUZ, Jonas Santos. **“Abrindo brechas na Igreja”**: Disputas e consensos em torno da leitura feminista da bíblia. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2017.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Museu do Ceará/Secretaria de cultura e Desporto do Ceará, 2011, 2. ed.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Natalie Zemon; FARGE, Arlette. Introdução. *In: História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

DAVIS, Natalie Zemon. Women's History in transition: The European Case. *Feminist Studies*, 3, Winter, 1975-76.

DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem: atualidade de Paulo Freire. *In: Paulo Freire e a agenda da educação latino-americana no século XXI*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

DEZEMONE, Marcus. 1964 e as batalhas de memória 50 anos depois. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n.11, dez. 2014.

DIAS, Lucas Bernardo. Uma reflexão crítica entre prostituição e políticas públicas no Brasil: Avanços, retrocessos e conjuntura sociopolítica. *Revista dos Estudantes de Públicas*, v. 2, n. 1, p. 44 – 66, 2017.

DINIZ, Débora. Aborto e contracepção: três gerações de mulheres. *In: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org). Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Homens e mulheres contra o inimigo: a mobilização do gênero pela ditadura militar brasileira (1964-1985). *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Anais*, São Paulo, julho 2011.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da memória**: o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Mulheres em guarda contra a repressão. *In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. Escrever a História das Mulheres. *In: História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, 1990.

ENGELS, Friedrich. **Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2009.

FARIA, Thaís Dumê. **Memória de um silêncio eloquente**: a criminalização das mulheres no Brasil na primeira metade do século XX. Tese (doutorado). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito. Brasília, 2013.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpos e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. Editora Elefante: São Paulo, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Correspondência familiar e rede de sociabilidade. *In*: CASTRO, Angela de (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan/abr. 2017.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia hist. [online]**. 2012, v. 28, n. 47, p.43-59. ISSN 0104-8775. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752012000100003>. Acesso em: 11 ago. 2019.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 251-286, dez. 2002,

FIORI, Ernani Maria. **Educação e Política**. Texto Escolhidos, v. 2. Porto Alegre: L&PM, 1992.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis, Vozes, 1987, p. 288.

FRANCO, Stella Scatena & PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público brasileiro. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

FRANÇA, Antônio Elias. **A Igreja Popular de Dom Frágoso: 1964 a 1998**. *In*: Crateús 100 anos. Academia de Letras de Crateús.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora SIM, tia NÃO: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1993.

FREITAS, Ana Carolina Albuquerque. **Desvendando e refletindo práticas cotidianas: um estudo da Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza a partir da atuação das profissionais da instituição**. Dissertação. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará – UECE: Fortaleza, 2008.

FROTA, Helena; NOTTINGHAM, Priscila. O Brasil na rota do tráfico de escravas brancas: entre a prostituição voluntária e a exploração de mulheres na Belle Époque. **SINAIS: Revista Eletrônica**. Ciências Sociais. Vitória, v.11, n.11, jun. 2012.

FURLIN, Neiva. Teologia feminista: uma voz que emerge nas margens do discurso teológico hegemônico. **Rever**, ano 11, n. 1. Jan./jun., 2011.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001.

GEBARA, Ivone. Corporeidade e gênero: uma perspectiva ecofeminista. *In*: **Corporeidade e teologia**. São Paulo: Paulinas, 2005. p.99-123.

GEBARA, Ivone. **Vulnerabilidade, justiça e feminismos: antologia de textos**. São Paulo: Nhanduti, 2010.

GEBARA, Ivone. Mudanças no cristianismo a partir de uma teologia feminista: alguns comentários ao texto de Mary Hunt. *In*: **Entre Dogmas e Direitos: Religião e Sexualidade**. Jundiaí: Maxprint, 2017.

GEVEHR, Daniel Luciano. Os lugares da cidade nos contam história(s): a problemática dos lugares de memória no ensino de História. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, v. 01, n. 01, p. 68-76, jul/dez, 2013.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p.

GONÇALVES, Adelaide; ASSIS, Lucas; RAVENA, Monyse *et al.* **Dom Fragoso & Padre Alfredinho: entre nós**. Fortaleza: Plebeu Gabinete de Leitura, 2020.

GONÇALVES, Andréa Lisly. **História &... Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

GUEDES, Mardônio Silva. Pelas ruas e pensões: o meretrício em Fortaleza (1930 – 1940). *In: Gênero*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, 26, p. 61-73. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 15 dez. 2019.

HOVELER, Rejane Carolina. René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos”. *In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO: SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS, Anais*. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400181633_ARQUIVO_ReneDreifusseogolpede1964_sobreteoriaseconspiracionismos_textocompl etoanpuhrj.pdf.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR, Eduardo. Para uma conceituação interdisciplinar da vulnerabilidade. *In: CUNHA, José Marcos Pinto da (org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2006.

HUNT, Mary E. Recursos teológicos feministas para uma justiça sexual e de gênero. *In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). **Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade.** Jundiaí: Maxprint, 2017.*

JOFFILY, Mariana. Os nunca mais no Cone Sul: gênero e repressão política (1984-1991). *In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.*

JOFFILY, Olivia Rangel. O corpo como campo de batalha. *In: PEDRO, Joana Maria & WOLFF, Cristina Schelb (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: ed. Mulheres, 2010.*

LAGENEST, J.P. Barruel. **Mulheres em leilão:** um estudo da prostituição no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

LE GOFF, Jacques. Documento e Monumento. *In: **História e memória.*** Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

LEITE, Gabriela Silva. **Eu, mulher da vida.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

LEITE, Gabriela Silva. **Filha, mãe, avó e puta:** a história de uma mulher que decidiu ser prostituta. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LÖWY, Michael. **O que é Cristianismo da Libertação:** religião e política na América Latina. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2016.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2008.*

MAIA, César Portantiolo; SALES, Lilian Maria Pinto. Ação Católica e modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 34, p. 155-182, ago./dez. 2018.

MARQUE, Gabriela Miranda. Movimentos Feministas e Igreja Católica: uma análise comparativa de periódicos. *In: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A.*

(org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

MATHEUS, Letícia. Memória e identidade segundo Candau. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 302-306, dez. 2011.

MELLO, Silvia Natália de. O silêncio ruidoso das mulheres. **Contexto e Educação**. Editora Unijuí, ano 19, n. 71/72, p. 141-144, jan./dez. 2004.

MENEZES, Valderiza Almeida. **Corpo de batalha, corpo de luta**: prostitutas entre a liberação de costumes e o associativismo (Fortaleza 1970-1990). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2020.

MENEZES, Valderiza Almeida. **“Fiquei homem”**: maternidade, conhecimento e contracepção entre mulheres pobres de Fortaleza (1960-1980). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2012.

MENEZES, Valderiza Almeida. Mulheres da vida: memórias e (não) protagonismos de prostitutas. *In*: XI ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL: FICÇÃO E PODER, **Anais** Eletrônicos. Disponível em: http://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1496187811_ARQUIVO_ArtigoValderizahistoralNE.pdf. Acesso em: 17 abril 2020.

MONTENEGRO, Antônio. Arquiteto da memória: nas trilhas dos sertões de Crateús. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NEVES, Ozias Paese; LIEBEL, Vinícius. Os regimes militares no Brasil e na América do Sul: historiografia e perspectivas. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, ISSN 1679-1061, n. 18, p. 56-86, jan./jul. 2015.

NORA, Pierre. Entre História e Memória: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo: EDUC, n. 10, p. 7-28, dez. /1993.

NOREK, Ayssa Yamaguti. “Mulheres do Brasil” ou terroristas?: as muitas representações da mulher durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 26-40, 2020.

PADILHA M., BELLAGUARDA M., *et al.* O uso das fontes na condução da pesquisa histórica. **Texto Contexto Enferm**, 2017; 26(4): e2760017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017002760017>. Acesso em: 18 ago. 2019.

PAIVA, Ricardo Alexandre. A metrópole híbrida: uma perspectiva histórica da urbanização de Fortaleza. **Arquitextos**, São Paulo, ano 17, n. 199.00, Vitruvius, dez. 2016. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.199/6341>. Acesso em: 20 set. 2019.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULA, Adriana das Graças de. Pensar a democracia: o Movimento Feminino pela Anistia, as Mães da Praça de Maio e os intelectuais. *In*: XI ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC 2014, **Anais**, Niterói, Rio de Janeiro.

PEDRO, Joana Maria. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio - século XX. *In*: MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Raquel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEDRO, Joana Maria. **Histórias sobre aborto e infanticídio no século XX: práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. *In*: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PEDRO, Joana Maria. SANTOS, Marinês R. dos; RIAL, Carmem. Novas práticas corporais no espaço doméstico: a domesticidade pop na revista Casa & Jardim durante os anos 1970. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.344, jan./abril 2012.

PEDRO, Joana Maria. Um diálogo sobre mulheres e história: Michelle Perrot: a grande mestra da História das Mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v.11, n. 2, Florianópolis, jul./dez. 2003.

PEDRO, Joana Maria & WOITOWICZ, Karina Janz. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. *In*: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S.; e VEIGA, Ana M. (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. Quatro décadas de transformações: a vilegiatura marítima no litoral metropolitano de Fortaleza, Ceará, Brasil. **Confins [Online]**, 17, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.8329>. Acesso em: 13 jun. 2020.

PEREIRA, Pedro Paulo. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): 344, maio/ago. 2009.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. *In*: MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Raquel. (org.) **O corpo feminino em debate**. São Paulo, Editora da Unesp, 2003.

PETER, Jean-Pierre; REVEL, Jacques. O corpo: o homem doente e sua história. **História: novos objetos**, Rio de Janeiro, jan. 1995.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. **“O tempo bom do farol”**: transgressão, sociabilidade e afeto nas trajetórias de ex-prostitutas idosas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos flexíveis. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860-1930)**. Demócrito do Rocha: Fortaleza, 2014.

PORTER, Roy. História do Corpo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PRIORE, Mary Del. **Histórias e conversas de mulher**. São Paulo: Planeta, 2014.

QUALLS-CORBETT, Nancy. **A prostituta sagrada: a face eterna do feminino**. São Paulo: PAULUS, 1990.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. São Paulo, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como um outro**. Trad. Lucy Moreira César. Campinas: Papyrus, 1991.

ROCHA, Jovelina Lenir Carlini da. **Um manifesto abolicionista: a institucionalização do discurso sobre prostituição na Pastoral da Mulher Marginalizada em Rondonópolis-MT (1994 a 2008)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

ROESLER, Átila da Rold. **Sobre a vadiagem e o preconceito nosso de cada dia**. Disponível em: <http://www.justificando.com/2016/08/09/sobre-a-vadiagem-e-o-preconceito-nosso-de-cada-dia/>. Acesso em: 26 ago. 2020.

ROHNER, Teodoro Helmut. **Prostituição e libertação da mulher Pastoral da Mulher Marginalizada: subsídios para formação de agentes**. Vozes: Petrópolis, 1987.

ROSADO NUNES, Maria José F. Aborto, maternidade e a dignidade da vida das mulheres. *In*: CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce (org.). **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

ROSADO NUNES, Maria José F. De mulheres e de deuses. **Estudos feministas**, v. 0, n. 0, CIEC/ECO/UFRJ, 1992.

ROSADO NUNES, Maria José F. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. **Cadernos Pagu**, v. 16, p.79-96, 2001.

ROSADO NUNES, Maria José F. Teologia Feminista e a crítica da razão religiosa patriarcal: entrevista com Ivone Gebara. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, jan./abril 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALINAS-GOLDBERG, Anette. Estratégias das mulheres nos movimentos e interesse dos homens no poder. **Revista semestral de Sociologia**: Sociedade e Estado, v. XII, n. 2, jul./dez. 1997.

SALLA, F.; BORGES, V. Prontuários de instituições de confinamento. *In*: RODRIGUES, R. R. (org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 115-136.

SANTIAGO, Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). **Trajeto**. Revista de História UFC. Fortaleza, v. 1, n. 2, 2002.

SANTOS, Márcia Pereira dos. História e memória: desafios de uma relação teórica. **OPIS**, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007.

SCHLATTER JUNIOR, Sérgio Luís. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. *In*: PEDRO, J.; WOLFF, C.; e VEIGA, A. (org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

SCHMITT-PANTEL, Pauline. "A criação da mulher": um ardil para a história das mulheres? *In*: MATOS, Maria Izilda & SOIHET, Raquel (org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora da Unesp, 2003.

SCHWARCZ, Lilia M. & STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, Ana Silva. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Letra Livre, Lisboa, 2013.

SCOTT, James C. **Formas cotidianas da resistência camponesa**. Raízes, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan./jun. 2002.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SEIXAS, Jacy. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org.). **Memória e (re)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SENA, Priscila C. de & MORETTI, Vivian B. Fé e relações de gênero nas esquerdas cristãs: Brasil e Chile no contexto das ditaduras latino-americanas. In: PEDRO, Joana M., WOLFF, Cristina S., VEIGA, Ana M. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. Disponível em: www.revistatopoi.org. Acesso em: 13 jun. 2019.

SEVERINO, Francisca Eleodora San. **Memória da morte, memória da exclusão**: prostituição, marginalidade social e reconquista da cidadania. São Paulo: Letras & Letras, 1993.

SILVA, J. B. da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Gênero. In: **Dicionário de conceitos históricos**. Contexto, São Paulo, 2009.

SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de Primeira Onda no Ceará**: Paradoxos e Possibilidades a partir das Disputas pelo Voto Feminino na Imprensa (1900-1933). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do

Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2019.

SILVA, Sarah Pinho da. **Os feminismos de Segunda Onda: a união das mulheres cearenses (1979-1985)**. 2020. 121f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2020.

SILVA, Vinicius da *et al.* Do matriarcalismo ao patriarcalismo: formas de controle e opressão das mulheres. *In: XII CONAGES*. 2016, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande: Realize Editora, 2016. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/18452>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SILVEIRA, Edvanir Maia da. Os estudantes e a ditadura militar em Sobral - CE (1964-70). *In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH*, 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo, julho 2011.

SKACKAUSKAS, Andreia. **Prostituição, gênero e direitos: noções e tensões nas relações entre prostitutas e Pastoral da Mulher Marginalizada**. 2014. 313 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281090>. Acesso em: 24 ago. 2018.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 27, n.54, dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2012.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. *In: PEDRO, Joana M. & PINSKY, Carla B. (org.)*. **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1989.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres e História de Gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, v. 11, p.77-87, 1998.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, n. 25, p. 269-289, São Paulo: EDUC Editora da PUC-SP, dez. 2002.

SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. **Revista Estudos Feministas** [online], v.13, n. 3, p. 591-612, 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300008>. Acesso em: 24 jun. 2019.

SOMMACAL, Clariana Leal & TAGLIARI, Priscila de Azambuja. A cultura de estupro: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.14295/revistadaesmesec.v24i30.p245>. Acesso em: 13 jun. 2019.

SOUSA, Francisca Ilmar de. **O cliente: o outro lado da prostituição**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

TABORDA, Francisco. Feminismo e Teologia Feminista no primeiro mundo: Breve panorâmica para uma primeira informação. **FERJP.REO**, v. 22, p.311-337, 1990.

TEIXEIRA, Faustino. Teologia da Libertação: eixos e desafios. *In*: BENCCKE, R. M; PONICK, E; SCHINELO, J. E. (org.). **Coleção Teologia da Libertação e Educação Popular: a caminho**. São Leopoldo: CEBI, 2006.

TIBURI, Márcia. Feminismo Dialógico. *In*: VEIGA, Ana Maria; NICHNIG, Claudia R.; WOLFF, Cristina S. & ZANDONÁ, Jair (org.). **Mundos de Mulheres no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019. 550.

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): a religião cristã e as mulheres. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v. 89, 2010. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/3761>. Acesso em: 19 ago. 2019.

TOMITA, Luiza Etsuko. A Teologia Feminista libertadora: deslocamentos epistemológicos. **Fazendo Gênero 9**: diásporas, diversidades, deslocamentos, ago. 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu**, v. 24, p.127-152, jan./jun. 2005.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

VARGAS, Mariluci Cardoso de. O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira. IX ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA: VESTÍGIOS DO PASSADO: A HISTÓRIA E SUAS FONTES, ANPUH, Seção Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. **Anais** [...]. Porto Alegre, 2008.

VAGGIONE, Juan Marco. A política da dissidência: o papel de Católicas pelo Direito de Decidir na América Latina. *In*: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). **Entre dogmas e direitos: religião e sexualidade**. Jundiaí: Maxprint, 2017.

VEIGA, Ana Maria. **Feminismos em rede?** uma história da circulação de discursos e informações entre São Paulo e Buenos Aires (1970 – 1985). 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

VEIGA, Ana Maria. Um mosaico de discursos: redes e fragmentos nos movimentos feministas de Brasil e Argentina. *In*: PEDRO, J.; WOLFF, C.; VEIGA, A. (org.) **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011.

VERGÈS, Françoise. **Um Feminismo Decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VILLELA, Gustavo. **Lei de 1941 considera ociosidade crime e pune 'vadiagem' com prisão de 3 meses**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/lei-de-1941-considera-ociosidade-crime-pune-vadiagem-com-prisao-de-3-meses-14738298>. Acesso em: 27 jun. 2020.

VITORINO, Grace Troccoli. **Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, ano 9, p. 460 – 482, fev. 2002.

WOLF, Naomi. **O Mito da Beleza**: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. 9. Ed. Rosa dos Tempos: Rio de Janeiro, 2020.

ZANATTA, Eliane Marques. Documento e Identidade: movimento homossexual no Brasil na década de 80. **Cadernos AEL**, São Paulo. Arquivo Edgard Leuenroth. Centro de Pesquisa e documentação/ UNICAMP, 2011.

ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular: raízes históricas e temas emergentes. Uma leitura a partir de Freire. *In*: CHAMORRO, Graciela; Schinelo, Edmilson; Zitkoski, Jaime (org.). **Coleção Teologia da Libertação e Educação Popular**: Raízes e Asas. São Leopoldo: CEBI/CECA, 2010.

FONTES

Correspondências

Autor desconhecido. [**Correspondência**]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Santiago, Chile, 18 de out. 1988. 1 cartão pessoal.

FERREIRA, Rita Maria Marques. [**Correspondência**]. Destinatário: Rita de Araújo Marques. Fortaleza, 8 de jul. 1997. 1 cartão pessoal.

Entrevistas Orais

ALBUQUERQUE, Terezinha Casimiro. Entrevista [03 out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

ARAÚJO, Sebastião. Entrevista [10 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

BRANDÃO, Miguel. Entrevista [28 set. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

CARVALHO, Raimunda Zélia Roberto de. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

COSTA, Maria Luísa Vaz. Entrevista [27 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

FILHO, José Vicente. Entrevista [25 maio 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

LIMA, Nildes de Alencar. Entrevista [13 out. 2019] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

LIMA, Roselita de Sousa Lima. Entrevista [21 set. 2020] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

SAMPAIO, Leonardo Furtado. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

SAMPAIO, Maria Lúcia de Vasconcelos. Entrevista [1º out. 2018] – Fortaleza, Ceará. Acervo pessoal.

Livros

ANJOS JÚNIOR, Carlos Silveira Versiani dos. **A Serpente Domada**: um estudo sobre a prostituta de baixo meretrício. 1983. Dissertação (mestrado em Sociologia do Desenvolvimento), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE.

D'ANS, Hugues (org.). **O Grito de milhões de escravas**: a cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.

FRAGOSO, Dom Antônio B. Mulher Marginalizada: Diabo ou Anjo? Em busca da Pastoral da Mulher Marginalizada. In: D'ANS, Hugues (org.). **O Grito de milhões de escravas**: a cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 48. Reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005 (1970).

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação**: perspectivas. Vozes: Petrópolis, 1975.

LAGENEST, J.P. Barruel. **Mulheres em leilão**: um estudo da prostituição no Brasil. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

ROHNER, Teodoro Helmut. **Prostituição e Libertação da Mulher Pastoral da mulher marginalizada**: subsídios para formação de agentes. Vozes: Petrópolis, 1987.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre Sexo**. 14. ed. Vozes: Petrópolis, 1986.

ZERBINE, Therezinha. **Anistia**: semente da liberdade. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1979.

Periódicos

ALTAR IMPROVISADO REÚNE AS MULHERES DO FAROL EM MISSA. **O Povo**, Fortaleza, 26 dez. 1984.

ARARIPE, Flaminio. Jornal japonês enfoca guerrilha do Araguaia. **O Povo**, Fortaleza, 3 mar. 1991.

CRATEÚS: UMA CIDADE AGITADA COM UM BISPO MUITO CALMO. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 nov. 1968.

ÉBOLI, Evandro. Prostitutas vítimas de perseguição da ditadura reivindicam anistia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 set. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/prostitutas-vitimas-de-perseguiacao-na-ditadura-reivindicam-anistia-10082257>. Acesso em: 17 set. 2019.

FREITAS, Mariano Araújo. Rita de todos nós. **O Povo**, Fortaleza, 1998.

GUIMARÃES, João. Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade. **O Povo**, Fortaleza, 26 dez. 1984, página 8.

TIA RITA: DA ALDEOTA AO FAROL. **O Povo**, Fortaleza, 7 mar. 1981. Caderno Nova Mulher.

Poemas

LIMA, Luiz Gonçalves de. **Tia Rita**: sua luta em defesa dos direitos humanos. Poema. Tauá, Ceará, 2015.

MARQUES, Rita de Araújo. **Fim de Ano na Cidade**. Poema. Fortaleza, Ceará, 1976.

Publicações Religiosas

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igreja e política:** subsídios teológicos. São Paulo: Paulinas, 1974.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: Constituições, Decretos, Declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CONFERÊNCIA GERAL DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO. **Conclusões de Puebla.** São Paulo: Paulinas, 1979.

JOÃO PAULO II: Sollicitudo Rei Socialis; Exortação Pós-Sinodal Ecclesia in America; Novo Millennio Ineunte; Laborem Exercens; Carta Apostólica Tertio Millennio Adveniente; Redemptoris Missio.

MEDELLÍN (Texto Oficial): **Conclusões da Conferência de Medellín,** 1968. Edição revisada, atualizada e traduzida da edição oficial em espanhol por Fr. Manuel Jesús R. Blanco. São Paulo, Paulinas, 1998.

PUEBLA (Texto oficial da CNBB): **A Evangelização no presente e no futuro da América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1982.

Fontes Governamentais

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório; v. 1. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade.** Relatório; v. 2: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Relatório do Grupo do Tema 25.** Campo Psicossocial – A Família, 1975b.

ESTADO DO CEARÁ. Secretaria de Polícia e Segurança Pública. Delegacia Regional e Especial de Polícia. **Relatório.** Sobral, 23 de setembro de 1968. Panfleto Anexo. APEC. Documento datilografado.

Outros

FICHAS de Matrícula do Ninho Cearense (Fortaleza, 1968 – 1985).

PRONTUÁRIOS de Visita do Ninho Cearense (Fortaleza, 1966 - 1988).

APÊNDICE A - BIOGRAFIA DAS ENTREVISTADAS

Maria Luísa Costa

Maria Luísa Vaz Costa nasceu no dia 8 de dezembro de 1955 em Canindé, Ceará. Casou-se aos 23 anos, em Fortaleza, com Ademir da Silva Costa. Aos 17 anos entrou no Ninho Cearense, que estava iniciando os seus trabalhos em Canindé, atuando como alfabetizadora nas zonas de prostituição dessa região, a partir do método educacional de Paulo Freire. Veio aos 20 anos para Fortaleza para fortalecer o trabalho de alfabetização do Ninho Cearense na zona do Arraial Moura Brasil.

Nildes Alencar

Nildes de Alencar Lima nasceu no dia 21 de fevereiro de 1934, no município cearense de Lavras da Mangabeira, no Ceará. É casada com o ex-vereador do PMDB, Bianôt de Andrade e reside em Fortaleza. É irmã do frade dominicano Tito de Alencar Lima, que se suicidou em 1974, na França, em consequência das torturas sofridas durante prisão na ditadura. É uma experiente educadora, seguidora de Piaget e de Paulo Freire, formada pela Escola Normal e, posteriormente, em Pedagogia. Durante a juventude, integrou a Ação Católica no Ceará em seus diferentes coletivos. Foi presidente do MFPA entre os anos de 1975 e 1979, vereadora em 1982 pelo PMDB e secretária estadual de Educação nos anos de 1988 e 1989. Foi agente pastoral do Ninho Cearense com uma ação voltada para as crianças residentes na zona de prostituição do Farol do Mucuripe.

Raimunda Zélia

Raimunda Zélia Roberto de Carvalho, nascida no dia 20 de outubro de 1947, em Fortaleza, Ceará, professora aposentada e ex-militante do Movimento Feminino Pela Anistia - MFPA e do Ninho Cearense. Operou nessas duas organizações junto às companheiras Rita de Araújo Marques e Nildes de Alencar Lima. Militou no PCdoB e hoje compõe o movimento Crítica Radical. Sua atuação no Ninho Cearense se desenvolveu na região do Farol do Mucuripe. Atuou na alfabetização de dezenas de prostitutas nesse território, assim como alfabetizou muitos adultos em Crateús e em cidades vizinhas do interior do Estado, a partir da sua atuação nas comunidades eclesiais de base da região.

Roselita Lima

Roselita de Souza Lima nasceu no dia 20 de julho de 1945 no Crato, Ceará. Casou-se com Vicente Angelo de Souza Neto em 1976, com quem teve quatro filhos. Foi agente pastoral do Ninho Cearense e da Legião de Maria, com atuação nas cidades de Barbalha, Crato e Juazeiro do Norte, no interior do Ceará.

Sebastião Araújo

Sebastião Lopes Araújo nasceu no dia 26 de janeiro de 1957 na cidade de Tauá, Ceará. Reside em Fortaleza. É casado com Fátima Lourenço e tem uma filha. É mestre em Planejamento e Políticas Públicas e servidor público estadual. Sebastião é sobrinho de Rita de Araújo Marques, Tia Rita, e por conta de sua proximidade, acabou se tornando agente do Ninho Cearense ainda muito jovem, quando ministrou cursos e coordenou alguns projetos na zona de prostituição do Farol do Mucuripe.

Terezinha Albuquerque

Terezinha Casimiro Albuquerque nasceu no ano de 1943, na cidade de Farias Brito, no interior do Ceará. É formada em Serviço Social e Teologia. Foi agente pastoral do Ninho Cearense. É presidente estadual do Centro de Estudos Bíblicos - CEBI Ceará. Reside em Fortaleza, Ceará.

Tia Rita

Rita de Araújo Marques, mais conhecida como “Tia Rita”, nasceu no dia 8 de julho de 1917, em São Mamede, uma pequena cidade da Paraíba. Rita se casou em 1939 com Jonas Marques, com quem teve três filhas, as “três Marias” – Maria Cândida, Maria Rosa e Rita Maria - e enviuvou com apenas cinco anos de casamento. Trabalhou como servidora pública nos Correios e Telégrafos, em Fortaleza, de onde só saiu para se aposentar. Dedicou parte de sua vida às causas sociais, atuando em diferentes movimentos de esquerda no Ceará, como o MFPA e o Ninho Cearense, onde esteve na coordenação dos trabalhos nas regiões do Farol do Mucuripe e do Pirambu. Faleceu no dia 22 de janeiro de 2015, aos 97 anos, em Fortaleza.

Figura 16 - Ficha de Matrícula de Maria Cleide Lopes da Silva

1971

FICHA DE MATRÍCULA

NOME M^a Cleide Lopes da Silva Curso alfabetização Horário 9 às 11 - sábado
 Data do nascimento 1946 Naturalidade Baixada - Ce.
 Filiação José Lopes da Silva, Fea. Gonçalves de Almeida Profissão _____
 Endereço Várzea, Resolva - Baixada - Senador Jaqueira - R^o Bessa

NR. MAT.	GRAU DE INSTRUÇÃO	E. C.	R. C.	RELIG.	POSIÇÃO NA FAMÍLIA	OCUPAÇÃO	RELAÇÃO DE PARENTESCO	Aspecto físico		
								COR	SAÚDE	Q.
11	nada								branca	

Fonte: Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

Figura 17 - Prontuário de Visitas de Maria Cleide Lopes da Silva

OBSERVAÇÕES:

Pouca audição, não tem controle motor. Tem a mulher com juízo - é possível se fazer um trabalho.

No começo do mês de junho isto 3 de maio mesma criança a lactar em uma escola do interior em Parangaba.

No desfaqueamento foi para o jardim. Tracema foi visitada lá.

Não teve mais notícia e não pude visitá-la.

Fonte: Prontuário de visita do Ninho Cearense / Acervo Pessoal.

Figura 20 - Rita de todos nós

10

Rita de todos nós

Segunda feira fim de tarde, fomos eu e Pedro meu - Ivan estava na faculdade, Livia fora ao balet Auri demorava-se no consultório- levar Chico Pedro até o mar.

Chico Pedro é um cidadão de 70 anos, que mora comigo em Pacoti. Nos conhecemos há 18 anos, e só recentemente fiquei sabendo, que mesmo morando ali na Serra de Baturité, nunca tinha sido apresentado ao mar. Só o conhecia pela televisão.

Em 1957, há 40 anos, neste mês de julho, Tia Rita, levou-nos ao mar em Paracuru; eu, minha mãe, minhas irmãs, minhas primas: Cândida, Rosa e Rita e uma amiga da Piedade.

Eu vi com os olhos de 12 anos o que Chico Pedro só pode ver com os olhos de 70. Ele não teve a sorte de ter uma Tia Rita na sua vida. O desconhecido para mim começou a ser desvendado cedo. Muitos me abriram caminhos, mas considero esse momento especial. O encontro do menino de Tauá - sertão dos Inhamuns - bem criado, majá testemunhas de muitas necessidades, com a imensidão do mar e toda uma carga simbólica. Quem se aproxima do mar, sente as inúmeras possibilidades da vida. Reflete também sobre os desafios e as intempéries que o mundo nos reserva. O mar é isso. A vida, nos podemos atravessá-lo mas para tal, precisamos aprender a nadar.

A vida de Tia Rita é isso: um permanente e incansável exercício de ensinar aos seus semelhantes a nadar para viver a vida com dignidade. A vida disponibilizada para a luta do outro, a solidariedade na precisão e no sofrimento, doação de si sem olhar à quem, em troca apenas a satisfação de saber que ajudou, facilitou, contribuiu, resolveu.



Num universo de contradições e opressões em que o mundo permanece, Tia Rita é uma chama pronta para queimar a estrutura de poder que mantém milhões de pessoas excluídas da possibilidade de cultivar o sentimento da esperança e os valores que tomam a vida digna de ser vivida.

Nascida na Paraíba e criada em Tauá, possui a resistência dos fortes; é como uma vara de marmeleiro verde, que enverga, mas não quebra.

Tia Rita resgata para nós testemunhos de sua existência a credibilidade do ser humano. Por vontade própria é de todos e não é de ninguém.

Para mim, ela é Rita da Paraíba, Rita Solidariedade, Rita do Amor, Rita dos 80, Rita de todos nós.

Mariano Araújo Freitas

Fonte: FREITAS, Mariano Araújo. Rita de todos nós. **O Povo**, Fortaleza, 1998.

Figura 21 - Tia Rita: da Aldeota ao Farol

Tia Rita:

Da Aldeota ao Farol

Na ruela apertada sem nenhuma observância a códigos urbanos, postam-se casbres mal enfileirados no chão de barro batido. Múscas saídas dos becos vizinhos, que nem exercício atacante, povoam a passagem estreita dos transeuntes.

Mulheres, de maior e menor idade estão sentadas à porta das casas entregues ao tempo. Fogem do movimento de dentro, embora morando do lado da sombra. Crianças nuas, animais domésticos convivem às soltas. De leve sopra um vento seco e levanta aos ares a poeira e o lixo, do chão de uma e meia da tarde. O que moram do lado do sol recebem um banho de partículas polidoras e repartem o calor escaldante no espaço dos cubículos estreitos. O jeito que têm de procurar abrigo na sombra do vizinho, uma solidão sempre partilhado como tantas outras côas ali.

Nesse universo humano desafiador, que mostra um ângulo só da ambiência rotineira de uma população, fomos encontrar a casinha azul-limpida da tia Rita, localizada em plena zona do Farol.

Transpando o umbral da portinhola, tudo ali respira ordem, zelo e despojamento, nada supérfluo, só o utilitário para o dia a dia. Tia Rita está atenta. É uma mulher sobria, comedida nos gestos e no vestir. Aparentemente indiscreta. De pele clara, porte seguro, ela transporta a fragilidade física da sua meia-idade a um canto e outro da sala. Por trás dos óculos, seus olhos estão inquietos, interrogativos e sua testa marcada traduz a preocupação com a nossa presença.

Não dara a entrevista, pelo jeito. Pretende defender o seu mundo interior das pessoas bisbilhotadoras. Nenhuma palavra sobre si mesma deixa escapar. Não vê mérito nenhum na sua ação.

Nítica deu entrevista. Não se interessa em tornar pública a sua opção de vida. Quer guardar-se. Sua opção é particular e objetiva. — "Por que não as "meninas" — propõe. Elas sim mereciam ser ouvidas. As "meninas" são as moças que frequentam a "zona" do Farol. Chama, então, uma "menina" de aproximadamente quarenta e nos que tomava, cada dia, um café na cozinha e conversamos as três. Depois chega outra, na mesma faixa etária. Ouvimos as duas, mas insistimos na intenção primeira. Tia Rita continua irredutível. Um, dois, três dias. Vivamos habitués do local, de tantas idas e vindas. Cada dia tia Rita revela um pensamento seu que nos interessa. E, aos poucos fomos quebrando sua resistência. Entre cafés e cafés, os papos até à boquinha da noite. Tudo girando sobre a situação do Farol, o destino das "meninas", as causas da prostituição, o bairro abandonado por todos, as soluções e a desesperança que sobrava no fim de cada tarde, quando se enumerava os problemas mais prementes. Tudo urge por aquelas bandas. Mas parecia uma abelhinha trabalhando uma colmeia gigante ou uma gota de lágrima, perdida num oceano de tantas marés altas e tempestades. Ela faz sozinha o que era para ser feito por uma legião de voluntários, legos, de religiosos, de pessoas que detêm o poder. (Sei que ela não gostaria que escrevêssemos isso). Ela faz sozinha o que uma comunidade mais privilegiada devia fazer, por outra, se juntassem as mãos. Mas isso é outra questão. Verdade é que colhemos suas impressões no papo, na confiança que se estabeleceu com o tempo da persistência. Do pouco fluiu para o papel e virou este depoimento, que traz uma visão de mundo muito especial. A visão de quem sabe se repartir com o próximo, num dos mais dignos exemplos de doação. Amanhã é o dia Internacional da Mulher. Ela vem sensibilizando uma comunidade inteira. Ela, yviva, mãe, avó, que contrariou a vontade de toda a sua



Tia Rita, um sorriso que crer em um mundo novo

Família e amigos zelosos e fez uma certa opção de vida, dividindo os seus dias, a sua comodidade, a sua energia vital, entre a casinha azul do Farol e o apartamento bem montado da Aldeota, onde residia com sua filha solteira.

Mas o que faz tia Rita no Farol?

— Nada, eu apenas aprendo. Sou vista aqui como aquela que veio do ar. Dou um testemunho de vida. Ajudo os que me procuram. Compartilho. Ouço as meninas e aprendo com elas as mais legítimas lições de vida, desprendimento e solidariedade. Por sua vez elas sentem, com meu exemplo, que há um outro caminho, um outro mundo a seguir.

Eis seus pensamentos:

Fonte: O Povo, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

Figura 22 - Tia Rita: da Aldeota ao Farol



Opção

— "Não decidimos caminhar juntos. Buscando na convivência com os sofredores encontrar Deus vivo. Revelação do amor maior. O amor, cuja medida, é amar sem medida."

Pelos pobres

— Fazemos opção pelos pobres, e aqui, que vivemos juntos no dia-a-dia, com gaucha, descobrimos o ser-oufridor de quem nos fala padre Afonso, no seu livro "Ovelhas de Lã".

As "Meninas"

— "Vemos as meninas como pessoas amigas que nos ajudam, testemunham amizade, se preocupam conosco. Partilhadas. Agentes que deverão ser de sua libertação e razão da nossa presença na "zona". Elas contam com o nosso apoio, amizade e respeito."

O Egoísmo

— "Sentimos o peso de a angústia, espreitada e mantida pelo egoísmo que rejeita, marginaliza, oprime, estagna."

O dia da Esperança

— "Vivemos o dia-a-dia da Esperança, da credulidade que o mundo será melhor quando o melhor que parece acreditar no melhor."

Realização

— "Nos realizamos buscando ser instrumento das mãos de Deus, na construção do reino cujo sabor li experimentamos, a partir do nosso cotidiano despojamento. Começamos a realizar o ser. Creemos que estamos nos fazendo lentamente e sentimos nos existir."

Coragem de lutar

— "Nossa libertação é de acordo com a nossa coragem de lutar. Respeito o canto: "Libertação se encontra no trabalho, há quem trabalhe escuro do dinheiro. Há quem procure o mundo melhorar, fato só será possível a partir do nosso EU. Precisamos estar atentos, ver a nós mesmos. Conhecer a si. Ver por dentro para ter a coragem de se comprometer. Ir ao encontro de outro. Acolher e ser acolhido."

Lição de Vida

— "Vivemos quando nos encontramos e resmamos, aqui no bairro, em clima fraterno, alegre, as moças, vítimas da prostituição, assumem os trabalhos, falam, decidem e nos dão lições. Com a sua pureza, desprendimento e capacidade

É preciso cantar

— "Gostamos de cantar e sorrir. No entanto é preciso cantar. Apesar de tudo, é preciso cantar."

Água em tempo contado

— "Não entendemos a construção de dois chafarizes que foram reivindicados pelo pessoal do bairro. A maioria continua comprando água da carroça. O primeiro que foi inaugurado, ficou algum tempo no prego, agora, tem água mas em horários determinados. Não dá para puxar muito tempo, dizem que o motor não aguenta. Por quê? O segundo só" forneceu água seis dias e é recém-inaugurado. O Farol está seco...!"

Questionamento

— "Questionamos o fato de muitas pessoas, dispostas a trabalhar com fé, quem combate as causas que motivam a violência, marginalização, prostituição, sofrimento e morte?"

Mãos que deixam nascer as suas crianças

— "Alegramos-nos com as mães que, apesar de pobres, deixam nascer as suas crianças. Se esforçam dia e noite para vê-las crescerem bem. Assumem. Ainda as que, mesmo idosas, sacrificam sua pouca refeição e alimentam crianças cujas mães não puderam criar. Dão amor. Nos enternecem. E Maria que cuida do seu filho Jesus. Milhares de outros sinais de

A Injustiça

— "Combateremos a discriminação, injusta de pessoas — branco, preto, pobre, e rico. Toda injustiça é deplorável e clama por justiça. O grito do oprimido já se faz ouvir. É tempo de penitência."

A partilha

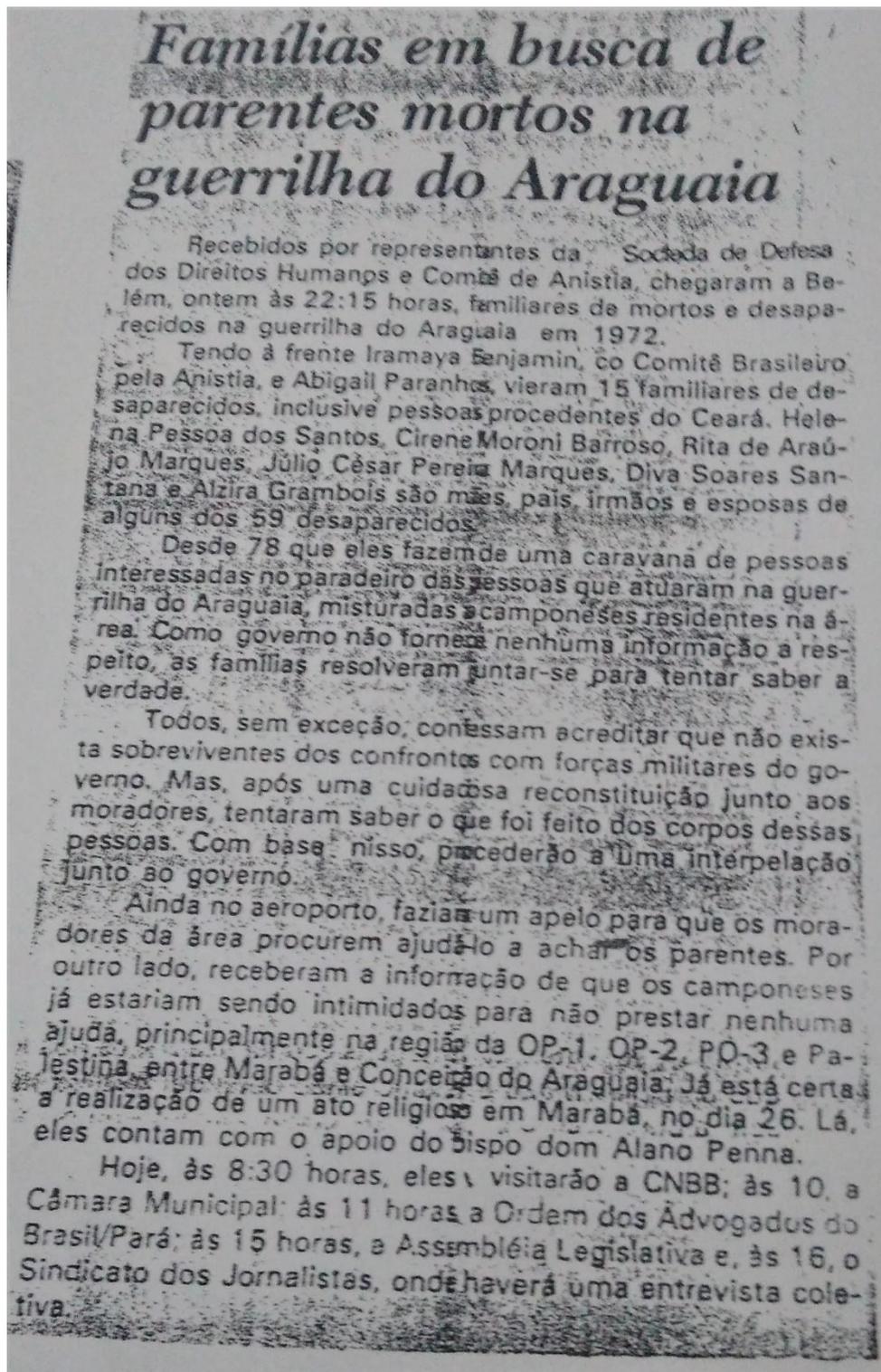
— "Nós cremos na gestão de um mundo novo — onde os homens sejam irmãos. Aprendamos dos pobres a lição da vida. A partilha, a solidariedade — a disponibilidade. Sejamos sensíveis ao

Por que Madame não pega pena?

— "Se a polícia encontra menores exploradas em casas de prostituição — a madame paga multa — por que não paga

Fonte: O Povo, Fortaleza, 7 de março de 1981. Caderno Nova Mulher.

Figura 23 - Famílias em busca de parentes mortos na guerrilha do Araguaia



Fonte: Famílias em busca de parentes mortos na guerrilha do Araguaia. **O Liberal**, Belém, 23 de outubro de 1980.

Figura 24 - Prontuário de Visitas da Lúcia de Fátima de Castro Gomes

ANOTAÇÕES

Lúcia de Fátima de Castro Gomes
 Nas 07 de dezembro de 1952
 Filiação: Romualdo Ferreira Gomes, e Maria Alice de Castro Gomes
 C. Civil - Solteira
 Natural Maranhão. - Profissão - Doméstica.
 Travessa Adairias de Lima, Quarto. SPSP. 99/92-20

1º Contato 16-03-81.

Curso de Proibido, teve bom aproveitamento, porém muito complicada revoltada, criou problema e uma colega p/ Helena que estava grávida, levando a casa ao delegado, daí a menina teve que ir ao hospital, criou problema e as outras ficaram até um conflito. Dia 25 tivemos dia estudos na igreja e fizemos uma reflexão em torno do assunto.

Participou das novenas do Natal, teve uma em seu quarto, onde houve uma reflexão sobre monarquia, participou também do Natal no dia 22-12 e amiga secreta.

1ª visita do ano dia 06-01-82, não há encontros.

Fonte: Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

Figura 25 - Prontuário de Visitas da Maria Augusta Soares da Silva

ANOTAÇÕES

Continua agora em 81, com um pouco mais de responsabilidade, mas interessada pelas outras, na vida e no trabalho, continua a chave

(1981) Foi que em janeiro passou 2 semanas bebendo, passou, hoje é 31 de Feb e faz 1 semana que bebe, no sábado dia 07, disse que ia parar, não quisera, mais estava na espera do Carnaval, temos agora em Pessoa Encontro da Cordenação, convidamos para ela ir disse não pode, mas que não nos preocupassemos que dentro em breve participaria de tudo

Quando que mora aqui, agora paga 40,00 p/dia, continua fazendo comida em casa e também paga 30,00 p/uma lampada que tem no seu quarto (Abril) Participou do passeio no P. 31 mar

(Maio) Passou uns dias sem ir as aulas, agora voltou matriculou-se para o curso de pintura, está aproveitando tanto na alfabetização como na pintura. Passou 3 dias sem ir Brancina que ficou com a chave.

Resolveu voltar e participar com bastante proveito do curso de estudos fazendo na base de cinco trabalhos. No dia 25 de novembro participou de um dia de estudo na Torreinha. Nesse dia teve início o planejamento de 82 e sua contada no dia 1º de dezembro todas levaram refeição e almoçaram juntas.

Ela participou das molendas de natal nas casas das meninas e o encerramento das molendas foi dia 22-12/81, como também da troca de presentes.

Fonte: Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

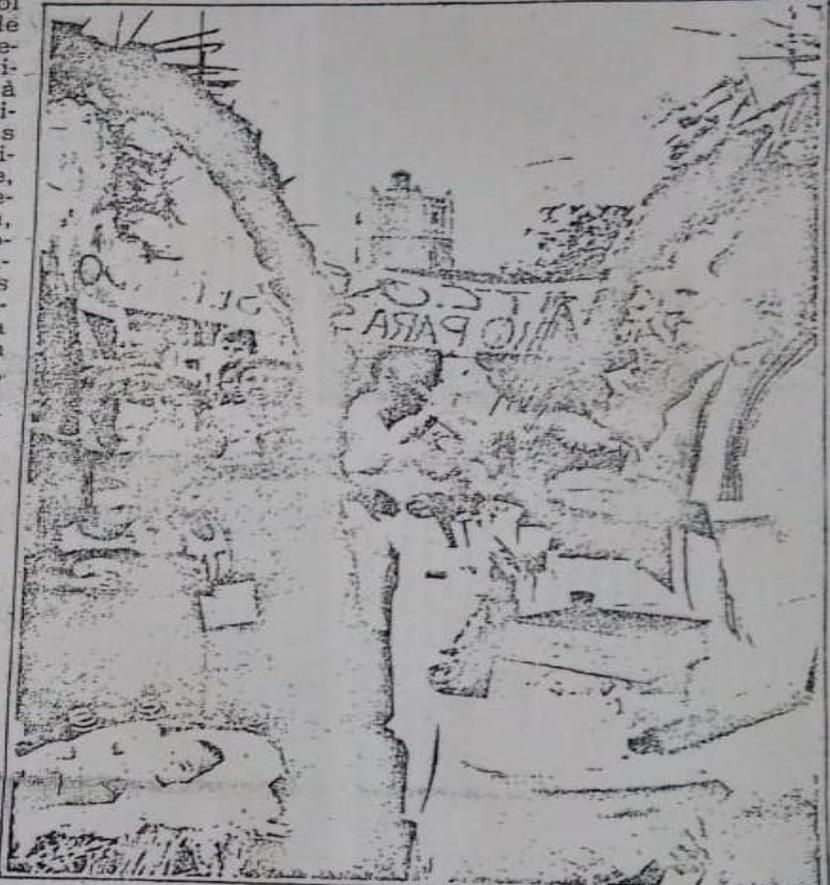
Figura 26 - Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade

O POVO

Fortaleza, Quarta-feira, 26 de dezembro de 1984
(PÁGINA 8)

Orações e muita fé no sentido cristão da festa da cristandade

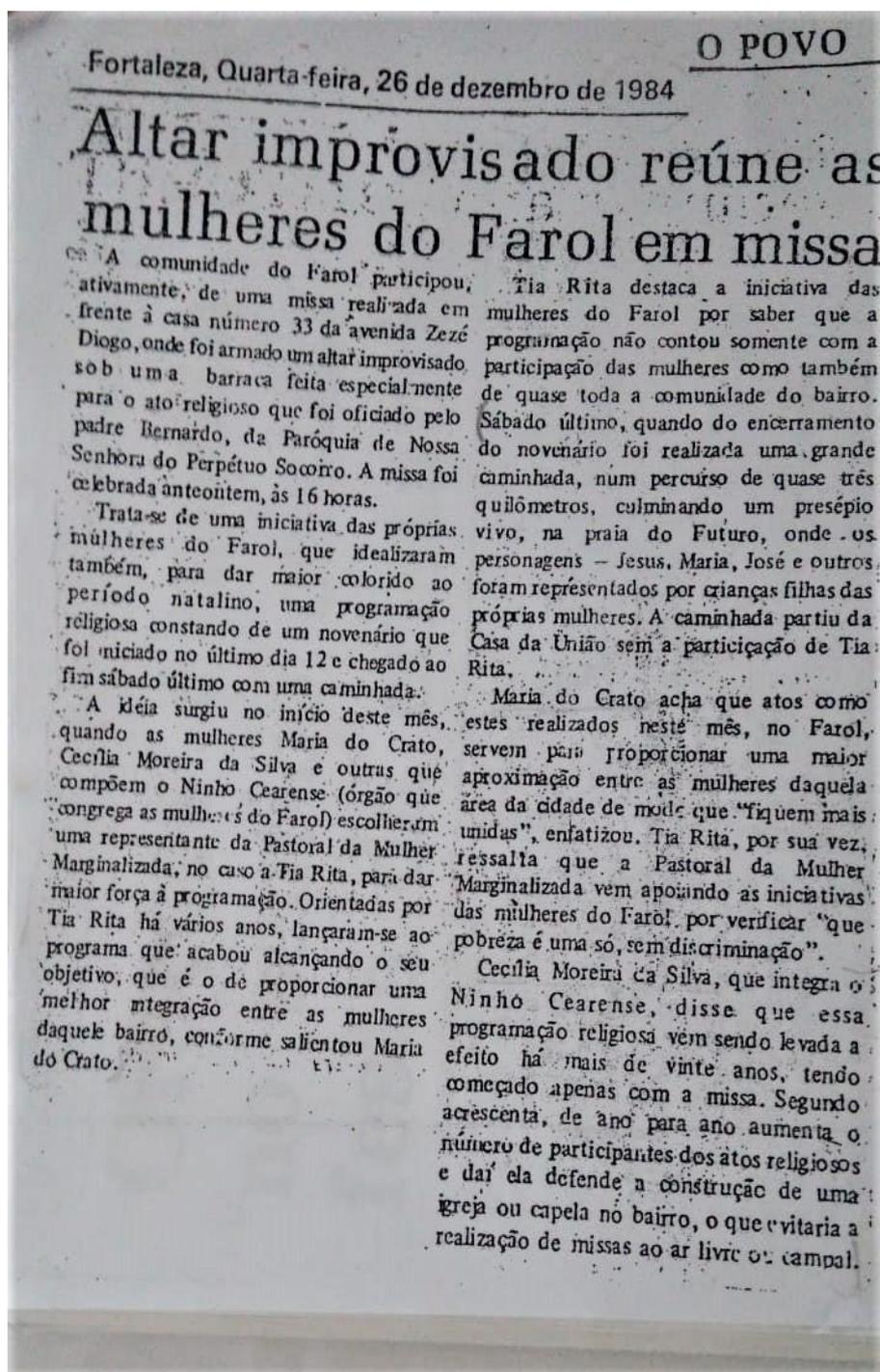
A comunidade do Farol participou, ativamente, de uma missa natalina, celebrada num altar improvisado, armado em frente à casa número 33 na Avenida Zezé Diogo, às 16 horas de anteontem. Foi uma iniciativa do Ninho Cearense, órgão que reúne as mulheres do Farol que conta, com a orientação da Pastoral da Mulher Marginalizada, através de uma de suas coordenadoras — a Tia Rita. A missa encerrou uma programação festiva em comemoração ao Natal, iniciada no último dia 12, com a realização de um novenário, cujo ponto alto foi uma grande caminhada à tarde de sábado último, num percurso de três quilômetros, reunindo quase toda a comunidade do bairro. No final da caminhada, na Praia do Futuro, onde foi armado um presépio, os personagens (Menino Deus, Santa Maria, São José e Isabel dentre outros) foram representados pelos filhos das próprias mulheres que residem no Farol. Idéia "de maior união entre as mulheres do Farol", como afirma Maria do Crato, surgiu há vinte anos, contando com o apoio de Tia Rita (Pág. 7).



A missa campal do Farol teve presépio vivo

Fonte: O Povo, Fortaleza, 26 de dezembro de 1984, página 8.

Figura 27 - Altar improvisado reúne as mulheres do Farol em missa



Fonte: O Povo, Fortaleza, 26 de dezembro de 1984.

Figura 28 - Procissão encerra jejum de protesto contra fome

Procissão encerra jejum de protesto contra fome

Depois de nove dias consecutivos, chegou ao fim, na tarde de ontem, o jejum pela paz, realizado por um grupo de fiéis da comunidade do Pirambu. Identificado com o movimento a nível nacional "Ação Brasil Urgente: contra a fome e o desemprego", o final do jejum foi marcado por uma procissão que, saindo da Igreja do Patrocínio rumo à igreja de Nossa Senhora das Graças, reuniu centenas de pessoas, num protesto silencioso, na tentativa de sensibilizar as autoridades para o estado de miséria do povo.

"A gente sabe que não vai resolver os problemas, mas o nosso objetivo foi questionar os responsáveis pela miséria do povo" — declarou Rita de Araújo, a Tia Rita, uma das participantes do grupo de jejum, acentuando que "a experiência foi muito gratificante". Para ela, como para Antônia Batista Lopes, companheira de jejum, o movimento foi uma oportunidade de reflexão diante das injustiças sociais do país.

"Do Ceará se levanta um clamor de angústia" — foi uma das frases escritas nos cartazes que os manifestantes portavam durante a procissão/passeata. A exemplo deste, muitos outros se erguiam simbolizando a posição de protesto da comunidade. Além de cartazes, muitos levavam panelas vazias e cactus, símbolos da pobreza em que se encontra a população do Estado.

VIOLÊNCIA

O movimento é um não à violência

e à opressão — afirmou padre Haroldo Coelho, da paróquia do Pirambu, dando início à solenidade evangélica, presidida pelo Cardeal Dom Aloísio Lorscheider. Na oportunidade, o Padre Haroldo fez alusão à luta do povo latino-americano, situando a luta do Pirambu dentro do contexto político do continente.

Chamando representantes das entidades que apoiaram o movimento — como o Centro Popular da Mulher e União das Mulheres Cearenses — padre Haroldo ainda falou no papel da Igreja, como o espaço que o povo deve ocupar, para levar suas lutas reivindicatórias.

O movimento do jejum foi também realizado em algumas cidades do interior do Estado, como Crateús, Quixadá e Limocero, na mesma perspectiva de protesto contra o que classificaram como as duas maiores violências praticadas contra o homem: a fome e a falta de emprego. □



Em silêncio, a manifestação diz ser um grito contra fome e desemprego

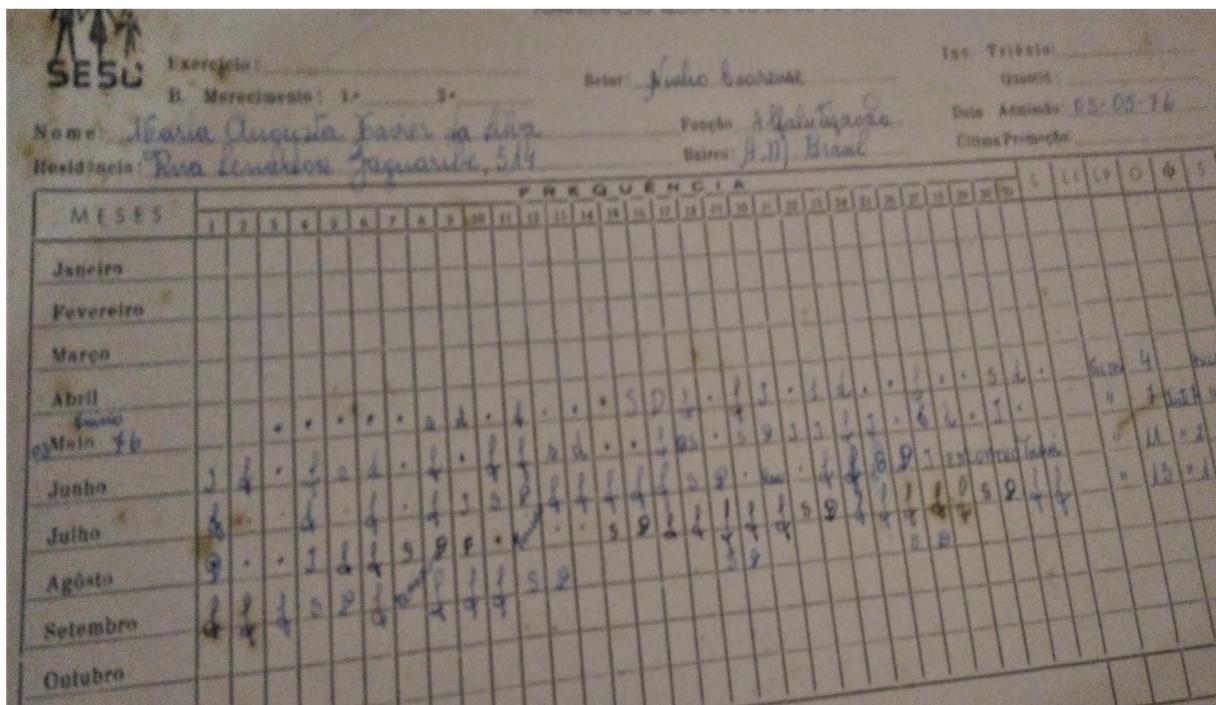
Fonte: Procissão encerra jejum de protesto contra fome. **O Povo.**

Figura 29 - Jejum contra a fome termina em procissão



Fonte: O Povo, Fortaleza, 26 de dezembro de 1983.

Figura 30 - Ficha de Matrícula de Maria Augusta Soares da Silva



Fonte: Ficha de matrícula do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

Figura 31 - Prontuário de Visitas de Maria Augusta Soares da Silva

ANOTAÇÕES

Continua agora em 81, com um pouco mais de responsabilidade, mas interessada pelas outras, na vida e no trabalho, continua e a chave

(1981) Foi que ela já nasceu passou 2 semanas bebendo, passou, hoje é 11 de Feb e faz 1 semana que bebe, no sábado dia 29, disse que ia parar, não apontava, mas estava na esperada do Carnaval, Teremos agora em Pessoa Encontro da Cordenação, convidamos para, ela is disse não pode, mas que não nos preocupassemos que dentro em breve participaria de tudo

O quarto que mora, saiu, agora paga 4,00 p/dia, continua fazendo comida em casa e também paga 3,00 p/mês p/uma lampada que tem no seu quarto (Abril) Participou do passeio no P. 31 mar

(Maio) Passou uns dias sem ir as aulas, agora voltou matriculou-se para o curso de pintura, está aproveitando tanto na alfabetização como na pintura. Passou 3 dias sem ir trabalhar que ficou com a chave.

Resolheu voltar e participou com bastante proveito do curso de estudos fazendo na base de cinco trabalhos. No dia 25 de novembro participou de um d de estudo na Igreja. Nesse dia teve início o planejamento de 81 e sua cont da de no dia 1 de dezembro todas levaram refeições e almoçaram juntas

Ela participou das molendas de natal nas casas das meninas e o encerramento das molendas foi dia 22-12/81, como também da troca presentes.

Fonte: Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

Figura 32 - Prontuário de Visitas de Rita de Cássia Fernandes

Rita de Cássia Fernandes

2 mar, 21 de abril de 1947

Filiação: Francisco João de Lima, e Maria Conceição Nunes Benevides

Natural - São José dos Alcantaras

Começou Tabacaria fez amostra.

Letura - Não estava bem lembrada, recordou um pouco, já ^{come} ler com menos dificuldades gosta de matemática, é assidua e pontual no dia em que não está bebendo

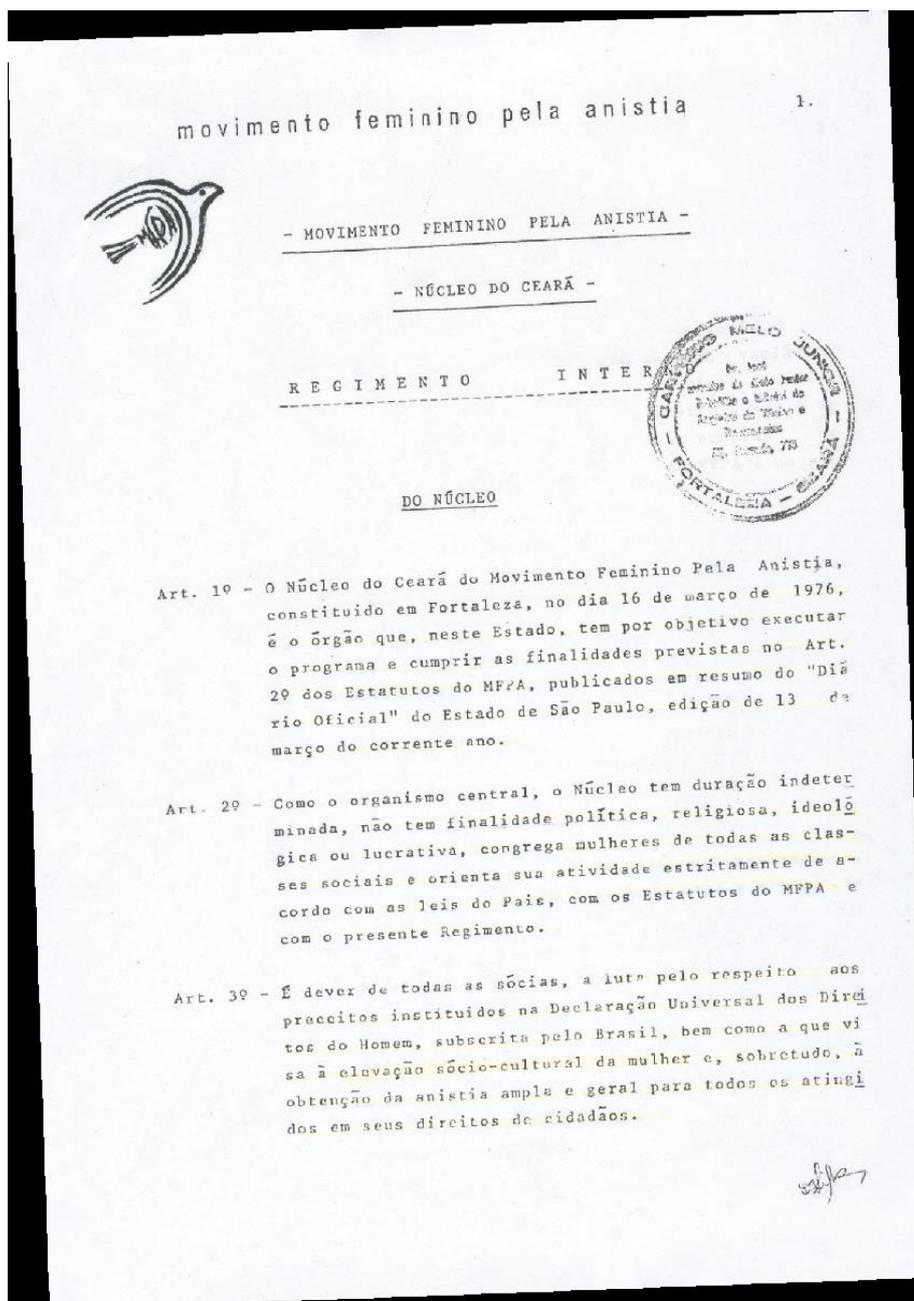
Conheci desde de 1966. (fev)

~~Participou~~ a 1ª aula em 1970, para o curso de pintura de 15 as 17 hs matriculou-se

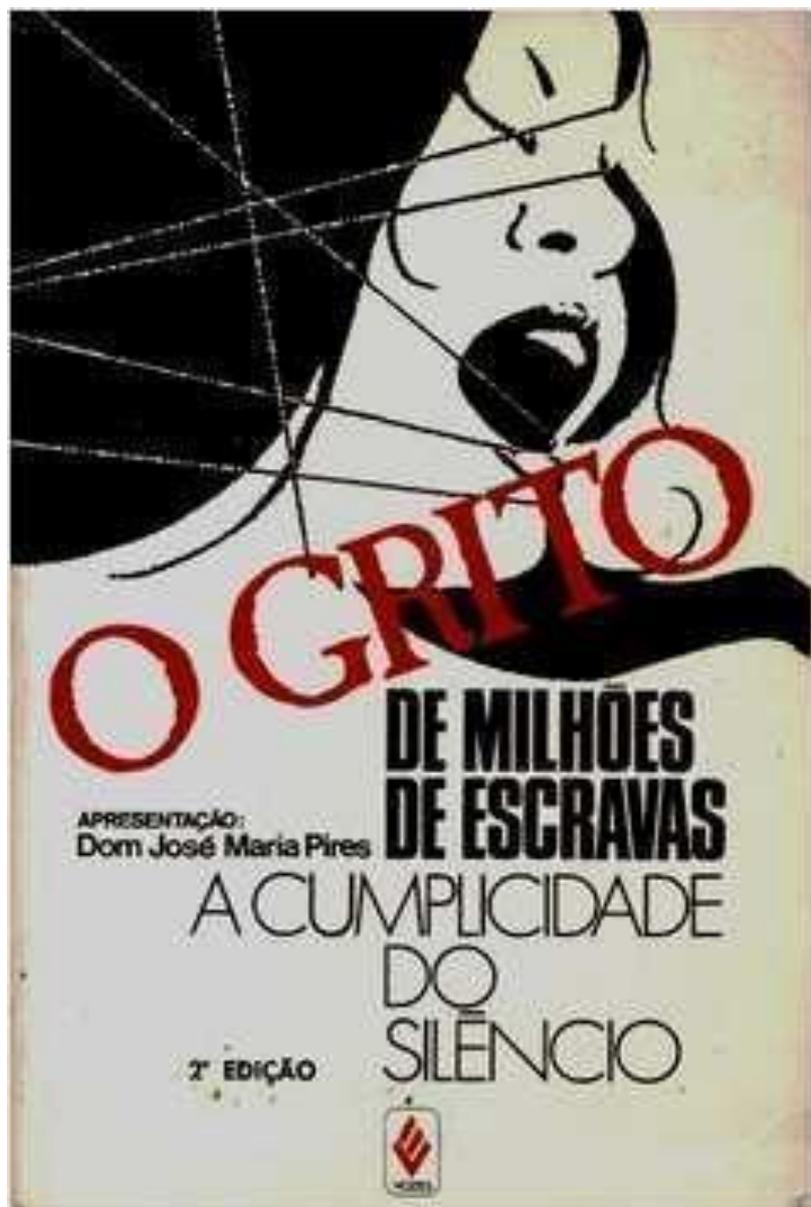
em 1972 e desparecimento, passou uns meses fora depois voltou para o M do Meio, continuamos com as visitas, disse estava boa, 2 a 3 semanas ficando bebendo

Fonte: Prontuário de Visitas do Ninho Cearense / Acervo pessoal.

Figura 35 - Regimento Interno do Movimento Feminino Pela Anistia – Núcleo Ceará



Fonte: MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA – NÚCLEO CEARÁ. Regimento Interno. 11 de agosto de 1976, Fortaleza. Acervo Francisca Gonçalves Sobrinho.

Figura 38 - Capa do livro *O Grito de Milhões de Escravas: a cumplicidade do silêncio*

Fonte: D'ANS, Hugues (Org.). **O Grito de milhões de escravos.** A cumplicidade do silêncio. Petrópolis: Vozes, 1983.